



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

LUCIANE MARIA DANTAS DE CAMPOS

**TRABALHO E EMANCIPAÇÃO:
UM OLHAR SOBRE AS MULHERES DE MANAUS
(1890-1940)**

Manaus
Dezembro de 2010



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

LUCIANE MARIA DANTAS DE CAMPOS

**TRABALHO E EMANCIPAÇÃO:
UM OLHAR SOBRE AS MULHERES DE MANAUS
(1890-1940)**

Orientadora:
Prof^a Dr^a Maria Luíza Ugarte Pinheiro

*Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal do Amazonas em 09 de dezembro de
2010, como requisito para a obtenção do
título de Mestre em História.*

Manaus
Dezembro de 2010

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Presidente – UFAM

Profª. Drª. Maria Izilda Santos Matos
Membro – PUC-SP

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior
Membro – UFAM

DEDICATÓRIA

*À Lia Gabriela e José Campos, meus dois amores
que incansavelmente “esperaram” por mim nestes dois
anos e meio.*

*A meus pais Leopoldo e Madalena por me
ensinarem a trilhar os caminhos da vida.*

*A todas as mulheres pioneiras na luta pelos
direitos femininos. Suas conquistas possibilitaram que
hoje eu esteja aqui.*

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
AGRADECIMENTOS	8
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1	
DESCORTINANDO O FEMININO: AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	17
1.1. DANDO VEZ E VOZ ÀS MULHERES	18
1.2. O DESAFIO DA HISTÓRIA DAS MULHERES	33
1.3. MULHER, MULHERES E GÊNERO	38
1.4. MULHER E TRABALHO	43
CAPÍTULO 2	
EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM MANAUS	53
2.1. SER MULHER NO INÍCIO DO SÉCULO XX	54
2.2. EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL: PRIMEIROS PASSOS PARA A EMANCIPAÇÃO	66
2.2.1. AS MULHERES E A INSTRUÇÃO NA CIDADE DE MANAUS	80
2.2.2. A LUTA FEMININA PELA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MANAUS	96
CAPÍTULO 3	
DO PRIVADO AO PÚBLICO: TRABALHO FEMININO EM MANAUS	106
3.1. DIMENSÕES DO TRABALHO FEMININO	107
3.2. O TRABALHO NO COMÉRCIO	112
3.3. O TRABALHO FABRIL	115
3.4. DE PROFISSIONAIS LIBERAIS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO	122
3.5. MULHERES PROPRIETÁRIAS	129
3.6. NA INFORMALIDADE	130
CAPÍTULO 4	
NA IMPRENSA E PELA IMPRENSA	137
4.1. AS MULHERES E AS LETRAS: A ESCRITA FEMININA NOS JORNAIS AMAZONENSES	138
4.2. POSTURAS DA IMPRENSA: UM OLHAR SOBRE A EMANCIPAÇÃO FEMININA EM MANAUS	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
FONTES	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
ANEXOS	201

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: NORMALISTAS DA ESCOLA NORMAL – 1929	83
IMAGEM 2: INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT	87
IMAGEM 3: NORMALISTAS DO LYCEU SARMENTO – 1929	88
IMAGEM 4: SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927	94
IMAGEM 5: ALUNOS DO CURSO DE DACTYLOGRAFIA SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927	95
IMAGEM 6: ALUNOS DO CURSO DE ESCRIPTURAÇÃO MERCANTIL SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927	95
IMAGEM 7: TURMA DE DIPLOMADOS DO SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927	96
IMAGEM 8: AS IRMÃS HONORINA E MARIA AMORA – 1914	102
IMAGEM 9: REGISTRO DO DIPLOMA DE MARIA LUIZA DE SABÓIA	103
IMAGEM 10: TURMA DE DIPLOMADOS DA FACULDADE DE PHARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE MANÁOS – 1934	105
IMAGEM 11: FUNCIONÁRIAS DA CAIXA PREDIAL AMAZONENSE – 1929	113
IMAGEM 12: MULHERES NOS ATELIÊS DE MODA E COSTURA – 1910	114
IMAGEM 13: MULHERES NA FÁBRICA HÉVEA BRASIL	119
IMAGEM 14: TRABALHO FEMININO NO FILME PAIZ DAS AMAZONAS	121
IMAGEM 15: PROFESSORAS E ALUNOS DO JARDIM DA INFÂNCIA	126
IMAGEM 16: MARIA DE MIRANDA LEÃO EM DOIS MOMENTOS ENFERMEIRA E DEPUTADA ESTADUAL	129
IMAGEM 17: LAVADEIRAS NAS RUAS DE MANAUS – 1902	133
IMAGEM 18: VENDEDORAS AMBULANTES – 1914	133
IMAGEM 19: O JORNAL O ABOLICIONISTA DO AMAZONAS – 1884	142
IMAGEM 20: MATHILDE DE MATTOS AREOSA – 1932	145
IMAGEM 21: JORNAL A BORBOLETA – 1892	149
IMAGEM 22: JORNAL DAS MOÇAS – 1926	150
IMAGEM 23: ROSÁLIA BEATRIZ – 1929	156
IMAGEM 24: ANNA PEREIRA – 1929	159
IMAGEM 25: POETISA VIOLETA BRANCA DE VASCONCELOS EM DOIS TEMPOS	161
IMAGEM 26: CHARGE “SCENAS FUTURAS” – 1917	169
IMAGEM 27: CHARGE “MODERNISMO” – 1917	170
IMAGEM 28: CHARGE “SUPLÍCIO DE TÂNTALO” – 1917	170
IMAGEM 29: CHARGE “UMA POR DIA” – 1927	173
IMAGEM 30: AS MULHERES E A MODA NAS PÁGINAS DE A NOTA – 1917	183
IMAGEM 31: CHARGE “UMA POR DIA” – 1927	184

RESUMO

A partir do final do século XIX, o crescimento da urbanização e da industrialização nos grandes centros aliado à valorização da mulher na sociedade burguesa promove a inserção feminina no espaço público. Lutando por direitos como educação, voto e trabalho remunerado, as mulheres foram rompendo com o “estabelecido e permitido” ao seu sexo e foram ampliando sua presença e influência na sociedade. Em Manaus, o esplendor econômico da borracha no período da “*Belle Époque*”, amplia as oportunidades profissionais femininas nas mais variadas áreas, tanto no setor formal como no informal. Aliado a isso, o acesso a uma educação mais completa, incluindo cursos profissionalizantes e de ensino superior, promovem uma maior capacitação da mulher para a nova realidade a elas impostas. A presente pesquisa objetiva fazer uma discussão acerca do tema da emancipação feminina, suas lutas e conquistas, bem como identificar os espaços sociais ocupados por elas em Manaus. Da mesma forma, a pesquisa visa contribuir para os estudos da História das Mulheres no Amazonas, campo ainda pouco explorado pela historiografia local.

Palavras-Chave: História das Mulheres, Trabalho, Emancipação.

ABSTRACT

In the late nineteenth century, the growth of urbanization and industrialization in large urban centers coupled with recovery of women in bourgeois society promotes the participation of women in public space. Fighting for the rights such as education, voting and paid work, women were breaking with the "established and allowed" to their sex and were extending their influence over society. In Manaus, the economic boom of the rubber during the "*Belle Epoque*", extends the women's professional opportunities in various areas both in the formal and the informal. Joined to this, access to a more complete education, including courses vocation and higher education, bringing greater training of women to the new reality imposed on them. This research aims to do a discussion on the theme of female emancipation, their struggles and achievements, as well as identifying the social spaces occupied by them in Manaus. Likewise, this dissertation aims to contribute to studies of the women's History in the Amazon, the field still largely unexplored by the local historiography.

Keywords: women's History, work, emancipation

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta trajetória, um filme passa em meu pensamento e me faz lembrar todas as etapas deste processo. Faz-me perceber que mesmo sendo um trabalho solitário, sem a participação de algumas pessoas e apoio de instituições ele se torna quase inviável. Portanto, neste momento faz-se necessário agradecer a quem de direito merece.

À Deus por ter me dado força e discernimento nesta longa e difícil caminhada.

À Universidade Federal do Amazonas, e em especial ao Departamento de História, que me acolheu desde a graduação. Ao Programa de Pós-Graduação em História e seus professores que me ofereceram, a cada disciplina ministrada, um ingrediente a mais para a feitura deste trabalho.

À Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que me possibilitaram licença remunerada das minhas atividades docentes para que eu pudesse ter tempo e recursos para realizar este trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), pela concessão, durante vinte e dois meses, de bolsa de estudo. Tal recurso foi fundamental para o andamento da pesquisa.

Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), na pessoa de Marlúcia Bentes, que sempre muito solícita, nos facilita o trabalho nos arquivos dessa instituição.

Ao Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA) na pessoa de Nonato, dedicado funcionário que pacientemente disponibilizou os microfilmes existentes no acervo daquela instituição para a minha consulta.

Ao Museu Amazônico e seus funcionários, especialmente Rosangela, Maristela, Dysson, Eliana, Cristina e Ernesto que não mediram esforços para que eu tivesse acesso a todo material necessário para a pesquisa. A vocês, meus amigos, meu eterno carinho.

À Professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, minha orientadora sempre muito paciente e amiga que desde a época da graduação vem depositando em mim muita

confiança e oferecendo-me sempre apoio, incentivo e estímulo. Espero ter correspondido às suas apostas.

Ao professor Luís Balkar Pinheiro, agradeço pelas inúmeras contribuições a mim dispensadas, seja pelas fontes emprestadas, seja pelo apoio e sugestões quanto a pesquisa. Agradeço também pelo auxílio na questão das normas técnicas deste trabalho. Muito Obrigada!

Aos Professores Almir Diniz de Carvalho Júnior e Heloisa Lara Campos da Costa, que me ajudaram a repensar a pesquisa no âmbito do Exame de Qualificação. Suas sugestões e críticas muito contribuíram para o enriquecimento desta pesquisa.

Aos amigos, Benta Litaiff pela velha amizade e fontes emprestadas; Alba Pessoa, João Lopes, Maria José, Mônica Lage, Célia Santiago, Elissandra Lopes, Hosenildo Gato (Zezé) pelas sugestões e torcida; e especialmente a Silva Baraúna minha “mais nova velha amiga” que caminhou comigo durante a pesquisa e com quem dividi lamentações e momentos de crise. A amizade e o apoio de todos vocês foram extremamente importante para me fazer querer continuar quando me via desanimada

No âmbito familiar, palavras não são suficientes para agradecer toda a compreensão e paciência que recebi nestes dois anos e meio de caminhada. A meu esposo José Campos, agradeço pelo apoio, incentivo, carinho e principalmente por ter aguentado calmente os meus “humores” durante todo esse período. À Lia Gabriela, minha princesinha, que muitas vezes cansou de me esperar para assistir um DVD ou brincar e dormiu altas horas da noite. Ou quando para receber um pouco mais de atenção se colocava entre mim e o computador. Ter que dividir a sua mãe com os livros e com o computador durante tanto tempo não foi tarefa fácil para ela. Obrigado filha! A todo o momento caminhei pensando unicamente no teu futuro.

À meus pais, Leopoldo e Madalena que sempre investiram na minha educação para que eu pudesse ter tudo o que eles não tiveram. Obrigada por me ensinarem a caminhar na vida e a lutar por meus objetivos.

A meus irmãos e irmãs que mesmo sem entender direito a minha escolha profissional sentiram-se orgulhosos em ter uma “irmã mestranda”.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram a construir este trabalho, meu muito obrigado!

CONSIDERAÇÕES
INICIAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dentro da conjuntura de reestruturação e adequação da cidade frente à nova realidade econômica, e também social, política e cultural, reflexos do esplendor econômico expressivo vivido pela Manaus da Borracha entre o final do século XIX e início do XX, constatamos uma intensa urbanização e desenvolvimento que modificou toda a estrutura citadina, além de trazer novos valores, ideais, necessidades e comportamentos para a nova sociedade manauara que surgia. Parte desta sociedade, fortemente elitizada, caracterizava-se por novos hábitos e anseios sempre inspirados nas elites européias; e outra parte, viu-se distante do luxo, requinte e sofisticação característicos desse período, mas que através do trabalho sentiu a necessidade de acompanhar o novo ritmo imposto.

No campo profissional temos uma ampliação das oportunidades não só na área rural, com a exploração do látex, mas também dentro do centro urbano com o surgimento de novos postos de trabalho e fortalecimento dos já existentes. Nesse contexto, o trabalho masculino é ampliado e o trabalho feminino passa a fazer parte da nova realidade de uma forma mais intensa.

No entanto, o desenvolvimento da cidade aliado a uma crescente valorização da mulher na sociedade burguesa e o contágio das idéias de emancipação feminina fruto do movimento feminista, e também a necessidade financeira, fez com que as mulheres manauaras saíssem em maior número para a vida pública, embora de formas distintas: mulheres populares que aliaram necessidade e oportunidade e passaram a exercer uma série de atividades novas como camareiras de hotéis, operárias, secretárias, vendedoras de lojas, etc. Outras nas já tradicionais atividades de doceiras, babás, cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e passadeiras – estes últimos, “contratadas tanto por particulares, como também pelos proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade cujo número crescia acentuadamente”¹ – e mulheres das classes mais abastadas influenciadas pelo ideal feminista de emancipação, que, vendo a oportunidade

¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Mulher no Periodismo. In: *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 2001, Cap. 6, p 229.

de continuarem a sua instrução educacional até a formação superior, a fizeram e atrelaram a instrução com o trabalho, passando a exercer em maior número a profissão de professoras e inclusive profissões até então consideradas eminentemente masculinas, como odontólogas, farmacêuticas, advogadas entre outras.

O trabalho feminino então reflete um antagonismo. Para uns ele é percebido como uma necessidade diante da segregação econômica que acontece neste período entre as classes sociais mais baixas – assim o trabalho da mulher, que ao mesmo tempo que continuava com o seu papel de dona de casa, mãe e esposa, completava com seu trabalho a renda familiar, ou às vezes a única renda, já que muitas mulheres assumiram sozinhas o papel de provedoras da casa, e considerado honesto se ele fosse um prolongamento do “papel natural” da mulher – mas também pode ser encarado como sendo fruto de uma luta emancipacionista feminina, pelos direitos da mulher que começava a ser fortalecida no Brasil e tinha como grande referencial as lutas feministas européias.

Contudo, a mulher trabalhadora – fosse ela das classes mais baixas ou altas – da cidade de Manaus, assim como em todo o Brasil, passa a ser “falada”, criticada, condenada, mas, em não raros casos, também era apoiada por segmentos importantes da sociedade que, nesta época, utilizavam principalmente a imprensa, como caminho mais fácil para a difusão das idéias, opiniões e condutas.

Nesse contexto, refletindo o pensamento social, alguns jornais e revistas tomavam posicionamentos rígidos e diferenciados diante das ações em prol da emancipação feminina, principalmente no que estava relacionado ao trabalho. Alguns jornais transmitiam à sociedade preocupações com o feminismo, entendido como uma subversão e origem das lutas pela emancipação, que acarretava na modificação dos papéis ditos “naturais” e “únicos” da mulher, que deveria ser frágil, recatada, voltada apenas para as atividades do lar, de esposa e mãe dedicada, e que deveria ter em sua essência a submissão e a reclusão.

Dessa maneira, a saída da mulher do lar para a rua era entendido apenas como “modismo do feminismo” ou um desvio de conduta da mulher, uma afronta à sociedade, à moral e aos bons costumes, tendo em vista que a mulher pública não era vista com bons olhos pela sociedade, uma vez que “a rua simbolizava o espaço do desvio e das

tentações², daí não ser surpresa encontrar na imprensa amazonense do período posturas contrárias à emancipação feminina”.³

Por outro lado, o modismo ao qual foi entregue o periodismo no Amazonas nesse período atingiu as mulheres, na medida em que elas também ganharam espaço na imprensa amazonense produzindo jornais femininos, que tinham como objetivo dar voz às queixas, dúvidas e opiniões das mulheres dentro da sociedade, tentando minimizar o silêncio ao qual permaneceram por muitos anos. Foi no intuito de discutir estas questões que este trabalho foi pensado e delimitado.

Trabalhamos a partir da concepção de Michelle Perrot sobre o termo *público* presente no livro *Mulheres Públicas*⁴. Neste livro, o termo tem dois sentidos: a esfera pública por oposição à esfera privada, e os laços que tecem e fazem a opinião pública. Nesse sentido, havia uma grande distinção entre o que o “público” representava para diferentes mulheres. As das classes mais abastadas, mais do que as das classes populares, nasceram e foram educadas para serem apenas boas esposas, donas-de-casa e mães devotadas, para quem o anseio pela esfera pública representava o ideário de emancipação trazido pelo feminismo e aplicado à educação e a profissionalização. Para outras, a das classes populares, o espaço público não era muitas vezes um desejo, mas o seu cotidiano, era o local onde se garantia o complemento ou a única renda familiar. Como afirma Perrot, “a mulher popular era a mais pública dentre todas as outras mulheres”.⁵ Portanto, temos a intenção de desvelar neste trabalho, assim como fez Michelle Perrot, que as *mulheres públicas*, como o nome pode denominar, não se tratam somente das prostitutas como se pensa *a priori*, mas de todas aquelas mulheres que romperam com o privado e tornaram-se trabalhadoras, intelectuais, independentes, etc. Diante deste conceito, buscamos resgatar um pouco da História dessas “mulheres públicas” de Manaus no período de 1890 a 1940.

Vale ressaltar que esse estudo não tem o objetivo de heroicizar, nem tão pouco vitimizar mulheres, mas sim, dar voz e lugar para as mulheres que romperam as barreiras do privado em direção à esfera pública e que, de uma forma ou de outra,

² PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 365.

³ PINHEIRO, Op. cit., p. 219.

⁴ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998. Livro produzido a partir de entrevistas com Jean Lebrun.

⁵ Idem, p. 35.

conscientes ou não, participaram do início do lento, mas, importante processo de emancipação feminina ocorrido entre os finais do século XIX e início do século XX.

O recorte cronológico adotado na pesquisa (1890-1940) tomou por base um período que se estende desde o início do desenvolvimento econômico e cultural da cidade de Manaus, até o início da década de 1940 quando já havia uma legislação trabalhista regulamentando o trabalho feminino no Brasil.

Como opção metodológica, utilizamos como carro-chefe de nossa pesquisa, a imprensa manauara da época, que além de fonte, foi também objeto de nossa análise. Dessa forma foi interessante analisar como diferentes segmentos da imprensa (jornais diários ou semanários de humor, femininos – produzidos por mulheres ou para mulheres) discutiam a questão da nova mulher que estava surgindo. Tendo em vista que os jornais configuraram-se, durante certo período, como importantes agentes na construção de representações, Maria Helena Capelato afirma que “*a Imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas*”.⁶

No primeiro capítulo, temos inicialmente uma discussão sobre o surgimento de uma História das Mulheres no seio da historiografia brasileira. Depois tentaremos mostrar que mesmo diante de uma vasta bibliografia referente aos estudos da mulher ainda é um desafio produzir uma pesquisa dentro deste tema. A quase invisibilidade feminina no passado na documentação comumente utilizada é o primeiro dos desafios encontrados pelos pesquisadores, seguido pela fragmentação e dispersão das fontes e pela representação masculina das mulheres em diversos períodos da nossa História. Ainda neste capítulo duas outras questões são abordadas. A primeira é uma discussão referente aos diferentes tipos de abordagens existentes nos estudos da mulher, desde a abordagem “mulher”, conquista do movimento feminista, em oposição à categoria “homem” como abordagem universal, “mulheres” como termo que surgiu da constatação de “uma diferença dentro da diferença” até desembocar no termo gênero, atual e que objetiva analisar a História das Mulheres dentro de uma perspectiva de relações entre os sexos. E a segunda questão trata de uma análise a cerca da produção literária sobre a participação feminina no mundo do trabalho.

⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

No segundo capítulo, trataremos das questões sobre a conquista do direito à educação feminina. Entendida como o instrumento para conquistar a civilização e o progresso, a Educação também foi pontuada como o primeiro passo para as mulheres alcançarem a sua emancipação.

A partir da segunda metade do século XIX as mulheres brasileiras influenciadas por exemplos vindos de outros países, onde as mulheres tinham uma formação educacional mais completa, passaram a lutar para ter o mesmo direito no Brasil. Elas defendiam mudanças na educação feminina porque entendiam que a instrução era o único meio de fazê-las progredir na vida e acreditavam que uma melhor formação da mulher era indispensável para que pudesse estar preparada para desenvolver-se intelectual e profissionalmente, fato que também contribuiria para espantar a ociosidade. Mas, primeiramente a justificativa para a luta das mulheres por mais instrução era a de estar mais bem preparada para exercer o seu papel de mulher como esposa e mãe: na educação dos filhos, na administração da casa e do casamento. Assim, a educação feminina passou a ser considerada fundamental para o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe, da família e das futuras gerações do país.

Contudo, não podemos desconsiderar o caráter emancipatório advindo com uma instrução feminina mais completa, pois, a instrução viabilizaria a transformação da condição social da mulher, seja por meio de sua profissionalização, seja por um trabalho remunerado. Portanto, a luta das mulheres pauta-se também em conquistar o direito ao acesso à educação superior, conseguindo posteriormente tornarem-se profissionais na medicina, na odontologia, no direito e em muitas outras áreas. Ou seja, elas percebem que através do estudo é possível uma formação profissional e vão, aos poucos, lutando por espaços nas universidades do país.

As questões referentes ao universo de trabalho feminino em Manaus estão contempladas no terceiro capítulo. No período compreendido pela pesquisa (1890-1940) foram diversos os setores onde as mulheres amazonenses atuaram, exercendo uma série de profissões tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Funções tradicionais mesclaram-se com as novas surgidas no contexto do desenvolvimento econômico e do processo emancipacionista feminino. Buscando romper barreiras e estigmas em voga, as mulheres foram paulatinamente ocupando funções em espaços até então exclusivamente masculino. No entanto, tal abertura profissional não ficou isenta de contestações e preconceitos.

No quarto capítulo optamos por mapear a presença feminina na imprensa amazonense do período. Fosse como colaboradoras ou com produtoras de jornais e revistas, essas mulheres deixaram registradas suas impressões, pensamentos e repúdios diante de uma sociedade que se transformava dia a dia.

Da mesma forma, neste capítulo abordaremos as posturas presentes nos periódicos no que se refere à emancipação feminina, uma vez que a imprensa amazonense deste período registrou posições extremamente conflituosas e contraditórias no debate sobre o tema.

CAPÍTULO 1

DESCORTINANDO O FEMININO: AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

*Uma mulher deve ter o direito de escrever
a sua história e de outras mulheres, revendo as
narrativas e captando outro tempo.*

Lídia Possas

1.1. DANDO VEZ E VOZ ÀS MULHERES

“As mulheres não tem passado, não têm história, não podem, consequentemente, orgulharem-se de si próprias”, dizia em 1949, a filósofa Simone Beauvoir em seu clássico livro, *O Segundo Sexo*⁷, chamando atenção para uma discussão que deveria acontecer. O que foi feito do passado e da História das Mulheres em todos os tempos da humanidade? A subordinação ao sexo masculino teria evitado ou apagado a história daquelas que sempre estiveram lado a lado aos homens? Talvez naquele momento fosse muito fácil concordar com Simone Beauvoir, pois realmente sabia-se muito pouco sobre as mulheres e sobre seu passado, uma vez que a historiografia vigente nesse período, denominada de positivista, além de ser um exercício essencialmente masculino, priorizava a história política e o domínio público, “elegendo os homens como únicos protagonistas”⁸. A História tradicional (positivista) privilegiava as fontes administrativas, políticas e militares, ignorando a presença de outros setores e outros agentes da vida social. Dessa maneira, nas palavras de Michelle Perrot, “as mulheres foram excluídas da História”, sendo essa exclusão, por um lado, ao nível do relato, e, por outro, ao nível das fontes, base do trabalho historiográfico. O resultado foi um silêncio da historiografia sobre as mulheres que vigorou por muito tempo.

No século XIX os escrivães da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. Se o fazem, quando observam a presença feminina em uma manifestação ou reunião,

⁷ BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

⁸ DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs). *Escrever a História das Mulheres. História das Mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1991, p. 13.

recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular.⁹

As mulheres, assim, tornavam-se “herdeiras de um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso”.¹⁰

Porém a partir da década de 1960, com o desenvolvimento da *História das Mulheres* e posteriormente das *relações de gênero*, a situação diagnosticada por Beauvoir mudou bastante. Foram tiradas as cortinas e o pó que encobriam o passado das mulheres. Para isso um longo caminho foi trilhado.

Vale ressaltar que apesar de todas as críticas destinadas hoje aos pensamentos de Beauvoir pelos historiadores¹¹, esta autora, sem dúvida alguma, tem sua parcela de importância na constituição de uma História das Mulheres, pois foi uma das pioneiras no que se refere aos estudos sobre as mulheres e das relações de gênero, inaugurando discussões acerca da condição feminina na França e no mundo já em 1949, com sua famosa obra, *O Segundo Sexo*. Com argumentos fortes e críticos sobre o *ser mulher*, esta obra abalou a sociedade da época e provocou certa revolução entre as mulheres, sendo posteriormente referência ímpar para os feminismos dos anos 1970.

Na história, com toda certeza, o primeiro trilho desse caminho foi a emergência do pensamento do grupo dos *Annales*, tanto pelos precursores Marc Bloch e Lucien Febvre, nos anos 1930, como por seus seguidores da segunda e terceira geração, em ampliar as fontes para observar a presença de pessoas comuns, “debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do interesse historiográfico, contribuiu posteriormente para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres”¹², sendo elas incorporadas como sujeito histórico.

⁹ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: Eduac, 2005, p. 33.

¹⁰ PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto 2000.

¹¹ Para alguns historiadores, inclusive Joana Maria Pedro, embora o livro “O segundo Sexo” contenha mais de mil páginas, apenas 125 são dedicados à História da mulher, numa historiografia carregada de preconceito e sexismo e dentro de uma perspectiva a-histórica. Joana Pedro observa que enquanto esta obra foi importante para a militância do movimento de mulheres e feministas, os historiadores não se apropriaram dele como fizeram outras disciplinas. Ver: PEDRO, Joana Maria. *Historicizando o Gênero*. In: FERREIRA, Antonio Celso (org). *O Historiador e o seu tempo*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008, p. 171.

¹² SOIHET, Raquel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS: Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Segundo Marina Alves Amorim, a terceira geração dos *Annales* (pós 1970), mais do que a primeira e a segunda gerações, tem relativa importância no processo de construção de uma História das Mulheres, e isso porque a terceira geração

dá permissão às mulheres para insurgirem na cena histórica. Isso porque tal reestruturação historiográfica terminou por promover uma pulverização das temáticas de estudo, dando preferência aos assuntos ligados à vida cotidiana e as representações, elegendo temas pouco ou nada freqüentados pelos historiadores, valorizando enredos e personagens muitas vezes anônimos.¹³

Dessa forma, ampliando a temática de estudo e o leque de fontes disponíveis, o historiador debruçou-se na História com novos olhares e viu-se diante de uma nova historiografia.

A ascensão da História Social como campo de pesquisa está ligada ao resgate da história de grupos sociais que estavam marginalizados do poder. Inicialmente, a história pouco contribuiu para os estudos sobre mulheres, mesmo com a ascensão da história social. Os estudos ficaram por muito tempo atrelados à outras ciências como a sociologia e a antropologia.

Além da História Social, desenvolveu-se o campo que ficou conhecido como História das Mentalidades, assim denominada devido os seus objetos de estudo: os sentimentos, os costumes e as crenças de cada época, o que a tornou bastante valorizada mediante as transformações ocorridas na sociedade durante a década de 1960 no mundo ocidental. Contudo, os embates ocorridos dentro e fora da História das Mentalidades levaram inúmeros historiadores/as para outros campos, dentre eles o da História Cultural que, a partir da década de 1980, herdou alguns dos temas e das problemáticas das mentalidades.

Contraopondo-se a uma História da Cultura, que se dedicava ao estudo das manifestações culturais de determinadas sociedades, a Nova História Cultural “pensa a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.¹⁴ Como uma de suas características, a Nova História Cultural acabou se configurando como uma história plural, com “especial afeição pelo informal

¹³ AMORIM, Marina Alves. “Combates pela História”: a “guerra dos sexos” na historiografia. *Cadernos Pagu*, n. 2, 2003: p. 217-244.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15.

e, sobretudo, pelo popular” possuindo a preocupação de “resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social”.¹⁵

Na sua preocupação com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais (operários, camponeses, escravos, etc.), a História Cultural passou a discutir questões relativas ao universo das mulheres, alçando-as à condição de objeto e sujeito da história. Surgia gradativamente a História das Mulheres como uma vertente da História.

A História das Mulheres como vertente historiográfica, tem como berço os Estados Unidos e Europa, principalmente França. Aqui no Brasil o interesse por esta temática começa a ser despertado a partir do final dos anos 1970, de maneira lenta e gradual. Assim, nas palavras de Maria Izilda Santos de Matos, com a História das Mulheres

procurou-se rever imagens e enraizamentos impostos pela historiografia, bem como dar visibilidade às mulheres, questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino. Revelaram-se novos perfis femininos, outras histórias foram contadas e outras falas recuperadas.¹⁶

Aliada à reviravolta ocorrida na historiografia, a emergência de uma História das Mulheres pode ser compreendida como resultante das transformações ocorridas dentro da sociedade ocidental, oriunda das mobilizações feministas do final do século XIX e século XX, principalmente ao que tange à *segunda onda* do movimento feminista mundial ocorrido em meados da década de 1960.¹⁷ Essa “nova onda” do movimento feminista era preocupada não apenas com as questões sociais e políticas, mas também

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 149.

¹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por Uma História da Mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p.7.

¹⁷ Algumas historiadoras trabalham com o conceito de divisão do movimento feminista em ondas: a Primeira onda teria se desenvolvido no fim do século XIX e tem como característica fundamental a reivindicação por direitos políticos, sociais e econômicos. Já o feminismo da segunda onda, surgido no pós segunda guerra mundial, é centrado nas lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. A terceira onda do feminismo começou no início da década de 1990, como um resposta às supostas falhas da segunda onda, e também como uma retaliação a iniciativas e movimentos criados pela segunda onda. O feminismo da terceira onda visa desafiar ou evitar aquilo que vê como as definições essencialistas da feminilidade feitas pela segunda onda que colocaria ênfase demais nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta. Joana Pedro salienta que há discussões sobre a quantidade e períodos em que se dividiria a trajetória do feminismo. Algumas autoras, incluindo ela trabalham com a ideia de duas ondas e outras com a idéia de três ondas. Ver: PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.). *O Historiador e o seu Tempo*. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2008.

com a elaboração de construções teóricas, “expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas”.¹⁸ As questões pertinentes da “nova onda” chegam às universidades a partir das militantes feministas do mundo acadêmico.

À exemplo do que ocorreu em outros países, no Brasil foram as militantes do movimento feminista as pioneiras nos estudos sobre as mulheres. As feministas tinham o objetivo de apreender o passado legítimo das mulheres introduzindo-as definitivamente na história. Dessa forma, não resta dúvida que a constituição da História das Mulheres no país teve relação direta com o movimento de mulheres e feministas que aqui se desenvolveu. Nesse sentido, nas palavras de Mary Del Priore, “as feministas fizeram a História das Mulheres antes dos historiadores”.¹⁹

Posteriormente militantes feministas participantes do mundo acadêmico, trouxeram “para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e ‘contaminando’ o seu fazer intelectual com a paixão política”²⁰, surgem assim, “núcleos” – essencialmente femininos – destinados à reflexão e aos estudos sobre a mulher (chamados nos Estados Unidos de *Women's Studies*) que, em poucos anos, acabaram se espalhando por uma série de outros países.

No Brasil, esses “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência”²¹, como também eram chamados, foram formados por pesquisadoras em regresso ao Brasil após viagens para Europa e Estados Unidos, onde tiveram a oportunidade de entrar em contato com uma literatura sobre o feminismo que ainda não havia sido traduzida para o português e por novos métodos aplicados no interior do movimento. Desprestigiados e vistos como tendo pouca legitimidade para o mundo acadêmico, tais espaços acabaram se configurando em espaços segregados por mulheres que se dedicava ao estudo das questões femininas e que enfrentavam a resistência e também crítica por parte dos historiadores das outras áreas da História, indagando-se sempre sobre que importância teria uma História das Mulheres?

¹⁸ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes/Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação, 1997, p. 16.

¹⁹ PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto 2000, p. 217.

²⁰ LOBO, Elizabeth Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, n.1, vol.1, 1997, p.16.

²¹ Esses grupos surgiram no Brasil a partir de 1972. O primeiro foi formado em São Paulo por Célia Sampaio e Walnice Nogueira Galvão, professoras universitárias ligadas à militância política.

Tal descrédito em relação aos estudos sobre as mulheres não foi uma exclusividade da academia brasileira para com as nossas pesquisadoras. As críticas e o desinteresse também fizeram parte da realidade de estudiosos de diversos países onde a pesquisa histórica sobre o universo feminino despontava. Pesquisadoras como Joan Scott, Michelle Perrot, Natalie Zemon Davis – além da própria June Hanner –, na qualidade de precursoras, também encontraram muitas resistências nos meios acadêmicos até consolidar as suas pesquisas. Havia sempre a necessidade de explicar a relevância de se fazer uma História das Mulheres. Para Joan Scott “reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu no passado”.²² Por seu turno, para June Hanner argumenta que “a mulher é essencial para o alcance de uma visão equilibrada e multidimensional da realidade, passada e presente”.²³

Assim, segundo Rachel Soihet, as mulheres tornaram-se, gradativamente, um grupo identificável, trazendo para o seio das Ciências Humanas e para o campo da História uma demanda cada vez maior de informações sobre o mundo e as lutas das mulheres. Como resultado, as pesquisas multiplicaram-se, tornando a História das Mulheres “um campo relativamente reconhecido em nível institucional”.²⁴

Dentre as diversas pesquisadoras/militantes participantes dos “Grupos de Reflexão” surgidos no Brasil, temos historiadoras de renome. Na historiografia brasileira, Heleieth Safiotti e Maria Odila Leite da Silva Dias foram algumas das pioneiras nos estudos sobre mulheres. Além de serem autoras de alguns dos trabalhos que mais influenciaram a História das Mulheres no Brasil, essas autoras têm sido as formadoras de toda uma geração de historiadoras das mulheres e das relações de gênero.²⁵

²² SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

²³ HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²⁴ SOIHET, Rachel. Enfoques Feministas e a História: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 276.

²⁵ SAFIOTTI, Heleieth. *Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 1969; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

A grande crítica hoje no tocante aos estudos realizados pelo movimento feminista sobre as mulheres e que eles tinham como característica fundamental a busca por heroínas ou mártires, ou ainda por mulheres que se destacaram em meio a opressão masculina, resgatando para a História somente a narrativa da vida das “grandes mulheres”.²⁶ O grande problema neste tipo de trabalho era que as “mulheres comuns”, com “vivências comuns” não recebiam espaço nos escritos, tornando essas vidas invisíveis, como se não tivessem contribuído para o desenvolvimento da sociedade. Mesmo assim, não podemos desconsiderar a relativa importância desses trabalhos, pois eles conseguiram responder a seguinte indagação presente na época: para que se fazer uma História das Mulheres? A resposta não poderia ser mais contundente: “para fazê-las existir, viver e ser”.²⁷ A História das Mulheres, na atualidade, vem sendo feita por historiadores sociais, não tendo mais relação com a história do feminismo.

Hoje entendemos que os primeiros estudos sobre as mulheres enquadravam-se no que podemos denominar de “história compensatória” ou ainda, “uma história da exclusão”²⁸ no intuito de tentar reparar a exclusão a qual foram delegadas na História Tradicional. Outro tipo de abordagem muito comum era o da “história miserabilista, que dava ênfase a um tipo de ‘história da desgraça feminina’”²⁹, abordando a passividade da mulher frente a sua opressão: as mulheres espancadas, humilhadas, enganadas, violentadas, abandonadas, enfermas e loucas, e a abordagem que priorizava a “mulher rebelde”: viva, ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir os seus propósitos³⁰. Nessa mesma linha de pensamento, Mariana Amorim observa que

O objetivo das estudiosas feministas, nos primeiros tempos, era tornar a mulher visível como sujeito da Ciência. Dessa forma, os estudos iniciais caracterizam-

²⁶ Antes das feministas, Joaquim Norberto de Souza Silva, também publicou um trabalho dentro da mesma temática de exaltação das grandes mulheres brasileiras, intitulado “*Brasileiras Célebres*” em 1862. Este trabalho constitui uma fonte de referências históricas sobre as mulheres frente a um mar de ausências, porém, exalta as mulheres dentro de uma visão conservadora.

²⁷ PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

²⁸ Esse termo foi utilizado por Maria Stella Martins Bresciani em 1989, na Revista *Brasileira de História* que publicou um número inteiramente dedicado ao tema da Mulher, intitulado “A Mulher no Espaço Público” (v.9, n.18). Na apresentação Bresciani dizia que falar de mulher era tentar reparar a exclusão imposta pela historiografia tradicional.

²⁹ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

³⁰ SOIHET, Raquel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS: Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

se pela descrição das condições de vida das mulheres em diferentes instâncias e espaços, apontando ou comentando as desigualdades entre os sexos, denunciando a opressão e o submetimento feminino, contando, criticando ou mesmo celebrando as características tidas como femininas. Seu grande mérito foi transformar a mulher em tema central, já que, anteriormente, ela era vista como exceção, como um desvio à regra masculina.³¹

Esses tipos de abordagens não estão mais presente nos estudos mais atuais. A dicotomia existente entre vitimização e heroísmo é uma etapa superada para a História das Mulheres. Hoje, busca-se visualizar toda a complexidade da atuação delas em diversas esferas da sociedade, já não se trata mais de tentar reparar uma exclusão. Como bem coloca Michelle Perrot, “deseja-se segui-las na cidade, na nação, às voltas com uma cidadania que lhes resiste, mas que vão progressivamente conquistando”.³²

Segundo Joana Maria Pedro, o diferencial da História das Mulheres hoje está no fato dos pesquisadores procurarem destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres do passado³³, como também não se preocupa mais somente com a desconstrução dos discursos masculinos sobre as mesmas. Mary Del Priore define muito bem as novas abordagens nesse setor ao afirmar que:

... não interessa ao historiador fazer a História das Mulheres em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria de um terrível anacronismo. Sua função maior deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas.³⁴

Nesse sentido, também a brasilianista June Hahner assevera que

A História das Mulheres não pode ser vista apenas como uma história exclusivamente de protesto, nem como uma história de contribuidoras, focalizadas em mulheres famosas. Também não podemos estudar apenas imagens de mulheres, ou seus papéis sexuais, embora isso tudo seja importante e merecedor de estudo minucioso. Deve-se investigar a gama total de experiências de vida das mulheres, suas atividades, funções, problemas, percepções e valores. Essa é uma tarefa difícil devido a complexidade de

³¹ AMORIM, Marina Alves. “Combates pela História”: a “guerra dos sexos” na historiografia. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, n. 2, 2003: p. 217-244.

³² PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

³³ PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antônio Celso (org). *O Historiador e o seu Tempo*. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2008.

³⁴ PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto 2000, p. 235.

experiências das mulheres, pois elas permaneceram tanto no centro como na margem.³⁵

Joan Scott considera a História das Mulheres como movimento para distinguir o fenômeno atual dos esforços anteriores em escrever o passado das mulheres³⁶, pois, convém lembrar que, estudar as mulheres não foi uma novidade exclusiva do século XX. O “sexo frágil” já havia sido objeto de estudos em outras eras da História embora as mulheres não fossem consideradas sujeito.

Na Antiguidade, as mulheres foram pensadas pelos filósofos, que tinham como tema de discussão a questão da desigualdade dos sexos, acreditando ser legítima a subordinação feminina. O próprio Platão, assim como também Aristóteles, acreditava que a desigualdade “tratava-se de um fato da natureza que deveria obedecer a um fim qualquer e justificavam a inferioridade da mulher com a mesma desenvoltura com que se referiam à sujeição do escravo”³⁷. O reforço da desigualdade entre homens e mulheres também foi a mesma entre os pensadores na era moderna – entre eles, Spinoza – que se apoiavam ainda na idéia de que as mulheres eram desprovidas de razão e controladas por paixões desenfreadas.

Na Ilustração os filósofos iluministas procuraram não entrar no mérito da questão dos sexos, devido ao princípio da igualdade defendido pelo Iluminismo. No século XIX veio a idéia de diferenciação sexual, proposta por Hegel, assim como a idéia de igualdade entre homens e mulheres, de liberdade e emancipação, propostos pelos filósofos da política, entre eles, Fourier e Karl Marx.

Vale ressaltar também que na medicina o “sexo frágil” sempre esteve presente nas discussões: os estudos na área buscavam definir biologicamente as características femininas como

o recato, a fragilidade, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios.³⁸

³⁵ HANNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 20.

³⁶ SCOTT, Joan. “*História das Mulheres*”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

³⁷ GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 48.

³⁸ SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. In: PRIORE, Mary Del (Org). *Historia das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

As questões relativas ao funcionamento/desregramento do corpo feminino³⁹ também estavam presentes nos estudos médicos e refletiam os padrões sociais e morais da época⁴⁰. Nesse sentido, entendia-se que o corpo feminino deveria estar à disposição para juntamente com o esposo procriarem e, em seguida, alimentar os filhos, aquecê-los e aconchegá-los com carinho. O corpo da mulher deveria ainda levar consigo sua história de mãe, de reprodutora, modelados pela maternidade.

O corpo feminino, sempre foi ao longo dos séculos, marcado pela estranheza e imprecisões do seu funcionamento. A mulher e seu corpo foram tratadas como temas enigmáticos. Como salienta Ligia Bellini, “a mulher foi durante muito tempo, tida como essencialmente uterina, e o útero era que regia os demais órgãos femininos. Ele era a matriz do corpo, e o seu mau funcionamento causava entre outras coisas a histeria e a melancolia”.⁴¹ O poder de procriação era o termômetro para a verificação do bom funcionamento do útero e do corpo feminino. “O útero em funcionamento apontava a mulher normatizada. Aquele que não trabalhasse, assinalava a desregrada. Não há madre como a que pare”.⁴² Ou seja, as evidências da fecundidade revelavam o caráter da boa mulher: as mulheres incapazes de conceber eram estigmatizadas.

Entretanto, as mulheres que não mantinham relações sexuais e, portanto, não estavam procriando também eram atingidas. Segundo Mary Del Priore, a medicina alertava que a mulher privada de companhia expunha-se a graves problemas. Viúvas, freiras, e solteiras seriam vítimas dos “furores da madre”, espécie de vingança do organismo feminino contra o seu abandono.⁴³

Dessa forma podemos perceber que o corpo feminino deveria estar exclusivamente a serviço da procriação e o sexo sem este fim era condenado. A luxúria era considerada um descaminho fisiológico e não se prestando à maternidade dentro do sagrado matrimônio, a mulher lasciva deixava de ser agente do Estado e da Igreja no interior do lar. A luxuriosa era uma mulher sem qualidades e opunha-se a esposa digna,

³⁹ DAVIS, Natalie Zemon. As Mulheres por Cima. In: *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁴⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de e SOIHET, Rachel. *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

⁴¹ BENINI, Ligia. *A Coisa Obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴² PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília: UnB, 1995.

⁴³ Idem, *Ibidem*.

a mulher honesta, a mãe piedosa, era um mal social, uma doença que deveria ser extirpada da sociedade.

A ignorância no que se refere às concepções do corpo feminino e o poder de sedução das mulheres fizeram com que a Igreja e o Estado arquivassem rígidas formas de controle sobre a mulher e sobre o seu corpo. No Brasil colônia as formas de controle que se firmaram sobre o corpo feminino, buscaram marcar exatamente o lugar da mulher nesta sociedade. Um lugar oculto, restrito ao recanto do lar. Dessa forma, todos os discursos religiosos, morais e éticos do século XIX no que se refere a situação da mulher têm por objetivo combater e curar os ‘males’ do corpo feminino e, muitas vezes, a própria mulher. A Igreja é, nesse sentido, a “médica que cura as doenças da alma”.⁴⁴

Somente no século XX é que as mulheres começam a ser pensadas fora dos espaços da filosofia e da medicina, invadindo as ciências sociais e humanas: História, Sociologia, Antropologia e psicanálise. Assim, o novo não foi o sexo feminino como objeto de estudo, mas sim o olhar e a abordagem lançados sobre ele e ainda percepção da mulher como sujeito histórico.

No início da década de 1970 a pesquisadora norte-americana June Hahner realizava pesquisa no Rio de Janeiro sobre as classes populares urbanas da Primeira República e deparou-se, na Biblioteca Nacional, com material e documentos inéditos a respeito das mulheres brasileiras no século XIX de suas lutas e atividades feministas. Essa documentação desconhecida era em suma um grande acervo de jornais produzidos por mulheres desde a década de 1850 entre eles os jornais *O Jornal das Senhoras*⁴⁵ e *O Sexo Feminino*⁴⁶, que posteriormente foram bastante utilizados em pesquisas debruçadas sobre a temática da emancipação feminina. Para Hahner, “tratava-se de uma história perdida, a História das Mulheres brasileiras, que tinha que ser recuperada”.⁴⁷ E de fato, esta brasileira passou toda a década de 1970 dedicando-se a esta pesquisa, que resultou na publicação de dois livros considerados de extrema importância para os

⁴⁴ BENINI, Ligia. *A Coisa Obscura*. Op. Cit.

⁴⁵ Esse tem sido considerado o primeiro jornal feminino publicado no país. Seu primeiro número circulou pelo Rio de Janeiro em 01 de janeiro de 1852 sendo editado por Joana Paula Manso de Noronha.

⁴⁶ O jornal começou a circular no dia 7 de setembro de 1873, pelas ruas de Campanha, Minas Gerais, tirando quarenta e quatro números publicados. O objetivo da editora D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e de suas colaboradoras – pertencentes a uma pequena elite de mulheres letradas dentro e fora de Campanha – era a melhoria da condição da mulher na sociedade.

⁴⁷ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e as suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

estudos sobre as mulheres. O primeiro deles intitula-se *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas (1850-1937)*, publicado em 1981, onde Hahner aborda a luta das mulheres por direitos como educação, trabalho e voto utilizando a imprensa como meio propagador de suas idéias. No segundo, *A Emancipação do Sexo Feminino*, a autora acrescenta novas questões sobre a luta pelos direitos das mulheres no Brasil.⁴⁸

Também na década de 1970, mais precisamente a partir do ano de 1974 a Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, passou a incluir em sua programação estudos sobre a Mulher. Em setembro de 1975, elaborou um “*programa de pesquisas sobre o trabalho e a educação da mulher*”, além de concursos realizados bienalmente pela referida Fundação, com o objetivo de desenvolver pesquisas sobre o tema e posteriormente reuni-las num volume. Em 1978, os pesquisadores começaram a coletar material para a realização de uma bibliografia voltada para trabalhos com essa temática⁴⁹. Foi nesse contexto que surgiram alguns importantes trabalhos até o ano de 1985. Surgiram assim: “*Vivência, Trabalhadoras do Brasil; Mulher, Mulheres; Rebelia e Submissão; Entre a Virtude e o Pecado; Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*”.⁵⁰

No final da década de 1970 e início dos anos 80, a pesquisa acadêmica no Brasil em torno das questões da mulher entrou numa fase de consolidação e expansão. Não se fazia mais necessária a argumentação em prol da legitimidade da área, passando-se a novas questões e exigências, tais como “maior rigor científico e uma elaboração teórica mais sólida”.⁵¹

Nesse período a historiografia da mulher privilegiou o tema do trabalho⁵², principalmente o trabalho fabril. Segundo Maria Izilda Matos, esse privilégio dado ao mundo do trabalho está relacionado aos estudos sobre o movimento operário e a uma

⁴⁸ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e as suas Lutas Sociais e Políticas*. Op. cit.; HAHNER, June E. *A Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres/Unisc, 2003.

⁴⁹ Ver PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto 2000, p. 226.

⁵⁰ Idem, Ibidem.

⁵¹ COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, agosto 1985. In: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Terceiro Setor e Gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

⁵² Aprofundarei essa discussão no item 1.3 deste capítulo.

herança da tradição marxista, cuja preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres. Nesse sentido,

os temas mais recorrentes variavam da participação feminina no mercado de trabalho, preponderantemente o fabril, com enfoque não apenas no papel que a incorporação de sua força de trabalho significou, principalmente na indústria têxtil para o processo de acumulação do capital, suas condições de trabalho e vida, mas também suas manifestações coletivas no âmbito do que se convencionou chamar de movimento operário.⁵³

O tema do trabalho passa a ser analisado dentro da perspectiva da ruptura das mulheres com os limites da vida doméstica e conseqüentemente a sua inserção na esfera pública, temática que traz à tona uma série de questões envolvendo a problemática do “permitido e proibido” para as mulheres a partir do pensamento vigente em diversas épocas da sociedade. Englobando essa temática, em 1989, a *Revista Brasileira de História* (RBH) publicou um número inteiramente dedicado à relação mulher e trabalho, intitulado “*A mulher no espaço público*”⁵⁴, organizado por Maria Stella Martins Bresciani. Nesta edição, a RBH publicou artigos que evidenciam a luta feminina por espaço na esfera pública, seja como profissionais atuando em diversas áreas ou simplesmente como cidadã.

Os estudos sobre as mulheres no Brasil também foram influenciados pela *Nova História* em curso na Europa desde o final da década de 1920 e pela tradução das obras de Michel Foucault, surgindo outros temas como a sexualidade, os desvios e a criminalidade. Tais temas desembocaram no que se convencionou chamar de “historiografia da transgressão”, representado pelos trabalhos sobre a “história das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das ‘mal-faladas’, das pecadoras, das doidas, das pobres, das escritoras feministas”.⁵⁵

Diante de tantas pesquisas realizadas e trabalhos publicados, a década de 1980 constitui-se como um marco na história da História das Mulheres e os estudos do período são consideradas referenciais para inúmeras pesquisas posteriores não somente na temática do trabalho, mas em outras questões referente às condições femininas de vida, sobrevivência, resistência e lutas. Algumas autoras têm importância

⁵³ GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 58.

⁵⁴ *Revista Brasileira de História*, n° 18, v. 09, 1989.

⁵⁵ PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 227.

inquestionável: Maria Odila Leite da Silva Dias, Miriam Moreira Leite, Luzia Margareth Rago, Martha de Abreu Esteves, Rachel Soihet, Eni de Mesquita Samara, Magali Engel.⁵⁶

É importante acrescentar que em muitos desses estudos, transparece a intenção de resgatar a atuação das mulheres trabalhadoras pobres, observando sua capacidade criativa nas múltiplas estratégias quotidianas de sobrevivência e de resistência, desvitimizando-as.

Portanto, os estudos realizados a partir das novas concepções da História das Mulheres tomaram vigor pluralista, diversificando os temas, inseridos também numa análise da micro-história, que passa pelo privado, pelo trabalho, educação, família, maternidade, gestos, sentimentos, corpo, sexualidade, política e outros. Hoje temos noção de que

a História das Mulheres engloba a história de suas famílias, de suas crianças, de seu trabalho, de seu cotidiano, de suas representações na literatura, na mídia, na sociedade a qual estão inseridas. Sua história é a história de seu corpo, de sua sexualidade, da violência que sofreu ou praticou, da sua loucura, dos seus amores e outros sentimentos. Sua história é, igualmente, a das representações que se fazem sobre elas, representações que fazem sonhar, como as que giram em torno da “casta”, da “boa esposa e mãe”, da “sedutora”; mas representações que fazem odiar, como as que cercam as feiticeiras, as lésbicas, as rebeldes, as anarquistas, as prostitutas ou as loucas.⁵⁷

Dentro desta perspectiva pluralista da História das Mulheres temos um importante trabalho organizado pela historiadora Mary Del Priore intitulado *História das Mulheres no Brasil*⁵⁸, publicado no final da década de 1990. Esta obra que objetivava superar as discussões sobre a invisibilidade feminina no cenário histórico, constitui-se como uma obra pioneira no Brasil ao reunir em seus vinte artigos, de renomadas historiadoras e historiadores das mulheres, um amplo estudo sobre as

⁵⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A Condição Feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo século XIX*. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989; ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁵⁷ PRIORE, Mary Del. Op. cit., p. 234.

⁵⁸ PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto 2002.

questões pertinentes ao mundo feminino desde o Brasil colonial até os dias atuais. Segundo Priore, o objetivo do livro é “ênfaticamente a complexidade e a diversidade das experiências e das realizações vivenciadas por mulheres, durante quatro séculos”⁵⁹, o que a meu ver foi realizado com brilhantismo e dinamismo dando um aspecto plural às abordagens contidas na obra.

Com o campo já solidificado a História das Mulheres tem crescido bastante a cada dia dentro da historiografia brasileira não só no número de pesquisas como também nas discussões que são empregadas. Porém ainda existem problemas. Um primeiro diz respeito a necessidade de resgatar estas histórias em outras regiões fora do sul e sudeste do país, pois existem lacunas que precisam ser preenchidas e histórias que devem ser resgatadas. Outro problema refere-se ao quantitativo de publicações que é ainda pequeno em relação ao número de pesquisas realizadas.

Entre os historiadores que trabalham com o estudo das mulheres podemos destacar, no cenário internacional, importantes nomes como Michelle Perrot⁶⁰, Georges Duby, Joan Scott, Natalie Zemon Davis, Françoise Thébaud, June Hahner. No Brasil, despontam as já citadas Margareth Rago, Rachel Soihet, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Izilda Santos Matos, Joana Maria Pedro, Eni de Mesquita Samara, Mary Del Priore entre outras que já foram objetos de comentários neste texto.

No Amazonas a historiografia da mulher e das relações de gênero ainda está muito incipiente. O tema parece não despertar muito interesse nos historiadores locais, pois poucas são as pesquisas e trabalhos publicados no Estado ou mesmo fora dele que abrangem a temática⁶¹. Dentre os poucos trabalhos da lavra de historiadores da Universidade Federal do Amazonas podemos destacar o de Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que dedicou ao tema um capítulo em sua tese de doutorado⁶² para falar da relação da mulher com o periodismo local no final do século XIX e início do XX. Neste

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 9.

⁶⁰ Entre os importantes trabalhos publicados de Perrot, destacam-se os já citados *Os Excluídos da História, Mulheres Públicas; As Mulheres ou os Silêncios da História*, além da coleção *História das Mulheres no Ocidente*, organizada juntamente com Georges Duby.

⁶¹ Esta situação tende a mudar em alguns anos, pois, com a implantação do curso de Mestrado em História oferecido pela Universidade Federal do Amazonas desde o ano de 2006, algumas pesquisas sobre a referida temática estão em curso e em breve contribuirão para a minimização desta lacuna historiográfica.

⁶² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas. (1880-1920)*. Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2001.

capítulo, intitulado “*A Mulher no Periodismo*”, a autora analisa a presença de mulheres nos jornais do Estado, seja como vítima dos combates da imprensa conservadora que protestava contra a “pretendida emancipação feminina”, seja como atuante na escrita das pequenas folhas surgidas no período. A autora também analisa a questão do trabalho operário realizado pelas mulheres dos segmentos mais populares da sociedade no Estado.

No entanto, o cotidiano das mulheres, suas vivências e experiências preenchem os estudos da área da Pedagogia e das Ciências Sociais, que nos tem dado trabalhos relevantes no tocante a percepção e conhecimento do passado (e das questões do presente) das mulheres amazonenses. Podemos destacar nessas áreas o livro *As Mulheres e o Poder na Amazônia*, da socióloga Heloisa Lara Campos da Costa, onde analisa as formas de inserção da mulher na ordem patrimonial das sociedades amazonense e paraense do século XIX⁶³; *As Novas Amazônidas e Reconstruindo a Imagem da Mulher Amazônida*, da cientista social Iraildes Caldas Torres⁶⁴; *O Chão de Fábrica: ser mulher operária no pólo industrial de Manaus*, da pedagoga Irecê Barbosa Monteiro⁶⁵ e *O Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher* da jornalista Ivânia Vieira⁶⁶, além de alguns trabalhos de iniciação científica (PIBIC) e dissertações de mestrado, como é o caso de *Mulher que se Admira, Mulher que se Deseja, Mulher que se Ama*, de Fabiane Vinhente.⁶⁷

1.2. O DESAFIO DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Alguns obstáculos estiveram (e ainda estão) presentes na constituição de uma História das Mulheres. Quando um historiador deseja resgatar a trajetória de vida das

⁶³ COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

⁶⁴ TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005; TORRES, Iraildes Caldas. *Reconstruindo a Imagem da Mulher Amazônida*, Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP.

⁶⁵ MONTEIRO, Irecê Barbosa. *Chão de Fábrica: ser mulher operária no Pólo Industrial de Manaus*. Manaus: Valer, 2007.

⁶⁶ VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. *O Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher: Um estudo sobre a linha de montagem*. Manaus: Valer, 2002.

⁶⁷ SANTOS, Fabiane Vinhete. *Mulher que se Admira, Mulher que se Deseja, Mulher que se Ama: gênero e sexualidade nos jornais de Manaus*. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2005.

mulheres do passado deve ter consciência dos desafios a serem enfrentados para a escrita dessa história. Alguns problemas são visíveis: o primeiro é a quase invisibilidade feminina na documentação comumente utilizada, sendo esta fragmentada, dispersa e mascarada pelas vozes masculina, “vozes essas que no passado raramente separavam o mundo do homem daquele da mulher”⁶⁸, ou então falando apenas o conveniente sobre as mulheres ou simplesmente mascarando-as com diversos estereótipos. “Fala-se das mulheres, sobretudo quando perturbam a ordem pública”.⁶⁹ Como destaca em uma de suas obras Michelle Perrot: “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”.⁷⁰

A trajetória de vida das mulheres do passado ainda está envolta por lacunas mais ou menos explicadas por conta da dificuldade que é para os escritos históricos transporem a barreira da quase invisibilidade feminina no passado e, principalmente, “traduzir” esta história mascarada pela fala masculina e manchada por posicionamentos sociais rígidos e conservadores. Traduzir e produzir esta história são tarefas difíceis e complicadas, uma vez que o historiador precisa dedicar atenção e importância aos pormenores, aos indícios e as pistas, por que é aí que verdadeiramente esta história se esconde. Como sustenta Maria Izilda Matos, “as informações existem, elas estão apenas fragmentadas, dispersas nas documentações e isso requer uma paciente busca pelos indícios e uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito, para descortinar os femininos”.⁷¹

Convém lembrar que esse silêncio, essa quase invisibilidade feminina no passado tem duas grandes causas: A primeira é que ela é reflexo de uma cultura patriarcal – para não dizer machista – que relegava à mulher subordinação ao pai ou marido e, principalmente, à reclusão ao recanto do lar, deixando-a ausente nos acontecimentos da vida pública. A segunda causa está relacionada com a narrativa histórica tradicional que privilegiava as fontes administrativas, políticas e militares, ignorando a presença de outros setores e outros agentes da vida social, entre eles as

⁶⁸ PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 234.

⁶⁹ SOIHET, Raquel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS: Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 295.

⁷⁰ PERROT, Michelle: *praticas da memória feminina* In: *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

⁷¹ MATOS, Maria Izilda S. de. *Por Uma História da Mulher*. Op. cit., p. 22.

mulheres. Sendo assim, ausentes da esfera pública, as mulheres não eram consideradas sujeitos da história e, portanto, estavam excluídas das narrativas dos historiadores. Perrot coloca que esta ausência no nível do relato é acompanhada por uma carência de traços nos domínios das fontes nas quais o historiador se alimenta, devido ao déficit de registro primário⁷². Tal constatação deve-se ao fato de que para a história tradicional somente o espaço público e as relações sociais tecidas nele eram considerados importantes e, portanto, deveriam ser registrados, enquanto que o espaço doméstico, e todos os seus acontecimentos, não eram sequer considerados históricos, ficando à margem da história. Sendo o espaço doméstico o espaço feminino por excelência, tínhamos aí uma dupla exclusão nos escritos históricos: de um lado as relações sociais e os acontecimentos desenvolvidos no âmbito da esfera privada e de outro a exclusão do principal agente deste espaço. As mulheres, “destinadas à esfera privada por largo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento de gerações subseqüentes...”⁷³.

Gisele Martins Venâncio enfatiza que

a História das Mulheres encerra um paradoxo: ou ela se desenvolve na sombra, nas entrelinhas da história masculina, ou, ao contrário, ganha focos de luz que a torna objeto de uma análise específica que não a incorpora aos estudos históricos mais gerais. As mulheres são sempre invisíveis ou diferentes, sua história não faz parte de um todo, mas realiza-se através de uma análise atípica o que, ao contrário de demonstrar a singularidade desse objeto, acentua a diferença entendida não como diversidade, mas sim como desigualdade.⁷⁴

Segundo Mary Del Priore, outro problema significativo no estudo da História das Mulheres é a falta de interpretação com maior frequência, pelos historiadores, do estabelecimento, da gênese e da importância dos fatos históricos que envolvem as mulheres. A autora alerta para a necessidade de um número maior de pesquisas regionais que possam resgatar histórias de mulheres de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações⁷⁵. Tais estudos permitiriam delinear os rostos das mulheres brasileiras.

⁷² Idem, *ibidem*. p. 33.

⁷³ SOIHET, Raquel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS: Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁷⁴ VENANCIO, Gisele Martins. Lugar de Mulher é na Fábrica. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001, p. 175-200.

⁷⁵ PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p 234.

Já Maria Odila Dias questiona se o que torna difícil a História das Mulheres é a ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica destas. Para ela, “só é possível escrever a História das Mulheres se buscarmos as minúcias, se lermos nas entrelinhas e garimpamos o metal precioso das fontes em meio à abundante cascalho”.⁷⁶ Ou seja, em busca de pistas que nos permitam transpor a quase invisibilidade e o silêncio do passado feminino, temos que usar a criatividade para renovar os métodos e as técnicas a serem utilizados e para ampliar as fontes a serem analisadas.

June Hahner quando aborda essas mesmas dificuldades sugere uma postura metodológica. Enfatiza que precisamos despender muita energia na coleta e organização de dados dispersos, desvendar uma ou outra informação por meio do confronto de numerosos documentos, reavaliar material de várias ordens, que, por desinteresse ou negligência foram desconsiderados anteriormente.⁷⁷

Por isso, devemos seguir as pistas conforme sugere Carlo Guizburg,⁷⁸ buscando examinar os pormenores mais facilmente negligenciáveis na tentativa de ordená-los em uma nova forma de organização dos fatos para buscarmos conhecer um pouco do comportamento, do cotidiano, das experiências e vivências femininas.

Nesse sentido, o historiador das mulheres necessita debruçar-se sobre um leque de fontes para “pinçar” dali vestígios de um passado disperso. Nessa missão ele deve estar atento para fontes, como por exemplo, os escritos íntimos, a iconografia do período, textos de viajantes e médicos, jornais e revistas, romances e poesias. Enfrentar o desafio de escrever a História das Mulheres, segundo Perrot, impõe ir além da documentação pública, já que a forma como estão registrados os vestígios sobre as mulheres está intimamente ligada à sua condição, ao lugar que ocupam socialmente.⁷⁹

Com isso, não queremos dizer que as fontes oficiais devam ser excluídas da análise do historiador das mulheres, muito pelo contrário, embora nessas fontes a mulher não apareça como sujeito da História elas podem e devem ser analisadas, pois

⁷⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁷⁷ HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁷⁸ GUIZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989, p. 143-181.

⁷⁹ PERROT, Michelle: Práticas da memória feminina. In: *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

são imprescindíveis para tomar conhecimento sobre a realidade econômica e política da sociedade na qual estão inseridos nossos objetos de estudo. Contudo, ele deve fazê-lo sempre buscando novas maneiras de problematizá-las, olhá-las com novos olhares.

Portanto, no tocante a metodologia a ser aplicada nos estudos sobre as mulheres, devemos saber que para cada período a ser estudado há necessariamente um determinado tipo de fonte que deverá ser analisada para resgatar histórias tão diversas. E nisso há, mais ou menos, certa coerência por parte dos pesquisadores. A escolha dá-se não só pelas preferências do historiador, mas, principalmente pelo tipo de registro de cada época. Por exemplo: as pesquisas referentes ao século XVI, XVII e XVIII podem partir inicialmente pelos processos de inquisição, pelas crônicas de viagens dos viajantes que percorreram o país, pelos processos-crime, pelas leis, pelos códigos de postura e conduta e também pelas atas de batismo e casamento. Para o século XIX temos a opção dos diários, das fotos, das cartas, dos relatórios médico e policiais, e principalmente dos periódicos da época. Para o XX as fontes se ampliam muito, dando visibilidade às mulheres “por meio dos livros e manifestos de sua própria autoria, da mídia cada vez mais presente, dos sindicatos e dos movimentos sociais dos quais participam, das revistas que lhe são dirigidas e dos números com que são recenseadas”.⁸⁰

Outra opção no processo de busca das pistas são os arquivos privados bem generosos no que se refere a quantidade de informações e vestígios deixados pelas mulheres, pois neles, elas se exprimiam de forma bem mais abundante, sendo até mesmo as suas únicas produtoras. Os diários íntimos, por exemplo, são sempre os guardiães de uma história reprimida enquanto que os livros de anotações da casa, correspondências, objetos e roupas usadas nos fazem adentrar no (quase) desconhecido mundo feminino.

Michelle Perrot analisa a “paixão das coisas” pelas mulheres, ou seja, o apego feminino a objetos que remetem a lembranças do vivido testemunhas de sua história, de seu passado. A “paixão das coisas” configurava-se então como um mundo calado e permitido em que as mulheres confiavam a sua memória e grande porta de entrada para o conhecimento do mundo feminino. As “coisas”, segundo a autora, terminam por surgir, então, como fontes privilegiadas. Segundo Perrot:

⁸⁰ PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 8.

As mulheres se dedicam (...) à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos por ocasião de um aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou excursão, ‘mil nadas’ povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina. As mulheres têm paixão pelos porta-jóias, caixas e medalhões onde encerram seus tesouros: mechas de cabelo, jóias de família, miniaturas que, antes da fotografia, permitem aprisionar o rosto amado. Mais tarde, fotografias individuais ou de família, em porta-retratos ou em álbuns, esses herbários da lembrança, alimentam uma nostalgia indefinidamente declinada. Álbuns de desenhos ou de cartões-postais memorizam viagens.⁸¹

Contudo, esse é um tipo de fonte bem mais difícil de ser encontrada, nem tanto pelo acesso, mas por ser esse um tipo de fonte que sofre constante destruição seja pelas próprias produtoras por medo de serem incompreendidas, seja pela indiferença dos seus descendentes. Como salienta Rachel Soihet, “o apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” bem como a “escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzido por elas próprias”⁸² é inicialmente a grande dificuldade enfrentada pelos historiadores.

Muito além da “paixão pelas coisas”, os objetos do privado, a História Oral também se apresenta como metodologia privilegiada de pesquisa, em se tratando da História das Mulheres. Perrot nos sugere que às mulheres cabe a memória do privado, primeiramente, porque a maior longevidade das mulheres lhes confere o papel legítimo de testemunhas devido a sua loquacidade, em contrapartida ao mutismo masculino, principalmente em se tratando de recordações da vida privada. Dessa forma para a autora, a História Oral é de certa forma “uma revanche das mulheres”.⁸³

1.3. MULHER, MULHERES E GÊNERO

No decorrer das últimas quatro décadas os estudos que envolvem o “feminino” têm adquirido consistência e características próprias, partindo também para um processo marcadamente evolutivo no decorrer deste período. Falo das concepções de abordagens surgidas até então (mulher, mulheres, gênero), embora alguns estudiosos não

⁸¹ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 37.

⁸² SOIHET, Raquel. “História das Mulheres”. Op. Cit.

⁸³ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Op. Cit., p. 40.

concordem em trabalhar com o termo “evolução” para não dar a entender que se trata de “uma evolução na direção da categoria mais correta”.⁸⁴

Como já sabemos, os primeiros trabalhos sobre a mulher surgiram a partir da década de 1960 dentro de uma perspectiva feminista de análise da história que buscava resgatar no seio de “uma história perdida”, heroínas, mártires e rebeldes. Tais trabalhos eram frutos dos acontecimentos da época, especialmente no que se refere ao intenso movimento feminista vigente naquele período.

A construção de uma História da mulher pelas feministas pautava-se na constituição de uma identidade feminina separada da de homem como ser universal. Nas palavras de Joana Maria Pedro, “elas estavam afirmando que eram diferentes dos homens, ao mesmo tempo em que buscavam a igualdade com eles”⁸⁵. Pedro conclui seu pensamento ao escrever que dessa forma o termo *mulher* tornou-se palavra de ordem e era pensada em contraposição à palavra *homem*. Era então, *a diferença* (em relação ao homem) que era reivindicada pelas feministas.

Dessa forma, os trabalhos produzidos a partir deste pensamento tinham características únicas e buscavam firmar a identidade da mulher e mostrar sua importância na História e na sociedade em todos os tempos. Alguns trabalhos exemplificam a afirmação, entre eles, os pioneiros: *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de autoria de Rose Marie Muraro, publicado em 1966 e o de Heleieth Safiotti *Mulher na Sociedade de Classes*, publicado em 1969.

É também deste período a formação dos grupos de reflexão, já mencionados neste capítulo, onde as mulheres se reuniam para discutir as questões relacionadas a sua situação na sociedade bem como seus problemas, aspirações e dificuldades. Muitas intelectuais faziam parte destes grupos o que fez com que diversas pesquisas tenham se originado a partir das conversas dentro dos grupos.

A perspectiva separatista – de somente reunir mulheres –, como se pode ver, baseava-se em uma identidade considerada comum a todas, ou seja, todas as pessoas que, entendiam, possuíam um mesmo sexo, no caso o feminino, eram

⁸⁴ PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.). *O Historiador e o seu Tempo*. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2008.

⁸⁵ Idem, *Ibidem*.

identificadas como “mulher” e passavam a ser pensadas como submetidas ao sexo masculino – sendo, portanto, alvo da mesma forma de opressão.⁸⁶

No entanto, alguns grupos de mulheres não se sentiam contempladas no interior dessas discussões, pois o termo “mulher” não era suficiente para explicá-las. Para Rachel Soihet, “as mulheres são diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, e tem sua trajetória marcada por inúmeras diferenças”⁸⁷, por isso não podiam ser abordadas pelos historiadores como uma única categoria. Ou seja, “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicavam uma ‘diferença’ dentro da diferença”.⁸⁸ Joana Maria Pedro argumenta ainda que,

todo esse debate fez ver que não havia a “mulher”, e sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta.⁸⁹

Diante desse quadro fez-se necessário a substituição da categoria *mulher* pela categoria *mulheres* inclusive nas abordagens historiográficas. Esta nova categoria de análise fez-se presente nas peculiaridades femininas e tornou a discussão historiográfica muito mais interessante uma vez que novas pesquisas foram realizadas a partir de outras questões observadas e estudadas, novos temas foram propostos e a consequência disso tudo foi a redefinição da importância e da participação (de diversas formas) das mulheres na História, as lutas e as formas femininas de inserção social.

Inúmeras pesquisas foram realizadas na década de 1980, partindo da categoria *mulheres* e procurando destacar “as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado”.⁹⁰

No início dos anos 90 o conceito gênero chegava ao Brasil através da tradução de um artigo pela *Revista Educação e Realidade*, da historiadora norte-americana Joan Scott denominado de: “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, o texto mais

⁸⁶ PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. Op. Cit.

⁸⁷ SOIHET, Raquel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS: Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁸⁸ PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. Op. Cit.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 170.

⁹⁰ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54. São Paulo, Dezembro de 2007.

citado nas discussões que pretendem abordar a categoria *gênero* nas análises da pesquisa histórica.

Ao mesmo tempo começaram a se multiplicar os estudos que problematizavam os papéis das mulheres na história, a história do cotidiano, as “culturas femininas”, e começou a aparecer a categoria das relações de gênero. Em suma, mesmo atentas às armadilhas que o desenvolvimento de uma História das Mulheres um tanto 'à parte' pudesse colocar, sem dúvida, foi a partir das pesquisas que se ampliaram, das publicações e coleções de História das Mulheres, bem como dos problemas que essa história considerada por muitos como 'à parte' começou a colocar para a escrita da história que os historiadores e as historiadoras, de maneira geral, passaram a se interrogar sobre a importância de se admitir o gênero como uma categoria de análise não somente útil, mas fundamental para a própria pesquisa histórica.⁹¹

Quero ressaltar que não pretendo neste momento fazer uma análise sobre a categoria gênero, mas sim mostrar como ela surgiu no interior das discussões historiográficas. O termo *gênero* foi utilizado primeiramente entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual*. Ou seja, este novo conceito surge à partir de uma perspectiva de desconstrução das idéias do que é ser um homem e/ou ser uma mulher.

Segundo Joana Pedro, em artigo já citado, nos anos 1980 os movimentos feministas e de mulheres passaram a usar a palavra *gênero* no lugar de *sexo* para reforçar a idéia de que as diferenças percebidas no comportamento de homens e mulheres eram definidos pelo *gênero* e estava relacionado à cultura e não eram dependentes do sexo enquanto questão biológica.

Para Joan Scott a relativa importância deste novo conceito dá-se através das modificações dos paradigmas da História, resultando não apenas em uma “nova História das Mulheres, mas em uma nova história”.⁹² Parafrazeando Lidia Possas, a ênfase deixava de ser dada por sobre os sujeitos para passar a enfatizar “as relações entre os sujeitos”, apontando-se para a dimensão relacional e culturalmente construída das diferenças humanas. Dentro desta perspectiva, na pesquisa histórica

⁹¹ WOLFF, Cristina Scheibe e POSSAS, Lidia M. Vianna. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 03. Florianópolis, Setembro/Dezembro de 2005.

⁹² SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Mulher e Educação: Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

evidenciar a presença das mulheres em determinados períodos ou enfatizar-lhes o caráter (heróico, subversivo, vitimizado, etc.) não era mais suficiente, era preciso passar a perceber a forma como os gêneros são percebidos, produzidos, estabelecidos e legitimados em cada época.⁹³

Ainda na mesma linha de pensamento, Joana Pedro observa que o termo *gênero* na narrativa histórica

passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos, foram produtores do gênero⁹⁴.

A partir daí houve, na constituição desse campo de conhecimento historiográfico, iniciativas que agregaram diversas pesquisadoras interessadas no tema e diversas pesquisas passam a ser realizadas englobando a temática da “História das Mulheres e das relações de gênero”. Assim, esta categoria de análise tem sido incorporada nos estudos de diversos historiadores, para citar alguns nomes: Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Cristina Scheibe Wolff, Lidia Possas, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro.

Rachel Soihet e Joana Pedro, em artigo já citado⁹⁵, nos falam sobre a constituição de um Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, criado em 25 de julho de 2001, durante o XXI Simpósio Nacional da Anpuh, realizado em Niterói (RJ), cujo objetivo era articular em âmbito nacional uma rede de contatos entre pesquisadoras, articulado à Associação Nacional de História, tendo ela mesmo como Coordenadora Nacional do GT (Grupo de Trabalho) Estudos de Gênero. A partir daí outros GTs de Estudos de Gênero, foram criados em diversas partes do Brasil, inclusive em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

No mesmo artigo, Soihet e Pedro observam que a fertilidade dos dias atuais em pesquisas e GTs contrastam, com a trajetória difícil que a essa categoria de análise enfrentou no campo historiográfico. Pois semelhante ao que ocorreu com as outras categorias de análises (*mulher* e *mulheres*) foi a disciplina História, nas ciências

⁹³ WOLFF, Cristina Scheibe e POSSAS, Lidia M. Vianna. *Revista Estudos Feministas*. Op. cit.

⁹⁴ PEDRO, Joana Maria. *Historicizando o Gênero*. Op. cit.

⁹⁵ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54. São Paulo, Dezembro de 2007.

humanas, a que certamente mais tardiamente apropriou-se dessa categoria como categoria analítica na pesquisa histórica.⁹⁶

É necessário ressaltar, contudo, que não há a definição de uma “categoria mais correta” e que embora as pesquisas nos dias atuais se definam nos moldes da categoria gênero, diversas pesquisas continuam a discutir a *mulher*, ou ainda *mulheres* seja nas narrativas históricas ou ainda nos movimentos sociais.

1.4. MULHERES E TRABALHO

A escolha em dedicar neste capítulo um espaço para discutir a abordagem mulheres e trabalho está relacionada a algumas questões: este é o tema mais discutido e em número de produção por historiadores das mulheres, o que nos permite estabelecer comparações entre os modos de vida e trabalho delas em diversas épocas e lugares; outra questão refere-se ao fato de que este trabalho também está inserido dentro desta temática ao procurar analisar a inserção das mulheres na esfera pública também pelo trabalho. Por isso faz-se necessário uma reflexão sobre a produção acadêmica acerca desta temática.

No Brasil as primeiras abordagens sobre o trabalho feminino deram-se nos terrenos da sociologia e da antropologia. Na História, porém, este tema só começa a despertar interesse a partir do final da década de 1970 com as historiadoras das mulheres debruçadas sobre o desejo de resgatar as múltiplas vivências e experiências do sexo feminino.

O historiador Eric Hobsbawm afirma que a utilização da força de trabalho se deu inicialmente nas pequenas indústrias domésticas (tecelagem manual, bordados, tricotagem e etc.) posteriormente se estendeu para o setor de serviços e para a indústria (têxtil, confecções e alimentos), e somente depois, de posse do ensino primário, as mulheres direcionaram-se para as lojas e escritórios.⁹⁷

⁹⁶ Idem, *Ibidem*.

⁹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A Nova Mulher*. In: *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Para uma exemplificação de algumas das dimensões apontadas aqui por Hobsbawm no caso brasileiro, cabe conferir a contribuição de: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder: a trajetória e*

Dentro da temática do *trabalho*, os estudos privilegiavam as atividades fabris desempenhadas pelo sexo feminino a partir dos anos iniciais da industrialização brasileira (final do século XIX e décadas iniciais do XX). O recorte histórico e o objeto de estudo estão intimamente relacionados com a presença intensa de mulheres nas indústrias do país no referido período e pelo fato do desenvolvimento industrial ter promovido mudanças na condição feminina, pois, as mulheres a partir de meados do século XIX, foram cada vez mais deixando o confinamento de seus lares para empregarem-se como assalariadas nas indústrias e oficinas. Entraram, assim, em contato com as duras realidades do mercado de trabalho: se os operários da época já eram mal pagos, elas recebiam menos ainda.

A maioria dessas pesquisas relacionadas ao trabalho feminino fabril está concentrada na participação das mulheres na indústria têxtil principalmente. A preponderância da mão-de-obra feminina nas fábricas de tecidos desde os primórdios da revolução industrial foi um “prato cheio” para os historiadores/as fosse ele/ela feminista, marxista ou de qualquer outra denominação. Vários são os trabalhos que tratam desse tema. Apenas para destacar alguns autores podemos citar, no plano internacional, Michele Perrot, com o emblemático “*Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*” (1988), enquanto no plano nacional despontam estudos como os de Maria Izilda Santos de Matos, “*Trama e Poder*” (1994); Margareth Rago, “*Do Cabaré ao Lar*” (1985) e “*Trabalho Feminino e Sexualidade*” (1997); Elizabeth Souza Lobo, “*A Classe Operária Tem Dois Sexos*” (1991) e Claudia Mazzei Nogueira, *A Feminização no Mundo do Trabalho* (2004).⁹⁸

A leitura desses e de muitos outros estudos nos mostra a importância da indústria têxtil para a consolidação do capitalismo, no Brasil e no mundo, e deixa clara a participação majoritária da mulher no processo de trabalho nas fábricas de tecidos,

polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). 2ª ed. Rio de Janeiro: Sette letras, 1996.

⁹⁸ PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: operários mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sette letras, 1996; RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto 1997; RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A Feminização no Mundo do Trabalho*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ocupando-se dos teares e outras máquinas da fábrica, oferecendo uma análise consistente acerca da industrialização e da participação feminina no trabalho fabril.

Em importante trabalho intitulado “*Além da indústria têxtil: O trabalho feminino em atividades masculinas*”, Esmeralda Blanco de Moura observa que embora nas primeiras décadas do século XX o trabalho feminino fabril estivesse majoritariamente concentrado na indústria têxtil, em São Paulo as mulheres também começaram a ocupar postos nos mais diversos setores industriais considerados masculinos desde a segunda metade do século anterior. Sua pesquisa revelou mulheres atuando nos setores de cerâmica, madeiras, produtos químicos, metalúrgica, calçados, fumo, entre outras. Nessas indústrias concentrava-se não só o trabalho da mulher adulta como também da menor, sempre com os salários inferiores aos pagos aos homens⁹⁹. Embora os estudos de Moura estejam restritos ao Estado de São Paulo, acreditamos ter sido essa uma realidade em outros lugares do país. O motivo impulsionador teria sido o mesmo de São Paulo: a preferência pela mão de obra mais barata.

Contudo, mesmo com toda participação e importância da mão-de-obra feminina para o desenvolvimento do setor industrial desde o final do século XIX, foi somente nos últimos 30 anos do século XX que começaram a surgir trabalhos dando especial atenção ao papel das mulheres¹⁰⁰. No entanto, segundo a análise de Giselle Venâncio,

muitos desses trabalhos ficaram na referência às mulheres apenas de uma maneira secundária e raros são aqueles que buscam compreender as formas

⁹⁹ MOURA, Esmeralda Blanco. *Além da indústria têxtil: O trabalho feminino em atividades masculinas*. In: *A mulher e o espaço público*. Revista Brasileira de História, nº 18. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1989.

¹⁰⁰ Os anos 70, 80 e 90, no Brasil, foram marcados pelo surgimento de importantes estudos que deram especial atenção ao papel das mulheres trabalhadoras. Podemos citar, entre outros, os seguintes: BARROS, M. S. Trabalho feminino e Sindicato no Brasil (1900/1920). *Contraponto*, Centro de Estudos Noel Nitels, n. 1, nov. 1976; BASTOS, A. M. Mulheres na indústria têxtil: o controle do trabalho feminino (1918/1930). *VIII Encontro da ANPOCS*, Águas de São Pedro, 1984; BRUMER, A. O Sexo da Ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na formação do trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 3, out. 1988; MADEIRA, F.; SINGER, P. Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil (1920-1970). *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 13, 1973; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder*. Op. cit.; MOURA, E. B. B. *Trabalho da Mulher e do menor na indústria paulista*. Petrópolis: Vozes, 1982; PENO, M. V. J. *Mulheres trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Revista Brasileira de História*. *A mulher e o espaço público*. São Paulo: Marco Zero, n.18, 1989; SOIHET, R. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; TOSCANO, M. *Trabalho e Política: caminhos cruzados no feminino*. Rio de Janeiro: PUC, 1975.

femininas de organização e participação dentro de um contexto mais geral da história do movimento operário ou da regulamentação do trabalho.¹⁰¹

Nesse sentido, Elizabeth Souza-Lobo comenta que:

existe uma tendência dos estudos sobre a classe operária no Brasil a tratar o assunto sem fazer referência aos atores sociais, ou, inversamente, a hipertrofiar a importância da mulher operária a ponto de torná-la objeto particular de uma sociologia específica, cujos temas e análises não são incorporados aos estudos sobre a classe operária ou o movimento operário fazendo com que esses estudos permaneçam exclusivamente masculinos.¹⁰²

Porém, mesmo com todos os estudos e pesquisas feitas acerca da industrialização e do trabalho feminino nas fábricas, sabemos pouco sobre o cotidiano dessas mulheres no seu ambiente de trabalho, quase nada sabemos sobre como foram percebidas pelos contemporâneos e como interagiram com os diferentes setores da sociedade. Esses são apenas alguns questionamentos feitos por Margareth Rago, que salienta:

sabemos muito pouco, e o que sabemos, muitas vezes, vem escrito por homens a partir de documentos também produzidos por eles. Sem uma fala que lhes fosse própria, as mulheres operárias das primeiras fábricas de tecidos tiveram sua vida registrada pelo olhar masculino.¹⁰³

Rago observa ainda que a ausência deste conhecimento dá-se principalmente pela falta de registro dos acontecimentos no dia-a-dia no trabalho dessas mulheres. Ela salienta, no entanto, alguns poucos documentos escritos em forma de denúncia pelas militantes políticas, entre eles um escrito da escritora feminista e comunista Patrícia Galvão (Pagu)¹⁰⁴ – *Parque Industrial* –, escrito dos anos 1930 e que descrevia a difícil

¹⁰¹ VENANCIO, Gisele Martins. Lugar de mulher é na fábrica. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001.

¹⁰² LOBO, Elizabeth Souza. *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

¹⁰³ RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

¹⁰⁴ Patrícia Rehder Galvão (Pagu) era considerada uma mulher avançada para os padrões de sua época, devido seus posicionamentos políticos e morais que sempre incomodavam os setores mais conservadores da sociedade. Era feminista e comunista assumida. Pagu participou do movimento antropofágico, de cunho modernista, sob a influência de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, com quem manteve um relacionamento. Era militante do Partido Comunista, o que lhe rendeu 23 prisões, ao longo da vida. Em 1933 publicou o romance *Parque Industrial*, sob o pseudônimo de Mara Lobo. Em 1945 lançou um novo romance, *A Famosa Revista*, escrito em parceria com Geraldo Ferraz, seu marido. Trabalhou como crítica de arte, até ser acometida de um câncer. Decepcionada, Patrícia tenta suicídio, o que não se consuma. Sobre o episódio, ela escreveu no panfleto "Verdade e Liberdade": "Uma bala ficou para trás, entre gazes e lembranças esvaídas". Morreu em 1962 em decorrência da doença. Hoje seu nome está imortalizado numa importante revista da Universidade de Campinas que se dedica ao estudo do gênero (*Cardenos Pagu*).

vida das operárias de seu tempo: as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os maus tratos de patrões e o assédio sexual. Quero ressaltar a importância deste artigo de Margareth Rago para a historiografia brasileira principalmente no que se refere às discussões acerca da temática do trabalho feminino, pois se trata de um aprofundado estudo sobre o cotidiano dessas mulheres no local de trabalho bem como a moral social envolvida na questão.

Nos dias atuais, as discussões envolvendo a temática do trabalho estão cada vez mais fecundas na historiografia brasileira, destacando além das lutas e greves femininas, o cotidiano das mulheres das camadas mais baixas da sociedade, as táticas de sobrevivências e resistência desenvolvida por elas e “a sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas, através dos quais pudessem se expressar ou, ao menos sobreviver”.¹⁰⁵

As abordagens se ampliam para além da discussão dos trabalhos nas fábricas objetivando destacar outros trabalhos realizados em diferentes esferas como, por exemplo, em escritórios (secretárias), casas comerciais (vendedoras) e no magistério, além dos trabalhos informais realizados pelas mulheres no seu dia-a-dia pela cidade, como vendedoras ambulantes e domésticas. Dessa forma, segundo Matos,

procura-se reconstruir a estrutura ocupacional feminina num meio urbano através do exercício de papéis improvisados, destacando e descobrindo sua presença constante na inserção do espaço público, em que as atividades femininas adquirem importância.¹⁰⁶

Os trabalhos realizados na esfera privada, ou seja, no ambiente doméstico¹⁰⁷ também estão presentes nessas novas abordagens – embora a quantidade de trabalhos nessa perspectiva seja ainda limitada – uma vez que muitas mulheres desempenhavam atividades diversas dentro da sua própria casa: costuravam, tomavam conta de crianças para mulheres que trabalhavam fora, atuavam como lavadeiras, doceiras e muitas vezes

¹⁰⁵ MATOS, Maria Izilda S. de. *Por Uma História da Mulher*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

¹⁰⁶ Idem. *Ibidem*.

¹⁰⁷ Ainda é limitada a literatura sobre os trabalhos domésticos realizados pelas mulheres. Destacam-se o de FIGUEIREDO, Luciano. *O Avesso da Memória*. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVII. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, EDUNB, 1993; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder*. Rio de Janeiro: Sette letras, 1996; e *O Trabalho Invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

produziam para o mercado, como é o caso das mulheres que produziam sacaria – à mão – para a indústria cafeeira em São Paulo, tema analisado por Maria Izilda Matos.¹⁰⁸

“O trabalho de agulha” estudado pela autora apresentava-se como alternativa de trabalho para as mulheres casadas dando-lhes a possibilidade de conciliar os cuidados com a casa, com o marido e a criação dos filhos com uma atividade remunerada e sem horário fixo. Esse tipo de trabalho também era “indicado” às mulheres não somente por ser realizado na esfera privada e por tanto longe do “perigo das fábricas”, mas por se tratar de uma atividade que faz parte da natureza feminina: a costura. Matos salienta que a imprensa operária da época apoiava o trabalho da agulha por ele não representar concorrência ao trabalho masculino, embora algumas vezes seu discurso fosse dúbio questionando sobre as condições desse trabalho, principalmente quando se tratava da juta, considerado prejudicial à saúde da mulher.

Como já foi argumentado anteriormente a produção de trabalhos referentes às atividades domiciliares é pequena, bastante delicada e ainda mais árdua que outras pesquisas, a explicação se deve às dificuldades com as fontes. Matos observa que

esses trabalhadores quase não aparecem nas estatísticas oficiais, não constam nas fontes sindicais e os empregadores sempre se mostram reticentes em dar informações sobre o assunto, e poucas vezes os trabalhadores a domicílio mostraram-se dispostos a discutir sua condição.¹⁰⁹

Em *Os Prazeres da Noite*, Margareth Rago analisa o processo de mudança da condição feminina possibilitada pela modernização e pelo desenvolvimento industrial¹¹⁰. Para ela, muitos autores defendem a tese de que a industrialização e a urbanização degradaram a condição feminina, retirando-lhe funções valorizadas tradicionalmente pela sociedade. A mulher deixa de ser vista como um ser necessário, útil e participante da vida social, pois não é ela mais a responsável pela produção dos gêneros necessários em casa. Outros autores destacam o oposto: que tudo isso serviu para a emancipação da mulher, pois, ela passa a ter mais tempo para cuidar de si e, na medida em que a cidade se expande e se urbaniza surgem novos espaços públicos de sociabilidade (restaurantes, hotéis, cafés, lojas, teatros, praças,) e isso favorece a saída da mulher da esfera privada, e elas ganham maior visibilidade no espaço urbano. Há

¹⁰⁸ MATOS, Maria Izilda S. de. *Trama e Poder*. Rio de Janeiro: Sette letras, 1996.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.. p 95

¹¹⁰ RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

também uma liberalização dos costumes resultante do progresso e do contato com nações mais desenvolvidas: as mulheres passam a andar pelas ruas sem acompanhantes, passam a freqüentar lugares (com ressalva) que até então eram lugares essencialmente masculinos.

Para além dos trabalhos relacionados ao mundo fabril e comercial, temos um importante trabalho de Guacira Lopes Louro, denominado “*Mulheres na sala de aula*”¹¹¹, onde a autora além de analisar a busca das mulheres pela educação no sentido da emancipação, trata também da questão do trabalho no magistério desde o final do século XIX. O trabalho na sala de aula, era visto como uma extensão da maternidade e extremamente aceitável para a sociedade da época. Certamente esta foi então a razão pela intensa aproximação das mulheres com a atividade do magistério.

Na historiografia do trabalho duas questões devem ser levadas em consideração, a primeira refere se a trajetória do trabalho feminino nas análises historiográficas, pois, como enfatiza Matos, essa trajetória

não pode ser analisada da mesma maneira que a dos homens, cuja atividade profissional se caracterizava, salvo exceções, pela continuidade. No caso das mulheres, seu percurso de trabalho foi marcado pela descontinuidade, estando relacionado com as etapas do seu ciclo de vida, em que o casamento e, principalmente a maternidade são variáveis a serem levadas em conta.¹¹²

A segunda refere-se ao objeto estudado: a mulher trabalhadora. Todas as pesquisas realizadas sobre o tema contemplam unicamente as mulheres das camadas mais baixas da sociedade por uma razão bem simples: eram elas que se inseriam com mais facilidade no mundo do trabalho por necessidade, para garantir a sua sobrevivência. Desta forma, podemos perceber que por mais que a sociedade patriarcal tentasse excluir a mulher do mundo do trabalho este não era alheio a ela, muito pelo contrário, elas sempre estiveram atuando de forma eminente no mercado de trabalho seja ele formal ou informal. Esta premissa serve ainda para percebermos a distinção entre mulheres de diferentes classes sociais. Em muitas delas, não encontramos as características “ditas femininas” empregadas até o século XX, como o recato, a fragilidade e submissão. As mulheres trabalhadoras das classes pobres “possuíam características próprias, padrões específicos ligados às suas condições concretas de

¹¹¹ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

¹¹² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder*. Op. Cit., p. 95.

existência”¹¹³, distinguindo-se no modo de agir, de viver em sociedade, de falar e de se comportar.

As análises nos mostram que muitas vezes a mulher trabalhadora, geralmente pertencente às classes menos abastadas, acabava sendo rotulada como uma mulher “de vida fácil”, ou seja, comumente confundida como sendo uma mulher sem pudor, uma prostituta. Nesse sentido, o trabalho feminino deixa de ser encarado por muitos como uma necessidade daquela mulher e da sua família, para ser encarado como uma afronta à sociedade, à moral e aos bons costumes. Entretanto, para essa sociedade predominantemente masculina e extremamente conservadora era permitido às mulheres

ter um ofício se este fosse um prolongamento de seu papel feminino “natural”. Não se considerava inconveniente que as empregadas domésticas limpassem, cozinhassem e cuidassem das crianças. O ofício de costureira ou modista também era compatível, da mesma forma que a profissão ligada ao magistério. Mas certos ofícios executados por mulheres eram considerados incompatíveis com a natureza delas, principalmente se fossem exercidos num ambiente misto.¹¹⁴

Nesse sentido a sociedade discutia o que deveria ser uma profissão boa para as mulheres. Como foi mencionado, a profissionalização feminina deveria ser representada por um trabalho que não atentasse para a sua domesticidade e maternidade, sem prejuízos à casa e à família, sempre ressaltando seus atributos físicos e morais.

Sendo assim, a abrangência da mão-de-obra feminina pela indústria têxtil e de confecções é explicada principalmente, segundo Moura, porque “tecer panos, costurar, pregar botões, são atividades-habilidades perfeitamente compatíveis com a natureza feminina, sobretudo porque fios, agulhas, carretéis acham-se igualmente presentes no universo doméstico e já compõe o universo da mulher reprodutora, precedendo a fábrica e oficina”¹¹⁵. Ou seja, nesse tipo de trabalho tanto as operárias das fábricas quanto a costureira que trabalhava em casa, era bem vista aos olhos da opinião pública por ter uma função compatível com a sua vocação natural.

Percebemos então que enquanto no magistério a participação da mulher era vista como honrada e digna, dela tomando parte até senhoras de famílias tradicionais, outros

¹¹³ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

¹¹⁴ HALL, Catherine. *Sweet Home*. In: Georges Duby (org.). *História da Vida Privada*. SP, Cia das Letras, 1991. v 4, p 81-82

¹¹⁵ MOURA, Esmeralda Blanco. *Além da Indústria Têxtil*. Op. cit., p. 85.

tipos de emprego feminino, principalmente aqueles que se realizam fora de casa, em escritórios como secretária ou datilógrafa, em lojas como vendedoras, e até mesmo em indústria eram vistos com muita desconfiança e a maioria das vagas eram preenchidas por mulheres de famílias pobres, para quem a necessidade de salários era maior e estava acima dos preconceitos e estigmas sociais. Vale ressaltar, contudo, que pelo Código Civil da República de 1916¹¹⁶, se a mulher fosse casada o seu direito ao trabalho iria depender da autorização do marido e seu trabalho só seria considerado legítimo quando fosse para o complemento da renda familiar, raramente para realização pessoal. Esperava-se também que as mulheres antes de se dedicar ao trabalho remunerado, fossem boas donas de casa.

Mesmo assim a idéia que predominava no período era de que “as mulheres das classes superiores deveriam permanecer em suas próprias casas, supervisionando o trabalho das mulheres mais pobres, e não tentar entrar nas profissões seguidas pelos homens de sua própria classe”.¹¹⁷ Nas profissões em que as mulheres ofereciam concorrência aos homens e ameaçasse a dominação masculina, como medicina e direito, elas eram ainda mais hostilizadas e muitas vezes postas ao ridículo.

Em Manaus, na virada do século XIX para o XX, alguns fatores vão permitir e propiciar o ingresso mais efetivo das mulheres no espaço público. Um primeiro fator seria o intenso desenvolvimento da cidade, consequência da economia do látex, que ampliou as ofertas de trabalho tanto para os homens como também para o sexo feminino. Este também foi um período em que houve uma crescente valorização da mulher na sociedade burguesa e o contágio das idéias de emancipação feminina fruto do movimento feminista, o que possibilitou para as mulheres locais tentar seguir os passos daquelas que rompendo barreiras e preconceitos conseguiram atingir seus objetivos seja através do estudo, seja através do trabalho. Por esses fatores as mulheres manauaras

¹¹⁶ O Código Civil da República começou a ser discutido em 1890, mas só foi sancionado em 1916, apresentava a fórmula consagrada internacionalmente de que todos os indivíduos eram livres para desenvolver suas potencialidades dentro dos limites traçados pela lei, que deveria “dirigir e harmonizar as atividades humanas”. Porém o artigo 6º contradiz essa idéia ao considerar as mulheres casadas incapazes de certos atos na esfera civil. O Código sacramenta a inferioridade da mulher casada ao marido, chefe da sociedade conjugal, a quem cabia a representação legal da família. Considerando-se a liberdade como autodeterminação, quando a mulher escolhia o casamento, “escolhia” livremente a situação de sujeição. Caso a mulher não escolhesse o casamento, seria beneficiada pelo artigo 2º do Código Civil e teria seus direitos equiparados aos dos homens. Estas questões estão presente em MALUF, Marina e MOTT, Maria Lucia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. República: da Belle époque à era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

¹¹⁷ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 71.

saíram em maior número para a vida pública, contudo, de formas distintas: mulheres populares que aliaram necessidade e oportunidade e passaram a exercer uma série de atividades novas surgidas com o desenvolvimento da cidade como camareiras de hotéis, operárias, secretárias, vendedoras de lojas, operárias de fábricas (principalmente de beneficiamento de castanha e borracha), além de exercer de forma mais intensa as já tradicionais atividades como doceiras, babás, cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e passeadeiras – estes últimos, “contratadas tanto por particulares, como também pelos proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade cujo número crescia acentuadamente”¹¹⁸ – e mulheres das classes mais abastadas influenciadas pelo ideal feminista de emancipação, que, vendo a oportunidade de continuarem a sua instrução educacional até a formação superior, a fizeram e atrelaram a instrução com o trabalho, passando a exercer em maior número a profissão de professoras e inclusive profissões até então eminentemente masculinas, pelo menos em Manaus, como Odontologia, Farmácia, Direito entre outras.¹¹⁹

É na busca de ajudar a construir a análise sobre o trabalho feminino que este estudo se pauta, nos próximos capítulos, buscando incluir também referências sobre o trabalho das mulheres das classes mais abastadas da sociedade, o que ainda é um grande vazio historiográfico nos estudos locais.

¹¹⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A mulher no periodismo. In: *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 2001, cap. 6, p 222.

¹¹⁹ Esta discussão está contemplada no capítulo 2.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM MANAUS

*A educação é um adorno desde os mais ricos palácios
até a mais humilde choupana de um paupérrimo
camponês*¹²⁰

2.1. SER MULHER NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Durante séculos as mulheres tiveram papéis e lugares bem definidos dentro da sociedade em que viviam, foram vítimas de uma mentalidade conservadora e tradicional e quase sempre da sujeição masculina. Tinham uma “missão” estabelecida e seu dever era cumpri-la com esmerada dedicação e abnegação: ser esposa e mãe, funções sociais tidas como “naturais à realização da alma feminina”¹²¹ e extremamente valorizadas. Sendo a educação feminina destinada para este fim, as mulheres eram preparadas socialmente para desempenhar da melhor maneira possível as atribuições decorrentes do casamento, dos cuidados com a casa e principalmente com a educação dos filhos, para quem elas deveriam ser o mais perfeito dos exemplos na transmissão dos valores e da educação. Dessa forma, os erros dos filhos eram sinais de que as mães haviam falhado.¹²²

A organização familiar era regida pelo modelo patriarcal centrado na figura masculina. Nesse modelo de família o pai se apresentava como chefe do lar e o responsável pelo sustento da família, e a mãe, submissa, era aquela que cuidava da casa, dos filhos e do marido, a este devendo sempre obediência. Este tipo de organização social também correspondia aos anseios da igreja e mais tarde foi apoiado pelo pensamento burguês.

¹²⁰ Jornal *O Sexo Feminino*, 2, de 04/10/1873. In: NASCIMENTO, Cecília Vieira e OLIVEIRA, J. Bernardo. *Cadernos Pagu*, nº 29, julho-dezembro de 2007:429-457.

¹²¹ BORELLI, Andrea. “A Rainha do Lar”. A esposa e a mãe perante a legislação brasileira. 1830-1950. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu Tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006

¹²² MATOS, Maria Izilda: As mulheres, educação e progresso. *Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura*, ano 3/4, n. 3/4, 2003/2004, p. 149-160.

O papel destinado à mulher na sociedade patriarcal era de alguém que possuía uma natureza determinada a certos tipos de funções e ações e de maneira nenhuma poderia ela, se fosse uma mulher “honesta e digna”, fugir ou modificar sua condição.

Na definição dos padrões de feminilidade, havia a necessidade de as mulheres serem cordatas, terem o espírito plástico a ponto de se adaptarem às opiniões e interesses do marido, tendo em vista que caberia à mulher adequar-se ao homem; elas deveriam ser educadas a ceder, a serem flexíveis diante das vontades do esposo, pois segundo o pensamento reinante no período obedecer e fazer as vontades dos homens era imprescindível.

O predomínio masculino estava ancorado no pensamento científico da época que o legitimava. Rachel Soihet observa que a inferioridade da razão entre as mulheres era fato incontestável pela filosofia, cabendo a elas apenas cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido e cuidar dos filhos¹²³. Nesse sentido, a medicina pautava-se como importante legitimador de doutrinas preconceituosas em relação ao feminino, afirmando, por exemplo, que a fragilidade, o recato e o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais eram características biologicamente femininas, assim como a necessária subordinação de sua sexualidade em favor da sua vocação maternal. Dessa forma, conclui Soihet, “essas características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra”.¹²⁴

Havia ainda outras características consideradas naturais do sexo feminino e desejáveis pela sociedade como a pureza, a doçura, a integridade, a ingenuidade, o recato, a generosidade e a moralidade cristã. Era imprescindível que fossem afetivas, porém, assexuada, e principalmente deveriam ter o desejo pelo matrimônio e pela maternidade, onde estavam depositados toda a sua esperança de realização e de felicidade. Por esta tese, “a mulher em si não é nada, ela deve esquecer deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido”.¹²⁵

¹²³ SOIHET, Raquel. *Pisando no Sexo Frágil*. Revista Nossa História. Ano 1, n° 3, janeiro 2004.

¹²⁴ SOIHET, Raquel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 363.

¹²⁵ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 3ª Ed,1997, p. 65.

Sobre elas pairavam as concepções equivocadas sobre sua natureza física, concebendo a idéia de que seu “corpo fraco, com órgãos delicados, frágeis, sujeitos a indisposições periódicas e humores instáveis” determinavam seus lugares e papéis na sociedade.¹²⁶

Igualmente ao século XIX, no início do XX rege a distinção entre o público e privado, a divisão sexual dos espaços. O público é o espaço eminentemente masculino, onde as relações políticas e econômicas acontecem. Para elas, a rua, o “fora do lar” é o lugar da perdição, “dos desvios e das tentações”¹²⁷, por isso mesmo não se permitia “que as ‘honestas’ saíssem à rua sem companhia”¹²⁸. O privado é o seu lugar, o recanto do lar é a sua proteção. Segundo o pensamento da época não existiria realização possível para a mulher fora do lar, nem para os homens dentro de casa, pois a eles pertencia a rua e o mundo do trabalho. O mundo feminino deveria ser o espaço doméstico, onde ela desenvolveria sua afetividade, tornando-se o anjo tutelar da casa, aquela que zela pelo bem-estar de todos, que se ocupa em cuidar do marido e dos filhos, em estar atenta aos que se desviavam, estar sempre pronta para ser condescendente com as falhas do esposo. Abnegada, deveria colocar os cuidados e as demandas dos filhos e do marido como prioridades na sua vida.

Nessa linha de pensamento o espaço público ressalta a diferença entre os sexos. Contudo, não devemos desconsiderar a distinção entre o que o *público* representava para diferentes mulheres no período estudado. As mulheres das classes mais abastadas, mais do que as das classes populares, nasceram e foram educadas para serem boas esposas, donas-de-casa e mães devotadas, para quem o anseio pela esfera pública poderia estar representado pelo ideário de emancipação trazido pelo feminismo e aplicado à educação e a profissionalização. Ou seja, aos olhos da sociedade da época, uma transgressão aos valores e à moral. Para outras, as mulheres das classes populares, o espaço público era o local onde se garantia o complemento salarial, ou às vezes, a única renda familiar. Essa situação tornava a mulher popular a mais pública dentre todas as mulheres.¹²⁹

¹²⁶ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 177.

¹²⁷ SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 365.

¹²⁸ PRIORE, Mary Del. *Matar Para não Morrer*. A morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermano de Assis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p 12.

¹²⁹ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

A não apresentação das características naturais era considerada um “desvio da natureza”, um “descaminho feminino” devendo ser motivo de preocupação, e extremamente combatido através de uma educação correta, com disciplina e em alguns casos com punição. Para Maria Izilda Matos, tantas preocupações com a moralidade e o caráter feminino devem-se ao fato de as mulheres serem reconhecidas como “pouco racionais, facilmente influenciadas, emotivas, sensíveis, impulsivas, não podendo ser “responsáveis por seus atos”¹³⁰. Algumas características não eram aceitas pela sociedade como normais à natureza feminina e denunciavam a transgressora, tais como: a rebeldia, a lascívia, o erotismo, a forte inteligência. Segundo o pensamento médico da época, as mulheres intelectuais eram “despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social”¹³¹. Esse tipo de pensamento nos faz perceber o quanto a intelectualidade feminina era combatida e entender os motivos de tanta resistência quanto aceitação de uma instrução feminina mais completa. Segundo Soihet,

Para grande parte dos estudiosos em comportamento da virada do século XIX para o XX, a intelectual emancipada era mau exemplo para as outras mulheres, pois faria com que acreditassem que poderiam viver sem o auxílio do marido. Ao se recusarem a restringir seu universo à maternidade e ao lar, desprezando as suas funções naturais, essas mulheres de comportamento diferenciado seriam a fonte de todos os flagelos sociais.¹³²

Diante do perigo a que estava exposta essa mulher, sociedade e Igreja põem-se como fiscalizadoras das condutas e do corpo feminino para que elas não se percam pois, “ela é o anjo e o demônio. Ela tem duas faces”.¹³³

Assim, no que se refere a sua sexualidade, eram extremamente vigiadas para que fosse garantida a sua castidade, sinônimo de sua honra e moral. Reafirmando, como salienta Boxer, a ideologia dos moralistas clericais, há tempo em voga, que nunca se

¹³⁰ MATOS, Maria Izilda: *As Mulheres, Educação e Progresso*. Op. Cit p. 6

¹³¹ Este pensamento estava presente na ideologia do italiano Cesare Lomboso, importante criminalista do século XIX. SOIHET, Rachel. *Mulheres Pobres e violência no Brasil Urbano*. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 363.

¹³² SOIHET, Rachel. *Pisando no sexo frágil*. Op.cit.

¹³³ BENINI, Ligia. *A Coisa Obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

cansaram de enaltecer a virgindade e a castidade, sendo também fervorosos advogados do culto da Virgem Maria, como ideal de mulher e exemplo a ser seguido.¹³⁴

A virgindade pautava-se como requisito básico para o casamento nas classes altas da sociedade e a fidelidade conjugal como requisito para a sua continuidade. Tais imposições estavam amparadas no regime de propriedade privada e no controle dos bens típicos dessas classes. Como salienta Soihet, “a preocupação com o casamento crescia na proporção dos interesses patrimoniais a zelar”¹³⁵. Olhando por esse viés, podemos perceber então que diferentemente, as mulheres das classes mais populares justamente pela ausência de bens, gozavam de maior liberdade sexual e menos controle.

Às mulheres das classes superiores a única porta aberta para uma vida respeitável era a do casamento. Era para atingir esse objetivo que as mulheres burguesas eram educadas e também controladas. No entanto,

o casamento nem sempre era a suprema aspiração feminina, sendo muitas vezes preterido em relação ao trabalho remunerado. Frequentemente, o casamento era imposto às jovens mais por pressão familiar e social do que como desejo individual.¹³⁶

Entre as famílias ricas e burguesas o casamento era uma aliança política e econômica, e “única via legítima de união entre homens e mulheres”¹³⁷, representando um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status, enquanto que para as mulheres das camadas mais pobres da sociedade, o casamento muitas vezes representava o meio para garantir a sua sobrevivência. Muito embora possamos observar que o status do casamento formal, civil e religioso, não era regra entre as pessoas dessas classes. É comum ao analisar documentos da época encontrarmos referências aos termos “amasiados ou amancebados” quando do relacionamento entre homens e mulheres. O que indica que uma porcentagem muito grande da população brasileira vivia uma relação conjugal fora dos “padrões” impostos e aceitáveis pela classe dominante daquela época. As explicações para o fato estão centradas em duas vertentes: devido aos entraves burocráticos aliados aos custos matrimoniais elevados e também pela “formalidade” não fazer parte da cultura popular. Percebe-se então uma

¹³⁴ BOXER, C. R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Tradução Saul Barata. Lisboa. Livros Horizonte, 1977.

¹³⁵ SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. Op. cit. p. 368.

¹³⁶ ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e Educação: A paixão pelo possível*. São Paulo, UNESP, 1998, p. 72.

¹³⁷ SOIHET, Raquel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. Op. Cit. p. 367.

grande distinção do que o casamento representava para homens e mulheres de diferentes classes sociais¹³⁸. As “amasiadas, amancebadas, concubinas” acabavam por ter bem mais liberdade que as mulheres burguesas “casadas” e geralmente contribuía de alguma forma para o sustento da família.

Por outro lado, as solteiras não eram bem vistas aos olhos da época, era aquela que não havia “cumprido as regras, que se colocava fora do lugar certo, que falhara”¹³⁹. O não casamento dava-lhes uma posição social diferenciada: eram aquelas que estavam destinadas aos cuidados com os sobrinhos, com os idosos da família e dos parentes de modo geral. Quando buscavam uma profissão geralmente estavam exercendo o magistério primário, assim podiam oferecer às crianças um amor maternal que não seria por elas exercido em casa com seus próprios filhos ou então, “infernizar a alma terna das crianças descarregando nelas todo o fel acumulado em longos anos de renúncia”¹⁴⁰.

O estereótipo criado principalmente sobre as mulheres das classes sociais mais elevadas (mãe-esposa-dona-de-casa), considerado ideal na formação das mulheres, permaneceu por muitas décadas no século XX sem muita alteração. Jefferson Peres, lembrando a Manaus da década de analisando Manaus a partir da década de 1930 descreve a família e a mulher, em particular, de modo a confirmar nossa assertiva e mais do que isso prova que mesmo com todo desenvolvimento político e econômico alcançado pela sociedade a esses tempos, no aspecto cultural ela continuava tradicional e conservadora, principalmente nos seguimentos mais abastados. O próprio discurso de Peres enquadra-se neste perfil. Diz ele:

A família era do tipo patriarcal, centrada na figura do pai, cuja autoridade não merecia contestações. A mãe era respeitada, ouvida, mas as decisões cabiam ao marido, ao qual manifestava inteira submissão. Tratava-se de um problema de ordem cultural, para o qual concorria grandemente a dependência econômica da mulher, que geralmente não possuía fonte de renda. Contavam-se nos dedos as mulheres casadas que trabalhavam fora de casa e muitas que tinham emprego quando solteiras, pediam demissão depois de casadas, por imposição do marido. Trabalhar para uma senhora de classe média, implicava perda de status, além de atrapalhar as suas funções principais, que consistiam em administrar o lar e cuidar do marido e filhos.

(...) o casamento era o grande objetivo de toda mulher, educada desde pequena para isso. A instrução formal se limitava ao primário, ao ginásial e ao

¹³⁸ Ampliando esta discussão ver: AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A Família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

¹³⁹ PRIORE, Mary Del. *Matar para não Morrer*. Op. Cit., p. 9.

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

pedagógico. As poucas que chegavam curso superior, geralmente direito, visavam a obter o título como ornamento, jamais como propósito de exercer a profissão.¹⁴¹

Dessa forma, podemos perceber que a casa ainda era o espaço feminino privilegiado, sendo as mulheres qualificadas pela “categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas dedicando-se integralmente à família e aos cuidados domésticos”¹⁴². Sendo assim, cabia à elas permanecer no lar enquanto que aos homens caberiam prover as necessidades materiais da família.

O fato de a mulher trabalhar fora criava também embaraços ao homem. Andrea Borelli observa que a sociedade considerava o sustento da família uma obrigação masculina, podendo considerar o trabalho feminino fora do lar um índice do seu fracasso¹⁴³. Era desonroso para o homem aceitar a ajuda financeira da esposa, pois, segundo os padrões tradicionais da época, ele não teria cumprido o seu dever de sustentar seu lar, compelindo sua mulher ao trabalho. Acreditava-se que o trabalho assalariado feminino “feria tanto a identidade social desejável da mulher quanto a do homem”¹⁴⁴.

No entanto, isso não era regra para todas as mulheres. Geralmente para as de família pobre, ou “arrimo de família”, viúvas, solteiras ou separadas essa premissa não se aplicava, uma vez que o trabalho fazia-se necessário como meio de garantir seu sustento e o de seus filhos. Dessa forma, segundo os preceitos sociais, poderiam buscar uma profissão honesta que “não demandasse empreender grandes vôos ou romper barreiras sociais e devidamente autorizado pelo meio familiar e social”¹⁴⁵. Em todas as formas, era inadmissível para as mulheres buscarem independência financeira e também concorrerem com os homens profissional e intelectualmente, pois isto seria “ultrapassar os limites da segurança social”¹⁴⁶.

¹⁴¹ PERES, José Jefferson Carpinteiro. *A Evolução de Manaus como eu a vi ou sonhei*. Manaus, Imprensa Oficial, 1984, p. 33-36.

¹⁴² ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e Educação: A paixão pelo possível*. Op.cit., p. 114-115.

¹⁴³ BORELLI, Andrea. “A Rainha do Lar”. A esposa e a mãe perante a legislação brasileira. 1830-1950. Op. cit

¹⁴⁴ MALUF, Marina e MOTT, Maria Lucia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: *História da Vida Privada no Brasil 3. República: da Belle époque à era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

¹⁴⁵ ALMEIDA, Jane. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. Op. Cit.p 168-9.

¹⁴⁶ Idem, ibidem, p. 119.

As limitações sociais referentes ao universo feminino faziam-se presente no âmbito jurídico. O Código Civil da República sancionado em 1916, por exemplo, ao tratar dos direitos da família, ratificou as obrigações e funções à elas determinadas. No artigo 6º as mulheres casadas eram consideradas incapazes de certos atos na esfera civil sendo representadas legalmente por seu cônjuge, este considerado o chefe da sociedade conjugal e detentor do pátrio poder. Nesse sentido, de acordo com Borelli, o código sugere a liberdade como autodeterminação. Ao optar pelo casamento, a mulher “escolhia” livremente a situação de sujeição, bem como as condições estabelecidas pela lei e pelo costume. Caso não casasse seria beneficiada pelo artigo 2º tendo seus direitos equiparados aos dos homens¹⁴⁷. Como salienta Perrot, “a mulher solteira é uma mulher maior que dispõe de direitos iguais. A Mulher casada é uma menor submissa a seu marido até no segredo de sua correspondência”¹⁴⁸. O código também auferia ao marido a administração dos bens do casal e os particulares da esposa e a decisão sobre o direito dela trabalhar e estudar. Somente a incapacidade do marido ou a viuvez devolviam à elas seus direitos, tornando-as capazes perante a Lei e detentoras do pátrio poder.

A fidelidade era algo obrigatório para a mulher casada, a honestidade e sua reputação seu mais alto valor. A que cometia adultério tornava-se uma mulher “falada”, uma “desavergonhada”, aquela que merecia punição (até com sangue!) e que perdia o respeito da família e da sociedade. O marido traído recebia apoio dos familiares e da sociedade para “lavar a sua honra”. Os crimes provenientes dessa situação, na maioria das vezes, eram justificados pela legislação brasileira¹⁴⁹. Por outro lado, como observa Priore, a tradição popular também desprezava o marido traído, pois “ele não soubera se fazer amar. Faltara com qualidades físicas e morais ao indivíduo de seu sexo e não cumprira suas funções de maneira satisfatória”¹⁵⁰. Quanto a mulher divorciada, esta não

¹⁴⁷ BORELLI, Andrea. *A Rainha do Lar*. Op.cit. p 2

¹⁴⁸ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Op. cit., p. 270.

¹⁴⁹ A “legítima defesa da honra” sempre foi aceita pela sociedade que não estava disposta a conviver com o adultério, traição e desonra. Até a década de 1940, existia no Direito Penal a figura da excludente de ilicitude da “*perturbação dos sentidos e da inteligência*”, até então utilizada pelos criminalistas para obter melhores resultados para seus clientes passionais nos crimes cometidos. A partir de 1940, “A tese da legítima defesa da honra e da dignidade continuou sendo muito utilizada nos tribunais de júri e tinha como base o Código Penal (decreto-lei 2848) deste mesmo ano, que tipificava o crime de adultério (artigo 240). assim alguns advogados de defesa em crimes passionais alegavam legítima defesa da honra como excludente de antijuridicidade, ou seja, uma espécie de justificação do crime. A tese consistia no fato de que a infidelidade de um dos cônjuges afrontava os direitos do outro e um insulto à sua honra e moral. Somente no ano de 2005 com base na Lei 11.106 o Código Penal foi alterado, revogando o adultério do capítulo dos crimes contra o casamento. A partir de informações do site: *jus naveganti.com.br*.

¹⁵⁰ PRIORE, Mary Del. *Matar para não Morrer*. Op. cit., p. 117.

era vista “com bons olhos”. Constituía-se uma desonra para a família que geralmente lhe virava as costas.

Embora com todas as limitações e adversidades, sabemos hoje que as mulheres não foram somente vítimas ou sujeitos passivos, a historiografia tem provado isso. Na verdade, elas sempre foram atuantes e utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contra poderes que subvertiam os papéis aparentes: avós reinando sobre sua linhagem, mães abusivas, donas de casa autoritárias que controlavam seus empregados, donas de casa populares que tinham nas mãos o salário dos maridos e controlavam o seu lazer.¹⁵¹

Eni de Mesquita Samara, analisando o século XIX, defende a idéia de que provavelmente houve certo exagero dos estudiosos e romancistas ao estabelecerem o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa. As variações nos padrões de comportamento de mulheres provenientes dos diferentes níveis sociais indicam que muitas delas trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas por rebeldia e mesmo insatisfação, o que acarretava muitas vezes em separação¹⁵². A mesma situação também foi observada por Soihet em artigo já citado. A autora salienta que muitas mulheres, principalmente as das classes mais subalternas reagiam à violência ora rebelando-se, ora recusando-se a suportar situações humilhantes¹⁵³ no casamento e em outras esferas da sua vida. Dessa forma, cabe perceber que as representações da mulher como dominadas, submissas aos seus maridos, embora fosse maioria, muitas vezes não condizia com a realidade em muitas famílias.

Existe uma dezena de relatos de viajantes que percorrendo o Brasil, inclusive o Amazonas, no século XIX que nos mostra uma total submissão feminina em relação ao sexo masculino, sendo elas verdadeiras escravas do seu lar, anônimas e invisíveis na sociedade colonial brasileira. Agassiz, por exemplo, em um de seus relatos sobre a vida nas cidades comparou o modo de vida das senhoras brancas com os das índias que ele havia observado pelas matas. Para ele,

Apesar de tudo, a vida das índias me parece invejável quando comparo à das mulheres brasileiras nas pequenas cidades e vilas do Amazonas. A índia tem o exercício salutar e o movimento ao ar livre; conduz sai piroga no lago ou no rio, percorre as trilhas das florestas; vai e vem livremente; tem suas ocupações de cada

¹⁵¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. Marco Zero, São Paulo, 1989.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ SOIHET, Raquel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. Op. Cit. p. 376.

dia; cuida de casa e dos filhos, prepara a farinha e a tapioca, seca e enrola o fumo, enquanto os homens vão pescar ou caçar; tem finalmente seus dias de festa para alegrar sua vida de trabalho. Pelo contrário, é impossível imaginar coisa mais triste e mais monótona do que a existência da senhora brasileira dos pequenos centro. Nas províncias do norte, principalmente, as velhas tradições portuguesas sobre a clausura das mulheres ainda prevalecem. Seus dias decorrem tão descoloridos como os das freiras dum convento e sem o elemento entusiasta e religiosos que sustenta estas últimas. Muitas senhoras brasileiras passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes, sem mostrar senão raramente à porta ou à janela; pois, a menos que esperem alguém, estão sempre vestidas da negligência. É triste ver essas existências fanadas sem contato como o mundo exterior, sem qualquer dos encantos da vida domésticas, sem livros, sem cultura de qualquer espécie. A mulher, nessa porção do Império, se embota no torpor duma existência inteiramente vazia e sem objetivo. Ou se irrita contra suas cadeias e sua infelicidade, então, só igual à nulidade de sua vida.¹⁵⁴

Além da clausura, essas mulheres eram obrigadas a suportar humilhações e muitas vezes a concorrência com escravas no que se refere ao desejo sexual do marido. No entanto, sabemos também que esses mesmos viajantes muitas vezes presenciaram cenas em que mulheres de fazendeiros “subvertiam a ordem”, mandando punir escravos, comandando suas fazendas. Havia ainda outras mulheres que eram agricultoras, comerciantes, manufactureiras. Eni de Mesquita Samara em trabalho sobre as mulheres paulistas informa que elas atuaram ativamente nas atividades informais como doceiras, engomadeiras, cozinheiras e costureiras ou atuavam nos teares domésticos como rendeiras e tecelãs e nas pequenas indústrias. Informa ainda que era alta a porcentagem de mulheres como chefes de domicílio. Trabalhos como o de Samara têm contribuído para desmistificar a imagem de “mulher-pura-passividade” do século XIX e início do XX. Ou seja, por mais que a sociedade patriarcal tentasse excluir a mulher do mundo do trabalho este não era alheio a ela.

Contudo, devemos ressaltar que, geralmente, são as mulheres das classes mais baixas da sociedade que se inserem com mais facilidade no mundo do trabalho por uma questão de necessidade para a sua sobrevivência. Dessa forma, podemos perceber então que muitas das características “ditas femininas” tais como empregadas até o século XX, não se aplicavam a todas as mulheres, uma vez que havia a distinção entre o modo de agir, de viver em sociedade, de falar e de se comportar entre as mulheres. Rachel Soihet argumenta que

¹⁵⁴ AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. João Etienne Filho. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. Cap. VIII. “Volta a Manaus - Passeio Campestre no Amazonas”, p. 167.

embora houvesse muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no mundo do trabalho, embora mantidas numa posição subalterna, *as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino*: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam nas ruas, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil.¹⁵⁵

A análise das páginas policiais de alguns diários manauaras nos permitiu verificar o quão verídico é esta afirmação. As mulheres populares, trabalhadoras nas mais diversas funções, entre elas lavadeiras e prostitutas em maior número, foram sempre “autoras” de “estardalhaços” pela cidade, confusões, conflitos, brigas por causa de ciúmes entre seus companheiros ou clientes, disputas por pontos comerciais no caso das vendedoras ambulantes, “querelas” entre vizinhas, bebedeiras, homicídios e muitas outras situações surgidas no cotidiano atribulado dessas mulheres. Dois exemplos, retirados das crônicas policiais do *Jornal do Comércio* ilustram nossa assertiva¹⁵⁶. O primeiro trata da fraqueza de uma lavadeira quanto à bebida:

Uma lavadeira de truz

A Aguila tanto lava a roupa quanto ... a guela.

Residente em S. Raymundo, de há muito, a lavadeira Aguila Maria da Conceição. (...) conhece do officio, podendo attestal-o a numerosa freguesia que possui. Mas, por ser boa lavadeira, não desdenha a “mulhersinha” de ser um bom copo, mesmo porque, isto também é lavar a guela. E, quando está um tanto alegre, dá para valente.

Foi o que se deu ainda hontem: Aguila entornou, pela bocca abaixo, vários copos de bebidas espirituosas e, assim “mordida”, deu para fazer desordem. A policia do segundo districto teve conhecimento do facto, enviando para são Raymundo uma autoridade que, encontrando Aguila em via de transformar o bairro em polvorosa, lhe deitou as unhas, conduzindo-a até a delegacia, a cujo calmo xadrez ficou recolhida.¹⁵⁷

O segundo exemplo fala do desentendimento entre duas vendedoras ambulantes de origem turca. A disputa existente entre as duas por ponto comercial, acabou em agressão e prisão:

¹⁵⁵ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. Op. cit. p. 368. Grifo meu.

¹⁵⁶ É interessante observar a linguagem pouco elegante utilizada pelo periódico ao noticiar esses casos, muito diferente de quando se refere a mulheres de classes mais abastadas ou de profissões mais honrosas. Para essas últimas, além do respeito era sempre utilizada palavras como “amabilíssima, ilustríssima, digníssima”.

¹⁵⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus 07 de outubro de 1913.

Duas raposas enfesadas

As turcas Philomena Josepha e Mantura José são estabelecidas com casas de miudezas nas cercanias do mercado público.

Philomena julgando-se lesada com a actividade da patrícia, que lhe vinha tomando, brandamente, a freguesia, procurou cortar o mal pela raiz. Mas serviu-se para isso, de um péssimo expediente, em ameaçando de quebrar á martello a cara a cara da outra como se fosse ouriço de castanha.

Mantura não estando pelos autos sapecou um cocorote na cabeça de sua patrícia, que reagiu na altura do ataque, havendo então um salseiro de todos os diabos.

A comedia terminou com a intervenção de um policial que levou as duas para o xadrez.¹⁵⁸

A ação policial era constante nesses espaços de atuação feminina, visando puni-las e discipliná-las por infringire-las em as regras e as normais sociais, e ainda por comprometer a paz e a tranquilidade da cidade. Por causa desse comportamento diferenciado, muitas vezes escandalizando o cotidiano público eram sempre acusadas de ofender a moral pública e os bons costumes e eram recolhidas, como vimos, ao xadrez.¹⁵⁹

Cabe ressaltar, ainda, que muitas prisões sofridas pela mulher popular estavam ancoradas no artigo 399 do código penal de 1890. Por este referido artigo, “deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuir meio de subsistência e domicílio certo em que habite, prover à subsistência por meio de ocupação proibida por lei e manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”¹⁶⁰, era considerada contravenção passível de processo e detenção caso fosse reincidente. Assim, no caso feminino, não somente as prostitutas eram enquadradas nesse perfil, mas todas aquelas suspeitas de *vadiagem* por perambularem pelas ruas, muitas vezes atrás de trabalho, brigarem e ofenderem a moral pública. Em sua defesa muitas delas diziam “ser legítimas ‘trabalhadoras’ e argumentavam que eram injustamente arrancadas de suas ocupações cotidianas durante o desenrolar dos processos”¹⁶¹. Com isso queremos dizer que fosse ela prostituta ou não, a mulher pertencente às classes populares eram sempre alvo de repressão policial e preconceito social. Eram consideradas vadias, desordeiras e

¹⁵⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 05 de março de 1920.

¹⁵⁹ Os exemplos são inúmeros como podemos ver: “Por offensas à moral pública foram hontem recolhidas ao xadrez da Prefeitura as despudoradas Theodora Maria Rodrigues Chaves, Francisca Maria da Conceição e Maria Nogueira”. *Jornal do Commercio*, Manaus 29 de Abril de 1906.

¹⁶⁰ GARZONI, Lericé de Castro. *Nas Fronteiras do Não-Trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX*. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

ébricas. E com isso, muda-se o foco de um dos verdadeiros motivos de suas prisões: expulsar os “indesejáveis” de certos lugares para o desfrute da elite.¹⁶²

2.2. EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL: PRIMEIROS PASSOS PARA A EMANCIPAÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX e décadas iniciais do XX, ocorreram diversas mudanças relacionadas ao comportamento feminino que possibilitaram uma redefinição da mulher na sociedade. Entre essas mudanças ocorridas, temos a árdua luta feminina pela ampliação da sua instrução educacional no país, uma vez que a educação oferecida às elas no Brasil era muito limitada.

Herdeiro do pensamento conservador português onde reinava o patriarcalismo, no Brasil, até meados do século XIX, os pais acreditavam que uma educação séria para suas filhas era algo supérfluo: modos, música e um pouco de francês era o suficiente. Os filhos homens iam para escolas e universidades, mas a casa era considerada o lugar certo para as mulheres. A Educação delas se restringia a atividades que fossem úteis no ambiente doméstico, desprovidas de valor no mercado de trabalho da época, como costurar, aprender música ou desenvolver habilidades artísticas. “Uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso é um perigo para o lar”¹⁶³, essa frase traduz o pensamento reinante na sociedade por muitos séculos em relação à educação feminina.

O acesso à escrita e à leitura também era uma zona de afrontamentos e controvérsias, as mulheres podiam ler e escrever desde que suas leituras e escritas estivessem relacionadas com a esfera privada e não representassem “o perigo da má influência” para a moralidade feminina. Ou seja, as leituras permitidas eram muito limitadas e muitas vezes até proibidas. Geralmente permitia-se a leitura dos romances, cuja difusão foi intensa no século XIX, principalmente entre as mulheres burguesas que

¹⁶² Este tema é amplamente abordado por algumas historiadoras, entre elas: SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. Op. cit.; PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Op. cit.; COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. *Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 1997.

¹⁶³ Charles Expilly, *Mulheres e Costumes no Brasil*. In: RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

estavam mais envoltas pela dimensão do privado e que tinham mais tempo para essas atividades. Havia uma preferência pelos romances de amor, cuja leitura era tênue e delicada, mas principalmente porque eles traziam consigo exemplos de “finais felizes” no qual homens e mulheres estavam satisfeitos com os seus papéis na sociedade. Romances que levassem à devaneios e fantasias deveriam ser evitados por causa do mal exemplo que, provavelmente ocasionariam desvios de moral nas mulheres uma vez que elas eram facilmente influenciáveis. As obras *Lucíola* (1862) e *Diva* (1864) de José de Alencar foram consideradas inadequadas quando da sua publicação em por retratar personagens “indisciplinadas e exigentes”.¹⁶⁴

A leitura dos romances também ratificava a mentalidade religiosa e social da época que determinava os lugares das mulheres na sociedade, o que lhes era permitido e proibido. Mas, “a partir do momento que elas começaram a sair de casa para trabalhar, o romance perdeu a maior parte do seu público”.¹⁶⁵

Na segunda metade do século XIX, a educação passou a ser considerada como o mais importante instrumento para se atingir a *civilização* e muito importante na modernização do país. Os ares da modernidade, advindos com a burguesia européia para o Brasil, cobravam mudanças urgentes. Os preceitos do mundo moderno estavam impondo-se não só pelas transformações políticas, econômicas, urbanísticas e tecnológicas ocorridos no país, mas principalmente na questão cultural, no modo de agir e pensar da sociedade brasileira. A falta de instrução era sinônimo de atraso e considerado o “maior mal que uma sociedade podia sofrer”¹⁶⁶. Esse pensamento tornou-se mais forte ainda com o advento da República em 1889 e da necessidade da construção de uma identidade nacional.

No entanto, o Brasil era um país que precisava promover sérias mudanças nesse campo, para diminuir o nível de analfabetismo e exclusão feminina das escolas. Necessitava promover uma adequação das escolas existentes, bem como a construção de novas, capacitação e ampliação do quadro de professores e principalmente deveria fazer uma reformulação no currículo educacional para atender as novas necessidades impostas pela modernidade. Como salienta Maria Izilda Matos, a “importância da

¹⁶⁴ As informações aqui foram sugeridas por MATOS, Maria Izilda Santos de. As mulheres: educação e progresso, São Paulo 1850/1900. *Revista Mackenzie* n° 20, agosto de 2005.

¹⁶⁵ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da Sedução: os romances de M. Delly*.

¹⁶⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. As mulheres: educação e progresso, São Paulo 1850/1900. Op. Cit.

educação tornou-se um assunto constante não só nos jornais, mas também em outros meios, nos debates parlamentares, nos saraus, sendo visto como indispensável para o aprimoramento social”.¹⁶⁷

Porém, uma coisa era identificar os problemas outra coisa bem diferente era criar mecanismos para a resolução desses problemas num país sem muita tradição de investimentos na educação. No tocante a educação feminina a situação era ainda mais delicada. Segundo dados do censo, em 1890, no Brasil, somente 10,4% da população feminina era alfabetizada. Em 1920 o número subiu para 19,9%.¹⁶⁸

O pensamento positivista reinante a partir da segunda metade do século XIX e início do XX diferenciava-se do pensamento típico do período colonial, de manter grande parte das mulheres na clausura de suas casas, analfabetas e arredias, pois advogava a mesma instrução para homens e mulheres, mas com objetivos diferenciados. Para a mulher, a função da educação era prepará-la para atuar no espaço doméstico e se incumbir com os cuidados com o marido e com os filhos.¹⁶⁹

Todo investimento em educação feminina a partir da segunda metade do século XIX estava, então, relacionada com a formação da mulher esposa e mãe, pois, era ela a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da pátria.¹⁷⁰ Nesse sentido ganha força a idéia de construção de uma identidade nacional necessária ao país, bem como buscar seu desenvolvimento, modernização e grandeza. Para Isso era preciso investir na infância, numa educação que pudesse despertar nas crianças não só o seu desenvolvimento intelectual, mas principalmente o sentimento patriótico. Essa função era destinada as mães, por isso precisariam estar preparadas intelectual e moralmente. “A mãe, era o principal interesse dos homens e da pátria, portanto, deveria ser pura, assexuada e nela repousariam os mais caros valores morais, éticos e patrióticos”.¹⁷¹

Segundo o pensamento de Maria Angela D’Incao com o advento da sociedade burguesa a mulher ganha uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana

¹⁶⁷ Idem, ibidem.

¹⁶⁸ Brasil. Diretoria Geral de estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, vol. 4, parte 4 p. xii, xvi. Citado em: HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino*. Op. cit. p. 75

¹⁶⁹ ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e Educação: A paixão pelo Possível*. Op.cit. p 19.

¹⁷⁰ Idem. Ibidem, p. 18.

¹⁷¹ Idem ibidem, p. 19.

como esposas modelares e boas mães¹⁷². Ou seja, a partir desse momento, das mulheres também passa a depender o sucesso da família e os homens são, num certo sentido, dependentes da imagem que suas mulheres possam traduzir.¹⁷³ A antiga analfabeta do período colonial, cedeu então lugar a um “novo tipo” de mulher: a mãe, esposa e anfitriã modeladas segundo as exigências do mundo moderno.

Dessa forma, como sustenta Ivan Manuel,

a oligarquia brasileira percebeu que não era mais possível manter suas filhas no mesmo grau de ignorância que viviam até então. O antigo comportamento feminino herdado da tradição colonial portuguesa, descrito pelos viajantes, estava se tornando incompatível com a sociedade brasileira que se urbanizava, se abria ao contato com a cultura e o mundo moderno.¹⁷⁴

A partir desse momento a formação da mulher pautava-se por novos parâmetros que vai por saber bem mais do que dirigir a casa, cuidar dos filhos e do marido. Era necessário que ela continuasse a fazer as suas atividades só que não mais de maneira inculta. Agora ela deveria ser instruída, saber ler, escrever, conversar, beneficiando com isso o seu lar. Vale ressaltar, contudo, que de maneira alguma o objetivo era a profissionalização feminina, mas sim uma educação voltada para um “polimento sociocultural”.

Porém a questão era maior do que simplesmente aceitar que às mulheres fosse dado o direito à educação, era a certeza de que no Brasil, neste período, praticamente não existiam escolas destinadas ao sexo feminino e a co-educação baseada nas escolas mistas era algo extremamente condenável.

Data de 1827 a primeira legislação relativa à educação feminina, baseado em um currículo não profissionalizante, apenas com o objetivo de formar donas de casa. “Tal currículo era composto das disciplinas de leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas”¹⁷⁵. Por essa legislação as meninas apenas podiam frequentar as escolas elementares. No entanto, segundo Ivan Manuel, o governo imperial criou, mas não deu condições para a concretização do decreto uma vez

¹⁷² D’INCAO, Maria Angela. Mulher e Família burguesa. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

¹⁷³ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁴ MANOEL, Ivan A. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919)*. Uma face do Conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p 22.

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*. p 23.

que pouquíssimas escolas foram criadas, o ensino era precário e não havia instalações adequadas. O governo imperial conferiu ainda, a partir da Lei nº 16 de 12/08/1834, a responsabilidade da educação primária e secundária aos governos provinciais, o que segundo o autor agravava a situação, pois os governos que eram favoráveis a completa liberalização do sistema escolar pela iniciativa privada, investiam poucos recursos e eximiam-se da responsabilidade de proporcionar educação pública e gratuita à população. Para o governo, o ensino público e gratuito era um desperdício de dinheiro e contrário aos interesses nacionais.¹⁷⁶

Embora Manuel tenha analisado documentos das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, podemos acreditar que a realidade era a mesma para as demais províncias brasileiras. No Amazonas, por exemplo, na primeira metade do século XIX eram poucas as escolas elementares existentes e o ensino secundário só teve início em 1852 com a criação da província. Esse segmento de ensino era oferecido unicamente aos jovens do sexo masculino no Seminário Episcopal São José¹⁷⁷. Nesta mesma data, a capital da província contava com apenas sete escolas primárias para meninos e só uma para meninas. Somente a partir de 1854 é que as primeiras escolas particulares começaram a surgir¹⁷⁸ ampliando a possibilidade de educação no Estado, como veremos mais adiante.

A escassez de escolas públicas por todo o país pouco influenciava para as elites, pois seus filhos não frequentavam essas escolas por diversos motivos como: instalações precárias, currículo pobre, professores mal qualificados e principalmente pela mistura de classes sociais¹⁷⁹. Os mais endinheirados contratavam preceptoras brasileiras ou estrangeiras para ministrarem aulas à suas filhas na própria residência e os outros mandavam suas filhas para escolas particulares que podiam ser no regime de externato, semi-internato e internato.

A grande deficiência na educação ficava mesmo para as classes mais pobres da sociedade brasileira, principalmente para as mulheres. Se os governos quase não investiam na educação masculina, deixando de ampliar o número de escolas, de contratar professores qualificados e de dar condições materiais para que os mesmos

¹⁷⁶ Discurso de Diogo de Mendonça Pinto. Inspetor Geral da Instrução pública em São Paulo. In: MANOEL, Ivan. *Igreja e Educação Feminina*. Op. cit., p. 23.

¹⁷⁷ O Seminário Episcopal São José foi fundado em 1848 pelo bispo D. Afonso de Moraes Torres, mas somente em 1852 o curso secundário foi anexado à sua estrutura.

¹⁷⁸ Apud: COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As Mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

¹⁷⁹ MANOEL, Ivan. *Igreja e Educação Feminina*. Op. cit., p. 24.

pudessem trabalhar o que pensar então dos investimentos para oferecer educação às mulheres?

A educação feminina era algo dispendioso para o governo, pois requeria toda uma preparação específica como salas separadas, currículo diferenciado e contratação de professoras para ministrarem as aulas, já que não se admitia professores do sexo masculino para as meninas. Sem investimentos, as meninas iam crescendo analfabetas, envoltas apenas pelas tarefas domésticas e aguardando o seu casamento.

A modernidade¹⁸⁰, como nos sugere Manuel, assustava a sociedade mais conservadora basicamente num único ponto: “como educar, conforme as exigências do mundo moderno sem deixar que a modernidade cooptasse as mulheres e subvertesse as relações interpessoais e familiares?”¹⁸¹. Essa preocupação era fruto das primeiras manifestações feministas acerca do direito à educação e voto.

Por isso, o controle da educação feminina deveria ser rigoroso. Era imprescindível que ela estivesse voltada unicamente para atender as necessidades em relação ao lar e à família trazendo-lhes benefícios, mas nunca para realização pessoal ou profissional. Da mesma forma, evitar o excesso de instrução para que não pudessem concorrer intelectual e profissionalmente com os homens, pois isso seria “ultrapassar os limites da segurança social”¹⁸². Assim, a instrução feminina deveria ser controlada e limitada (pelos homens, detentores do poder político, econômico e social) para que os lares, a família e os homens não fossem prejudicados.

O pensamento positivista e eugênico determinava que o trabalho intelectual não devia fatigá-las nem se constituir num risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa para não debilitar seus descendentes¹⁸³. Havia a crença na inferioridade intelectual feminina por isso, o currículo educacional deveria conter apenas noções

¹⁸⁰ Quem melhor traduziu o conceito de Modernidade foi Marshall Berman. Segundo o autor, a modernidade, pode ser compreendida enquanto um *modus vivendi*, uma experiência vital de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida. Aventura e rotina. A modernidade é a tragédia do desenvolvimento, que permitiu deslumbrar incríveis horizontes ao mesmo tempo em que criou uma força que desmancha tudo que é sólido no ar. Berman demonstra que a modernidade é um ambiente perigoso que une, mas paradoxalmente coloca o homem em um turbilhão permanente de desintegração aonde há contradições, lutas e muita angústia. BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Companhia das Letras, 2001. In: www.filosofante.com.br

¹⁸¹ MANUEL, Ivan. Op. cit., p. 30.

¹⁸² ALMEIDA, Jane Soares. *A paixão pelo Possível*. Op.cit. p 33.

¹⁸³ Idem, ibidem. p 19.

básicas de aritmética, noções de língua portuguesa, prendas domésticas, certa instrução artística e normas de etiqueta. Os exercícios ginásticos eram proibidos *a priori* já que havia a crença de que a ginástica prejudicava os órgãos reprodutores femininos.

Segundo os preceitos dessa sociedade conservadora, para as mulheres, era indicado mais educação e menos instrução. A primeira baseia-se numa formação ideológica, num “polimento”, enquanto que a segunda refere-se ao saber científico e cultural que em excesso era extremamente prejudicial à moral feminina.

Dentre todos os grupos que condenavam a idéia de uma possível emancipação feminina advinda com a instrução coube aos católicos a mais rigorosa repulsa a essas idéias. A doutrina conservadora católica pregava que a desigualdade sexual era algo determinado pelas leis naturais e divinas. Essas leis teriam estabelecido exatamente o lugar do homem e da mulher na sociedade: as tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino, com a preponderância das últimas sobre as primeiras¹⁸⁴. Contrariar tais premissas era um atentado às leis divinas.

Dentro desta perspectiva o sexo feminino deveria receber uma educação conservadora, voltado para os ensinamentos religiosos, éticos e morais e sempre inferior aos ensinamentos oferecidos aos homens. Destaca-se aí o princípio católico da educação diferenciada pelos sexos. A co-educação (escola mista) era considerada pecaminosa, errônea e perniciososa à educação cristã e ainda

(...) uma deplorável confusão de idéias, que confunde a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora. O criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade. Além disso, não há na própria natureza que os fez distintos em inclinações, nenhum argumento de onde se possa deduzir que possa ou deva haver promiscuidade e muito menos igualdade na formação dos dois sexos.¹⁸⁵

Baseado neste pensamento e pregando o mesmo, surgiram por todo o século XIX escolas católicas, comandadas por freiras ou padres (no caso da educação masculina), de grande aceitação social por todo o país mesmo depois da separação entre Igreja e Estado, que o tornou laico através da Constituição Republicana de 1890¹⁸⁶. A

¹⁸⁴ MANUEL, Ivan. Op. cit., p. 32.

¹⁸⁵ Discurso do papa Pio XI em 1927. Encíclica *Divini Illius Magistri*. In: MANUEL, Ivan. Op. cit., p. 32.

¹⁸⁶ A partir da primeira Constituição Republicana. Decreto 119-A, de 17 de janeiro de 1890.

primeira escola comandada por freiras que surgiu no Brasil, segundo Manuel, foi o colégio Nossa Senhora do Patrocínio das irmãs de São José de Chamberry, em Itu, São Paulo, fundada em 1859¹⁸⁷. Porém, muitas dessas escolas surgiram no Brasil até mais ou menos o final da década de 1959¹⁸⁸, tornando-se importantes agentes das elites e do Estado no controle da educação feminina devido sua doutrina extremamente conservadora baseado no ultramontanismo católico¹⁸⁹. Nestas escolas, o currículo educacional era baseado principalmente na moral cristã, e nos preceitos religiosos. As mulheres eram educadas na fé católica para que pudessem ser também propagadoras das doutrinas e ensinamentos da Igreja. Nas palavras de Manoel, o ensino católico visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita instruída para o lar, e para o esposo”¹⁹⁰.

Estivemos até agora a falar sobre o que a sociedade, o Estado e a Igreja definiam como ideal na educação feminina. No entanto, a maioria das preocupações, das regras e medidas estavam relacionadas com a instrução da mulher da elite por uma razão simples: eram elas que brilharão nos salões e precisariam arranjar bons casamentos. Era para elas que as escolas particulares e as escolas religiosas eram criadas e os currículos educacionais pensados. O controle sobre a conduta moral e os limites impostos também era maiores sobre elas. Para as mulheres das classes populares restava as escolas públicas ou mesmo o analfabetismo que era muito maior nessa classe do que nas outras. Para essas, a educação aconselhada era a profissionalizante baseada no ensino de corte e costura, “pois ler e escrever pouco lhes valeria no futuro”¹⁹¹. Mesmo assim as escolas ensinavam-lhes o essencial para que pudessem ao menos assinar seu nome e ler o missal.

¹⁸⁷ O referido autor toma esta escola como objeto de sua análise acerca da Influência da Igreja Católica na educação feminina no século XIX.

¹⁸⁸ No Amazonas esse fenômeno se dá a partir de 1910, com a Criação da Escola Dorothéa, como veremos mais adiante.

¹⁸⁹ Após a Revolução Francesa a Cúria Romana desenvolveu uma orientação política, uma autocompreensão, um fechamento em si mesma e uma recusa ao mundo moderno por identificá-lo como “um imenso perigo para a salvação da alma” por se fundamentar na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e política, não obedecendo aos preceitos católicos e ao controle da Igreja. *Apud*: Manoel, Ivan. Op. Cit., p. 41.

¹⁹⁰ MANOEL, Ivan. Op. cit., p. 86.

¹⁹¹ ALMEIDA, Jane Soares. *Ler as Letras: Por quê educar meninas e mulheres?* Campinas: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, p. 112.

As escolas profissionais femininas destinavam-se a ensinar um ofício para as mulheres mais pobres para que elas pudessem ganhar seu sustento de forma honesta. Corte e costura, bordar, coser, lavar e passar eram algumas das disciplinas ensinadas nestes estabelecimentos.

Em formato semelhante foram criadas algumas “Escolas Domésticas” no país. Em 1913 o *Jornal do Comércio* deu nota à criação da primeira deste gênero no Brasil:

Os jornaes do Rio publicaram um telegramma do Recife, dando conta da partida, para o Rio Grande do Norte, de uma professora suissa que veio da Europa contratada para dirigir a escola doméstica, recentemente creada na cidade de Natal.

A nova escola foi organizada sob o modelo de um semelhante e acreditado estabelecimento do cantão de Friburg.

(...) as escolas domesticas, de preparo para a vida pratica, para as pequenas industrias de caráter familiar, para os misteres simples das profissões agrícolas, conforme o programma da escola domestica de Natal, essas não tinham ainda vicejado em nosso país.¹⁹²

Manaus também contou com escolas no formato profissionalizante e/ou domésticas, reunindo mulheres dos segmentos mais pobres da cidade. O Instituto Benjamim Constant, de 1892, por exemplo, apesar de não ter se pautado como uma escola profissionalizante, no sentido mais amplo da palavra, atendia meninas órfãs, pobres, desvalidas com o objetivo de prepará-las para serem “boas donas de casa” e muitas delas, após deixarem o Instituto, empregavam-se em casas de família. Outro exemplo data de 1937. As religiosas Filhas de Maria Auxiliadora, que já haviam fundado a Escola Nossa Senhora Auxiliadora (em 1935)¹⁹³, destinada às meninas da alta sociedade, fundam no bairro da Cachoeirinha uma escola profissionalizante para atender as jovens carentes maiores de 14 anos daquela comunidade, oferecendo os cursos de formação doméstica e o elementar de 1ª a 3ª série. As alunas do Patronato Santa Terezinha, como ficou conhecido a escola, eram em sua maioria trabalhadoras domésticas ou operárias nas fábricas de castanha e borracha que ocupavam-se durante o dia em seus trabalhos, de onde tiravam o próprio sustento e, à noite, freqüentavam as aulas daquela instituição.

O Instituto Feminino Profissional Domestico

¹⁹² *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de abril de 1913.

¹⁹³ Mais informações estão no tópico 2.2 sobre a educação no Amazonas.

Realiza-se ás vinte horas de hoje, a inauguração do Instituto Feminino Profissional Domestico, á avenida sete de setembro, obra benemérita e promissora da prelazia apostólica do Rio Negro. O novel instituto funcionará em prédio situado no bairro da Cachoeirinha, e destina-se ao preparo das môças pobres, nas profissões domesticas. Brevemente ás expensas do mesmo instituto será mantida a distribuição do copo de leite e da sopa as operarias daquelle bairro.

Ao acto de inauguração comparecerão as principaes autoridades estaduais, como o governador, o director do Departamento de Educação e Cultura, e as trezentas alumnas que já freqüentam o instituto.¹⁹⁴

Outra opção para as mulheres continuarem a sua instrução era entrando para os cursos de aperfeiçoamento para o magistério, as chamadas “Escolas Normais”, que surgiram em grande número por todo o país a partir de 1835 com o objetivo de formar novos professores¹⁹⁵. Essas escolas foram oferecidas inicialmente aos homens, mas no decorrer dos anos foram tornando-se espaços quase que exclusivamente femininos.

Formar-se professora era “honroso e digno”, pois era uma extensão do papel de mãe que as mulheres exerciam com outras crianças. Dessa forma, o trabalho feminino como docente, particularmente com crianças, ganhava legitimidade e aprovação social. “Estavam as mulheres sendo educadas e educando dentro dos ‘limites da honrosa missão’, aperfeiçoando o desempenho de seu maior compromisso: ser mãe e esposa”.¹⁹⁶

A partir da segunda metade do século XIX o acesso à educação equiparada àquela oferecida para os homens foi a bandeira de luta das mulheres por todo o país. As mulheres começaram sua luta por um espaço na educação do país, a princípio, porque estavam convencidas – mas precisavam convencer os homens – da importância de estarem instruídas para benefício dos filhos que formariam a geração futura do país, posteriormente elas defenderam a idéia que a instrução viabilizaria a oportunidade de exercerem uma profissão remunerada diminuindo sua subordinação e dando-lhe mais autonomia financeira e mais liberdade. No entanto, sabemos que também era característica da primeira onda do movimento feminista, ocorrido em fins do século XIX, a total aceitação de que o verdadeiro papel feminino e sua mais sagrada missão era a maternidade. Era para este fim que a mulher deveria estar preparada. Esta

¹⁹⁴ *Jornal do Commercio*, 02 de Abril de 1937.

¹⁹⁵ Segundo informações de Hahner, a primeira Escola Normal brasileira surgiu em Niterói em 1835 sendo seguida pela da Bahia em 1836. No entanto, as escolas normais permaneceram em numero pequeno, insignificantes em matricula e em situação precária até os últimos anos do império. HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p 32.

¹⁹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. As mulheres: educação e progresso, São Paulo 1850/1900. *Revista Mackenzie*, n° 20, agosto de 2005.

característica difere-se dos ideais da segunda onda do movimento onde as mulheres através do uso de contraceptivos puderam decidir sobre a concepção ou não dos filhos e quando isto deveria acontecer dando prioridade a sua carreira profissional ou outros objetivos pessoais.

Essa luta, difundida por uma minoria de mulheres instruídas, entre elas diversas professoras, envolveu diferentes agentes sociais, mas foi na imprensa que ela se tornou explícita. Era principalmente através de pequenos jornais e revistas femininas (feministas ou não) que as mulheres difundiam seus ideais na luta por mais instrução, educação e profissionalização. Esse objetivo feminino era deixado claro logo na apresentação do jornal/revista e na maioria das publicações por todo o país. Embora também, não podemos deixar de mencionar aqueles periódicos que serviram apenas para reafirmar os papéis sociais femininos da época em questão. Em *O Grêmio*¹⁹⁷, por exemplo, este era o objetivo a ser atingido:

A nossa humilde missão na imprensa indígena é despertar o estímulo das boas amigas e caras consocias nos trabalhos intellectuaes onde se aperfeçoa a intelligencia e se prepara o coração para se sentir melhor (...)

A nós poderá ser concedido um dia o louro da Victoria por termos cooperado com o desenvolvimento intellectual da mulher, nesta tão nova e florescente cidade.¹⁹⁸

Nesses periódicos as mulheres defendiam mudanças na educação feminina porque acreditavam que uma melhor formação da mulher era indispensável para que ela pudesse estar preparada para desenvolver-se intelectual e profissionalmente, modificando sua condição social. A instrução também contribuiria para espantar as “frivolidades” consequência da ociosidade em que viviam. No entanto, como já foi colocado anteriormente, primeiramente a justificativa para a luta das mulheres por mais instrução era a de estar mais bem preparada para exercer o seu papel de mulher como esposa e principalmente como mãe, podendo oferecer uma melhor educação aos seus filhos contribuindo assim para a regeneração e desenvolvimento da sociedade¹⁹⁹. Sendo a educação do homem reflexo da educação das mulheres (mãe) esta deveria não tardar a

¹⁹⁷ *O Grêmio*: órgão do Grêmio Familiar Amazonense. Circulação de apenas dois números. O primeiro em 05/09/1909 e o outro em 10/07/1910.

¹⁹⁸ *O Grêmio*. Manaus, 05/09/1909, p. 01/02.

¹⁹⁹ Não pretendo aqui homogeneizar o fato, acredito que uma minoria de mulheres pensasse diferente, que visse na educação a porta aberta para sua emancipação financeira através do exercício de uma profissão, mas não para benefício da família, mas, para benefícios próprios. O que eu busquei retratar no texto é que este era o pensamento da maioria, pensamento este que fora aceito pelo restante da sociedade.

acontecer e ser oferecida de modo que todos os aspectos físicos, morais e intelectuais pudessem ser contemplados.

Ora como pode uma mulher, criada entre o piano e a valsa, ou quando muito entre o pudim e a agulha, agasalhar um pensamento curioso de um filho, elucidá-lo, tornando as suas palavras simples, como verdadeiras pontas de luz com que se esclareçam as coisas mais complicadas e terríveis, fazendo-as entrar no cérebro da criança do modo mais natural e lógico?

Banida do convívio espiritual do homem, como pode a mulher bem educar o homem?²⁰⁰

Outro exemplo sobre esta preocupação em ser instruída para educar os filhos também está novamente em *O Grêmio*:

Dissipemos a sombra negra que envolve o cérebro humano, a treva intensa da ignorância com os raios de luz da instrução.

Mas tarde seremos mães de família, teremos de educar cidadãos para a Pátria e para isso é mister que estejamos aparelhadas para uma tarefa tão árdua, tão difícil (...).²⁰¹

Podemos perceber então que no início a luta feminista pela emancipação da mulher pautava-se na educação, mas estava relacionada com os seus papéis de mãe e esposa. “É indispensável educá-la: sem instrução ela continuará a representar o tristíssimo papel que na maioria tem feito, como esposa principalmente e nos outros estados da vida”.²⁰²

Ou seja, lutava-se por mais instrução para o “belo sexo” para que elas estivessem mais preparadas para educar seus filhos, dirigir a casa e o casamento. Assim, como salienta Matos, “a educação feminina passou a ser considerada fundamental para o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe, da família e das futuras gerações do país”.²⁰³ Portanto, à mulher caberia a responsabilidade “não somente pela família, mas também pela própria pátria”.²⁰⁴

²⁰⁰ *A Mensageira* de 1887. In: HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981. *A Mensageira* foi uma importante publicação feminina que circulou no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX início do XX.

²⁰¹ *Jornal O Grêmio*. Manaus, 05 de setembro de 1909.

²⁰² *A Família*. ano I, nº especial. Apud: PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma História do feminismo no Brasil*. Op. Cit. Pag. 32.

²⁰³ MATOS, Maria Izilda. *As mulheres Educação e progresso*. Op. cit., p. 2.

²⁰⁴ *Idem ibidem*.

Os discursos travados nas páginas dos jornais femininos pretendiam não só dar legitimidade ao pensamento positivista em voga, justificar sua luta, mas principalmente conchamar outras mulheres que ainda não haviam aderido a esse ideal.

Se todos compreendessem a utilidade da instrução da mulher entre nós (...) a ciência não formaria sem dúvida uma espécie de aristocracia da inteligência, e o homem, que, logo na infância, não encontra outro guia senão sua mãe, se tornaria mais apto, para o desenvolvimento na viagem, que, neste mundo, faz do seu nascimento ao túmulo.²⁰⁵

Contudo, esse discurso positivista favorável em relação a educação feminina no que se refere à formação de mães e esposas, foi incorporado pelas feministas, principalmente, como bandeira de luta, na minha concepção, de maneira intencional. “É mais fácil abrir clareiras aonde já existem caminhos”²⁰⁶, ou seja, elas apoiaram-se nas chamadas “concessões governamentais” acerca da instrução da mulher e foram paulatinamente transformando-as em conquistas femininas, uma vez que não podemos desconsiderar o caráter emancipatório advindo com uma instrução feminina mais completa, pois, a instrução viabilizaria a transformação de sua condição social, seja por meio de sua profissionalização, seja por um trabalho remunerado. “Somente com uma educação igual a dos homens e a profissionalização romperiam com os mecanismos de subordinação feminina”²⁰⁷. Portanto, a luta das mulheres pautou-se também em conquistar o direito ao acesso à educação superior. Como veremos posteriormente.

Não resta dúvida que boa parte das mulheres das classes mais abastadas também foi influenciada pelo ideal feminista de emancipação, e, ao terem oportunidade de continuarem a sua instrução educacional até a formação superior, a fizeram e atrelaram a instrução com o trabalho, passando a exercer uma série de profissões como professoras, dentistas, advogadas, entre outras. Ou seja, tais mulheres perceberam que através dos estudos era possível uma formação profissional e foram, aos poucos, lutando por espaços nas Universidades do país. Um exemplo está neste artigo da *Revista A Mulher* de 1881:

Qualquer mulher que entender que por ser mulher não tem necessidade de estudar, de instruir-se e de trabalhar, commette um erro irreparável, e tarde virá a arrepender-se e conhecer que errou na apreciação desta vida. Através do

²⁰⁵ *O Sexo Feminino*. 09/05/1874. Cit. em RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

²⁰⁶ Ditado popular.

²⁰⁷ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas*. Op. cit.

trabalho, fonte perene do bem-estar da criatura humana as mulheres poderão sustentar-se a si mesmo e viver livres e independentes²⁰⁸.

Esses jornais femininos também noticiavam os “feitos” de mulheres brasileiras que iam estudar fora do país, graduando-se em cursos como medicina e Direito e tentavam mostrar às suas leitoras que as mulheres eram competentes e com igual inteligência aos homens, portanto, possuíam condições para o ensino superior, só faltava oportunidade contrariando o discurso sobre a “natureza feminina incapaz intelectualmente, com ‘cabelos longos e idéias curtas’”.²⁰⁹

Dessa forma, o discurso feminino/feminista dizia que era preciso unir forças para juntas quebrarem as barreiras que impediam à sua formação superior e lutar contra os preconceitos existentes na sociedade.

... há urgência em fazer compreender a necessidade de nos emanciparmos da tutela eterna e injusta que pesa sobre o nosso sexo. [...] Não estamos mais nos tempos em que o saber estava encarcerado nos claustros. [...] Vemos, graças à luz da civilização, que a verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência. Mas, verdade seja dita, sem se efetuar uma transformação radical e completa no regime da atual educação do nosso sexo, nada ou pouco, muito pouco, conseguiremos em benefício de nosso desideratum. [...] Precisamos pugnar pela emancipação da mulher, adquirida pela tríplice educação: física, moral e intelectual.²¹⁰

As barreiras existentes no Brasil que impossibilitavam a formação superior feminina eram formadas primeiramente pela quase inexistência de cursos secundários para mulheres e por serem dispendiosos, pela desaprovação social em relação às escolas mistas, mas principalmente pelo fato de durante o período colonial e também imperial brasileiro não ser permitido o acesso das mulheres às faculdades do país. Se uma mulher desejasse (e se seus pais ou maridos permitissem) estudar um curso superior deveria fazê-lo em outros países, o que se tornava mais difícil e oneroso. Portanto, sonho quase impossível para as mulheres mais pobres.

Somente em 19 de abril de 1879 com a *Lei de Reforma do Ensino Superior*, o governo brasileiro permitiu o ingresso de mulheres nas Instituições superiores do país, surgindo maiores possibilidades de acesso a educação pública e privada. Dessa forma, no final do século XIX início XX, as mulheres passavam cada vez mais a forçar os

²⁰⁸ *A Mulher*. Nova Iorque. Abril de 1881. p 27. Citado em HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas* op. cit..

²⁰⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *As mulheres: educação e progresso*, op. cit..

²¹⁰ *O Sexo Feminino*, 14/09/1889. Citado em RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. Op. Cit.

limites do que lhes era permitido. É, assim, que foram, aos poucos, superando as pressões, a desaprovação social, rompendo (ou não) preconceitos e diplomando-se em diversos cursos superiores por todo o país.

Vale ressaltar, porém, que mesmo com o direito ao acesso ao ensino superior conquistado no Brasil, nesse momento, ele continuou a ser privilégio de uma pequena parcela da sociedade feminina: serviu para aquelas das classes mais abastadas, cujas famílias podiam arcar com os custos elevados tanto da educação secundária (necessária ao ingresso nas faculdades) quanto principalmente com os custos do próprio ensino superior uma vez que a maioria das faculdades eram pagas. Dessa forma, as mulheres mais pobres eram excluídas das universidades do país e o sonho de uma formação superior tornava-se muito distante.

2.2.1. AS MULHERES E A INSTRUÇÃO NA CIDADE DE MANAUS

Como vimos anteriormente, a situação da educação primária e secundária em todo o Brasil era precária até o final do século XIX, vindo a ter relativas melhorias somente após a instalação da República, talvez devido o ideal de desenvolvimento e progresso que atingiu todo o país. No Amazonas essa realidade não fugia à regra principalmente no que se refere à instrução pública gratuita. Durante todo o período imperial o Estado sofreu com a escassez de recursos para a construção de escolas, para a compra de material, e pela falta de um número maior de professores qualificados. Em 1852, por exemplo, existiam apenas oito escolas na capital sendo sete para meninos e somente uma para meninas.²¹¹

Diante desse quadro não causa espanto que, por volta de 1890 dos 38.720 habitantes da cidade de Manaus 79,82% eram analfabetos segundo dados do recenseamento geral da República.²¹²

No entanto, assim como no restante do país, o ideal de desenvolvimento pautado através da educação e, portanto necessário diante dos novos valores impostos pela

²¹¹ COSTA, Lara Heloisa. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Op. cit., p. 246.

²¹² DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*. Op. cit., p. 54.

modernidade, fez com que Manaus também sentisse a necessidade de educar e instruir sua população, haja vista o amplo projeto de civilização e desenvolvimento para a cidade proposto por seus dirigentes a partir do final do século XIX. Tal premissa fez-se presente também na instrução das mulheres. Segundo análise de Fabiane Vinente, a educação feminina era vista como condição para a superação da condição de vila bem como a incorporação de novos hábitos relacionados ao cultivo da cultura erudita e com a formação de uma população instruída²¹³. Para alcançar tais objetivos fizeram-se necessários amplos investimentos na área da educação elementar e secundária tanto pelo Estado, pelo município, quanto pela iniciativa privada.

O ensino secundário no Estado teve início no Seminário Episcopal São José, a partir de 1852, indo até o final da década de 1860 quando depois de diversos debates acerca da inadequação do Seminário como instituto de educação secundária²¹⁴ e de diversas reformas no ensino, o ensino secundário no Estado passou a ficar a cargo do Liceu Provincial Amazonense criado através do Regulamento nº 18 de 14 de março de 1869. Nesse período os liceus como estabelecimentos de instrução pública ganharam legitimidade, pois,

se constituíram, mas pela unificação das aulas em um mesmo estabelecimento, que antes eram isoladas e sem ordem, do que por uma estrutura organizacional e hierárquica. Sua atribuição, primeiramente, era a de oferecer aos alunos as disciplinas exigidas nos exames preparatórios para o ingresso no ensino superior.²¹⁵

Como resposta às necessidades de ampliar o quadro de professores e melhorar a qualidade do ensino no Estado, foi criado em 04 de novembro de 1880²¹⁶ o Curso Normal com duração de três anos anexo ao Liceu Provincial e atendendo ao mesmo regulamento. Tal empreendimento pautou-se como significativo avanço no campo da educação feminina, pois, diferentemente de outros cursos normais existentes no país, o

²¹³ SANTOS, Fabiane Vinente dos. *Mulher que se Admira, Mulher que se Deseja, Mulher que se Ama*. Op. cit., p. 66.

²¹⁴ “O ensino secundário no Seminário era completamente desprovido de centro e organização. Algo híbrido, que não era nem seminário nem liceu. Carecia de instalações próprias, bem como de direção conveniente”. Apud: PINTO, Assislene da Mota (Org.) *Preâmbulos da História e Memória da Educação na Cidade de Manaus*. Manaus: ESBAM, 2005.

²¹⁵ Idem, p. 24.

²¹⁶ As discussões acerca da criação de um curso normal na província do Amazonas já vinham ocorrendo desde 1852. Foram anos de muita discussão e de fracassadas tentativas de criação do curso normal. Somente em 1880 por meio da Lei 506 a administração provincial foi autorizada a criar “ao lado do Ensino Secundário um curso Normal para o preparo de professores primários”.

daqui permitiu desde logo a matrícula e o ingresso de mulheres no curso. Um grande avanço seguido por algumas limitações. Segundo Heloisa Lara, o regulamento de criação do curso normal na província determinava que para efetuar a matrícula “as mulheres deveriam apresentar uma autorização do pai ou do marido e após serem matriculadas poderiam ser dispensadas das aulas no Liceu sendo sua presença obrigatória somente nas aulas de pedagogia e na época dos exames”²¹⁷. Era o tom conservador da sociedade falando mais alto em relação à educação feminina. O que se pretendia evitar com tal atitude era a convivência entre homens e mulheres em sala de aula conseqüência da co-educação²¹⁸, extremamente mal vista pela sociedade e pela Igreja no período.

No ano de 1881 com o intuito de melhorar o ensino oferecido pelo curso normal este foi desmembrado do Liceu e ganhou autonomia sendo transformado em Escola Normal²¹⁹. No entanto só foi oficialmente instalada²²⁰ em março do ano seguinte sob novo regulamento e ensejando novo ânimo para a instrução pública no Estado, pois tinha como objetivo “melhorar a qualidade do ensino primário através da introdução de professores normalistas nas escolas”²²¹. Alguns anos depois em 1890 o governador Augusto Ximeno de Villeroy ao extinguir o Liceu, transformou a Escola Normal em Instituto Normal Superior, formando professores num curso de 4 anos²²². Com a extinção deste e a criação do Gymnásio Amazonense em 1893, a formação de professores ficou subordinada ao curso normal anexo ao Gymnasio permanecendo nesta situação até o ano de 1900, quando o curso ganhou autonomia.

Desde o seu início foi superior a concentração de mulheres na Escola Normal amazonense, confirmando uma tendência que vinha ocorrendo em todo o país: o Magistério estava se feminizando. Nesse sentido, concordo com Jane Soares quando ela ressalta que o advento das escolas normais em todo o país foi um importante passo dado

²¹⁷ COSTA, Heloisa Lara. Op. cit., p. 257.

²¹⁸ A co-educação, ou ensino misto foi adotado na província do Amazonas a partir da Lei n.343 de 15 maio de 1876. UCHÔA, Benevides. *Flagrantes Educacionais do Amazonas de Ontem*. Op. cit., p. 90

²¹⁹ Regulamento 42 de 14 de Dezembro de 1881.

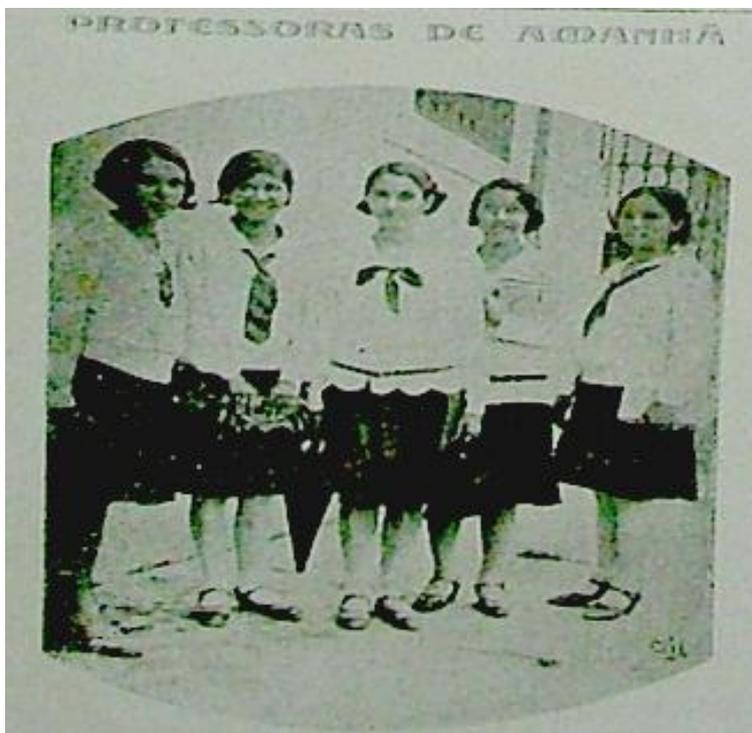
²²⁰ Instalada a 6 de março de 1882. Logo após a sua criação, sem sede própria, a Escola Normal funcionou em diversos lugares entre eles, no 2º andar do Liceu Amazonense. Sua sede definitiva só foi construída na década de 1940. BRAGA, Robério. *100 Anos do IEA (1880-1989)*. Manaus: Governo do Amazonas, 1980.

²²¹ *Ibidem*, p. 42.

²²² *Idem*. *Ibidem*. O Instituto Normal Superior só teve duração de três anos, sendo substituído em 1893 pelo Gymnasio Amazonense, no governo de Eduardo Ribeiro.

pelas mulheres no período para adquirir alguma instrução e assim ingressar na profissão do magistério.²²³

IMAGEM 1:
NORMALISTAS DA ESCOLA NORMAL – 1929



Fonte: *Rionegrino*. Manaus, 14 de Novembro de 1929.

Alguns dados exemplificam tal assertiva: em 1905, por exemplo, dos 126 alunos matriculados, só 26 eram do sexo masculino. A tabela a seguir nos mostra a hegemonia da diplomação feminina na Escola Normal entre os anos de 1925 a 1929:

TABELA 1:
ALUNOS DA ESCOLA NORMAL – VARIAÇÃO POR SEXO

ANOS	SEXOS		Total
	Masculinos	Femininos	
1925	-	9	9
1926	2	16	18
1927	-	23	23
1928	-	11	11
1929	2	15	17

Fonte: *Relatório da Instrução Pública no Governo Ephigênio Salles (1926-1929)*

²²³ ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e Educação: A paixão pelo possível*. Op.cit. p 23.

A maioria dessas jovens normalistas pertencia à classe média, outras eram atraídas pela necessidade financeira que seria sanada com a conclusão do curso normal e sua entrada no magistério, outras ainda eram atraídas por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, mas todas seriam cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade.²²⁴

A criação do Ginásio Amazonense²²⁵ em 1893, através do decreto nº 34 de 13 de outubro do mesmo ano é considerada um marco na história cultural e social do Amazonas, não só pela imagem de imponência e de progresso que refletia satisfação para a elite do Estado, sempre desejosa em ostentar uma capital moderna e próspera e de tornar o Amazonas compatível com os seus interesses, mas principalmente pela proeminência educacional que representou para a comunidade acadêmica, embora estivesse ligado diretamente a elite do Estado, uma vez que o Ginásio passou a ser concentração de abastados.

O Ginásio Amazonense passou a ser referência no ensino, que era de alta qualidade. Seu plano de estudos igualado ao *Ginásio Nacional* no Rio de Janeiro, equiparou o ensino secundário amazonense com o do restante do Brasil, permitindo que os alunos que ali se formassem pudessem adentrar em qualquer curso superior do país.

A pesquisa não nos possibilitou perceber os critérios estabelecidos para a admissão de mulheres no Ginásio Amazonense²²⁶ e nem a partir de quando isso começou a ocorrer. No entanto, ao analisar a relação dos Bacharéis em Ciências e Letras obtivemos a informação que a primeira mulher conquistou essa diplomação no Ginásio no ano de 1909.²²⁷

²²⁴ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 453.

²²⁵ O edifício do Ginásio Amazonense, que também abrigava a Escola Normal e o Grupo escolar Barão do Rio Branco, começou a ser construído em 25 de março de 1881 tendo sido concluído em 1886. Neste edifício também funcionou anteriormente a criação do Ginásio o Liceo Provincial extinto através do Decreto n. 15 de 17 de Janeiro de 1890 e o Instituto Normal superior. Em 1925 o Interventor Federal no Amazonas, Alfredo Sá, atribuiu ao Ginásio a denominação de “*Gymnasio Amazonense D. Pedro II*” em comemoração ao centenário de nascimento do ex imperador do Brasil. Outras mudanças na nomenclatura ainda ocorreriam em 1938 quando voltou a chama-se apenas Gymnasio Amazonense e em 1943 recebendo a denominação de Colégio Estadual Amazonense.

²²⁶ Estamos nos referindo aqui ao ensino secundário do próprio Ginásio e não à Escola Normal que durante muito anos ocupou suas dependências.

²²⁷ D. Raymunda Frota e Silva, natural do Amazonas, nascida em 3 junho de 1890. Muitas outras diplomaram-se nos anos posteriores. SERRANO, Plácido. *Anuario do Gymnasio Amazonense Pedro II. Comemorativo do primeiro centenário natalício do ex imperador*. Manaus: Imprensa Oficial, 1925.

Em 1908 no governo de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt algumas mudanças na instrução amazonense já começam a ser percebidas. Nessa época a capital contava com cerca de 40 escolas primárias públicas no total de 213 existentes no Estado, além de escolas particulares, do Gymnasio Amazonense, de educandários, da Escola Normal e de duas escolas complementares: uma para o sexo feminino e outra para o masculino ²²⁸. Mesmo assim, parte da sociedade, principalmente da periferia da cidade, continuava alijada do contato com o mundo das letras e o número de analfabetos continuava grande.

Alguns “educandários” também fizeram parte do quadro educacional do Estado, destinados a menores órfãs, desvalidas e pobres. O primeiro data de 1859 com a criação do Colégio Nossa senhora dos Remédios que sob o regime de internato atendia principalmente indígenas. Mas foi fechado por falta de recursos ²²⁹. As órfãs teriam direito ao ensino de 1º e 2º ano onde estudariam leitura, caligrafia, contas, deveres morais e religiosos além das prendas domésticas. No terceiro grau destinado apenas às pensionistas seria ministrada uma educação mais aprimorada contendo gramática portuguesa, geografia e história do Brasil, francês, piano, dança e desenho ²³⁰. Posteriormente no início da década de 1880 no mesmo formato foi criado o Asilo orfanológico Amazonense, sendo posteriormente denominado de Asilo Orfanológico Elisa Souto.²³¹

Durante seu governo, Eduardo Ribeiro extinguiu o Asilo Elisa Souto através do decreto nº 11 de 26/04/1892, devido o descrédito do referido asilo perante a sociedade, e criou em seu lugar o Instituto Benjamin Constant com o mesmo objetivo do anterior “dar instrução primária, colocação moral e domésticas as meninas orphãs e desvalidas” em regime de internato até completarem 18 anos de idade ²³². Para requerer matrícula a menor precisava ser órfã de pai e mãe, ou órfã de um apenas desde que este fosse pobre, não ter nenhuma doença contagiosa e ser vacinada. Teriam preferência na matrícula as

²²⁸ *Almanaque de Manaus*, 1908. Apud: PINTO, Assislene da Mota (Org.) *Preâmbulos da História e Memória da Educação na Cidade de Manaus*. Op. cit., p. 28.

²²⁹ COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o Poder na Amazônia*. Op. cit., p. 251.

²³⁰ Idem, p 254.

²³¹ Em homenagem a esposa do então presidente da Província do Amazonas Dr. Teodoretho Souto, pelo regulamento nº52 de 07/07/1884.

²³² UCHÔA, Julio Benevides. *Flagrantes Educacionais do Amazonas*. Série Euclides da Cunha. Edições do Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 1966.

amazonenses e órfãs de servidores estaduais ou de algum protetor do Instituto.²³³ No entanto, a partir de 1907 o instituto passa a aceitar também meninas “não órfãs”, mas pobres, cujos pais não tinham condições de cuidar de sua educação e na década seguinte meninas de famílias de melhores condições financeiras. Estas pagariam mensalidade e foram denominadas de alunas contribuintes.

A Instrução feminina no Instituto ficava restrito ao nível primário com a oferta das disciplinas de leitura, escrita, noções de português, aritmética, geografia, história e uma educação voltada para a “formação de valores” naquelas meninas com as disciplinas de instrução moral e cívica, desenho, música vocal, costura, trabalhos de agulha, prendas domésticas, lavagem, engomar e ginástica e a partir de 1914 as disciplinas de sapataria e datilografia²³⁴.

No entanto, mas do que assistencialismo, pode-se observar que o Instituto visava a preparação de mão-de-obra feminina para o mercado de trabalho manauara seja como domésticas para atuarem em casas de família, seja como costureiras na produção de artefatos. Tal assertiva se faz presente em recente pesquisa sobre o referido Instituto onde a historiadora Alba Pessoa²³⁵ ao analisar a documentação oficial produzida sobre aquele lugar, como por exemplo, os Regulamentos de Funcionamento, observa que era dada muita ênfase à disciplina de prendas domésticas na formação das educandas, bem como despertavam-nas para o amor pelo trabalho e o respeito pela hierarquia.²³⁶

A historiadora observa que o Instituto Benjamin Constant prestava serviços de prendas domésticas para particulares e corporações militares utilizando a mão de obra das educandas. Eram confeccionados variados artefatos, como por exemplo, enxovais para batizados e casamentos, roupas para homens, mulheres e crianças, peças de cama e mesa, vestes religiosas, uniforme porta-estandarte de colégios, uniforme e emblemas

²³³ Decreto Lei nº 11 de 26 de abril de 1892. In: PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010, p. 102.

²³⁴ Regulamentos do Instituto Benjamin Constant de 1894 e 1914; In: PESSOA, Alba Barbosa. Op. Cit, p. 103 e 110.

²³⁵ PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1930)*. Op.cit.

²³⁶ Idem.

para corporações militares, porta-retratos, quadros, relógios, carteiras, bolsas e outras coisas mais ²³⁷.

IMAGEM 2:
INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT



Fonte: *Álbum do Amazonas*, 1902.

As escolas particulares começaram a marcar presença no Estado a partir de 1854. Nesse período a maioria era regida por pessoas sem muita instrução, fato ocorrido em outras províncias brasileiras como foi constatado por Manuel em obra já citada. Geralmente os professores dessas escolas não passavam pelos exames exigidos para os professores das escolas públicas (muito embora não houvesse muito rigor nesses exames), “bastava notificar às autoridades de ensino a abertura e mandar a frequência, relação de matriculados e promovidos” ²³⁸. Muitos desses estabelecimentos de ensino eram na verdade ‘escolinhas’ autorizadas a funcionar pelo governo, não passando de pequena sala de aula anexa a casa, em geral ocupando um cômodo improvisado, prestando atendimento a turmas variáveis de 10 a 40 crianças. ²³⁹

²³⁷ Idem, p. 106.

²³⁸ COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Op. cit. 250.

²³⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 2001, p 225.

Com o desenvolvimento econômico da cidade a partir do último quartel do século XIX o quadro muda e surgem importantes estabelecimentos particulares de ensino oferecendo o regime de internato, externato ou semi-internato para ambos os sexos. Os cursos passam a ser mais diversificados, os prédios maiores e os professores qualificados. No início da década de 1910, por exemplo, existiam doze escolas particulares de médio e grande porte em Manaus, sendo que pelo menos a metade delas atendiam exclusivamente o sexo feminino.²⁴⁰

IMAGEM 3:
NORMALISTAS DO LYCEU SARMENTO – 1929



Fonte: *Revista da ACA*. Manaus, 1929.

No governo de Ephigênio Salles (1926-1929), considerado de largo desenvolvimento na educação, foi realizado um levantamento do quadro geral da instrução pública (1928) e nesse período havia somente na capital 92 escolas públicas reunidas em 14 grupos escolares²⁴¹, além de uma escola modelo²⁴², cerca de 27 escolas

²⁴⁰ A saber: Collegio Sant’Ana Nery; Instituto Universitário Amazonense, Escola Agnello Bittencourt; Escola Anglo-Francês; Escola Augusto Comte; Escola 5 de Setembro; Instituto Universitário Amazonense; Nossa Senhora do Carmo; Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora de Nazareth; Pestalozzi; Collegio Rayol; e Collegio Santa Dorotheia. *Anuario de Manaus* (1913-1994).

²⁴¹ A saber: Grupo escolar Silvério Nery, José Paranaguá, Presidente Bernardes, Saldanha Marinho, Gonçalves Dias, Cônego Azevedo, Marechal Hermes, Machado de Assis, Guerreiro Antony, Olavo Bilac, Antonio Bittencourt, Barão do Rio Branco, Carvalho Leal e Jardim da Infância Visconde de Mauá. “*A Instrução Pública no quadriênio de Ephigenio Salles (1926-1929)*”. Edições Governo do Estado, fac-similado. Coleção Documentos da Amazônia. N° 58. Manaus, 2001.

particulares inscritas e 13 não inscritas. Nas 92 escolas públicas da capital havia a quantidade de 3.025 alunas matriculadas de um total de 4.898 alunos. Os outros dados das matrículas do ano de 1928 nos dão conta de que o percentual de matrícula feminina superava o da masculina em todas as escolas públicas da capital e interior, o mesmo não acontecendo nas escolas particulares onde os homens eram a maioria. Do total geral de 18.015 alunos matriculados nesse mesmo ano, 9.965 eram mulheres contra 9.050 homens, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 2:
MATRÍCULAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO AMAZONAS
POR SEXO – 1926 -1929

Escolas	Número de Escolas	Matrícula Feminina	Matrícula Masculina	Total Matriculados
Escolas públicas capital e interior	279	7.118	6.115	13.233
Escolas particulares inscritas	27	762	1.095	1.857
Escolas particulares não inscritas	13	317	509	826
Escolas municipais	20	768	1.331	2.099
Total Geral	339	9.965	9.050	18.015

Fonte: Relatório da Instrução Pública no Governo Ephigênio Salles (1926-1928)²⁴³

As escolas religiosas comandadas por freiras fizeram-se presente no Estado a partir do início do século XX atendendo a necessidade da elite que até então não contava com “local apropriado” para educar suas filhas. Em 07 de outubro de 1910 sob o comando da Revma. Madre Antonieta Montani Leoni foi criada em Manaus a Escola Santa Dorothea, primeira escola católica de Manaus, com o objetivo de formar moral e intelectualmente as jovens da “nata” da sociedade amazonense.

As irmãs Dorotheas já eram a época bastante conhecidas em todo o Brasil por dirigirem casas de educação no Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, “com grande proveito das alunas e satisfação das famílias”²⁴⁴. A escola além de oferecer o curso elementar e complementar disponibilizava às suas alunas os cursos de desenho e pintura, flores e bordados, música, língua estrangeira todos pagos a parte do valor da mensalidade. Seus princípios pautavam-se na religiosidade, moralidade e civilidade. Em 1921 foi instituído o internato feminino e na

²⁴² As “Escolas Modelos” serviam de setor de prática de ensino para os normalistas.

²⁴³ Estado do Amazonas “*A Instrução Pública no quadriênio de Ephigenio Salles (1926-1929)*” op.cit.

²⁴⁴ *Folha do Amazonas*. Manaus, 14 de dezembro de 1910.

década de 1930 a escola passou a oferecer os cursos de guarda-livros e auxiliar de contabilidade, uma tendência na cidade com o objetivo de atender as necessidades do comércio local.

Na década de 1930 mais duas escolas religiosas destinadas à educação das jovens foram instaladas em Manaus. A Primeira delas denominou-se Escola Nossa Senhora Auxiliadora, fundada pelas irmãs madre Anna Maser, irmã Elisa Ferreira, Irmã Luízinha Spezia, irmã Elda Bernarde e Irmã Macció que vieram para a cidade com o objetivo de iniciar um trabalho apostólico entre a juventude manauara. No dia 2 de maio de 1932 iniciou-se a escola primária com 130 alunas nos turnos diurno e noturno e o ensino secundário, magistério, só viria a funcionar algum tempo depois.

A outra escola fundada foi o Patronato Santa Terezinha, de 1937, também fundada pelas irmãs Filhas de Nossa Senhora Auxiliadora, na figura das Irmãs Margarida Oliveira e Glória Monte Claro²⁴⁵ pertencentes à comunidade da Escola Nossa Senhora Auxiliadora. Essa escola, de acordo com o que já mencionei anteriormente, surgiu a partir dos trabalhos realizados pelas irmãs com as jovens carentes do bairro da cachoeirinha. A princípio, o objetivo era a catequização de crianças e jovens, mas depois as irmãs também passaram a cuidar da educação oferecendo o ensino das primeiras letras através do curso elementar e também uma formação profissional atendendo jovens e trabalhadoras a partir de 14 anos, idealizado a partir do Instituto Profissional Doméstico em 1937. O objetivo da escola era a “formação humana e profissional, requisitos básicos para o crescimento pessoal em vista de melhor engajamento no mundo do trabalho, como boas cristãs e honestas cidadãs”²⁴⁶.

Bem antes da fundação do Instituto Profissional Doméstico, outras iniciativas para amenizar os problemas de alfabetização dos trabalhadores já havia ocorrido em Manaus. De iniciativa governamental temos a criação de escolas noturnas de primeiras letras já em 1872, muito embora estas tenham sido destinadas inicialmente apenas ao sexo masculino. Para o sexo feminino, a primeira iniciativa data de 1901²⁴⁷. Segundo Ana Lírcia Assis, a Sociedade de Propaganda Espírita local disponibilizou a criação e instalação de um curso noturno gratuito neste ano, nomeado de “Curso Nocturno

²⁴⁵ Histórico do Centro Educacional Santa Terezinha. Disponível em www.santaterezinha.com.br

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ ASSIS, Ana Lírcia; LIMA, Eliza; LIMA, Cláudia. Ensino Noturno em Manaus. In: PINTO, Assislene da Mota (Org.) *Preâmbulos da História e Memória da Educação na Cidade de Manaus*. Op.cit.

Gratuito”, que pelo que tudo indica tinha o objetivo de atender exclusivamente a classe trabalhadora manauara. Nos requerimentos de matrícula, divulgados pelo jornal *O Mensageiro* (1901) mantido pela Sociedade Spírita, consta o nome de várias mulheres que requereram matrícula tanto para o curso de português primário como para português secundário²⁴⁸.

Em 1916 uma nova tentativa de oferecer educação para as trabalhadoras se realizou em Manaus. Foi criada a Escola operária Noturna sob o comando de Rachel Fonseca de Castro e Costa. A escola objetivava o ensino do curso primário às meninas, moças empregadas em fábricas, serviços domésticos, costureiras, engomadeiras e outras que desejassem instruir-se²⁴⁹. Infelizmente sobre esses empreendimentos não obtivemos mais informações nas fontes consultadas, mas acreditamos que mesmo que tenham tido vida curta, esses cursos tiveram uma importância significativa para o momento, na medida em que se preocuparam em oferecer instrução, mesmo que primária, para aqueles (e aquelas), muitas vezes espoliadas de seus direitos.

O período de desenvolvimento econômico provocado pela borracha suscitou em Manaus, o surgimento de *Escolas de Comercio* cujo curso era destinado à preparação de profissionais para atender as necessidades do comércio local que estava em intensa expansão devido a economia do látex. Os cursos formavam principalmente datilógrafas, amanuenses e guarda-livros²⁵⁰.

A pesquisa nos revelou que já em 1897 Manaus passou a oferecer esse tipo de ensino para os jovens, incluindo as moças que eram empregadas em larga escala no comércio local. O primeiro curso comercial criado através do decreto nº 213 de 1897 funcionava nas dependências do Gymnasio Amazonense sendo inclusive ministrado pelos seus docentes e obedecendo ao seu regimento. Seu currículo estava baseado nas seguintes disciplinas:

1º Cadeira – Portuguez e Latim (Latim 1º anno); 2º Cadeira – Francez; 3º Cadeira – Inglez ou allemão; 4º Cadeira – Mathemática elementar; 5º Cadeira – Geographia; 6º Cadeira – Noções de Physica e Chimica; 7º Cadeira – Economia

²⁴⁸ *O Mensageiro*, Orgam de Propaganda Spírita. Manaus, 01 de agosto de 1901. ASSIS, Ana Lúrcia; LIMA, Eliza; LIMA, Cláudia. Ensino noturno em Manaus. In: PINTO, Assislene da Mota (Org) *Preâmbulos da História e Memória da Educação na Cidade de Manaus*. Op.cit.

²⁴⁹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 4 de fevereiro de 1916.

²⁵⁰ Equivalente a contador.

Política e Direito Commercial; Aula 1º – Dezembro; Aula: 2º – Calligraphia; Aula: 3º – Escripuração mercantil.²⁵¹

Em 1909 o curso comercial público ganhou autonomia sendo transformado na Escola Municipal de Comercio, com os mesmos objetivos, mas sem sede própria²⁵². No início da década de 1920 depois de diversas dificuldades financeiras para manter funcionando suas aulas e tendo recebido ajuda do governo da Paraíba, na pessoa do seu governador Dr. Sólón Barbosa de Lucena, a escola em homenagem a este, passa a denominar-se Escola de Comercio Sólón de Lucena. A escola atendia jovens a partir de 12 anos de idade, tinha como uma de suas normas a frequência obrigatória e era ministrado no turno noturno, inclusive para as mulheres.²⁵³

A presença feminina na escola foi crescendo paulatinamente. Em 1919 a escola matriculou 16 alunas, o que despertou a admiração do superintendente Municipal do comercio Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sobre isso ele fala: “(...) a presença de alunas que já sobem para 16, evidencia até que ponto essa instituição veio despertar no belo sexo de nossa capital o sentimento de sua independência pela conquista de um meio de vida”. A mesma idéia era partilhada pelo diretor da escola que acreditava que o numero crescente de alunas na escola também expressava “a concorrência do elemento feminino na conquista de uma das profissões liberais, para qual, a mulher, nos últimos tempos, tem dado provas de alta capacidade”.²⁵⁴

Ainda na década de 1920 Associação dos Empregados no Comercio de Manaus preocupada em oferecer instrução a seus associados passou a oferecer aulas do curso primário e de música para os seus associados, sob a justificativa de “habilitá-los para a matrícula na Escola Municipal do Commercio ou simplesmente adquirir as noções preliminares dos vários conhecimentos que constituem mera aptidão para as funções mercantis”²⁵⁵. Posteriormente essas aulas evoluíram para a Escola Prática do Commercio Senador Lopes Gonçalves sob a direção da professora-normalista D.

²⁵¹ Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Amazonas. Decreto n° 213, art. 38, de 27 de dezembro de 1897. PINHEIRO, Alessandra; et al. Ensino comercial. In: PINTO, Assislene. *Preâmbulo da História e Memória da educação na cidade de Manaus*. Op. Cit.

²⁵² Lei n° 578 de 26 de Fevereiro de 1909. Conselho Municipal de Manaus. Cit em In: PINTO, Assislene. Op. Cit.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Apud: PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010, p 173.

²⁵⁵ *Relatório da Directoria e Prestação de Contas da Associação dos Empregados no Commercio*. Manaus, 1929.

Conceição de Britto-Inglez, que além de continuar a oferecer o curso primário, passou a também a oferecer o curso comercial. Além de possuir muitas alunas matriculadas na referida escola, seu corpo docente também era composto por uma porcentagem alta de professoras. Estando assim formado no ano de 1927:

Curso elementar: normalistas Francisca Sabóia Coutinho e Conceição de Brito-Inglez; Curso Commercial: normalista Hermínia Carneiro de Souza Lima (Portuguez); Agronomo Julio Benevides Uchôa, (Arithmetica e álgebra); normalista Ismenia Paulino Malaquias, (Geographia geral e Economica e Corographia do Brasil); normalista Francisca Cavalcante (Francez); Felix Valois Coelho, (Esripturação Mercantil); Aleta Mello (Dactylographia e Stenographia); Raymundo Gama e Silva (Technologia Mercantil) ²⁵⁶

Portanto, dos nove professores que compunham o quadro docente da escola naquele ano seis eram mulheres, uma porcentagem de quase 70% ²⁵⁷. Nesse mesmo ano, o número de matrículas estava assim registrado: no curso primário foram 66 homens e 14 mulheres matriculadas, enquanto que no curso comercial o número de matrículas foi menor para os homens (47) e maior para as mulheres (17). ²⁵⁸

Em 1928 foram diplomados os primeiros Guarda-livros da escola, de um total de seis, dois eram do sexo feminino: Djanira Telles de Aquino e Maria Luiza Guidacci. Neste mesmo ano, outras duas alunas terminaram o curso commercial. ²⁵⁹

Ainda na década de 1920, de iniciativa privada, temos o exemplo da S. Antonio Commercial School ²⁶⁰, outra importante escola, voltada para os cursos práticos do Comércio. Fundada e dirigida pelo professor Alfredo Garcia, formado em contabilidade pela Escola Municipal do Commercio, esta instituição destacou-se como importante

²⁵⁶ Achava-se em aberto as cadeiras de Inglês, História das Industrias e Commercio, Noções de Sciencias Physicas e naturaes, Direito Commercial e Economia Política, por ter os professores pedido demissão. *Relatório da Directoria e Prestação de Contas da Associação dos Empregados no Commercio*. Manaus, 1927.

²⁵⁷ Em 1929, a porcentagem é de 50% para o sexo feminino. O quadro docente estava assim formado: Normalista Cleila Coutinho, (1º e 2º annos do curso elementar); normalista Francisca Sabóia Coutinho, (3º anno elementar); normalista Conceição de Brito-Inglez, (curso médio); Dr. José Martins de Santana, (Portuguez); Agronomo Julio Benevides Uchôa, (Arithmetica e álgebra); normalista Ismenia Paulino Malaquias, (Geographia e Corographia do Brasil e Geographia Economica); Snr. José Dau (Francez); Senhorita Dinari de Amorim Antony, (Inglez); Guarda-livros Raymundo Gama e Silva (Contabilidade bancária) e Guarda-livros Emílio Monteiro da Fonseca, (Dactylographia e Stenographia). *Relatório da Directoria e Prestação de Contas da Associação dos Empregados no Commercio*. Manaus, 1929.

²⁵⁸ *Relatório da Directoria e Prestação de Contas da Associação dos Empregados no Commercio*. Manaus, 1927.

²⁵⁹ *Relatório da Directoria e Prestação de Contas da Associação dos Empregados no Commercio*. Manaus, 1929.

²⁶⁰ Infelizmente a pesquisa não nos possibilitou obter muitos dados sobre a escola, como por exemplo, informações sobre o quantitativo de matrículas bem como o período de funcionamento da escola.

centro de formação de Mão de obra especializada para o comercio manauara. A escola oferecia desde o curso primário até o curso superior do comercio, aulas de português, francês, inglês, escrituração mercantil, datilografia, aritmética, álgebra, cálculos comerciais e financeiros, correspondência comercial, mecanografia, contabilidade em geral, caligrafia e estenografia²⁶¹, além de preparar alunos para exames de admissão na Escola Normal, Ginásio e Universidade.²⁶²

IMAGEM 4:
SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927



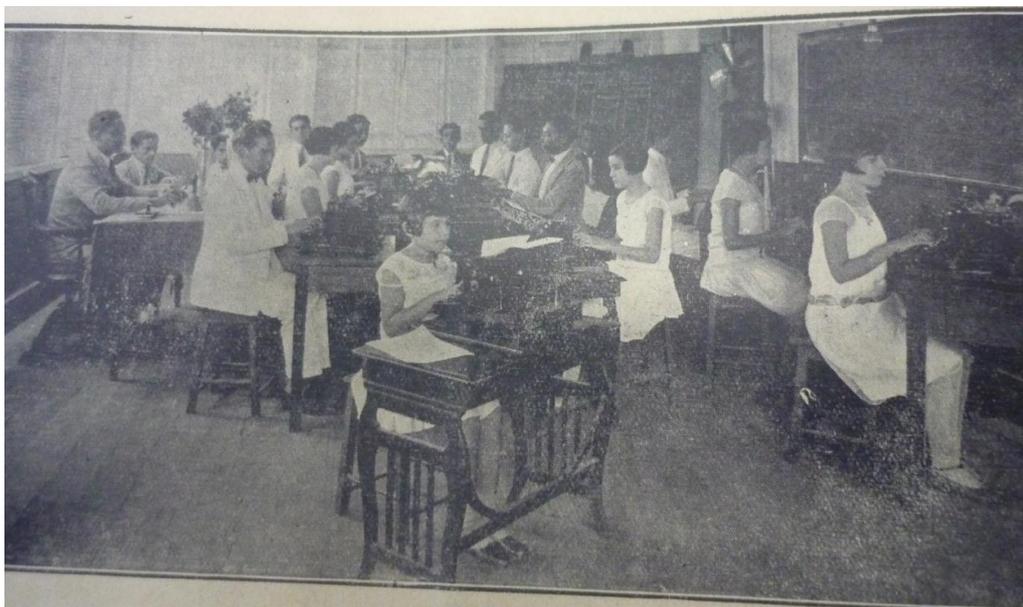
Fonte: *Revista da ACA*. Manaus, 1927.

Pelas imagens da referida escola pudemos perceber o elevado número de jovens do sexo feminino que frequentavam a escola, assim como o numero de diplomadas nos cursos, principalmente no de datilografia e amanuense. Vale ressaltar que essa mão-de-obra atenderia as demandas do comercio local.

²⁶¹ Arte de escrever por abreviatura com a mesma rapidez com que se fala.

²⁶² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, n° 152. Dezembro de 1927.

IMAGEM 5:
ALUNOS DO CURSO DE DACTYLOGRAFIA
SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927



Fonte: *Revista da ACA*. Manaus, Dez de 1927.

IMAGEM 6:
ALUNOS DO CURSO DE ESCRITURAÇÃO MERCANTIL
SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927



Fonte: *Revista da ACA*. Manaus, Dez de 1927.

IMAGEM 7:
TURMA DE DIPLOMADOS DO
SANTO ANTONIO COMMERCIAL SCHOOL – 1927



Fonte: *Revista da ACA*. Manaus, 1927.

2.2.2. A LUTA FEMININA PELA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MANAUS

De todas as árduas batalhas empregadas pelas mulheres em relação ao seu direito à educação, a maior sem dúvida foi pela educação superior. Isentas desse direito no Brasil até o ano de 1879 elas se viam presas aos limites da educação elementar e secundária e impossibilitadas de almejar uma formação superior que lhes proporcionassem ingresso em outras profissões remuneradas. Grande foi o debate e luta travada pelas mulheres em defesa da aquisição deste direito. Algumas jovens desejosas por sua formação superior tiveram que ir estudar fora do país. Aquelas cujos cursos eram medicina e direito quando retornavam eram impossibilitadas de exercer sua profissão no país, pois esbarravam no preconceito de uma sociedade extremamente conservadora que “não via com bons olhos” as mulheres que estavam desvirtuando seus papéis e “procedendo contra as leis da sociedade”²⁶³. Esses cursos, mais do que os outros eram considerados impróprios para o sexo feminino devido ao seu caráter

²⁶³ FERREIRA, Feliz. A educação da Mulher. Apud: HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino*. Op. cit., p. 135.

público, de concorrência com os homens e pela sugestiva incapacidade feminina para atividades científicas.

Os homens não aceitavam a opção feminina pelo curso de medicina, tornando a oposição a esta profissão bem maior do que em campos de menor prestígio e menos especializados como enfermagem e educação. As médicas pioneiras no Brasil encontraram hostilidade e estiveram sujeitas ao ridículo.²⁶⁴

A primeira mulher brasileira a se formar foi Maria Augusta Generosa Estrela que colou grau em medicina em 1881, com apenas 20 anos de idade, na *New York Medical College and Hospital for Women*, seguida logo depois por Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira²⁶⁵. Esses dois exemplos inspiraram muitas outras jovens brasileiras a seguir não só os estudos médicos, mas também todos aqueles que se sentissem capazes. Seis anos mais tarde, na Faculdade de Medicina da Bahia, o Brasil forma a sua primeira mulher: Rita Lobato Velho Lopes.

A opção demasiada pelo curso de medicina no Brasil e no mundo por homens e mulheres fez despertar a preocupação de diversos segmentos sociais. Aqui em Manaus o *Jornal do Comércio* publicou em tom irônico um artigo intitulado “Médicos em penca” sobre a quantidade absurda de estudantes de medicina nas universidades da França. Como veremos na nota: “as 16 universidades francezas eram em janeiro ultimo freqüentadas por 40.131 estudantes de ambos os sexos. O exercito dos futuros médicos em França será de 9721. Só doutoras serão 1074 sendo pela faculdades de Paris 508.”²⁶⁶

Quero ressaltar que embora o governo brasileiro tenha permitido desde 1879 o ingresso de mulheres nas Instituições superiores dele só fizeram parte uma parcela pequena de mulheres que pertenciam às classes mais abastadas da sociedade, haja vista os custos com o ensino superior serem extremamente dispendiosos.

Em 17 de janeiro de 1909 foi criada na cidade de Manaus a Escola Universitária Livre de Manáos, considerada a primeira experiência universitária no país, anterior à

²⁶⁴ HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 74.

²⁶⁵ Segundo informações de Hahner essas duas estudantes lançaram um jornal em Nova Iorque chamado A mulher. Onde elas tentavam informar suas compatriotas das realizações e atividades das mulheres norte americanas. HAHNER, June. *A Emancipação do sexo Feminino*. Op.cit. p 139

²⁶⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 28/05/1910.

criação de algumas importantes universidades como a de São Paulo (1911), Paraná (1912) e a do Rio de Janeiro (1920), primeira universidade pública do Brasil²⁶⁷.

A Escola Universitária Livre de Manaus era composta inicialmente de cinco faculdades: Ciências e Letras, baseado segundo o programa do Gymnasio nacional²⁶⁸; Ciências Jurídicas e Sociais, baseado no programa das Faculdades de Direito federais; Medicina (cursos de farmácia, obstetrícia e odontologia), Engenharia (cursos de engenharia civil, Agrimensura e agrimensura) e Militar (curso de três armas), baseado no programa adotado para as escolas do Exército Nacional. O objetivo da direção da Escola Universitária era que posteriormente, com sua estrutura já consolidada, fossem criados novos cursos dando preferência ao curso de medicina.²⁶⁹

Sua origem é resultado dos esforços empreendidos pelo Clube da Guarda Nacional do Amazonas, presidido por Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves que criou em 10 de novembro de 1908 uma escola militar prática. Seis dias depois essa escola recebeu nova denominação: Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas. No entanto, por proposta do próprio Joaquim Eulálio Chaves em 17 de Janeiro de 1909 a Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas passaria a condição de escola universitária com o nome de Escola Universitária Livre de Manaus²⁷⁰. Em outubro do mesmo ano através da lei estadual n° 601 o governador do Estado Antonio Bittencourt considerou válidos os títulos conferidos pela Escola Universitária. No entanto, os cursos só foram solenemente instalados em 15 de março de 1910. Do seu início até o ano de 1913 as aulas da Escola Universitária aconteceram nas dependências do grupo escolar Saldanha Marinho, vindo a ocupar nesse referido ano um prédio do Estado situado à avenida Joaquim Nabuco cedido pelo então governador Dr. Jonathas Pedrosa através da Lei n. 728 de 29/09/1913.

A ata de fundação da Escola Universitária Livre de Manaus foi assinada por cerca de 15 mulheres do total de 288 presentes no evento. Elas eram, supostamente, acompanhantes de seus pais ou maridos. Eram mulheres de estratos elevados da

²⁶⁷ BRITO, Rosa Mendonça. *100 Anos UFAM*. Manaus: EDUA, 2009, p. 21.

²⁶⁸ A faculdade de Ciências e Letras era um curso preparatório para a admissão aos demais cursos principalmente para o de Direito.

²⁶⁹ Artigo 1º do Estatuto de criação da Escola Universitária Livre de Manaus. *Archivos da Escola Universitária Livre de Manaus*. Manaus, janeiro/julho de 1910.

²⁷⁰ BRITO, Rosa Mendonça. *Op. cit.*, p. 48.

sociedade amazonense e muitas delas viriam a tornar-se posteriormente alunas da instituição. Na relação aparecem os seguintes nomes:

Amélia de Freitas Bevilaqua
 Azulina Cruz Lopes
 Candida de Carvalho Correa Lima
 Carmem Ramos Sarmento
 Carmem Tribuzy
 Constancia Balker Chaves
 Ercília Sarmento Bittencourt
 Francisca Pinheiro Briglia
 Hortência Cruz Tribuzy
 Julia Bittencourt
 Maria Acácia Cruz Chauvin
 Maria de Mello
 Maria José Chaves
 Raimunda Frota Leite
 Zulmira de Souza Cruz²⁷¹

Dos 159 alunos matriculados no primeiro ano de funcionamento da Universidade, 20 eram do sexo feminino, uma porcentagem razoável de mulheres, que davam preferência ao estudo da odontologia e farmácia. A essa preferência observa-se uma tendência nacional em “permitir” esses estudos às mulheres, pois seu exercício seria realizado em ambiente relativamente privado, longe da competição pública com os homens, não colocando em risco sua moral e sua dignidade. Nos quatro anos posteriores a Escola Universitária continuou a alcançar um número alto de matrículas inclusive de mulheres²⁷², ficando assim registrada: para o ano de 1911 foram 110, sendo 14 mulheres; em 1912 dos 105 matriculados apenas 5 eram do sexo feminino; em 1913 temos registrado o número de 8 mulheres no total de 125 matrículas; e em 1914 das 106 matrículas 16 pertenciam ao belo sexo. (ver tabela em anexo).

Para o ingresso nos cursos da Universidade era exigido além da aprovação no exame vestibular (exame de madureza), certificado de boa conduta, certificado de conclusão do ginásio em escola legalmente constituída e atestado de vacinação. Na década de 1930 as provas do exame vestibular para o curso de Direito constavam de provas de latim, psicologia e lógica, literatura, geografia e noções de higiene²⁷³. A idade

²⁷¹ Ata de Criação da Escola Universitária Livre de Manaus.

²⁷² Analisando as fontes cujos nomes das matriculadas estão disponíveis, percebemos que algumas alunas da referida universidade faziam parte do quadro de professores do Estado. Fica a dúvida se essas professoras do magistério primário desejavam aumentar a sua formação ou se buscavam uma nova profissão.

²⁷³ As informações aqui estão baseadas nos documentos contidos nas pastas individuais dos alunos do referido período.

mínima exigida para matrícula nos cursos era 16 anos, com exceção para o curso de Obstetrícia (parteiras) que era de 21 anos.

A criação do curso de Obstetrícia destinado à mulheres maiores de idade embora tenha buscado sanar a necessidade de formar senhoras habilitadas para a nobre missão da “hora do parto” esbarrou em algumas dificuldades para o seu funcionamento. O curso não foi procurado por nenhuma candidata nos primeiros anos de funcionamento da Escola Universitária, fato que entristecia e preocupava a direção daquele estabelecimento de ensino. Acreditavam que a falta de procura pelo curso era consequência de dois motivos: o primeiro, a imposição da Repartição de Hygiene do Estado em aplicar uma prova às pseudo-parteiras como requisito para o ingresso no curso, mas, principalmente devido ao preconceito social que algumas famílias tinham em relação a algumas profissões. Mesmo assim, o curso de parteiras era defendido pela universidade por ser considerado de extrema importância para a própria sociedade que não o apoiava, pois, era preciso tirar essa ‘nobre missão’ das mãos de parteiras analfabetas e supersticiosas, “que não tem instrução e preparo científico, teórico e pratico precisos”²⁷⁴. Contra o preconceito da sociedade sobre o curso, o diretor da Escola Universitária, Dr. Astrolábio Passos comenta:

ao contrário do que se dá nos países civilizados, entre nós, considera-se indecoroso e altamente ofensivo ao pudor e ao amôr próprio senhoras de sociedade entregarem-se a estudos taes como os referentes ao curso de parteiras.

Não vemos em que possa tal estudo causar tamanho pejo, porque, pensamos nós, em sciencia não existem *immoralidades* e sim órgãos e funções, causas e phenomenos a estudar e comprehender. Possam estas calar no espírito da sociedade amazonense, afim de que tenhamos de futuro parteiras instruídas e educadas, capazes de, avaliando a extensão desse nobilíssimo mister, preencherem a grande lacuna existente em nosso meio.²⁷⁵

Somente em 1912 a primeira aluna foi matriculada no curso, D. Elvira de Paula Gonçalves, sendo seguida dois anos depois por uma outra mulher, d. Clavelina Pacheco Montenegro. D. Elvira diplomou-se em 1913, mesmo ano em que a Escola Universitária muda de nome e passa a chamar-se *Escola Universitária Livre de Manaós*. Em 1915 o curso finalmente registra uma quantidade maior de alunas matriculadas: três no total. Durante todo o período de duração do curso (de 1910 até o início da década de 1920)

²⁷⁴ *Archivos da Escola Universitária Livre de Manaós*, n 01. Manaus, Jan/fev 1911.

²⁷⁵ *Idem*.

apenas oito alunas foram matriculadas e por falta de fontes não sabemos informar o número preciso de diplomadas no mesmo período²⁷⁶.

Pelos dados levantados e analisados, pudemos perceber que muitas moças matriculavam-se nos cursos superiores, mas algumas desistiam logo nos primeiros anos, ou passavam anos para retornar à sala de aula. Fica a dúvida sobre o porquê das desistências e dos abandonos temporários, muito embora saibamos que duas situações eram pertinentes no período. A primeira está relacionada com as pressões e a desaprovação social sofridas pelas mulheres que ousavam buscar uma titulação. A segunda está no fato de que os custos com o ensino superior eram elevados, dado o valor das mensalidades²⁷⁷, ficando muito oneroso mesmo para as classes abastadas que, à época, enfrentavam a crise financeira decorrente do declínio da borracha. Porém, algumas jovens foram persistentes no seu ideal e em janeiro de 1912 a Escola Universitária Livre de Manaus realizou a cerimônia de graduação das primeiras mulheres na cidade de Manaus. Dos vinte e um formandos no total, sete eram mulheres: três do curso de Farmácia e quatro do curso de odontologia²⁷⁸. Este evento foi amplamente divulgado na imprensa local como podemos observar nesta nota de um jornal diário:

Desde cerca de uma hora e meia da tarde dezenas de famílias, auctoridades civis e militares, corpo consular, representantes de diversos departamentos da sciência , jornalistas, corporações e diversos cavalheiros, davam ingresso no sumptuoso edifício do Gymnasio, a fim de assistirem, concedida pela nossa primeira instituição de ensino superior, lidima recompensa aos esforçados moços que foram, com a infrangível tenacidade de heróis e a perseverança acendrada de apóstolos, beber os vastos ensinamentos da sciência naquella novel e conceituado tabernáculo dos complexos e variados conhecimentos do saber humano.

... Foi pois entre ruidosas festas e calorosos aplausos que, dos bancos acadêmicos, passou para a vida prática a primeira turma composta de 21 alunos,

²⁷⁶ Em decorrência do desligamento e/ou extinção de alguns cursos da Universidade de Manaus, e a não preservação total de sua documentação fez surgir uma grande lacuna que nos impossibilitou obter maiores informações sobre os cursos e alunos deste estabelecimento de ensino.

²⁷⁷ O valor das matrículas durante a década de 1910 variavam de 30\$000 à 60\$000 de acordo com a série; além do pagamento de inscrição a exames de admissão no valor de 30\$000 e 60\$000 de segunda época; taxas de exames de admissão 10\$000 por matéria; certidão de matrícula 30\$000; certidão de exame (por matéria) 5\$000; Diploma no valor de 200\$000. *Archivos da Universidade de Manaus*. Manaus, jan/julho de 1914.

²⁷⁸ Após o confronto de diversas fontes ficou constatado que foram 4 as alunas diplomadas em odontologia no ano de 1912 e não 2 como foi afirmado por Heloisa Lara em obra já citada, p. 266.

(7 mulheres) que terminaram os respectivos cursos, obtendo os diplomas almejados.²⁷⁹

Como exemplo dessas mulheres pioneiras na luta ampliação dos horizontes femininos em Manaus, temos as irmãs Marina e Honorina Amora. Graduada na primeira turma do curso de odontologia em 1912 eram também professoras normalistas, de piano, dirigiam uma escola de música e tinham seu “gabinete cirúrgico-dentário”. Marina Amora também foi diretora do “Grêmio Familiar Amazonense” que editava o jornal feminino *O Grêmio* publicado em 1909.

IMAGEM 8:
AS IRMÃS HONORINA E MARIA AMORA – 1914



Fonte: *Anuário de Manaus*, 1913-1914.

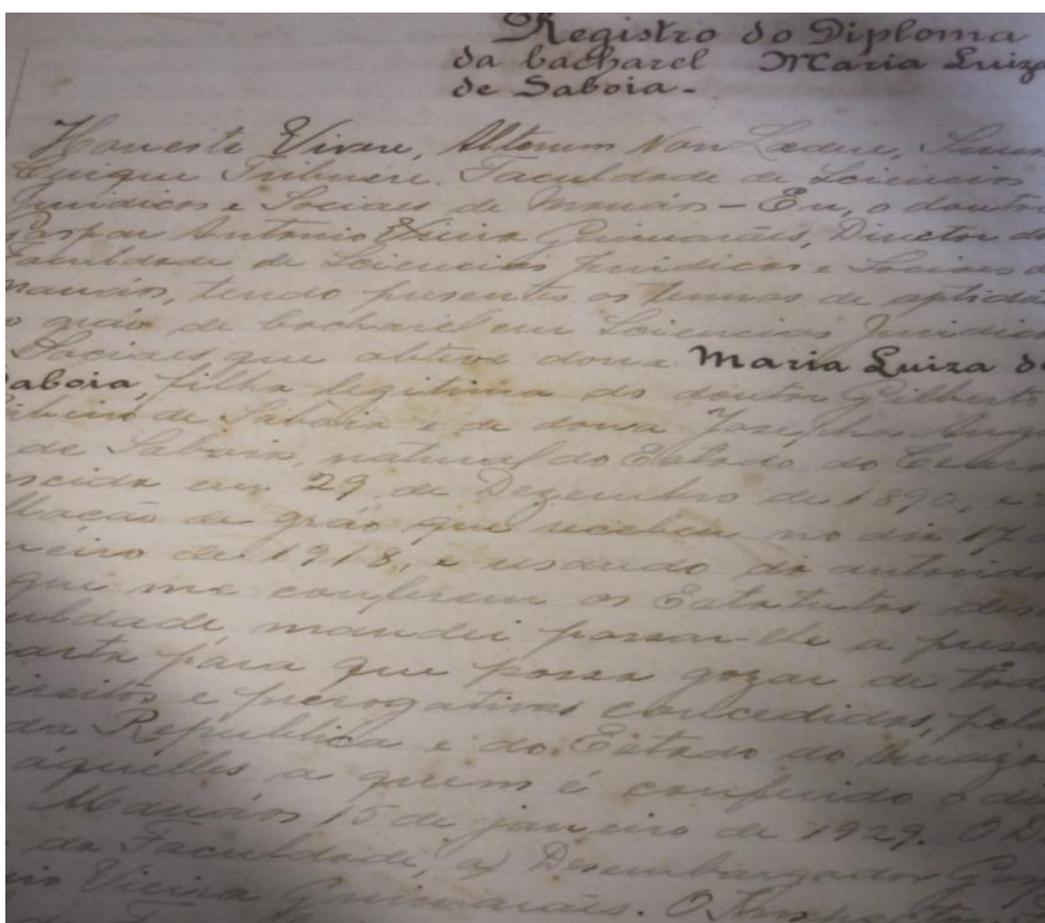
Em 1914 os primeiros bacharéis em Direito receberam seu diploma, mas a primeira mulher somente o fez em 1918. Uma pioneira na área jurídica em Manaus. Maria Luiza de Sabóia, cearense, iniciou seus estudos em 1910 com 20 anos de idade²⁸⁰.

²⁷⁹ *O Diário do Amazonas*, 02 de Janeiro de 1912.

²⁸⁰ Além de Maria Luiza de Saboia, outra mulher também iniciou em 1910 seus estudos no curso de Direito no primeiro ano: Hermínia Carneiro dos Santos (posteriormente Hermínia Carneiro de Souza Lima). No entanto, segundo uma fonte analisada, Hermínia só requereu matrícula para o segundo ano treze anos depois (em 1923). Por não constar sua matrícula no livro de Registro de Matrículas no referido ano, acredito que ela deva ter tido o seu requerimento indeferido. Outras fontes, como a *Revista de Educação da Sociedade amazonense de professores, 1931*, nos dão conta de que Hermínia continuou a exercer o magistério, participando inclusive da produção da revista citada.

Ela era filha de um importante advogado da capital, lente de direito civil e em meados da década de 1920 vice diretor da Faculdade de Direito, dr. Gilberto de Sabóia, fato que nos leva a pensar que a posição social de seu pai talvez tenha contribuído para a sua permanência no curso. Somente a persistência e os ideais faziam superar as dificuldades e as pressões sociais impostas às mulheres daquele período, principalmente para aquelas que ousavam ingressar num curso considerado “reduto masculino” e por isso mesmo, uma área imprópria ao sexo feminino como era o curso de Direito. Infelizmente sobre ela não encontramos outras referências pessoais, nem informações profissionais, o que gera grande dúvida sobre se ela exerceu a profissão ou utilizou seu diploma como ornamento²⁸¹.

IMAGEM 9:
REGISTRO DO DIPLOMA DE MARIA LUIZA DE SABÓIA



Fonte Livro de Registro de Diplomas da Escola Universitária Livre de Manáos. Museu Amazônico

²⁸¹ A ausência de informações profissionais sobre a maioria das diplomadas também nos faz pensar que ao término do curso elas cediam às pressões e desaprovação social e “engavetavam” seu diploma, principalmente se contraíssem núpcias.

Seguindo os passos de Maria Luiza de Sabóia, outras jovens abastadas da sociedade também iniciaram seus estudos na área jurídica. A análise de algumas provas²⁸² realizadas pelas alunas nos cinco anos de graduação do curso nos permitiu um maravilhoso contato com suas experiências e conhecimentos, bem como a constatação de que não recebiam nenhum tipo de privilégio nas avaliações por serem mulheres. Suas provas estavam no mesmo nível, ou às vezes até em nível mais elevado que as provas de seus colegas de curso. Essa informação serve ainda para refutar a idéia pregada pelos positivistas e conservadores de que as mulheres não tinham inteligência e nem capacidade suficientes para ingressar em áreas de conhecimentos complexas como defendiam médicos, juristas e positivistas de modo geral até meados do século XX.

No período compreendido por minha pesquisa foram sete mulheres a colar grau na Faculdade de Direito. Um número pequeno em relação ao quantitativo de homens na mesma situação, no entanto, extremamente expressivo se considerarmos todas as superações enfrentadas por cada uma dessas mulheres. Na década de 1930, a Faculdade de Direito ainda contou com a participação de duas mulheres como Inspetoras Federais: Dra. Nair Clotilde Menechy, ex-aluna da faculdade, e Dra. Maria José de Oliveira Nunes.

A *Escola Universitária Livre de Manáos* também sentiu os efeitos da crise financeira da borracha que atingiu Manaus a partir de 1912 e foi se desestruturando até se extinguir totalmente no ano de 1926. Nesse período, alguns cursos ganharam autonomia e funcionaram como unidades isoladas, enquanto que outros cursos e faculdades foram fechados. A antiga faculdade de engenharia transformou-se na Escola Agrônômica funcionando até o ano de 1943. Da Faculdade de Medicina restaram os cursos de farmácia e odontologia extinta em 1944²⁸³. A Faculdade de Direito que se desligou em 1917 foi a única que conseguiu sobreviver até o ano de 1962 quando foi criada a Universidade do Amazonas²⁸⁴, sucessora legítima da Escola Universitária Livre de Manáos.

²⁸² Diferentemente do que aconteceu com outros cursos, toda a documentação referente a Faculdade de Direito está preservada e encontra-se disponível para análise no Museu Amazônico.

²⁸³ BRITO, Rosa Mendonça de. *100 anos Ufam*. Op. cit.

²⁸⁴ A universidade do Amazonas foi criada a partir da aprovação do Projeto de Lei do então deputado federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho pela Lei Federal 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart em 12 de junho de 1962. Foi publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho do corrente ano, mas só se instalou como Fundação de Direito Público mantida pela União Federal em 17 de janeiro de 1965. BRITO, Rosa. Op. Cit.

Embora a antiga *Escola Universitária Livre de Manaus* tenha tido vida curta mesmo assim foi de fundamental importância no processo de emancipação feminina, pois na medida em que abriu suas portas às mulheres da cidade, atendeu aos anseios educacionais e profissionais daquelas cujos ideais iam muito além dos limites estabelecidos pela sociedade como permitidos às mulheres.

Na imagem abaixo, vemos os formandos do ano de 1934 da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Manaus, nela temos a presença de 13 formandas divididas entre os dois cursos.

IMAGEM 10:
TURMA DE DIPLOMADOS DA
FACULDADE DE PHARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE MANAÓS – 1934



Fonte: Museu Amazônico

CAPÍTULO 3

DO PRIVADO AO PÚBLICO: TRABALHO FEMININO EM MANAUS

3.1. DIMENSÕES DO TRABALHO FEMININO

As mulheres sempre trabalharam em todas as épocas da História. Esta premissa verdadeira tem movimentado a historiografia da mulher como vimos anteriormente. A questão do trabalho assinalou o pioneirismo na pesquisa sobre as mulheres. Perceber a dimensão deste fato bem como mapear os espaços de atuação feminina tem sido a principal tarefa dos estudiosos desse campo deste a década de 1970. Nossa pesquisa também buscou debruçar-se sobre este viés tendo como cenário a cidade de Manaus a partir do final do século XIX, momento de grande efervescência econômica e cultural, fruto da economia do látex.

Neste momento de intenso desenvolvimento econômico da cidade de Manaus, a presença feminina no mundo do trabalho formal começa a ganhar visibilidade, uma vez que muitas oportunidades surgem no comércio, na indústria e no setor de serviços possibilitando a sua inserção no mercado de trabalho manauara. Os setores informais de trabalho também se ampliaram garantindo a sobrevivência de inúmeras mulheres e de suas famílias.

Na composição da força de trabalho feminino em Manaus destaca-se a presença de brancas, negras e mestiças; amazonenses, nordestinas e estrangeiras principalmente portuguesas, francesas, polacas e barbadianas, cada uma delas sendo preferidas em determinadas profissões. As barbadianas, por exemplo, eram preferidas nos serviços domésticos de cozinheiras e arrumadeiras assim como as portuguesas, também preferidas juntamente com outras européias para o serviço de camareiras de hotéis.²⁸⁵

Atividades diversas surgem com o desenvolvimento da cidade como as camareiras de hotéis e as operárias de fábricas. As já tradicionais atividades passam a ser exercidas de forma mais intensa pela cidade como doceiras, vendedoras ambulante,

²⁸⁵ Essas ofertas de trabalho são fartamente encontradas nos classificados dos jornais da época. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 222-223.

babás, cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e passadeiras – estas últimas, “contratadas tanto por particulares, como também pelos proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade cujo número crescia acentuadamente”.²⁸⁶

Devemos ressaltar que as oportunidades profissionais surgem a partir do desenvolvimento econômico da cidade, mas, para algumas atividades no setor formal essas oportunidades só foram possíveis graças a dois acontecimentos importantes: o primeiro diz respeito a um melhor acesso à educação do qual tiveram direito as mulheres nesse mesmo período. A partir da educação primária, que as tirou do analfabetismo, passando pela educação secundária – destacando-se as escolas normais – e principalmente pela oportunidade que algumas mulheres tiveram de acesso ao ensino superior. O ensino profissional também foi importante, pois proporcionou especialização para uma determinada profissão. Tudo isso deu condições para que elas pudessem concorrer ao mercado de trabalho. O segundo acontecimento está relacionado com as idéias de emancipação feminina advindas com o movimento sufragista e que começaram a influenciar as mulheres em favor de sua independência econômica e contra a subordinação masculina.

O resultado dessa abertura profissional feminina foi que as mulheres passaram a ser percebidas como possíveis concorrentes dos homens, “ameaçando o futuro da nação”. Esse tipo de pensamento fazia com que parte da sociedade se manifestasse ainda mais contra o trabalho feminino extra-doméstico e de sua inserção no mundo público. Sobre isso discursou o deputado Carlos Penafiel, em 1918:

(...) Somos todos concordes em considerar que o trabalho das mulheres é o aviltamento, e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência (...). Quanto mais se generaliza o trabalho das mulheres, mais se sente um profundo mal estar social. Todos aqueles que pretendem justificar o trabalho das mulheres não se valem senão de argumentos tirados de uma concepção errônea do direito (...) A mulher é admitida na usina (...) porque ela se oferece a preço mais conveniente aos patrões e não porque possa assim assegurar o bem estar possível de seu lar.²⁸⁷

²⁸⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A mulher no periodismo*. Op. cit., p. 222.

²⁸⁷ Discurso do deputado Carlos Penafiel. Congresso nacional, 30 de setembro de 1918. In: MOURA, Esmeralda Blanco. Além da indústria têxtil: O trabalho feminino em atividades masculinas. In: *A mulher e o espaço público*. *Revista Brasileira de História*, n° 18. Marco Zero/ANPUH, 1989, p. 98.

No entanto, os questionamentos acerca da presença feminina no espaço público dividia a opinião pública. Segundo Rago, é frequente nas revistas femininas do período o discurso proferido pelas feministas de que uma profissão é importante para as mulheres, principalmente se ela enviuvava ou não conseguia um bom casamento, pois a habilitação profissional impediria que ela necessite recorrer a atividades menos nobres para a sobrevivência material ²⁸⁸. No entanto, a opção por uma profissão deveria estar dentro do permitido e aceitável pela sociedade, deveria ser compatível com sua natureza e ser um prolongamento de seus papéis naturais, como por exemplo, o magistério ou a enfermagem dado o seu caráter assistencialista compatível com a mulher. As outras profissões que não se enquadrassem aos padrões ‘ditos femininos’ eram quase proibidas, sob os mais variados argumentos,

desde o risco de prejuízo à sua saúde e à dos futuros filhos, a desagregação da família e as conseqüências para a sociedade e para a pátria. Quanto aos homens, estes sentiam-se espoliados de seus direitos e até mesmo impedidos de casarem-se por causa das mulheres que lhes usurpavam os empregos e lhes roubavam a oportunidade de constituir família.²⁸⁹

Para as classes mais pobres, o trabalho feminino é entendido como necessário para o complemento da renda familiar, não sendo visto como algo natural, aos olhos de seus irmãos, pais e maridos, mas sim decorrente da pauperização familiar²⁹⁰, o que não quer dizer que, mesmo nessas condições fosse aceito plenamente. Geralmente o pretendiam unicamente como temporário.

toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar.²⁹¹

No entanto, a não aceitação do trabalho feminino não era algo intrínseco às classes populares e média, muito pelo contrário, as classes dominantes eram as

²⁸⁸ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁸⁹ ALMEIDA, Jane Soares. *A paixão pelo possível*. Op. cit., p. 74.

²⁹⁰ MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo*. *Revista Mulher e Trabalho: as mulheres no mundo do trabalho* (parte II). Vol. 5. Fundação de Economia e Estatística, RS, p.1-13, 2005.

²⁹¹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p. 453.

primeiras a condenar a participação feminina no mundo do trabalho. A crescente participação das mulheres desde meados do século XIX na força de trabalho industrial, por exemplo, “aguça, sobretudo no interior da classe dominante, em função de projetos definidos, o sentimento de inadequação entre os papéis tradicionalmente femininos de reprodutora e de “rainha do lar” e o papel de operária”²⁹². Por isso mesmo o trabalho ainda era aceito para as solteiras. Quando do seu casamento deveriam pedir demissão, pois as esposas “não pertencem mais a si mesma, elas pertencem ao marido e aos filhos”²⁹³. De qualquer forma acreditavam os conservadores que era sempre um risco, pois

a independência econômica feminina daria às mulheres uma situação de liberdade que as poderia iludir e acovardar perante os encargos do matrimônio e as faria querer limitar, senão eliminar o número de filhos. A mulher solteira poderia sentir-se feliz com a liberdade e a autonomia financeira conseguida com a profissão e, por isso, rejeitaria o casamento.²⁹⁴

Sendo assim, tanto em relação ao comportamento social quanto o político no Brasil, o trabalho feminino representava um antagonismo. Como sugere Giselle Venâncio,

de um lado, estavam aqueles que condenavam o trabalho das mulheres e, que, diante do crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, passaram a lutar pela criação de leis que limitassem essa atuação. De outro, estavam os que acreditavam que o trabalho feminino deveria ser valorizado, pois libertava a mulher da submissão masculina e estimulava a participação feminina no movimento operário, considerando que assim elas alcançariam maiores conquistas, como por exemplo, as leis de regulamentação de seu próprio trabalho.²⁹⁵

No entanto, a intensa feminização do mundo do trabalho, principalmente no setor fabril, a partir da segunda metade do século XIX possibilitou um crescente movimento de organização das trabalhadoras na luta por direitos, entre eles, o da regulamentação de seu trabalho, mas também propiciou a ampliação das discussões que se pautavam contra e que objetivavam o retorno da mulher ao lar.

²⁹² MOURA, Esmeralda Blanco. *Além da indústria têxtil: O trabalho feminino em atividades masculinas*. In: *A mulher e o espaço público. Revista Brasileira de História*, n° 18, 1989, p. 98.

²⁹³ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Op. cit., p. 179.

²⁹⁴ ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. Op.cit., p. 149.

²⁹⁵ VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é na fábrica. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 180.

Gostaria de destacar que a questão da Regulamentação do trabalho feminino no Brasil, suscitou durante todo o período da República Velha (1889-1930) grandes embates entre Estado, patrões e trabalhadores e por fim, a vitória das classes laboriosas no início da década de 1930 com a promulgação de algumas leis em seu benefício.

Toda a grande problemática em legislar sobre a regulamentação do trabalho feminino é que esta era uma questão que esbarrava em questões sociais fortemente arraigadas no conservadorismo, preconceito e receios de uma sociedade que temia por uma possível emancipação feminina. Os debates sobre essa temática foram intensos e longos ficando sempre dividida a bancada na Câmara dos deputados²⁹⁶. Conforme Venâncio, alguns deputados apoiavam a participação feminina no mundo do trabalho e buscavam garantir sua proteção através da criação de algumas leis; outros condenavam veementemente e se diziam estar resguardando o “sexo frágil” das ameaças que o mundo público ocasiona e que a “maior proteção que ela poderia ter seria a de estar no resguardo do seu lar”. Na verdade, tentavam excluí-las do mercado, acreditando estar defendendo sua moral, a da sua família e, porque não, garantir o emprego dos homens²⁹⁷.

Segundo a autora, embora desde 1917 quando o deputado Maurício de Lacerda encaminhou projetos referentes às leis trabalhistas à Câmara para serem discutidos, três deles com propostas específicas para a normatização do trabalho feminino – entre estas propostas estavam a proibição do trabalho noturno e a concessão da licença maternidade – somente na década de 1930, no governo Vargas, é que essas propostas se tornariam efetivas através do Decreto nº 21.417-A de 17 de maio de 1932 referentes às Leis Trabalhistas. Por esse decreto

proibiu-se o trabalho noturno das mulheres, exceção feita para aquelas que exerciam atividades junto a outros membros da família ou em serviços de telefonia, radiofonia, em hospitais, clínicas, manicômios ou sanatórios. Ao mesmo tempo, proibiu-se o trabalho feminino em atividades insalubres, quando depreendessem emanções nocivas, vapores ou poeira, na maior parte dos ramos químicos, com produtos voláteis ou inflamáveis. A proibição vigorava também para lugares profundos, a afiação de instrumentos ou peças metálicas, e a fabricação ou transporte de explosivos.

Proibia-se o trabalho de mulheres grávidas quatro semanas antes e quatro semanas após o parto; e, diante do atestado médico assinalando complicações de

²⁹⁶ As divergências ficavam a cargo das bancadas paulistas, a favor da regulamentação e da criação de leis trabalhistas, e gaúcha, contra.

²⁹⁷ VENANCIO, Giselle Martins. *Lugar de mulher é na fábrica*. Op. cit.

saúde, as quatro semanas poderiam ser ampliadas para seis. Permitia que a mulher rompesse o contrato de trabalho sem qualquer obrigação, desde que estivesse grávida. Em caso de aborto não criminoso, eram concedidas duas semanas de descanso. Previam-se ainda dois intervalos de descanso diário em caso de amamentação nos seis primeiros meses de vida do bebê e creches em locais onde trabalhavam mais de 30 mulheres. O decreto estabeleceu ainda a norma do salário igual para o trabalho igual, independente do sexo do trabalhador.²⁹⁸

Para perceber a dimensão do trabalho feminino em Manaus mapeamos sua presença e dividimos as informações da seguinte forma: no setor formal buscamos sua atuação no comércio, em fábricas, no setor público, e no magistério; mas também buscamos sua intensa participação no setor informal de trabalho.

3.2. O TRABALHO NO COMÉRCIO

Como resultado direto da expansão econômica no período áureo da borracha, Manaus tornou-se um importante entreposto comercial. Neste período, foram implantadas na cidade diversas firmas comerciais ligadas à exportação do látex, além de um amplo comércio varejista de produtos nacionais e internacionais.

O comércio manauara abrangia uma parcela significativa dos trabalhadores urbanos, contando, no início do século XX, com mais de três mil trabalhadores numa cidade composta por aproximadamente 15.000 habitantes²⁹⁹. Neste setor, as mulheres foram atraídas principalmente para as atividades de vendedoras, balconistas e guarda-livros³⁰⁰.

Já nos escritórios das firmas comerciais as mulheres atuavam como secretárias, datilógrafas e amanuenses³⁰¹ ratificando uma tendência descrita por Perrot. Para a autora, a partir do final do século XIX, com a popularização da máquina de escrever e

²⁹⁸ Idem, *ibidem*. p. 194

²⁹⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Nos meandros da Cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da Borracha (1880-1920)*. In: Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

³⁰⁰ Em números, é difícil precisar o quantitativo de mulheres nesse setor devido a ausência de registros nas fontes. Tudo indica também que embora estivessem presentes desde o início do século no setor comercial elas só começaram a ser admitidas como sócias da Associação dos Empregados do Comércio no ano de 1926. E obtiveram o direito a voz nas assembleias e direito a voto nas eleições somente 1928. *Jornal do Commercio*, 13 de maio de 1928.

³⁰¹ Desde o início do século XX Manaus já contava com Escolas profissionais de ensino, oferecendo os cursos de datilografia, escrituração mercantil, guarda-livros, entre outros, com o objetivo de atender o mercado. Essas informações estão presentes no item 2.2.1 desde mesmo capítulo.

de seu domínio pelas mulheres, começou uma verdadeira mutação do trabalho feminino caracterizado pela sua absorção no setor terciário (principalmente em lojas e escritórios) na França e no mundo. Com isso, “as datilógrafas, necessariamente ‘graciosas’, expulsam progressivamente os copistas com jeito de clérigos e fazem ruir o velho apanágio do escriba: o apanágio do manuscrito e da escrita”.³⁰² Perrot também observa que uma nova imagem foi estabelecida para as trabalhadoras femininas a partir desta nova realidade do período: a imagem da operária fabril, antítese da feminilidade, sucumbiu diante da aparência graciosa da datilógrafa, a operária dos tempos modernos. “Os dedos das moças ágeis que brilhavam no piano agora brilham na máquina de datilografar”³⁰³. Nesse sentido, não é só a autora a concordar que “a datilografia abre para as mulheres a modernidade dos empregos nos escritórios”³⁰⁴. Hobsbawm, ao concordar com a afirmação, observa que o aumento crescente do trabalho assalariado feminino no período é um “tributo à máquina de escrever”³⁰⁵. Portanto, temos plena convicção que a popularização da máquina de escrever pelas mulheres foi um importante instrumento utilizado na luta pela sua emancipação, pois possibilitou, de forma intensa, a ampliação das ofertas de empregos e a sua conseqüente inserção no mercado de trabalho.

IMAGEM 11:
FUNCIONÁRIAS DA CAIXA PREDIAL AMAZONENSE – 1929



³⁰² PERROT, Michelle. Mulheres e Trabalho. In: *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Op. cit., p. 224

³⁰³ Idem. Ibidem. p 223-245

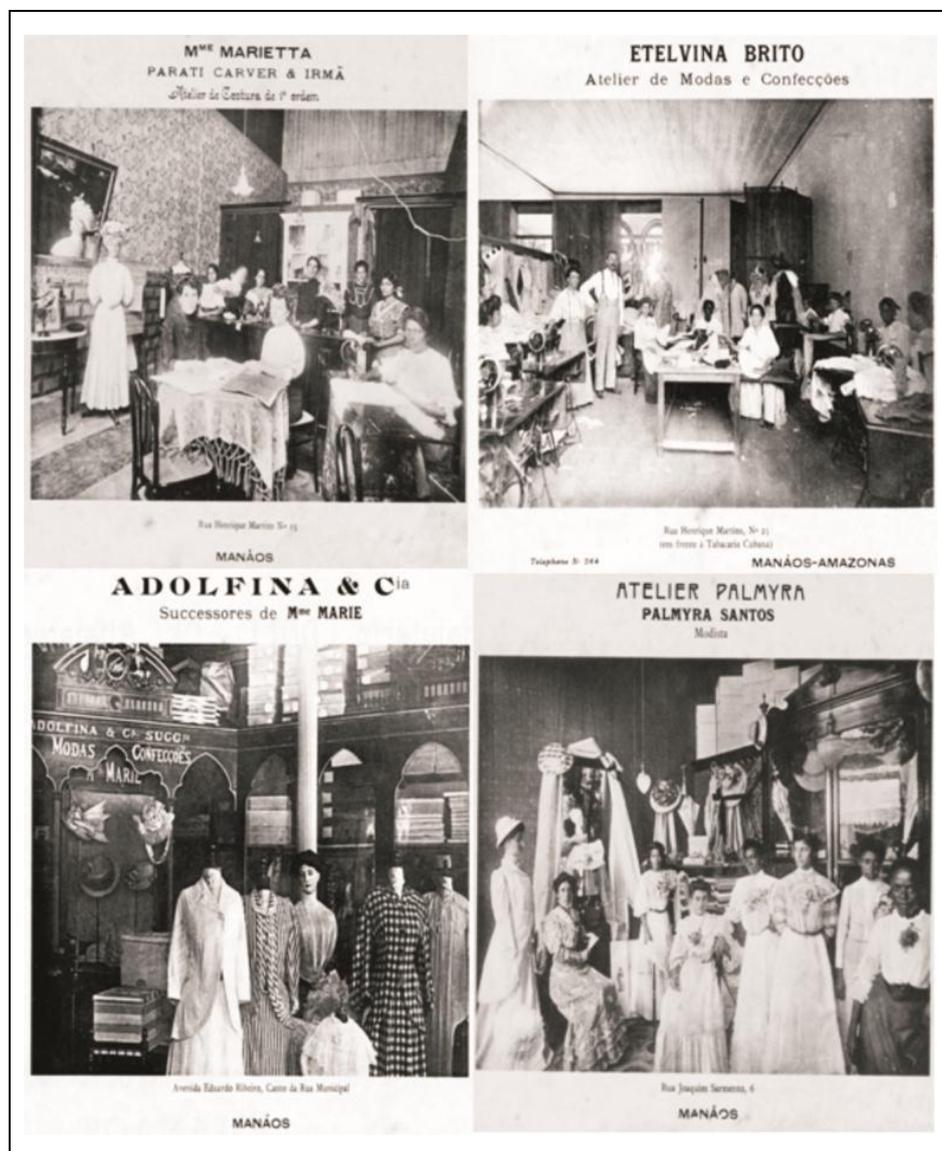
³⁰⁴ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo, UNESP, 1998., p. 99.

³⁰⁵ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos impérios*. Op.cit. p. 283.

Fonte: *Revista da ACA* n° 167. Manaus, Agosto de 1929.

Outra máquina que parecia inerente a natureza feminina era a máquina de costura. Longe das idéias do século XIX que condenavam a máquina de costura como vilã da mulher por oferecer riscos ginecológicos (leucorréias e amenorréias), “além da perigosa potência erótica que excitava o delírio histérico”³⁰⁶, e perto da concepção de ser a costura o verdadeiro ofício da mulher, elas foram cada vez mais numerosas concentrando sua força de trabalho em casa ou nos ateliês, garantindo mais uma oportunidade de trabalho remunerado.

IMAGEM 12:
MULHERES NOS ATELIÊS DE MODA E COSTURA – 1910



³⁰⁶ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Op. cit., p. 178.

Fonte: *Indicador Ilustrado do Amazonas*. Manaus, 1910.

Nos ateliês, nosso objeto nesse momento, as mulheres eram empregadas como modistas de roupas femininas onde geralmente buscavam recriar a última moda parisiense para atender os desejos de suas clientes. Nesses estabelecimentos, além da confecção das roupas, havia a comercialização desses produtos.

Para o início do século XX, segundo os indicadores econômicos e anuários do Estado analisados, havia pelo menos quatro estabelecimentos desse segmento em Manaus. Chefiados por mulheres, esses estabelecimentos empregavam grande quantidade de costureiras, todas de origem pobre e de várias raças: eram negras, mestiças e brancas, como podemos perceber pelas fotos acima.

3.3. O TRABALHO FABRIL

O setor fabril, que mesmo tendo pouca expressão na economia do Estado admitiu elevado número de mulheres principalmente em quatro fábricas: na Fábrica de Roupas Amazonense, na Fábrica de Beneficiamento de Castanha, na Fábrica Brasil-Hevea e na Fábrica de Cigarros Itatiaya.

A Fábrica de Roupas amazonense de propriedade de Cunha & Ca³⁰⁷, foi fundada em 01 de outubro de 1910, com instalações modernas, contavam inicialmente com 32 operárias, passando em 1913 para o número de 60³⁰⁸, orgulhavam-se de “como nas grandes fábricas de além-mar cada operária tem uma tarefa certa e de suas máquinas serem movidas a eletricidade”³⁰⁹, máquinas estas que precediam o “corte da roupa, caseamento e pregamentos de botões tudo com a máxima presteza e acabamento, numa média de 25 calças cortadas por minuto”³¹⁰. A maioria das operárias era de nacionalidade portuguesa, assim como os proprietários da firma. Informações sobre as operárias – e não só da fábrica de roupas amazonense, mas também das outras

³⁰⁷ No momento de sua instalação a propriedade da fábrica era de B. Levy & P. de Mello Segundo referências de jornais da época. No entanto, em 1913 as fontes nos dão a informação de ser de propriedade de Cunha & Ca.

³⁰⁸ *Folha do Amazonas*. Manaus, 2 de Outubro de 1910.

³⁰⁹ *Idem*.

³¹⁰ *Jornal do Commercio*. Manaus, 11 de Julho de 1913.

mapeadas por nossa pesquisa – são quase inexistentes, salvo pouquíssimas exceções ‘pinçadas’ de fontes esparsas. Temos como exemplo, informações sobre a atuação de uma operária portuguesa de nome Cecília Miranda sempre presente, com seus belos discursos, nas comemorações públicas do movimento operário referendadas pela imprensa local³¹¹. A atuação de Cecília nos revela dois aspectos importantes: o primeiro o de ser esta operária com uma instrução mais elevada, sobressaindo-se num universo onde a pouca instrução ou mesmo o analfabetismo era regra entre o operariado; e a sua politização, uma vez que seus discursos “[hipotecavam] solidariedade de sua classe ao operário irmão em luta e em sacrifícios”.³¹²

As condições de trabalho na referida fábrica a pesquisa não nos possibilitou saber, no entanto, informações esparsas como uma nota referente às comemorações do dia do Trabalhador abordado pelo Jornal anarquista *A Lucta Social* em 1914³¹³, fala em exploração das operárias e sugere ser a Fábrica de Roupas semelhante a uma Bastilha, “sinalizando os mecanismos de dominação, controle e vigilância que aconteciam em seu interior”.³¹⁴

... Foi assim que o operariado amazonense interpretou e sagrou o 1º. de maio levando a cabo manifestações diversas quer internas, quer externas. Aquelas nas associações de classe, e estas na praça pública, tendo por ponto de partida o largo de S. Sebastião, o qual às 16 horas se juntaram proletários e estudantes dando início ao comício o acadêmico Adail Couto (...), o qual foi procedido no uso da palavra pelo artista gráfico, J. Azpilicueta (...) concluiu exortando os presentes a seguirem pelas ruas da cidade a fim de receber diversas corporações que aguardavam a passagem dos manifestantes para se incorporar. (...) os manifestantes encaminhavam-se pela avenida Eduardo Ribeiro, dando entusiásticos vivas ao operariado livre, aos estudantes, e abaixo os tiranos sintetizados nos governos e estes caracterizados no Estado salva-guarda da burguesia infrene. Pacificamente observando a maior e mais sensata cordura, às vezes em silêncio sepulcral, interrompido pelas pisadas dos homens de trabalho a onda humana proletária caminhou serena à rua da Instalação, **detendo-se em frente a pequena bastilha denominada Fábrica de Roupas Amazonense**, onde as operárias d’aquela indústria receberam os seus companheiros de trabalho como outrora, os cristãos o fizeram a Jesus cobrindo a rua com aromáticas flores, que também derramaram sob as cabeças do operariado, desde

³¹¹ O exemplo pode ser verificado em algumas notas de jornais, entre eles no jornal *A Lucta Social*, de 1 de junho de 1914.

³¹² Idem.

³¹³ a análise desta nota também está presente em alguns estudos. Cf: COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Op. cit., p. 154; PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010, p. 134.

³¹⁴ PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus*. Op. cit., p. 134.

o alto do edifício, orando em seguida a operária Cecília Miranda que leu um belo discurso no qual hipotecava a solidariedade de sua classe ao operário irmão em luta e em sacrifício. (...) Da janela da casa Avaneza, também orou o acadêmico Euclides Bentes (...) Terminou saudando as operárias da Fábrica e convidando-as a seguirem no préstimo dos trabalhadores, **pois que elas também eram exploradas!** (...). Uma voz fez-se ouvir então, e, de repente, a multidão operária desfilava levando na vanguarda o grupo de operárias da fábrica, em direção ao teatro Alcazar (...).³¹⁵

Um aspecto interessante observado é que a fábrica oferecia às suas trabalhadoras assistência médica, a chamada “caixa de socorros” que oferecia serviços ambulatoriais.³¹⁶

Em 1913 a fábrica passava por uma crise financeira e ameaça fechar suas portas caso a companhia de energia elétrica *Manãos Tramways and Lights* não abatesse 50% das suas despesas de energia que chegavam a setecentos mil reis mensais. As operárias mobilizaram-se em defesa de seus empregos e foram ao governo do Estado e à diversas associações, entre elas a Associação dos Empregados do Comércio (AECA) pedir ajuda, sugerindo redução da taxa de energia elétrica da fábrica, para que a mesma pudesse continuar com suas atividades. Nessas reivindicações elas contaram com o apoio da imprensa local que divulgava os passos de sua luta e as últimas resoluções tomadas.

Em 17 de agosto de 1913, com o fim do prazo para o parecer favorável da companhia de energia sobre a redução da taxa de energia da Fábrica, uma comissão de operárias composta por Maria Coelho, Santina de Jesus, Maria da Silva Jatahy, Rosa Del Aguila, Posidonia Coelho e Rosa Lima, espalharam pela cidade o seguinte boletim:

acabamos de saber que, em vista da teimosia da Companhia da Luz, não attendendo ao pedido de abatimento sobre o preço da energia electrica que se gasta na fábrica, estamos sem serviço de segunda feira em diante, por ter a firma proprietária resolvido assim proceder devido às enormes dificuldades com que vem lutando para dar-nos pão e trabalho.

E como, comnosco ficam a sofrer as torturas da fome perto de trezentas pessoas de nossas famílias, a quem sustentamos com os esforços de nossos labores, appellamos para todas as classes sociais de Manãos, afim de que sejam solidárias comnosco na defesa de nossos interesses.³¹⁷

O fato da comissão de operárias reunir-se na própria fábrica “por gentileza do gerente”³¹⁸ ou “na residência de sua diretoria”³¹⁹, nos leva a concluir que a luta não

³¹⁵ *A Lucta Social*. N.º 3. Manaus, 01 de Junho de 1914. Grifos nossos.

³¹⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 03 de maio de 1913.

³¹⁷ *Jornal do Commercio*. Manaus, 17 de agosto de 1913.

³¹⁸ *Idem*. *Ibidem*.

estava isenta da manipulação dos proprietários da firma, “manipulando-as diante da ameaça de fechamento da fábrica e da perda de seus empregos para barganhar do poder público, benefícios a ser favor”³²⁰. O fato era pauta de discussão nas reuniões das sociedades a quem se dirigiram as operárias da Fábrica de Roupas como podemos comprovar na nota abaixo:

... usaram da palavra os srs. Porfirio Pires, pela Associação dos Empregados, **que disse trazer-se, no caso, de uma exploração por parte da firma Cunha & Ca**, tendo sido secundado nessas opiniões, pelo acadêmico Euclides Bentes, do Centro Agronomico, que propoz a nomeação de uma comissão para averiguar os factos. Usou ainda da palavra o sr. Leite Biscaia, pela sociedade Artes Graphicas, que declarou estar o operariado solidário com a causa das obreiras da Fábrica de Roupas e não ao lado dos industriaes exploradores.

... Amanhã diremos alguma coisa sobre este assumpto que, há muito, verificamos ser um caso grave pois **não passa de uma espécie de conto do vigário em que essas operárias estão a servir de instrumentos para meia dúzia de exploradores espertalhões.**³²¹

Manipulações a parte, é interessante salientar que as operárias da Fábrica de Roupas foram sempre atuantes, seja envolvendo-se nos festejos do 1º de maio quando realizavam passeatas pelas ruas da cidade, passeatas essas animadas pela banda de música da polícia, ou quando engrossavam as celebrações feitas também por outros operários e estudantes, seja fazendo campanha beneficente em prol das vítimas da seca no nordeste em 1915 ou ainda realizando greve pacífica para protestar a favor da volta do gerente da fábrica sr. Tenreiro Junior que havia abandonado o cargo após um desentendimento com um dos sócios da mesma.

Diversas costureiras, inquiridas por um nosso repórter, declararam que Rosário [sócio] tratara por vezes a Tenreiro muito grosseiramente, sendo este, entretanto, um funcionário probo e trabalhador. Devido a isso, Tenreiro viu-se na contingência de abandonar a casa. As costureiras então, descontentes com o procedimento de José do Rosário resolveram não voltar ao serviço enquanto Tenreiro Junior não voltasse a seu cargo.³²²

Outro espaço de trabalho fabril onde a presença feminina estava assinalada era a fábrica Brasil-Hévea de propriedade de J. G. Araújo & Ca fundada em meados da década de 1920. A fábrica que produzia artefatos derivados da borracha, como solados e

³¹⁹ *Jornal do Commercio*. Manaus, 18 de agosto de 1913.

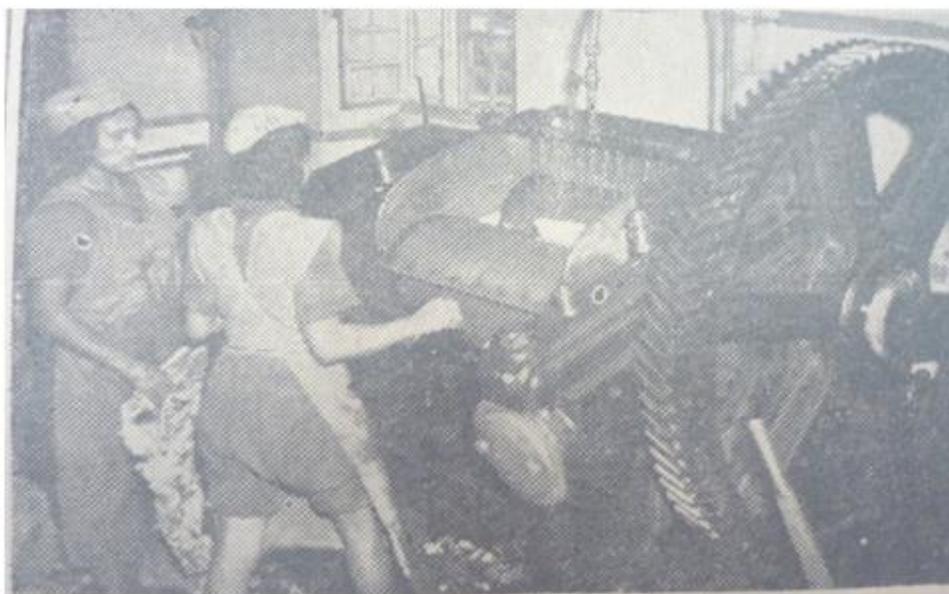
³²⁰ PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus*. Op. cit., p. 134.

³²¹ *Jornal do Commercio*. Manaus, 20 de agosto de 1913. Grifos meus.

³²² *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de Novembro de 1912.

saltos de sapato da marca “Coroa”, desde o seu início contava com relativa participação da mão-de-obra feminina em todas as etapas da produção dos artefatos confeccionados lá.

IMAGEM 13:
MULHERES NA FÁBRICA HÉVEA BRASIL



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 07 de setembro de 1943.

Em matéria denominada: “*Atinge altos índices de eficiência o trabalho feminino*”, o *Jornal do Comércio* de 07/09/1943 chama a atenção para a substituição em massa do trabalho masculino pelo feminino na mesma fábrica³²³, que naquele momento trabalhava unicamente com o beneficiamento da borracha. Tal substituição dava-se, naquele momento, por uma ausência de mão de obra masculina na cidade.

Neste ano, estavam empregadas 60 operárias que realizavam seu trabalho com ótimos resultados, como era definido pela matéria em questão: “Substituem elas (sic) os homens com maiores vantagens, pois trabalham mais, são mais caprichosas e conversam menos”³²⁴. Sua principal atividade dentro da fábrica era operar as máquinas de lavagem e de secagem da borracha.

No entanto, o intenso trabalho feminino na fábrica Hévea nesse período, segundo o historiador Hosenildo Alves, seria resultado da campanha da “Batalha da

³²³ Em 1942 a fábrica Brasil-Hévea deixa de pertencer à empresa J. G. Araújo & Cia. Fora vendida para a Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha.

³²⁴ Idem.

Borracha” em voga desde 1942 que conclamava a participação de todos os amazonenses na coleta e produção da borracha para ajudar na vitória dos aliados. Segundo Alves, os “esforços de Guerra” ao qual todos os brasileiros deveriam realizar, fazia parte da propaganda estadonovista. “Se faltava na cidade mão-de-obra masculina, uma vez que os homens estavam trabalhando nos seringais, a propaganda pedia às mulheres, que seguissem o exemplo das inglesas e americanas e passassem a trabalhar nas fábricas”.³²⁵

Sobre as operárias da Fábrica, diz o *Jornal do Comércio*:

Mulheres igualmente uniformizadas trajando um macacão azul escuro com um nome gravado em letras douradas – “Fábrica Hévea” – e seus cabelos estão presos com um casquete da mesma cor. Aliás, essa indumentária não lhes tira a graça feminina. Todas elas são jovens e fortes. Trabalham num esquema de 4 horas, pausa de 2 horas e mais 4 horas.³²⁶

Também de propriedade da firma J. G. Araújo & Ca, na década de 1920, existia uma Usina de Beneficiamento de Castanha que funcionava nas mesmas instalações da Brasil-Hévea. A usina, que beneficiava e exportava castanha descascada, empregava uma grande quantidade de trabalhadoras que eram pagas de acordo com a sua produção num trabalho monótono e repetitivo que exigia grande agilidade das mãos das operárias. Neste mesmo espaço, funcionava um setor de produção de banana seca para exportação para o Rio de Janeiro, também a cargo das mulheres da fábrica.

A principal fonte sobre a referida fábrica é o filme “*No País das Amazonas*” produzido no ano de 1922 pelo cineasta português Silvino Santos. Este filme, encomendado pelo grupo J. G. Araújo com a intenção de “no momento de crise, evidenciar as potencialidades das terras amazônicas objetivando atrair novos investimentos para a região”³²⁷, nos oferece algumas importantes imagens das mulheres nos seus postos de trabalho³²⁸. Para Pinheiro essas imagens denunciam a condição social e a nacionalidade dessas mulheres: eram invariavelmente nacionais e dos segmentos pobres da sociedade.³²⁹

³²⁵ ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense, 1937-1945*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2009.

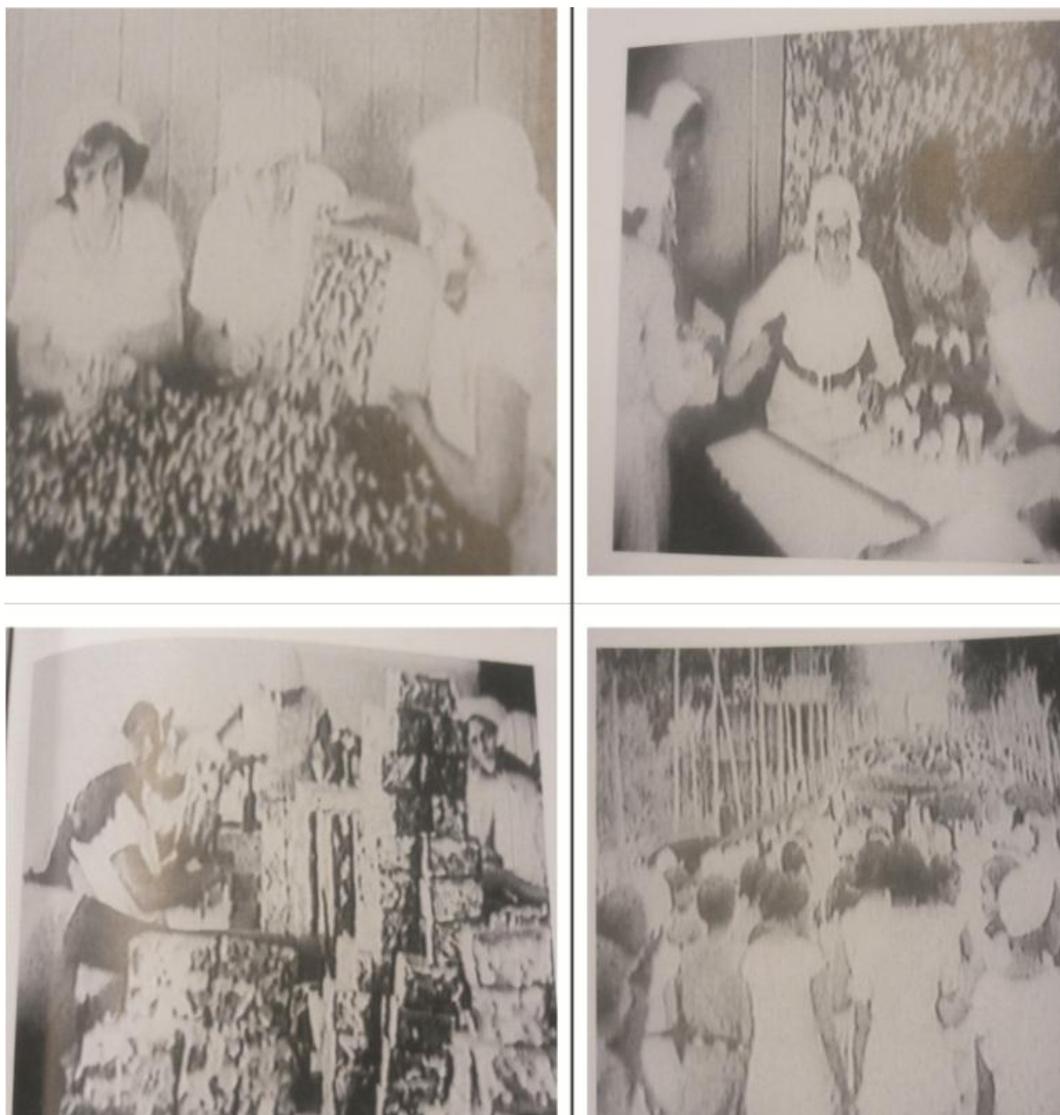
³²⁶ *Jornal do Comercio*, Manaus, 07/09/1943.

³²⁷ PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus*. Op. cit., p., 133.

³²⁸ Todas as imagens extraídas do filme *O País das Amazonas* foram reproduzidas aqui a partir do livro SOUZA, Marcio. *Silvino Santos: o cineasta do ciclo da borracha*. Rio de Janeiro, Funarte, 1999.

³²⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A mulher no periodismo. In: *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 224.

IMAGEM 14:
TRABALHO FEMININO NO FILME PAIZ DAS AMAZONAS



Fonte: Fotogramas do filme *No País das Amazonas*, de Silvino Santos. Manaus, 1922.

Para o ano de 1934, Silvino Santos fala de uma quantidade de 200 operárias trabalhando na fábrica, acreditamos ser o total de operárias, divididas entre a produção da borracha, o beneficiamento de castanha e na produção de banana seca, já que o autor não esclarece a informação³³⁰. De qualquer forma, a empresa J. G. Araújo & Ca³³¹, em

³³⁰ COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões*. Cinema e sociedade: Manaus (1897-1935). Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

³³¹ Em 1925 o comendador J. G. Araújo admite como sócios da empresa além de seus dois filhos homens, sua esposa Maria Adelaide da Silva Araújo e suas filhas Adelaide e Aleth de Araújo, conforme verificamos nas declarações de imposto de renda e recibos de pró-labore. Acervo de J.G. Araújo. Museu Amazônico.

vários de seus empreendimentos, foi um importantíssimo empregador da mão-de-obra feminina.³³²

3.4. DE PROFISSIONAIS LIBERAIS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Para além do trabalho fruto da necessidade econômica típico das classes populares, as mulheres das outras camadas sociais, também inseriram-se no mundo do trabalho ocupando profissões outrora masculinas, revelando um caráter inovador fruto da ampliação da instrução formal e do contato com as idéias emancipacionistas.

Buscando encontrar pistas sobre a atuação feminina em Manaus, num nível mais formal de trabalho, fomos atrás dos indícios daquelas cujos diplomas estão registrados na documentação da *Escola Universitária Livre de Manáos*. Esta etapa da pesquisa foi marcada por dois momentos distintos: um primeiro de alegria devido algumas informações encontradas de atuação profissional de alguma destas mulheres e o segundo momento marcado pela percepção de que de todas aquelas que se diplomaram, apenas minoria delas exerceu suas profissões, pelo menos é isso que mostra a pesquisa realizada³³³. Alguns motivos do não exercício da profissão não são difíceis de mensurar: pressão e desaprovação social, casamento e em menor proporção, a idéia do diploma como “ornamento” concebida por algumas mulheres.

Daquelas que exerceram suas profissões destacamos três odontólogas: Alzira Fernandes e as irmãs Marina e Honorina Amora que tinham seu consultório dentário; duas parteiras: Clavelina Pacheco Montenegro, parteira da Santa Casa de Misericórdia e Antonieta Ibiapina Ararape que possuía sua própria clínica; Raymunda Chevalier, farmacêutica, mas que atuou na direção do Instituto Universitário, escola que oferecia diversos cursos indo desde o jardim da infância até o preparatório para a *Escola Universitária Livre de Manáos*; em direção de escola também a Bacharel em ciências e

³³² Infelizmente a pesquisa não nos possibilitou acesso aos registros de funcionários, que suponhamos existir no grande acervo de J. G. Araújo no Museu Amazônico. Grande parte da documentação deste acervo ainda não foi examinada e catalogada o que dificultou o nosso trabalho. Esperamos que para pesquisas posteriores essas fontes já estejam disponíveis.

³³³ A escassez de registros nos aponta essa assertiva. Desejamos que novas pesquisas debruçadas sobre novas fontes revelem bem mais do que aquilo que estamos tendo a oportunidade de revelar, que elas acrescentem nossos dados e nossos números. Acreditamos que o caminho a ser percorrido é longo, mas já foi aberto por nossa pesquisa.

Letras Evangelina Alves Ferreira a frente do externato Pedro Américo; Dra. Nair Clotilde Menechy, bacharel em direito como Inspetora Federal da mesma universidade na década de 1930;

Seguindo um ritmo nacional, foi no magistério que se concentrou a maior parte das trabalhadoras de Manaus, principalmente por que

o magistério primário, como ocupação essencialmente feminina, possibilitou às mulheres notadamente da classe média a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade numa profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejada, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais.³³⁴

O magistério representava uma das poucas oportunidades “aceitáveis” e “indicadas” para as mulheres que desejavam uma carreira profissional ou sua independência econômica através da sua inserção no espaço público. Para Almeida, o magistério primário representava “uma alternativa ao casamento ou a ocupações consideradas de menor prestígio como as de costureira, modista, parteiras, governantas profissões normalmente reservadas às mulheres de poucos recursos”, pagava melhor em relação às demais profissões reservadas às mulheres, dava certa liberdade uma vez que permitia que a mulher saísse sozinha para ir lecionar e ampliava os seus conhecimentos para além das prendas domésticas como era o de costume³³⁵. Era a profissão considerada ideal para o sexo feminino pelo fato de ser realizado em um único turno, o que possibilitaria conciliar suas demais obrigações de mulher, principalmente se fosse casada e mãe.

Outro fator é que no pensamento social da época, educar e instruir era um prolongamento do seu papel de mãe que estaria sendo exercido em outras crianças. Concomitantemente o repúdio à co-educação liderado pela igreja católica faz surgir a necessidade de ter professoras para reger classes femininas, possibilitando com isso uma abertura maior para as mulheres no ensino. Elas eram indicadas por possuir a moral mais elevada que os homens, por ser mais delicada e indulgente com as crianças além de doce, carinhosa, sentimental e paciente e pelo impedimento moral dos homens em educar as meninas. Almeida enfatiza que essa situação foi determinante para uma

³³⁴ ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. Op.cit. p. 28.

³³⁵ Idem. Ibidem. p 71.

feminização do magistério primário no Brasil na primeira metade do século XX (tanto na frequência das aulas nas escolas normais quanto pela ocupação do magistério) no momento em que o campo profissional se expandia em termos quantitativos.³³⁶

No Amazonas há indicativos que as mulheres já exerciam o magistério desde meados do século XIX mesmo não havendo escolas normais no Estado e com algumas ressalvas: “as mulheres solteiras só poderão exercer o magistério com 25 anos completos, salvo se viverem e ensinarem em casa de seus pais e estes forem de reconhecida moralidade e só podem atuar em colégio para meninas”³³⁷; Mas de onde estariam surgindo essas professoras já que não havia escolas normais e a maioria da população local era analfabeta? Esse é um questionamento respondido pela socióloga Heloisa Lara, que acredita que provavelmente essas professoras eram esposas de estrangeiros radicados na Amazônia ou senhoras brasileiras educadas no exterior, na Corte ou por preceptoras particulares³³⁸. Seja qual for a sua origem, é importante destacar que as mulheres aqui no Amazonas já estavam há muito tempo atuando no ensino quando as Escolas Normais começaram a ser abertas por todo o país e bem antes do sexo feminino poder fazer parte dela.

Uma nota publicada no *Jornal do Comercio* em 1906 torna verossímil a nossa afirmação: a nota é referente a aposentadoria da professora pública da vila de Coari d. Silvina Maria Pereira Guimarães que naquele ano conta com mais de 25 anos de serviço público prestado à educação de crianças naquela localidade, tendo direito a receber um ordenado anual de 4200\$000.³³⁹

Concordando com Lara, esses indicativos mostram que no Amazonas as mulheres entraram no magistério bem antes que as mulheres do sul, segundo as informações de Jane Almeida, trabalhadas tanto por ela quanto por mim³⁴⁰. Outra

³³⁶ Idem. Ibidem. p 62-64.

³³⁷ Regulamento nº103 de 1859. In: COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005. p. 255.

³³⁸ COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Op. cit., p. 254.

³³⁹ *Jornal do Comercio*. Manaus, 24/04/1906.

³⁴⁰ Jane Almeida informa que somente trinta anos depois da criação da Escola Normal no Seminário da Glória, em 1876, é que foi aberta uma sessão feminina para permitir o ingresso de mulheres na formação de professoras. No Amazonas, desde o seu início, também na década de 1870, o curso normal permitiu a frequência das mulheres. ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. Op.cit. p. 23.

vantagem é que, nesse mesmo período, as professoras amazonenses já tinham seus salários equiparados com o dos homens.³⁴¹

Para atuar no serviço público, as professoras eram submetidas a um exame e se fossem aprovadas plenamente podiam começar a lecionar, outras ainda optavam por abrir a sua própria escola.

As professoras representavam uma grande parcela do funcionalismo público durante toda a primeira metade do século XX³⁴², sendo a maioria indiscutível nas escolas de primeiro grau e uma minoria nas escolas de educação secundária. Nestas últimas, elas estavam geralmente restritas às disciplinas relacionadas ao universo feminino como as de prendas domésticas ou ginástica. Mesmo na Escola Normal onde as alunas eram a maioria dos matriculados, as professoras representavam uma pequena porcentagem do corpo docente; no *Gymnasio Amazonense*, “reduto masculino por excelência”, a resistência à elas era ainda maior. Do total de professores que compunham o corpo docente em 1925, por exemplo, vinte e três eram homens e apenas uma mulher: D. Aurora Barroso Ramos, professora de História natural³⁴³. Essa “quase exclusão” feminina do ensino secundário amazonense permaneceu ainda por algumas décadas.

Fora das salas de aula, mas ainda no ambiente escolar, elas estavam presente exercendo outras funções: como diretoras nas escolas primárias públicas e privadas, externatos e internatos³⁴⁴ ou ainda no corpo administrativo nas funções de secretárias, amanuenses, auxiliares, regente ou inspetoras de alunos.

Algumas professoras públicas tornaram-se ícones amazonense, dado a sua dedicação e envolvimento nas questões educacionais no Estado, entre elas, destacamos Eunice Serrano Telles de Souza. Filha do importante educador amazonense Plácido Serrano, Eunice Serrano desde cedo abraçou o magistério como profissão e o tinha

³⁴¹ LEÃO, Manuel de Miranda. Monografia do sobre o Ensino Secundário, ano (?). Regulamento n° 18. In: COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005, p. 254.

³⁴² Segundo Pinheiro, com os cofres públicos abarrotados pela crescente arrecadação fiscal, o Governo Provincial do Amazonas tornou-se, um dos principais empregadores nos primeiros anos do século XX, contratando profissionais para o serviço burocrático e um corpo técnico para áreas especializadas, como saúde, educação, saneamento, etc. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Nos meandros da cidade*. Op. cit., p. 5.

³⁴³ *Anuário do Gymnásio Amazonense Pedro II*. Manaus 1925.

³⁴⁴ Para o período analisado, as fontes nos revelam uma grande quantidade de institutos de ensino dirigidos por mulheres.

como “sagrada missão”. Começou sua carreira como professora no Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” na década de 1920 onde atuou no ensino primário durante longos anos, foi também membro da Sociedade Amazonense de Professores, redatora da Revista Amazonense de Educação juntamente com outros professores em 1931, e em 1936 foi nomeada Diretora da Escola Normal, posto que ocupou até o ano de 1954.

IMAGEM 15:
PROFESSORAS E ALUNOS DO JARDIM DA INFÂNCIA



Fonte: *Revista Redenção*. Manaus, dezembro de 1924.

Em entrevista à *Revista Formação*, do Rio de Janeiro na década de 1940, Eunice Serrano fala sobre o seu entusiasmo em ser professora e como conciliava muito bem a profissão com os seus deveres de esposa, dona de casa e mãe. Na entrevista, quando perguntada sobre se sempre desejou ser professora ela respondeu:

Como não?! Num ambiente de espíritos elevados, tendo em casa o exemplo edificante de meu Pai adorado, e na escola, aquelas sacerdotisas do ensino, claro está que procuraria seguir-lhes as pegadas. Desde menina, meu ideal era ser uma grande professora! Se não o sou, não me faltou contudo a maior boa vontade... julgo que nasci exclusivamente para ensinar. Mesmo na época de hoje, em que vemos funcionários subalternos de uma repartição qualquer superarem a um professor em suas condições monetárias com vencimentos

superiores a criaturas que consomem energias mentais em cursos especializados e depois morrem vencidos no exercício da mais nobilitante das profissões; mesmo hoje, quando vemos ruidosas homenagens tributadas a um ínfimo cantor de rádio, menosprezando o professor que representa a alavanca primordial do progresso da nação; mesmo quando vemos professores-apóstolos, depois de um tirocínio luminoso, vencidos pelo descaso a que foram relegados, mesmo assim confesso que jamais escolheria outra profissão! Ela concretiza toda a aspiração de minha vida!³⁴⁵

Em outros setores do serviço público sua presença foi tímida para o período estudado. Mesmo assim, conseguimos mapear algumas presenças, sempre em módicos cargos administrativos, nada além disso. Sobre isso, Rago observa que “enquanto os homens estiveram presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia”³⁴⁶. Em 1922, uma nota do *Jornal do Comercio* nos informa sobre a “nomeação de duas senhoras como auxiliares da administração dos correios”³⁴⁷; outra atuando no Sindicato Agrícola do Amazonas³⁴⁸ ou ainda, participando em concursos públicos, como para o de preenchimento de vagas para escriturário do Tesouro, quando foram classificadas 10 mulheres e para o Instituto dos Industriários com a aprovação de uma mulher entre quinze homens, ambos ocorridos no ano de 1937³⁴⁹.

No intuito de regulamentar a participação feminina no funcionalismo público, no ano de 1939 o interventor Álvaro Maia assinou um Decreto-Lei, que vedava a participação de mulheres no serviço público, nos quais fosse necessário o uso da força ou em ambientes impróprios, uma vez que esses trabalhos eram incompatíveis com a delicadeza feminina³⁵⁰.

A primeira representante do *belo sexo* na política estadual foi eleita por voto popular, inclusive feminino, em 1935 para o cargo de deputada estadual na Assembléia Constituinte. Maria de Miranda Leão, considerada primeira assistente social do Amazonas, ingressou na vida pública do Amazonas em 1922, atuando no serviço de Profilaxia rural. No período anterior à sua eleição liderou o movimento feminino

³⁴⁵ *Revista Formação*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1941. Reproduzidos a partir de ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. Op.cit., p. 153.

³⁴⁶ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. Op. cit., p. 65.

³⁴⁷ *Jornal do Comércio*. Manaus, 09 de março de 1922.

³⁴⁸ *Anuário de Manaus*. 1913. p. 263.

³⁴⁹ *Jornal do Comércio*. Manaus, 08 de junho 1937; *Jornal do Comércio*. Manaus, 22 de setembro de 1937, respectivamente.

³⁵⁰ Decreto-Lei de n. 280 de 29 de Julho de 1939. *O Jornal*. Manaus, 30/07/1939.

católico de incentivo a participação das mulheres nas eleições e na política de modo geral, fato que certamente muito contribuiu para seu sucesso nas urnas aos 48 anos. A Mãezinha como era conhecida, teve sua vida dedicada às causas sociais: fundou a Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância em 1922; o Hospital Infantil Dr. Fajardo e o serviço para crianças recém-nascidas de pais hansenianos. Seus pronunciamentos no legislativo estavam voltados principalmente em defesa da Igreja Católica, pela valorização da mulher amazonense e pela inclusão do ensino religioso nas escolas³⁵¹. A análise de Maria das Graças Costa sobre Maria de Miranda Leão sugere que a deputada era vítima de preconceito tanto por parte dos colegas de Plenário, a quem deveria incomodar, como também por parte da imprensa da época que sempre noticiavam seu desempenho na Assembléia de forma jocosa. Mesmo assim, segundo a autora,

A participação pioneira de Maria de Miranda Leão no poder legislativo trazia à mulher amazonense um novo papel na sociedade daquela época. O tom delicado e atencioso de seus pronunciamentos e uma certa dose de sensibilidade aos fatos e às questões levantadas na Assembléia, por certo marcaram diferença em relação aos discursos de seus pares.³⁵²

Esse intransigente comportamento dos homens e da imprensa tem sua justificativa: ver uma mulher assumir uma cadeira na tribuna pública era simplesmente o pior e o mais incômodo dos acontecimentos da época. Segundo o pensamento masculino a política deveria ser território exclusivo dos homens. Como observou Perrot,

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo. A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino. Em seus ritos, em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher.³⁵³

³⁵¹ COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito à educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 134-218.

³⁵² Idem. Ibidem. p 216.

³⁵³ PERROT, Michelle. *As Mulheres Públicas*. Op. cit., p. 129-130.

IMAGEM 16:
MARIA DE MIRANDA LEÃO EM DOIS MOMENTOS
ENFERMEIRA E DEPUTADA ESTADUAL



Fonte: *Revista Redenção*, nº 8. Manaus, 1925 e *Revista Cabocla*. Manaus, Fevereiro de 1936.

3.5. MULHERES PROPRIETÁRIAS

Gostaria de dar destaque também para as mulheres que possuíam e chefiavam sozinhas as suas propriedades. A grande maioria delas eram viúvas que gozavam de todos os direitos e prerrogativas do Código Civil de 1916, citado anteriormente. Com a morte do cônjuge a esposa tornava-se a responsável legal pelos bens da família, podendo vendê-los, trocá-los ou aliená-los livremente.

Na chefia de seus bens, muitas vezes as mulheres eram muito mais complacentes e justas. Nossa pesquisa nos possibilitou um exemplo: durante uma greve geral envolvendo diversos trabalhadores (*chauffers*, bolieiros, carroceiros, estivadores e outros) ocorrida em Manaus no ano de 1919 em favor da redução da jornada de trabalho a viúva Pires de Carvalho, proprietária de uma empresa de lenha, concedeu as oito horas de trabalho reivindicada por seus empregados³⁵⁴ diferentemente do que foi feito por outros proprietários na cidade.

³⁵⁴ *Jornal do Commercio*. Manaus, 15 de maio de 1919.

Quando da luta pela defesa de seus direitos, muitas vezes em benefício de suas propriedades, essas mulheres os reivindicavam junto aos poderes públicos e a sociedade em geral. Vejamos alguns exemplos:

A proprietária do ‘jornal de Manaus’, dona Maria Vianna, requereu ao juízo dos feitos da fazenda do Estado uma vistoria com arbitramento no prelo e officinas onde se imprimia aquelle jornal, cujo material foi damnificado em razão do levante de uma parte da força policial³⁵⁵; Sezarina Berger Neves directora e proprietária do collegio 7 de setembro deu entrada no congresso de uma petição, solicitando aumento da verba estipulada no art. 9 n. 602, 2º parte da lei orçamentária para o corrente anno³⁵⁶

Ou ainda: “a viúva Domingos Freitas, proprietária da Pharmacia Freitas, vem mui respeitosamente pedir às autoridades competentes que tomem providências quanto às suas reclamações anteriores”.³⁵⁷

3.6. NA INFORMALIDADE

A intensa presença feminina no mercado de trabalho informal no período estudado revela que, apesar dos muitos limites impostos pela sociedade, as mulheres se articularam e desenvolveram estratégias para garantir o complemento da renda familiar ou muitas vezes, garantir a sua própria sobrevivência e a sobrevivência de sua família. Se o trabalho fora do lar lhe era vetado, ou impossibilitado, elas utilizavam os espaços de sua própria casa para exercer atividades variadas; mas também inseriam-se pelo espaço citadino oferecendo seus produtos e serviços.

Exercendo funções tradicionais no âmbito do privado as mulheres dos segmentos populares eram largamente empregadas nos serviços de arrumadeiras, cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, amas de leite e damas de companhia.

O serviço doméstico no Brasil nas décadas iniciais do século XX, segundo June Hahner, proveu mais empregos para as mulheres das classes populares do que as fábricas, oficinas ou qualquer outro setor da economia³⁵⁸. Segundo os dados do censo

³⁵⁵ *Jornal do Commercio*. Manaus, 01 de julho de 1913.

³⁵⁶ A lei de que trata a nota é referente a ajuda às escolas privadas por parte da Instrução Pública. Folha do Amazonas. Manaus, 24 de setembro de 1910.

³⁵⁷ *Jornal do Commercio*. Manaus, 25 de setembro de 1911.

³⁵⁸ HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília,

analisados pela autora, em 1920 80,7% dos empregados neste setor eram do sexo feminino e estas mulheres abrangiam 19,3% do total da população feminina e 35,6% das mulheres trabalhadoras não agricultoras.³⁵⁹

A constituição de uma elite manauara e o forte crescimento populacional no período estudado requereu de forma intensa o serviço dessas trabalhadoras para os mais variados afazeres domésticos. Negras barbadianas, mestiças e portuguesas estavam entre a maioria das que compunham o quadro das trabalhadoras domésticas. Eram mal remuneradas, exploradas e

não tinham muita liberdade pessoal ou privacidade. Quase todas viviam sob estrita supervisão nas casas de seus patrões que, controlavam suas condições de trabalho. Dia ou noite, as empregadas domésticas estavam à mão, geralmente todos os dias da semana.³⁶⁰

Os trabalhadores dos serviços domésticos em Manaus, assim como outros tipos de trabalhadores, eram registrados pela Intendência Municipal e possuíam uma caderneta de registro. Essa caderneta servia para que cada vez que mudassem de emprego dessem suas referências para o novo patrão, “um perfil de seu desempenho como trabalhador, pois na caderneta constava sua conduta com o último patrão”³⁶¹. A autora observa a partir desta obrigatoriedade, um meio de transgressão desses trabalhadores, pois era comum que eles retirassem uma nova caderneta caso o último registro, feito pelo patrão demissor, não o agradassem. Com isso eles burlavam tanto a fiscalização do município quanto a do novo patrão.

O serviço doméstico também era o destino de muitas meninas com idade a partir dos sete anos. Notas dos jornais que circulavam na cidade comprovam que em Manaus era comum a contratação de meninas para auxiliar nos serviços de limpeza da casa, no cuidado com as crianças ou para fazer mandatos. Notas como “precisa-se de uma criada com idade de 10-12 anos para serviços domésticos”³⁶² era muito comum nos jornais. Outro costume comum da época – que ainda vigora até os dias de hoje – era mandar

Editora Universidade de Brasília, 1991. p 203.

³⁵⁹ Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920 pela Diretoria Geral de Estatística. In: HAHNER, June E. *Pobreza e política*. Op. cit., p. 203

³⁶⁰ Idem. *Ibidem*.

³⁶¹ Regulamento do Serviço Doméstico. Lei n. 53 de 01/12/1896. In: Leis, Decretos e Resoluções de 1890 a 1897. Apud COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver ameaça a ordem Urbana*. Op. cit., p. 78.

³⁶² *Folha do Amazonas*. Manaus, 20 de agosto de 1910.

buscar “meninas no interior” para trabalhar e morar na casa dos patrões. Em troca de casa e comida essas meninas assumiam sozinhas os árduos e cansativos trabalhos do cotidiano doméstico, sendo intensamente exploradas de dia, de noite, inexistindo para elas finais de semana e feriados. Contudo, em recente pesquisa, a historiadora Alba Pessoa³⁶³ afirma que o trabalho infantil feminino em Manaus não estava restrito somente ao âmbito doméstico. Sua pesquisa possibilitou perceber a presença de meninas exercendo diversas funções fora dos lares como: empacotadoras em fábricas de cigarros³⁶⁴, com longas jornadas de trabalho em ambientes fechados a manusear cigarros e charutos; operando máquina registradora em casas comerciais, trabalhando em botequins, descascando castanhas em fábricas de beneficiamento ou ajudando na confecção de artefatos femininos em ateliês de costuras.³⁶⁵

Muitas atividades também eram realizadas na esfera privada por mulheres, geralmente casadas, que ofereciam seus serviços a terceiros. Trabalhavam na sua própria casa conciliando seus afazeres domésticos, o cuidado com os filhos, com a sua atividade remunerada, o que lhes garantia uma renda extra para a manutenção da família. Nesse sentido Eni de Mesquita Samara comenta que “o trabalho domiciliar encontrava na mulher, pelo processo de socialização e da educação tradicionalmente transmitida, uma mão-de-obra já anteriormente qualificada para isso”.³⁶⁶

Dessa forma, este tipo de trabalho impõe-se como uma alternativa de remuneração diante da proibição paternal ou marital de exercer trabalho extradoméstico. Cuidavam de crianças para mulheres que trabalhavam fora, costuravam, faziam doces, eram lavadeiras para muitas famílias entre outras atividades, inclusive naquelas que se requeria um pouco mais de instrução: “a senhorinha Celeste A. Siqueira executa trabalhos de dactylografia em sua residência à rua José Paranaguá, n 30. Preços módicos e mediante prévio ajuste”.³⁶⁷

³⁶³ PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do Trabalho infantil na cidade de Manaus*. Op. cit., p. 139-141.

³⁶⁴ As fontes apontam a presença feminina, principalmente infantil na Fabrica Itatiaya. Havia preferência da mão de obra dentro da faixa etária de 9 a 15 anos, para empacotadora de cigarros, conforme consta nos anúncios de oferta de emprego da referida fábrica veiculada nos jornais.

³⁶⁵ PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho infantil na cidade de Manaus*. Op. cit.

³⁶⁶ SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Trabalho Feminino (1890-1940)*. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org). *Trabalho Feminino e Cidadania*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999. p 65.

³⁶⁷ *Jornal do Commercio*. Manaus, 25 de fevereiro de 1920.

IMAGEM 17:
LAVADEIRAS NAS RUAS DE MANAUS – 1902



Fonte: *Álbum do Amazonas*. Manaus, 1902.

IMAGEM 18:
VENDEDORAS AMBULANTES – 1914



Fonte: *Jornal do Comercio*. Manaus, 15 de junho de 1914.

Outra opção de trabalho no setor informal, extremamente intenso na Manaus da borracha, para as mulheres mais pobres, estava representada pela função de vendedoras ambulantes, com as mais variadas mercadorias, que iam desde doces, quinquilharias até tecidos finos oferecidos pelas ruas da cidade³⁶⁸. Para essas, o cotidiano nas ruas era a única forma de garantir a sua sobrevivência, cotidiano esse marcado por concorrência, brigas e extrema pobreza.

³⁶⁸ Os vendedores ambulantes eram disciplinados e controlados pelo poder público. Estavam também sujeitos ao pagamento do imposto sobre indústria e profissões, instituído conforme a lei n 840 de 18 de out de 1915, caso quisessem vender suas mercadorias no centro da cidade. Sobre isso, a Historiadora Benta Praia faz uma interessante análise. Cf. PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho (1910-1930)*. Op. cit., p. 155- 176.

Ainda neste mesmo setor outra opção para garantir a subsistência feminina era a prostituição, em número acentuado e cada vez mais crescente para o período.

A prostituição em Manaus³⁶⁹, assim como em outras cidades, surgiu como consequência da modernidade, da exclusão e da pauperização social. Surgiu como uma alternativa importante de sobrevivência para a mulher oferecendo em alguns casos a possibilidade de ganhos mais expressivos. Dela, fizeram parte principalmente as mulheres das classes mais baixas, inclusive mulheres que “trabalhavam fora” em outros setores, mas que recorriam à prostituição ocasional para escapar da miséria. Eram mulheres jovens, vindas do interior do Estado, de várias cidades brasileiras e de muitas nacionalidades que chegavam atraídas pelo desenvolvimento econômico da cidade com o objetivo de “fazer fortuna”³⁷⁰, embora este não tenha sido o desfecho da maioria.

A “venda do prazer” se deu basicamente de duas formas distintas em nossa cidade: uma primeira, caracterizada pelo glamour típico da *belle époque* manauara, sendo apresentada a partir da idealização dos memorialistas com um tom meio oficial³⁷¹, representadas pelas *cocotes* francesas em bordéis e cassinos de luxo, da qual usufruíam a elite composta por seringalistas, ricos comerciantes e homens públicos; e aquela que só agora a historiografia amazonense começou a revelar: a prostituta presente nas páginas policiais dos jornais, nos autos de prisões, aquelas presentes nas ruas escuras e mal afamadas da cidade, nos botequins e praças, habitando cortiços, pensões ou casebres. É sobre esse tipo de prostituição, situada no âmbito da desordem social, que as fontes nos mostra inúmeros casos de prisões, reprimendas, aplicações de multas e punições, repressão e vigilância.

Enquanto a “prostituição oficial” era escamoteada pelo poder público que fazia “vistas grossas” à sua existência, a do baixo meretrício³⁷², representadas por prostitutas

³⁶⁹ Não cabe aqui uma discussão sobre as dimensões da prostituição. Sobre isso há inúmeros trabalhos. Pretendo apenas situá-la como uma atividade informal de trabalho feminino.

³⁷⁰ SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 – 1917. *Revista de História Regional*, 10 (2): 87-108, 2005, p. 91.

³⁷¹ Cf: BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975; CORRÊA, Luiz Miranda. *O Nascimento de uma Cidade*. (Manaus, 1890 a 1900). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

³⁷² A área do baixo meretrício também conhecido como “zona estragada” era representado pelas ruas Itamaracá, Epaminondas, Frei José dos inocentes, Dez de Julho, José Clemente, Costa Azevedo. lugares eram compostos por bares, pensões, casas de tolerância, botequins e pequenos hotéis.

pobres, em algumas ruas da cidade eram condenadas pelo poder público e extremamente perseguidas pela imprensa. Sobre isso escreveu Ednéa Dias:

enquanto a imprensa se manifestava solicitando medidas para acabar com o mal que ameaçava tornar Manaus imprópria para o convívio familiar, sugerindo que as prostitutas fossem colocadas em ruas ainda não atendidas pelo pela eletricidade, expulsando-as do centro da cidade e confinando-as em lugares afastados, os coronéis de barranco se divertiam com as polacas e francesas, enquanto as senhoras de respeito ficavam nos palacetes, cercadas de criadas e ocupadas em pequenos afazeres³⁷³.

Enquanto que nas páginas dos periódicos da época, as prostitutas do baixo meretrício serviam como farto material para as suas colunas, sendo depreciadas pelas mais variadas denominações como “esbrogues, marafonas, mariposas, rameiras, regateiras, catraias, ratuinas, decantadas, biraia entre muitos outros”, aquelas dos cabarés de luxo eram imunes aos olhos desses mesmos jornais. Eram também consideradas “responsáveis pela dissolução dos costumes, uma vez que afastavam as famílias das reuniões públicas, do convívio alegre das ruas, dos lugares onde as mesmas sempre foram presença constante”³⁷⁴. Era comum nos jornais humorísticos³⁷⁵, que pautavam-se como “reguladores da moral e defensores do bom costume” notas do tipo:

Ratuinas em leilão

Devido a grande crise que actualmente atravessa esta capital e mesmo devido terem sido em inspecção de saúde que foram submetidas no hospital da Santa Casa de Misericórdia, julgadas imprestáveis para o consumo público, determino que as mesmas (...) sejam vendidas em hasta pública para o bem da humanidade sofredora (...) ficando aquellas que não forem arrematadas sujeitas a serem incineradas no forno de lixo desta capital.³⁷⁶

Segundo Paulo Marreiro, era na área equivalente ao baixo meretrício que a prostituição era vista como ameaçadora, turbulenta, conflagrando a tranqüilidade e sendo associada à violência e à criminalidade. Diferentemente das “cortesãs”, as meretrizes “pobres” eram vistas como a degeneração da mulher, como a falência da moral da família, como riscos e malefícios à saúde pública.³⁷⁷

³⁷³ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999, p. 150.

³⁷⁴ Ibidem, p. 135.

³⁷⁵ Para a época estudada, alguns jornais se identificam com esse perfil, oferecendo intensa perseguição às prostitutas, entre eles: *O Chicote* (1913-1915); *A Marreta* (1917-1918);

³⁷⁶ *O Chicote*. Manaus, 25 de Janeiro de 1914.

³⁷⁷ SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. *Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 – 1917*. Op. cit

Ao mesmo tempo em que denunciavam sua existência e desejavam sua “extinção” da cidade, esses mesmos jornais deixavam escapar traços da difícil vida levada pelas prostitutas. Um cotidiano marcado por miséria, embriaguez, violência (tanto sofrida como praticada) e desordem social. Algumas cometiam furto aos seus fregueses, como forma de aumentar os seus parcos rendimentos e garantir a sua subsistência; outras vivam em constantes conflitos com suas colegas de profissão muitas vezes por causa da concorrência por fregueses. Fatos que geravam discussões, brigas e prisões, geralmente divulgados nas páginas dos jornais. Sobre uma rixa entre duas “mulheres de vida fácil” que acabou em agressão, assim noticiou o *Jornal do Comércio*:

Uma gata arrelhada

Maria Ferreira de Souza é uma dessas biraias de cabellino na venta que dão a vida por um estardalhaço. O silêncio e a tranqüillidade são cousas que para ella nunca existiram pois raro, é o dia em que não anda pela zona estragada, provocando as companheiras de officio, que não resam pela sua cartilha.

Mettendo-se hontem em dois dedos de grammatica, ficou em tal estado de avaria que mal podia se suster nos pés.

Mesmo assim conseguiu bater o prumo e chegar até a rua Lobo d’Almada onde promoveu um sarilho dos diabos e acabou mettendo o braço no frontespicio da cara de uma rival.

A esse tempo, chegando ao local, um dos argus acalmou a fúria da vallente, levando-a para o palacete de grades da rua Guilherme Moreira³⁷⁸.

Como vimos, aliado ao desenvolvimento econômico da cidade em intensa expansão, o que gerou amplo crescimento de ofertas de trabalho formal e informal, a mulher presente em nossa cidade abraçou todas as oportunidades a elas destinadas e mais do que isso, correu atrás de seu próprio desenvolvimento fosse ele intelectual ou profissional. Imbuídas ou não por princípios emancipacionistas, ou por extrema necessidade financeira, estas se fizeram presentes no cenário urbano de Manaus de forma proeminente destacando a sua força, coragem, desprendimento e inteligência.

³⁷⁸ Coisas Policiaes. *Jornal do Commercio*, Manaus, 04 de Março de 1920.

CAPÍTULO 4

NA IMPRENSA E PELA IMPRENSA

Sempre fomos o que os homens disseram
que nós éramos. Agora somos nós que vamos
dizer o que somos.
Lygia Fagundes Telles, *As Meninas* (1973).

4.1. AS MULHERES E AS LETRAS: A ESCRITA FEMININA NOS JORNAIS AMAZONENSES

No alargar dos seus espaços de atuação profissional a mulher brasileira buscou a partir do século XIX a sua inserção em campos “delimitados como masculinos”, não sem antes transpor barreiras e enfrentar preconceitos e resistências. Para além dos campos masculinos descritos no capítulo anterior, temos ainda essa inserção feminina ocorrendo no campo das letras, campo este, representado pela literatura e principalmente pela imprensa.

Na verdade, há uma intrínseca relação entre literatura e imprensa quando se trata dos escritos femininos. A incursão da mulher na imprensa impulsionou o surgimento de muitas escritoras. Muitas delas ensaiaram seus primeiros passos na “carreira das letras” através da sua entrada na arena jornalística, fosse como colaboradoras ou como produtoras de jornais femininos ou não³⁷⁹. Portanto, se por um lado o trabalho de escrever em jornais representou para algumas mulheres a oportunidade de ter essa relação estreita com o mundo das letras, de dar vazão aos seus escritos, seus pensamentos e suas lutas, por outro, possibilitou galgar um importante espaço de visibilidade social na esfera pública.

No entanto, a conquista do território da escrita, da carreira das letras foi longa e difícil para as mulheres no Brasil oitocentista³⁸⁰, e, embora tenha sido umas das primeiras conquistas femininas, foi também uma das que provocou maior resistência no mundo masculino³⁸¹. No âmbito do privado, do oculto, onde, aliás, as mulheres sempre

³⁷⁹ Como exemplo, podemos citar: Nísia Floresta Brasileira Augusta (1823-1885); Júlia Lopes de Almeida (1862-1934); Narcisa Amália de Campos (1852-1924); Josefina Álvares de Azevedo; Prisciliana Duarte de Almeida; Patrícia Galvão (1910-1962) e Clarice Lispector (1925-1977).

³⁸⁰ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 409.

³⁸¹ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 10.

escreveram³⁸², a escrita lhes era permitida; Ela passou a ser contestada, vigiada e condenada a partir do momento em que a mulher começou a desnudar os seus pensamentos na esfera pública, fosse atuando na imprensa, fosse escrevendo e publicando livros³⁸³.

No Brasil, os primeiros jornais dedicados às mulheres surgiram a partir do século XIX sendo inicialmente dirigidos por homens como *O Espelho diamantino*, do Rio de Janeiro, em 1827; *O Espelho das Brasileiras*, Recife, 1831; *A Fluminense Exaltada*, 1832. O primeiro jornal verdadeiramente feminino produzido por mulheres foi o *Jornal das Senhoras* que circulou no Rio de Janeiro em 1852. O jornal que tinha o subtítulo “Modas, literatura, belas artes e crítica” fora editado por Joana Paulo Manso de Noronha³⁸⁴ e objetivava “trabalhar para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”³⁸⁵. Muitos outros com ideais feministas surgiram no mesmo período. Em 1862 surgiu o *Bello Sexo*, redigido por Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, em 1873 *O Sexo feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz em Minas Gerais³⁸⁶, no ano seguinte surgiram *O Domingo*, de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar Vellasco e

³⁸² As mulheres, desde que se livraram da “tirania do alfabeto” aprendendo-o e deslindando-o, buscaram ter uma relação estreita com o mundo da escrita. Escreveram bastante, trancadas em suas alcovas, os seus segredos e pensamentos que refletiam seu estado de alma, seus sonhos e receios em seus cadernos-goiabadas como Lygia Fagundes Telles denomina os diários e cadernos escritos por elas. Cadernos que, para a autora representam o marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira na carreira das letras. Posteriormente esses escritos evoluíram para os jornais e livros. In: TELLES, Norma. *Escritoras, Escritas e Escrituras*. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 409.

³⁸³ O primeiro romance brasileiro “*Úrsula*” de autoria da professora maranhense Maria Firmina dos Reis foi publicado em 1859. “*Úrsula, narra um romance de amor entre uma jovem, Úrsula, e um bacharel de direito, entrelaçando-o com a narrativa da vida de escravos, que guardam a lembrança da África. Na novela, a heroína é perseguida pelo vilão, no caso o tio materno, senhor de terras e escravos. Ela anseia pela viagem que a levaria para longe, para o mundo, a ponto de invejar um ex-escravo que, liberto, teria mais mobilidade do que ela. Úrsula e seu amado tentam fugir, mas são capturados. O bacharel morre, a jovem enlouquece e amaldiçoa o vilão. A maldição surte efeito e ele acaba morrendo*”. Apud: TELLES, Norma. *Escritoras, escritas e escrituras*. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 413.

³⁸⁴ Segundo informações de June Hahner, Joana Manso de Noronha era “argentina, separada de seu marido, viveu no Rio de Janeiro, onde lecionou, colaborou para jornais e publicou vários trabalhos literários”. Pelo jeito, uma mulher a frente do seu tempo. Apud: HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p 35.

³⁸⁵ Idem, *ibidem*.

³⁸⁶ *O Sexo Feminino* foi um importante agente da luta emancipacionista feminina por educação, instrução, profissionalização e voto. Foi publicado inicialmente na cidade de Campanha, Minas Gerais onde era bem sucedido tendo uma tiragem média de 800 exemplares, mas, em 1875 sua editora o transferiu para o Rio de Janeiro onde circulou por apenas um ano. Reaparece em 1887 ainda sobre a direção de Francisca Senhorinha e circula por mais dois anos. Sobre este jornal ver: NASCIMENTO, Cecília e OLIVEIRA, Bernardo. O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007:429-457.

o *Jornal das Damas*, do Rio de Janeiro. Em 1875 no Recife surgiu o *Myosotis*, de Maria Heraclita e em 1879 O *Echo das Damas* de Amélia Carolina da Silva Couto³⁸⁷. Após esse período continua intensa a publicação de mais jornais femininos/feministas por todo o país.

O momento inicial da imprensa feminina, no século XIX, segundo Buitoni, pode ser dividida em dois grupos: o “tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’ e a progressista, focada na emancipação e na igualdade de direitos entre homens e mulheres”. O primeiro grupo é formado pelos jornais produzidos por homens a partir de 1827 quando o primeiro deles, *Espelho Diamantino*, surgiu. O segundo grupo é formado a partir da publicação do *Jornal das Senhoras*, em 1852, quando as próprias mulheres assumiram a redação dos jornais e passaram a escrever sobre aquilo que a elas era pertinente³⁸⁸.

No decorrer do século XX as iniciativas de publicação de jornais e revistas femininos – efêmeros ou duradouros – aumentaram consideravelmente em todo o país. Alguns faziam a linha mais conservadora, dialogando com a suas leitoras sobre suas funções de mães, esposas e donas de casa, ratificando com isso a mentalidade positivista e eugênica acerca dos papéis “naturais da mulher”. Outros, tornaram-se o elo de ligação das mulheres com as causas do movimento feminista na medida que conscientizava-as para a luta por seus direitos. Nesse contexto, os jornais feministas desempenharam um importante papel no estímulo e na disseminação de uma nova visão entre as mulheres³⁸⁹. As primeiras manifestações expressas nos jornais femininos desta linha foi a defesa pelo direito à educação³⁹⁰ sendo seguida pelo direito à independência financeira e por conseguinte o voto.

Como exemplo dessas publicações temos a “Revista Feminina”, surgida em 1914 em São Paulo. Conforme Buitoni, esta revista é considerada um marco na imprensa especializada para mulher. Era de periodicidade mensal, com tiragem de 30.000 exemplares e distribuída nacionalmente. Continha cerca de 30 páginas, ricamente ilustradas dentro dos padrões da época e era dividida em seções

³⁸⁷ Uma análise destes jornais encontram-se em HAHNER, June. O Início da Imprensa Feminina. In: *A Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*. Op. cit.

³⁸⁸ BUITONI, Dulcília Schoeder. *Mulher de Papel*. São Paulo: Edições Loyola, 1981, p. 28.

³⁸⁹ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas*. Op. cit., p. 51

³⁹⁰ Conforme abordamos no capítulo 2.

tradicionalmente femininas, mas se diferenciava das demais por conter certo idealismo na defesa dos direitos das mulheres³⁹¹.

No Amazonas, a presença da mulher na imprensa, seja como produtora ou colaboradora, foi praticamente inexistente ao longo do século XIX ampliando-se apenas a partir do início do XX. Segundo Pinheiro, os indícios limitados sobre a idealização e produção de jornais por parte das mulheres nos leva a defender a idéia de que no Amazonas a imprensa feminina apenas de esboçou³⁹². Dos jornais produzidos pelas mulheres nenhum deles definia-se diretamente como feminista possuindo um discurso fortemente acanhado.

Data somente de 1884 a primeira experiência feminina na produção de jornais em Manaus. O jornal *Abolicionista do Amazonas*, de caráter filantrópico, era de propriedade do *Club Emancipador* e de uma *Associação Beneficente*, entidades que lutavam pela emancipação dos escravos negros da província num momento em que o país inteiro debatia sobre este assunto. A confecção do jornal era toda realizada por “mulheres da mais alta sociedade manauara” representantes da *Associação Beneficente Amazonenses Libertadoras*³⁹³.

Nesse sentido, conforme Norma Telles, o surgimento desse tipo de jornal bem como “o surgimento de sociedades e clubes femininos abolicionistas demonstra um tipo de iniciativa pública organizada que substituíra, para algumas mulheres das classes altas, as anteriores atividades filantrópicas”.³⁹⁴

O jornal *Abolicionista do Amazonas* era composto por quatro páginas, e servia como veículo de informação entre os simpatizantes da causa da abolição negra. Pelas páginas deste jornal eram discutidos medidas para dinamizar o movimento, eram feitas denúncias sobre prisões e maus tratos aos negros, informavam as vitórias da causa frente ao governo imperial e mais do que isso, ovacionavam aqueles que atendiam aos

³⁹¹ BUITONI, Dulcília Schoeder. *Mulher de Papel*. Op. cit.

³⁹² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 236-7

³⁹³ A diretoria da Associação era assim composta: D. Elisa de Faria Souto (presidente); D. Olympia Fonseca (vice-presidente); D. Philomena Amorim (1. Secretária); D. Izabel Bittencourt (2. Secretária); D. Clotilde Albuquerque (Thesoureira); D. Tertulina Moreira, Albina Sarmento, Guilhermina Faria de Souza, Maria Bessa Teixeira, Maria de Souza Lopes Ferreira, Carolina Braga, Adelina Fleury, Jovina Cabral, Carlota Baird, Evarista Moraes e Celina Hosannah (Diretoras). O Jornal também faz menção a uma outra sociedade libertadora denominada de 1º de Janeiro pertencente à Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. *O Abolicionista do Amazonas*. N° 01. Manaus, 04 de maio de 1884.

³⁹⁴ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 415.

apelos da associação e libertavam seus escravos. Comentando a realização de uma conferência popular promovida pela *Loja Maçônica Amazonas* no intuito de doutrinar e interessar o povo sobre o movimento abolicionista, escreveu o jornal:

Diversas girândolas de foguetes soltas na praça anunciaram a reunião do povo. Ocupou a Tribuna o nosso distinto amigo Sr. João Lopes Ferreira Filho, que no discurso (...) fez conhecer os invejáveis dotes intellectuaes de que dispõe; sendo por vezes alvo de repetidos applausos. Antes de terminar a conferencia, leu uma **carta de liberdade concedida sem ônus algum, pelo exm. sr. commendador Francisco Joaquim d'Amorim a sua escrava Praxedes**, em homenagem a sociedade de amazonenses libertadoras.

Está além de todo o elogio o procedimento nobre e generoso do exm. sr. commendador Francisco Joaquim d'Amorim, e ainda mais é para nós notável por ter partido de um estrangeiro. **Oxalá, o seu procedimento sirva de estímulo aos indiferentes e a sorte dos escravos.** Ao terminar a leitura da referida carta, o povo prorompeu em calorosos applausos, tocando por essa ocasião a banda de musica do “Instituto Amazonense” o Hymno Nacional.³⁹⁵

Embora as informações do catálogo “*Cem anos de Imprensa no Amazonas*”³⁹⁶, informe sobre a existência de uma coleção composta de onze exemplares do “*Abolicionista do Amazonas*” nossa pesquisa só localizou um único exemplar, o de numero 1, de 4 de maio de 1884, que está incompleto, no acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Fato que nos impossibilita uma análise mais completa sobre o referido jornal e sobre suas redatoras.

IMAGEM 19:

O JORNAL O ABOLICIONISTA DO AMAZONAS – 1884



Fonte: Abolicionista do Amazonas, nº 01. Manaus, 04 de maio de 1884. Acervo do IGHA.

³⁹⁵ *O Abolicionista do Amazonas*, nº 1. Manaus, 04 de maio de 1884. Grifo meu.

³⁹⁶ FREIRE, José Ribamar B. (Org.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. 2ª Ed. Manaus, 1990, p. 25.

Outra experiência feminina na produção de jornais no Amazonas só ocorreu alguns anos após a extinção do *Abolicionista do Amazonas*. Em 1897 a pequena cidade de Codajás³⁹⁷ no interior do Amazonas viu nascer o jornal manuscrito *A Rosa* cujo subtítulo era “órgão do partido cor de rosa” fazendo menção ao público a que era destinado.

As informações sobre *A Rosa* são poucas. Há somente um único exemplar preservado nos acervos locais, o de número quatro, que marca o seu reaparecimento na cena jornalística do Estado³⁹⁸. A publicação de quatro números representa uma média significativa para um jornal manuscrito de uma cidade pequena. Neste exemplar não há informações sobre os redatores. O jornal apenas faz menção de que eles eram “diversos”. *A Rosa* apresenta em seu conteúdo, charadas, poesias, mexericos e polemizavam com o “partido azul” na promoção de bailes pela cidade.

Também em Codajás no ano de 1909 surgiu outro jornal feminino intitulado *O Borboleta*, manuscrito, definido como “crítico e literário” dizia ser o “representante do belo sexo na luta afanosa em bem da mulher que tem sido a guiadora dos luminosos passos da humanidade”³⁹⁹. Pretendia ser número único, mas talvez uma possível receptividade tenha animado as suas redatoras para a publicação de uma nova edição, agora ilustrada, alguns dias depois.⁴⁰⁰ Nesta nova edição *O Borboleta* rebate e tece críticas contra outro jornalzinho chamado “O Malando”, do qual não conseguimos outras informações. A rivalidade entre os dois jornais fica evidente em cada linha escrita nas páginas dessa edição. “*A Borboleta* sempre viva, alegre e prazenteira, ri-se sempre do ‘Malandro’ e de sua choradeira”⁴⁰¹. Suspeitamos que o motivo que suscitou o embate tenha sido unicamente a “ousadia” na publicação d’*O Borboleta* por algumas mulheres da cidade, fato que possivelmente gerou certo desconforto masculino e acabou despertando uma “guerra de sexos” entre os dois jornais.

³⁹⁷ A pequena cidade de Codajás foi criada em 1874 e por volta de 1920 contava com uma população de 700 habitantes. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 238.

³⁹⁸ *A Rosa*, nº 4. Codajás, AM, 18 de dezembro de 1897.

³⁹⁹ *Borboleta*. Codajás, 11 de Abril de 1909.

⁴⁰⁰ *O Borboleta*, n. 1. Codajás, 11 de Abril de 1909. N. 02, 15 de abril de 1909. Cf: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Doutorado em História. PUC, São Paulo, 2001, p. 238.

⁴⁰¹ *O Borboleta*. Codajás, 15 de abril de 1909

Deus supremo espírito de sabedoria, ao criar o homem deu ao seu coração todos os sentimentos maus como: o fingimento, a hipocrisia, a vaidade, a maldade, a volubilidade, a ingratidão, a crueldade, o despotismo, a tyrania e o egoísmo. Mas, para que o mundo fosse habitável formou o coração da mulher com todos os sentimentos nobres taes como: o amor, a amizade, a sinceridade, a modéstia, a bondade, a firmeza, a confiança, a submissão, a dedicação e a generosidade.

⁴⁰²

O Borboleta tinha como colaboradoras “diversas moças do meio social”⁴⁰³ da cidade, e embora preferissem o anonimato, mesmo assim, alguns nomes aparecem na assinatura dos artigos: Haydé, Antonietta e Ailema Airam (Maria Amélia) que assinou o artigo de confronto com “o sexo forte” do segundo número.

Neste mesmo ano dois outros jornais foram produzidos em Manaus para representar os pensamentos femininos. O primeiro deles, *O Amôr*⁴⁰⁴, também manuscrito⁴⁰⁵, era editado pelas alunas da Escola Normal e retratava o cotidiano juvenil dentro (e fora) da escola. Pelas suas páginas, as normalistas “podiam dar vazão aos devaneios juvenis, insinuar-se aos rapazes que lhe caíam no gosto, mandar recados codificados àqueles que sonhavam um dia entregar o coração no altar e principalmente comentar as paixões das colegas confidentes”⁴⁰⁶. A direção d’*O Amôr* ficava a cargo de Alcina Lima Verde e a redação era composta por Violeta, Ana de Briza e de um jovem chamado Tetê. Para um jornal feminino e manuscrito *O Amor* alcançou relativa longevidade, já que manteve-se por mais de um ano. No entanto, o único exemplar recuperado em nossa pesquisa é o de número nove.

O segundo, *O Grêmio*, “Órgão do Grêmio Familiar Amazonense”, foi sem dúvida alguma o mais importante jornal feminino produzido exclusivamente por mulheres no Amazonas por imprimir uma linguagem mais próxima ao conteúdo feminista de emancipação da mulher. Era um jornal impresso, com formato 36x 26,5 cm, contendo quatro colunas em quatro páginas. *O Grêmio*, pretendia ser uma publicação mensal, no entanto, só saiu a público duas vezes: a primeira edição em 5 de

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ *O Borboleta*, n. 1. Codajás, 11 de Abril de 1909.

⁴⁰⁴ Fundado em 16 de abril de 1909.

⁴⁰⁵ Segundo Pinheiro, a presença insistente dos jornais manuscritos ou datilografados no Amazonas parece traduzir tanto uma situação de tímido desenvolvimento socioeconômico, onde a ausência de capitais se impôs como uma barreira efetiva, quanto a vontade incontida tanto de grupos, quanto de indivíduos, que mesmo privados de recursos, buscaram um caminho alternativo para mostra-se ao mundo e intervir no contexto social. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit.

⁴⁰⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 241.

setembro de 1909 e a segunda somente 10 meses depois, em 10 de julho de 1910. Contava com diversas colaboradoras – todas elas sócias do Grêmio Familiar Amazonense, por exigência – entre elas Mathilde Neves e Mello de Mattos Areosa⁴⁰⁷ (que também publicava contos e poesias nos jornais diários de Manaus), Calíope, Themis, Amazonina, Polymnia, Nice, Olívia Canuto. Outras preferiam o anonimato e assinavam através de epítetos: Nêne, Clio, Lily of The Valery ou usando apenas suas iniciais⁴⁰⁸.

IMAGEM 20:
MATHILDE DE MATTOS AREOSA – 1932



Revista Redempção. Suplemento especial. Manaus, 02/11/1932.

Como mencionado no capítulo dois, *O Grêmio* advogou na luta pela educação da mulher. No seu artigo de apresentação diz claramente ser este o seu objetivo: “A nossa humilde missão na imprensa indígena é despertar o estímulo das boas amigas e caras

⁴⁰⁷ Portuguesa de Coimbra, viveu em Manaus durante longos anos. Abrilhou o Amazonas com suas poesias e contos. Morreu na sua cidade natal em 1917. *Revista Redempção*. Suplemento especial, 02/11/1932.

⁴⁰⁸ A própria Mathilde Areosa em alguns artigos escondia-se através de suas iniciais. No artigo *Avante!*, por exemplo, assinou apenas M. A.

consocias nos trabalhos intellectuais onde se aperfeiçoa a intelligencia e se prepara o coração para sentir melhor (...)"⁴⁰⁹

De fato, a análise deste jornal nos oferece muitos elementos compatíveis com a luta pela instrução feminina presente em vários jornais produzidos por mulheres no país inteiro. Estava claro que somente com uma instrução mais completa elas conseguiriam se libertar “das prisões obscurantistas e colocar-se na posição a que tinham direito, na esperança de um povir que traria também a sua glória”⁴¹⁰. A ‘posição’, a qual mencionam entendemos tratar-se de educação formal e direito à uma profissão remunerada. Estariam as redatoras do jornal contribuindo para o reconhecimento do valor da mulher através da conquista desses direitos. Esta pretensão fica evidente no artigo *Avante!*

(...) a nós, poderá ser concedido um dia o louro da victória por termos cooperado com o desenvolvimento intellectual da mulher, nesta tão nova e florescente cidade. Veremos assim coroada a grande somma de esforços, que empregamos, acompanhada de uma boa vontade sem igual.

Mas ainda temos muito, mais muito a fazer e este esforço traduz apenas um pequeno preparativo para jornada mais longa que logo será empreendida (...)

Esforcemo-n’os, por que o esforço tudo vence. Só a idéia do impossível que é a condição do desanimo nos fará recuar (...)⁴¹¹

Neste mesmo artigo, Mathilde Areosa considera que a distinção entre os homens e as mulheres dá-se muito mais por questões sociais do que biológicas fazendo com que os homens sejam capazes de resolver os múltiplos problemas do cotidiano e as mulheres acovardem-se diante deles achando impossível enfrentá-los⁴¹². Para a autora do artigo a superação para tal atitude viria apenas com a aquisição (e o cultivo) de uma cultura intelectual que se fazia necessária.

A intelligência e a comprehensão da mulher, estão em correlação equitativa com a do homem, sendo porém a deste mais cultivada.

O homem tem mais força de vontade e o seu ideal é mais elevado porque elle sonha com o que é grande, sublime e glorioso; trabalha, lucta, pensa, emprega inauditos esforços, para a resolução dos problemas que lhe apresentam ao pensamento, até encontrar a solução exacta, e assim torna-se superior; problemas estes que a mulher talvez só em delles ouvir falar os considera logo impossíveis.

⁴⁰⁹ *O Grêmio*, n 1. Manaus, 05 de setembro de 1909.

⁴¹⁰ *Idem*.

⁴¹¹ *Idem*.

⁴¹² Apud: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 243

Por que?

Pela falta de compreensão, pela falta de reflexão, pela falta de orientação? Não, mas pela ausência da cultura intelectual necessária.⁴¹³

Com seu discurso, Mathilde Areosa conclamava as mulheres amazonenses ao cultivo de sua inteligência seja através das oportunidades surgidas e a surgir, seja através da coragem de lutar e se deixar atingir por esse ideal. Era preciso que suas leitoras entendessem o verdadeiro significado do desenvolvimento intelectual que pregava o jornal.

Temos exemplos vivos na América do norte, em alguns países da Europa e mesmo no sul de nosso país, em mulheres munidas de diplomas, desenvolvem as suas diversas actividades, provando desta forma que suas intelligencias foram desenvolvidas e aperfeiçoadas, dando em resultado o que sabemos. Já vemos que as intelligências estão equiparadas, faltando-nos apenas o cultivo e no dia em o tivermos, nesse dia será feita a emancipação da mulher.

– Manaus tem verdadeiros talentos, tanto para as letras como para as Bellas-artes; no entretanto, homisiam-se em casa, quedam-se em um indifferentismo lastimável, sem dar publico testemunho de seu valor.

Não apparecem, não nos estimulam, afim de que nossa capital não se torne tão lugrube, monótona, como é pela falta de brilho intellectual feminino e mesmo para que as nossas gentis patrícias dos outros estados, não nos façam inveja, não nos considerem aquém de seus merecimentos.⁴¹⁴

No seu segundo número, num artigo assinado por Amélia Santos, O Grêmio faz uma pequena homenagem às mulheres ilustres que abrilhantaram o mundo com sua inteligência e coragem em várias épocas da História. São mencionados nomes como os da poetisa Catharina de Alexandria, Maria Stuart, Joana D'Arc e as literatas Narcisa Amália de Campos, Julia Lopes de Almeida entre outras. A autora diz-se entusiasmada pois naquele momento outros exemplos estão a surgir principalmente por que

(...) Felizmente a mulher vai deixando de ser uma ostentação de belleza plástica dos salões, para collocar-se pela cultura intelectual no estudo de problemas que dizem respeito á communhão social.

Vê-se hoje, com admiração de muitos, o elevado numero de moças que frequentam os cursos secundários e superiores dos principaes estabelecimentos de instrucção de Manáos.

São estes os primeiros ensaios da elevação e grandeza da mulher.

Preza aos céos que um raio de sol as illumine e Deus, dos arcanos de sua maravilhosa sabedoria, as proteja para o bem e gloria da humanidade.⁴¹⁵

⁴¹³ *O Grêmio*, n 1. Manaus, 05 de setembro de 1909.

⁴¹⁴ *Idem*.

⁴¹⁵ *O Grêmio*, n 2. Manaus, 10 de Julho de 1910.

Dessa forma, a educação apregoada pelo O Grêmio e por muitos outros jornais femininos e feministas era entendido como a mais importante ferramenta da libertação feminina, capaz de transformar a vida das mulheres que melhor soubessem oportunizar os espaços abertos por ela ⁴¹⁶.

No entanto, o discurso do jornal revela-se ambíguo, pois ao mesmo tempo em que defendia a equiparação dos direitos das mulheres frente aos dos homens sendo favorável à emancipação feminina, reiterava o discurso religioso e positivista do verdadeiro papel da mulher. No tocante a educação, por exemplo, num de seus artigos denominado de *A Conquista* reitera o objetivo da educação feminina para a formação dos filhos: “mais tarde seremos mães de família, teremos de educar cidadãos para a pátria e para isso é mister que estejamos aparelhadas para uma tarefa tão árdua, tão difícil”⁴¹⁷. Em outro artigo, na mesma edição, ao comentar sobre a trágica morte de Euclides da Cunha, a redatora Calíope, vangloria o escritor e menospreza sua mulher por considerá-la culpada pela tragédia. Culpada, por ter se desviado de seus papéis de esposa e de mãe de família e de ter sucumbido aos apelos da carne ao envolver-se com outro homem, mais jovem e autor do homicídio.

(...) Entristece-me sobremodo a cauza desse homicídio; peza-me bastante, quando lembro que de que foi a sua mulher, a sua companheira, a deusa do seu lar, a causadora dessa desgraça.

Nessa mulher o glorioso escritor depositara todas as suas alegrias, todos os seus esforços, todas as suas glórias, todos os seus sonhos de ouro, sonhos que ela lhe deu e que depois arrancou.

Nela estava depozitada a sua honra, a honra de seus filhos queridos, desses ófans que hontem eram tão felizes e que hoje baixarão a cabeça envergonhados de um tão triste acontecimento (...)

(...) No entanto, a infeliz é ela que desapareceu da sociedade e desaparecerá do mundo como um animal qualquer, sem prestígio algum; e ele oh! Esse deixa a saudade no coração dos que o conheceram e nas pájinas da História um rastro luminoso que nunca se apagará.⁴¹⁸

Se por um lado a presença de mulheres foi mais tímida na confecção dos jornais femininos e inexistente nos cargos de direção e redação dos grandes jornais diários – pelo menos até o período estudado –, a sua participação enquanto “*gentis colaboradoras*”, foi mais intensa embora restrita sempre a algumas seções como a

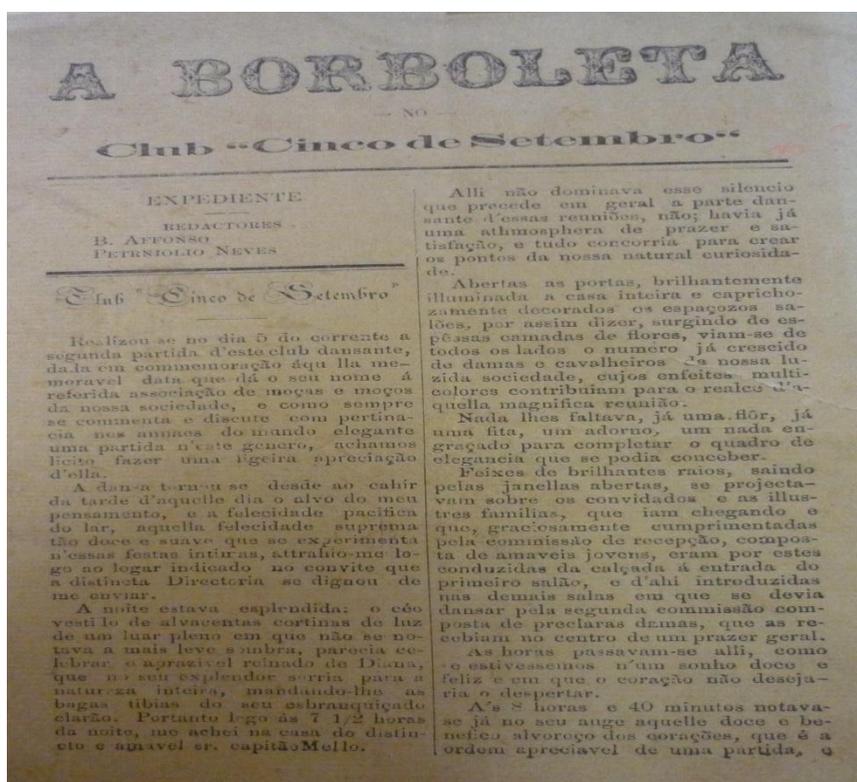
⁴¹⁶ Apud: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 243

⁴¹⁷ *O Grêmio*, n 1. Manaus, 05 de setembro de 1909.

⁴¹⁸ Idem.

crônica social, editoriais de moda, páginas literárias e de variedades. Tanto nas pequenas ou modestas folhas ou nos grandes jornais entre eles os diários, era ali que elas se encontravam vendo “seus poemas, sonetos e despreziosas crônicas da vida mundana ganhar as páginas dos jornais”⁴¹⁹, imprimindo de forma diminuta suas impressões sobre o seu, também diminuto, espaço de atuação e circulação. Como sugere Buitoni, “a imprensa feminina configurou-se como um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, principalmente no campo das produções menores”.⁴²⁰

IMAGEM 21:
JORNAL A BORBOLETA – 1892



Fonte: *A Borboleta*. Manaus, 1892. Acervo do IGHA.

Algumas dessas folhas que recebiam colaboração feminina eram dedicadas a elas, embora produzidos por homens, como era o caso do *A Borboleta*, de 1892, que entre os seus colaboradores contava com a senhorinha Silva e Umbelina Calazans⁴²¹, ou

⁴¹⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 241

⁴²⁰ BUITONI, Dulcília Schoeder. *Imprensa Feminina*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990. p.40.

⁴²¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 241

do *Terpsichore*, de 1909. Este último, na sua única edição⁴²², faz referência a um futuro jornal literário intitulado “*O Postal*” que também seria dedicado ao sexo feminino e com a colaboração delas, sendo produzido por dois importantes intelectuais de nossa cidade, cujos nomes a nota não informa⁴²³. Ainda neste mesmo viés, *O Jornal das Moças*, de 1926, pautava-se por ser um “registro quinzenal do pensamento moço dos amazônidas”. Apresentava um conteúdo bem variado, com espaço para poesias, contos, mexericos, informes, crônica social e artigos sobre assuntos diversos. Sua publicação partiu da iniciativa de Antovilo Vieira, Hilton Santos e Aldo Moraes. Infelizmente, devido ao fato de só termos localizado o seu segundo número e de suas páginas estarem incompletas⁴²⁴, não temos uma dimensão maior da colaboração feminina nesta revista.

IMAGEM 22:
JORNAL DAS MOÇAS – 1926



Fonte: *Jornal das Moças*. Manaus, 1926. Acervo do IGHA.

⁴²² *Terpsichore*. Nº 01 Manaus, 13 de fevereiro de 1909.

⁴²³ Não foi encontrado nenhum exemplar do referido jornal nos arquivos. Portanto, não sabemos se ele foi publicado realmente ou se não passou apenas de uma tentativa que foi frustrada.

⁴²⁴ Data de 31 de agosto de 1926. Das 24 páginas contidas nesta segunda edição, segundo informações da própria revista, apenas algumas foram preservadas.

Em 1906 foi produzido um *Polyanthéa* em comemoração a formatura dos alunos da Escola Normal naquele ano. Em maioria, as formandas e outras alunas da mesma escola colaboraram na produção do jornal com artigos que discutiam sobre educação, instrução e papel do professor na sociedade. Nada que estivesse próximo às questões de cunho feminista. Muito pelo contrario, todos os artigos tinham como característica uma linguagem assexuada. A exceção se faz no artigo de Juventina Pires denominado de *A mulher*⁴²⁵. Muito embora seu discurso trate de questões pertinentes ao seu sexo, ele incorpora um tom conservador e positivista que reitera os papéis naturais da mulher. O ensino é entendido como missão e o magistério como a profissão compatível com a natureza feminina.

Completam hoje as minhas collegas o seu árduo tirocínio escolar e vão encetar este caminho não menos árduo, porem, honroso e o mais nobre que a mulher póde cumprir: o ensino.

Vão praticar a delicada missão da mulher – semear luzes para que a humanidade colha flores.⁴²⁶

Reitera ainda que a qualificação feminina servia para “moldar” a mulher que se queria para mãe e principalmente educadora das novas gerações:

Não ides trabalhar para vós; vossa obra não terá applausos, mas bem vedes, a recompensa é indiscutível e preciosissima. Sou mulher, e, como tal, só desejo para meu sexo o mais honroso papel social e não julgo que haja nada mais honroso e elevado que o ser educadora e mãe. Como mãe, é educadora poderosa; como educadora é a mãe poderosa da sociedade. Para isso ella precisa ter luzes, intelligencia culta, coração bem formado.⁴²⁷

Embora não possa se enquadrar nos modelos de revista feminina, a importante *Revista Redenção*⁴²⁸ desde o seu início em 1922, flertava com o público feminino. Tentando atrair as “gentis leitoras”, público em ascensão no período, admitiu em sua estrutura representantes do “belo sexo” que colaboravam com a produção de artigos que tratavam particularmente do universo feminino, ou ainda, submetiam seus poemas e poesias para publicação na revista. Nesse sentido, a *Revista Redenção* destacou-se pela intensa participação deste sexo nas suas duas fases.

⁴²⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 241

⁴²⁶ *Polyanthéa*. Manaus, 21 de Novembro de 1906.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ A *Revista Redenção* de propriedade de Clovis Barbosa teve duas fases distintas: a primeira de 1924-1927 tirando 14 números mais 2 edições especiais; e a segunda de 1931-1932 com 32 números e um suplemento especial.

Na primeira fase, a colaboração dava-se principalmente a partir da coluna *Chronica Feminina* presente em todas as edições e na segunda fase através da sessão denominada de “*Jornal Fútil*”. Aliada a essas duas colunas, outras colaborações femininas preencheram esporadicamente a revista em todo o seu período de circulação⁴²⁹.

À frente da *Chrônica Feminina* estiveram Olivia Canuto Torres (edição 05/06 de março/abril de 1925) que já havia colaborado em outros jornais entre eles *O Paládio* e *o Grêmio*; Yvone (edição 11 de julho de 1926) que acredito ser a mesma que colaborava no jornal diário *Folha do Amazonas*, em 1910, escrevendo basicamente sobre Moda; e Anticléa⁴³⁰ que assinou a referida sessão na maioria das edições publicadas.

A coluna *Chronica Feminina* retratava assuntos bem particulares do universo feminino como comportamento e moda, por exemplo. Era onde, segundo a cronista Anticléa, se encontrava o riso, a graça, a futilidade, a irreverência e a crítica. Crítica esta que feria, mas não matava; perturbava, mas não atingiam⁴³¹. De fato, pelo menos em três edições cujo tema era a moda, a crítica se fazia bem presente. Na edição número 05 de março de 1915, Olivia Canuto revela-se preocupada com as novas tendências da moda naquela época que poderiam influenciar o comportamento feminino: “o exagero do traje feminino faz, actualmente, transparecer uma anciedade febril de exibição como se fora um extravio da consciência moral da civilização dos povos”⁴³².

Os novos trajes adotados pelas mulheres eram acusados de lhe retirar a “graça”, mas a dimensão disso era maior: poderia influenciar na mudança de comportamento das mulheres uma vez que os valores eram postos à prova. Foi sobre isso que escreveu Anticléa na edição de agosto de 1926. Na fala da articulista podemos perceber uma extrema condenação ao que muitos entendiam como sendo resultado do “progresso” que

⁴²⁹ A saber: Maria Sabina de Albuquerque, poetisa carioca, colaborou na *Revista Redempção* nos seguintes números: no n. 13 de 1927 quando transcreveu trechos do livro *Alma tropical* (O salto da cachoeira grande) e com poesias nas edições n° 21 (23/05/1931) e n° 26 (27/06/1931); Berenice Martins Prates com o poema *Nós* (edição 05/06 março/abril de 1925); Miryam Moraes com *Rustico* na página feminina (Ed. 08 de 1925) e com o ensaio *Meu Budha* (ed 02 jan de 1931; *Mulatinha Coelho* (Ed 12 dez 1926); *Kilde Veras* em o milagre das estrelas (Ed 04 de 1931)

⁴³⁰ Resta-nos uma dúvida acerca da sexualidade desta articulista. Não foi possível precisar se Anticlea realmente era mulher ou se era apenas um pseudônimo feminino utilizado por um homem; na edição n. 04 (fevereiro de 1925) ao falar sobre a morte de uma importante professora da cidade, sua escrita revela sobre si adjetivos masculinos como “surpreso”, “maravilhado”.

⁴³¹ *Revista Redempção*. Edição n° 04 fevereiro de 1925.

⁴³² *Revista Redempção*. Edição n° 05-06. Manaus Março/Abril de 1925. Este tema também era objeto de críticas e preocupações por diversos jornais e revista do período como veremos posteriormente.

circundava o período, além de uma nostalgia às gerações anteriores como referência de dignidade, respeito e sensatez.

Progresso, isto? você chama a essa completa dissolução de costumes, progresso? Ora francamente é lamentável que uma mulher chegue ao ponto em que você chegou de aceitar, não só aceitar, mas elogiar com altos brados de entusiasmo, os meios pelos quaes vimos cantando adiantamento de civilização. Não se illuda. Nós caminhamos para um regresso e um feio regresso...

A mulher com a nova moda do smoking, abandonou o último vestígio da graça, aquella graça feminina tão simples, tão dellicada, que vestiu as nossas avós e as decantadas heroínas de tempos idos

(...) não precisávamos da demasia das saias compridas, afogados decótes e apertadas mangas. Bastava o meio termo de tudo isso. E a graça ficava intacta, e o pudor mantinha-se no lugar merecido, e a mulher reinava verdadeiramente bella, porque verdadeiramente a mulher seria respeitada, seria glorificada (...)

⁴³³

Podemos perceber ainda que ela culpa a própria mulher pela sua condição naquele momento: se os homens faziam “troça” delas, não mais as respeitavam como antes, era culpa das novas convicções e atitudes femininas. Ela externava preocupação com a continuidade dessas mudanças que seriam fatais para as mulheres caso elas não retrocedessem.

Veja, analyse, sinta a linguagem que os homens, nos dias actuaes, vêm usando para com as mulheres . O seu corpo não estremece, a sua dignidade não se revolta diante de tão baixos conceitos e duras opiniões? Ah! Minha amiga, pensar que não temos direito a protesto!...

A accusação cada vez mais se alevanta, o desrespeito, dia a dia, campeia, a maldade augmenta, a paixão perversa... E **a mulher caminha para o abysmo, despreendida de uma vez que grite: pára!** Desamparada de uma alma caridosa que lhe embargue os passos, de um sentimento que a commova, porque **o pudor foi banido, o respeito abandonado, alvitada a dignidade, porque pela sua vontade consciente, ella desceu do pedestal que lhe havia erguido o próprio homem que hoje a accusa, para vir cá em baixo cavar o abysmo profundo...** e você ainda diz que tudo isto é progresso?

Não pode existir progresso com tantas e tamanhas baixezas, fique certa. Progresso existe no sentimento, nos actos, na vida de cada um, desde que esse sentimento, esses actos, essa vida, tenham um ideal nobre, visem um aperfeiçoamento completo que nos adiante a intelligencia de um modo absoluto, que nos modifique os hábitos e costumes para costumes e hábitos melhores e não hábitos e costumes que aviltam, que humilham e que nos põe, emfim, numa condição tão inferior e tão retrograda.⁴³⁴

⁴³³ *Revista Redempção*. Edição especial. Agosto de 1926.

⁴³⁴ Idem. Grifos nossos.

Em outro artigo, Anticléa julga impróprio e inadmissível a nova moda de corte de cabelos *à la garçonne* ou *raspados à inglesa* adotados por muitas mulheres naquele período, inclusive pelas “mulheres de vida fácil”. Por ser uma moda “vulgar e popular” favorecia a degradação da mulher de respeito.

Por toda a parte, enfim a mesma loucura, o mesmo ridículo, idêntica mania dominando a um tempo todas as descendentes de Eva. Moças e velhas, solteiras e casadas, loiras e morenas...

Não há mais diferença, não há mais distinção entre umas e outras. Todas se parecem, quase se confundem.⁴³⁵

O detalhe que transparece nas crônicas sobre moda e comportamento é que Paris, a exemplo do que ocorreu a partir do final do século XIX, continuou a ser o grande referencial de requinte, sofisticação e bom gosto. Ditando moda ou criticando o que não lhe agradava, o modelo parisiense tendia a ser copiado em toda a sua dimensão principalmente pelas “senhoras da boa sociedade”. Para os seguidores desse modelo a idéia reinante era a de que “apesar de existir [hoje] no mundo civilizado outros centros de elegância nota-se em todos eles menos brilho. Nenhum deles tem como Paris, o dom de formar mulheres fascindoras”.⁴³⁶

Na segunda fase de Redenção surgiu a coluna entitulado “*suplemento Jornal Fútil*”, com conteúdo exclusivamente dedicado às mulheres, porém produzidos por homens, mas que algumas vezes contou com a colaboração de representantes do sexo feminino. Essas colaborações estiveram restritas à poesias e contos mas o *suplemento* falava de moda, receitas culinárias e normas comportamentais ditas femininas, que ali se apresentavam como modelares⁴³⁷. O primeiro número aparece na edição 09, de fevereiro de 1931 e o último, o número 05 está na edição 20, de maio do mesmo ano. Sua redação era resguardada uma vez que a assinatura dos artigos era feita apenas pelas iniciais H, C e Mary. Em tom de galhofa diziam só “aceitar colaboração de moça feia e publicar somente clichês de gente bonita”.⁴³⁸

⁴³⁵ Revista Redenção. Edição n. 03. Manaus, janeiro de 1925.

⁴³⁶ Revista Redenção. Edição n. 05-06. Manaus, março/abril de 1925.

⁴³⁷ CORREIA, Fabiana Libório. *Janelas do Mundo: As revistas de Variedades de Manaus (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010.

⁴³⁸ Suplemento do *Jornal Fútil*. n.º 03. Revista Redenção. Edição n. 11. Manaus, março de 1931.

O fato de o suplemento dizer que “era emancipado de *Redenção*, de ser independente dela e fazer oposição às suas páginas de literatura pesada”⁴³⁹, parece-nos uma tentativa de reiterar uma suposta inferioridade intelectual feminina, uma vez que ao invés de conteúdos “pesados” apresentava conteúdos amenos, de fácil compreensão e “artigos ‘doutrinários’ com vistas ao ensinamento de hábitos refinados e de informações úteis para o bom funcionamento do lar.”⁴⁴⁰

Na edição nº 04 o suplemento *Jornal Fútil* apresenta os primeiros versos da poetisa e professora normalista Marysa Correia que usava o pseudônimo Rosaura Marília. Marysa foi um importante nome no cenário literário local na década de 1930.

Outra importante revista do período que usou a mesma tática de flertar com o público feminino foi a revista *O Rionegrino*⁴⁴¹. Surgida a 27 de fevereiro de 1922, era no seu início uma publicação restrita aos eventos carnavalescos e de circulação interna destinada aos sócios do tradicional clube esportivo da cidade *Atlético Rio Negro Clube*. No entanto com o decorrer do tempo a revista foi se modificando e se configurando como uma verdadeira revista de variedades, passando a ter periodicidade mensal e sendo comercializada ao público em geral.⁴⁴²

Fabiana Libório Correia observa que *O Rionegrino* pretendia sempre se identificar com o público feminino haja vista que tanto nas suas capas como por toda a revista eram estampadas imagens das senhoras e jovens de famílias tradicionais da elite manauara. Nas colunas sociais, elas eram sempre o alvo, referendadas pela sua postura, requinte, beleza e talento artístico.

Contudo, a autora chama a atenção para as temáticas femininas discutidas nas páginas da revista que geralmente apresentavam uma tendência conservadora e privilegiavam a preservação de uma moral tradicionalista, reforçando a imagética da mulher como frívola e frágil, mas também da filha atenciosa, da mãe dedicada e,

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 236.

⁴⁴¹ Sobre esta revista temos dois interessantes trabalhos. Cf: BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. *Representações da Sociedade Manauara a Partir da Revista O Rionegrino (1922-1940)*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. Manaus: LHIA/UFAM, 2005; CORREIA, Fabiana Libório. *Janelas do Mundo: As revistas de Variedades de Manaus. (1900-1950)* Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010.

⁴⁴² CORREIA, Fabiana Libório. *Janelas do Mundo: As revistas de Variedades de Manaus*. Op. cit.

sobretudo, esposa submissa⁴⁴³. Vale ressaltar que essa não era uma tendência exclusiva da *Rionegrino*, mas uma postura encontrada na maioria dos jornais e revistas de Manaus.

Mesmo assim, à luz de nossa avaliação *O Rionegrino* tem uma importância fundamental para a História das Mulheres amazonenses, pois oportunizou espaços para seus pensamentos e para a sua projeção. No final da década de 1920 as primeiras colaborações femininas aparecem na revista com o objetivo de aperfeiçoar as colunas à elas direcionadas. Mapeamos a presença de algumas, entre elas duas importantes figuras do cenário feminino manauara: Rosália Beatriz e a poetisa Violeta Branca⁴⁴⁴.

IMAGEM 23:
ROSÁLIA BEATRIZ – 1929



Fonte: *O Rionegrino*. Manaus, 1929.

A contratação de Rosália Beatriz como cronista d'*O Rionegrino* assinala um momento bem interessante para a revista e para as próprias mulheres. Suas crônicas

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Além destas citadas, temos também contribuições esporádicas ou às vezes única na referida revista: Anna Pereira, Miryam Moraes, Mercedes da Silveira Pamplona, Nysia Netto geralmente aventurando-se no campo literário.

falavam geralmente sobre sentimentos, dilemas emocionais e afetivos, além de outras questões próprios do universo feminino, que introduzem inegavelmente um tom mais moderno e até mesmo ousado diante das mulheres, mesmo diante da tradicional visão conservadora da revista⁴⁴⁵. Para ter certeza disso basta analisar o conteúdo produzido por ela em cinco edições entre os anos de 1929 e 1930⁴⁴⁶ onde ela buscava uma maior interação com o público feminino.

Nas suas duas primeiras crônicas ela reproduz algo comum nas seções femininas das várias revistas do período: o de responder cartas de amigas ou leitoras sobre o que lhes afligia. Na primeira, denominada “Conselhos” ela fala a uma jovem que, alimentando um sentimento por um certo rapaz e não sabendo como se portar, vai em busca de seus conselhos. A resposta de Rosália publicada em forma de artigo mostra uma mulher ousada, experiente e que acima de tudo parecia não temer e desejava ultrapassar os preconceitos e estigmas em voga.

Por muito inexperiente, uma mulher, não creio que desconheça, de um modo absoluto, os sentimentos que aspira.

Desse rapaz que você me fala, pode-se concluir muitas suposições.

Se você ignora que seja amor o sentimento que faz o seu jovem poeta entreter-se com você, pelo menos a minha amiga sabe que ele a corteja.

Se quer bem a esse rapaz, seja um pouquinho astuciosa.

Não suspire. Não olhe tanto as estrelas.

O romântico cortejar de outras eras, é hoje substituído por uma boa camaradagem, alguém o disse e disse bem.

Não pense que o seu poeta é um príncipe encantado, senão um homem, simplesmente um homem, com as qualidades e todos os defeitos do sexo.

Uma mulher romântica, nos dias atuais, torna-se enfadonha.

Não resta dúvidas que o “flerte” existe entre você e seu amigo.

Ele, talvez, esteja achando delicioso só isso. Há homens assim. Alguns por timidez, outros por mero prazer espiritual, ainda outros para fugirem de responsabilidades e outros ainda por verdadeira mania.

Mas, se aos tímidos, aos espirituais, aos prudentes, e aos maníacos, uma mulher astuciosa souber prendê-los seriamente nos seus encantos, o tímido falará, eloqüentemente, o espiritual dirá que “um lar..., uma mulher..., um choro de criança... e... uma sogra...”, não são, afinal de contas, coisas muito burguesas. Dos prudentes, conhecemos casos de verdadeiros triunfos, e os maníacos serão os primeiros a declarar o “flerte” é nocivo a sociedade.

⁴⁴⁵ CORREA, Fabiana Libório. *Janelas do Mundo*. Op. cit., p. 111.

⁴⁴⁶ A saber: “Conselho” na edição n. 08 (maio de 1929); “Da Beleza da Mulher”, edição n. 09 (junho de 1929); “A uma noiva desiludida”, edição n.10 (julho de 1929); “Carta Bilhete” edição n.12 (setembro de 1929); “Consolação”, edição n. 15 (janeiro de 1930).

(...) o seu “flirt” porém é um rapaz gentilíssimo o que me faz supor que um pequenino esforço da minha amiga fará como tanto deseja, o poeta declarar-se positivamente

Sei que tem medo do fracasso da astúcia. Em certo ponto tal receio tem sua razão de ser. Entretanto, você precisa agir (...)

Desassosegado o coração, há dois caminhos a conhecer: procurar conhecer, claramente, quais são as intenções desse rapaz ou se afastar enquanto é tempo.⁴⁴⁷

Na segunda crônica, respondendo “a uma noiva desiludida”⁴⁴⁸, Rosália Beatriz tenta através de suas palavras amenizar o sofrimento de uma moça que as vésperas do casamento sofre uma desilusão com seu noivo. A noiva, pelo que subteende-se na crônica, tinha aspirações românticas demais para com o casamento e lamentava não sentir o mesmo no seu consorte, não entendendo o seu comportamento. Rosália Beatriz embora compreendendo o sofrimento da “amiga” e dizendo que não é comum para a mulher “renunciar depressa as suas aspirações oriundas de uma sentimento nobilitante”, sugere mudanças em seu comportamento, pois “os homens estão fugindo das mulheres sentimentais”. Com esse pensamento a cronista também indicava a necessidade de mudanças no comportamento feminino em relação com o homem. Pois, segundo ela,

Aquelles que prestam a atenção a uma mulher que tenha um pouco de sonho, acabam com o teu bardo: insolentes, autoritários. Eis tudo. Eis o que penso desses rapazes que revestindo a capa de galantes cavalleiros d’antanho fingindo idealizar figurinhas gentis como se fossem aquellas antigas castellãs de cabelo de ouro que viviam pelo amor do seu amor, escondem péssimos princípios⁴⁴⁹.

Esse comportamento então, próprio dos homens, não deveria consistir num flagelo feminino. Era preciso saber conviver com isso e tirar lições dos sofrimentos vividos.

Felizmente, tu agora o reconheces; mas, foi a preço de teus melhores sentimentos a realidade que tens hoje, das cousas da vida.

Volta, pois, ás reflexões ponderadas

Os homens valem pelos actos que cometem.

O homem delicado, mil acções differentes dizem o que elle é, como o homem desabusado trahe-se nas mais primorosas gentilezas.

Cabe estimular nossa argúcia nesse sentido.

⁴⁴⁷ *O Rionegrino*, nº 8. Manaus, maio de 1929.

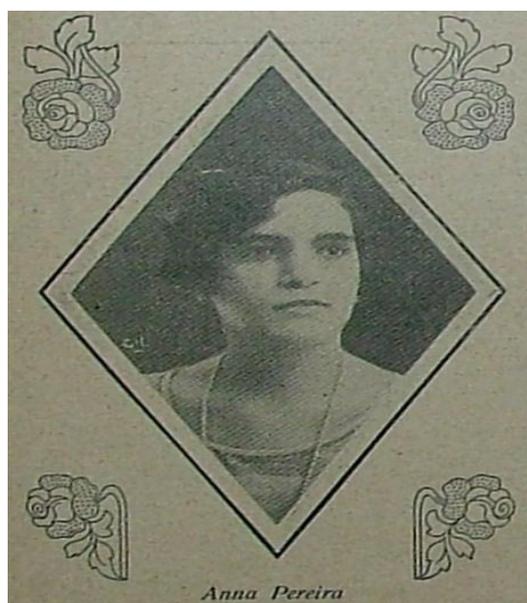
⁴⁴⁸ *O Rionegrino*, nº 10. Manaus, julho de 1929.

⁴⁴⁹ *Idem*.

Essas cousas, no geral, aprende-se a custo de muito soffrer. Não faz mal. Depois vem a verdadeira compensação, aquella que nós, mulheres, recebemos do nosso espírito, do nosso próprio valor, onde o egoísmo masculino não tem imagem porque delle soubemos compreender as maldades⁴⁵⁰.

Além da *Revista Rionegrino*, Rosália Beatriz que morava no Rio Grande do Sul, também colaborava com outros jornais e revistas de Manaus e do Rio de Janeiro. Na edição de número 14 (Novembro/1927) a *Revista Redenção* anuncia para o seu número seguinte a participação da cronista na publicação de crônicas fulgurantes denominadas de “cartas gaúchas”. No entanto, a participação não ocorreu porque esta revista deixou de circular exatamente nesta edição, voltando a circular somente no ano de 1931.

IMAGEM 24:
ANNA PEREIRA – 1929



Fonte: *O Rionegrino*. Manaus, 1929.

O artigo “Miss Frivolidade”⁴⁵¹ de Anna Pereira, que colaborou no *Rionegrino* também no ano de 1929, é na verdade uma crítica a um novo perfil feminino surgido a partir do início do século XX. A mulher frívola, ou melindrosa, resultado da modernidade, era aquela extremamente preocupada com a aparência e com as coisas mundanas. Vivia para o flerte e não se preocupava com o futuro, com a maternidade, com educação e trabalho. Este “modelo” feminino passou a ser objeto de acirradas

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ *O Rionegrino*, nº 10. Manaus, julho de 1929.

críticas na sociedade e combatidas por alguns segmentos da imprensa como veremos mais adiante.

Outra importante colaboradora d'*O Rionegrino* foi a jovem poetisa Violeta Branca. Seus primeiros poemas foram publicados na revista quando ela ainda contava com 14 anos idade. Embora muito jovem, seus poemas demonstravam certa maturidade e desprendimento com relação aos temas que abordava. Temas como o universo amazônico e seus mistérios, a ânsia pela vida e pela liberdade, o amor e a sensualidade, temas ousado para a mulher da época, estão presentes na poesia de Violeta Branca⁴⁵²:

Quando me olhas com o teu olhar velado,
 Meu amado,
 Meu coração apressadamente palpita
 E eu não sei si me invade uma alegria muito grande
 Ou uma dor infinita.
 O teu olhar tem qualquer cousa de sublime,
 Qualquer cousa que me opprime.
 O teu olhar veio do inferno,
 O teu olhar para mim é um caustico eterno
 Quando me olhas com o teu olhar velado,
 Meu amado,
 Sinto que vaes toda a minha alma acorrentando,
 Torturando,
 Fazendo-a em chammas.
 E sinto-me ficar de mim mesmo esquecida,
 Longe de tudo, longe da vida,
 Para me embriagar mais com o teu olhar de inferno
 Que as vezes queima como fogo,
 E outras vezes é frio como o inverno!⁴⁵³

Em 1935, aos 19 anos, publicou seu primeiro livro intitulado “Ritmos de Inquieta Alegria” que reúne poemas “de uma alma ainda adolescente”, mas cheia de surpresas⁴⁵⁴. Quando da sua publicação o livro surpreendeu pelo seu lirismo e ousadia expresso nos temas abordados, assim como o fazia nos poemas publicados nas revistas. O trecho do poema volúpia transcrito abaixo exemplifica a afirmação:

O beijo que deste no meu pulso
 cobriu de angústia
 a forma imaterial dos meus sentidos.
 Não percebeste o latejar das veias
 ao contato de teus lábios,

⁴⁵² *Revista Identidade*. Disponível em www.revistaidentidade.webnode.com.br. Acesso em 18/07/2010.

⁴⁵³ O teu olhar. *O Rionegrino*. Edição n. 12 setembro de 1929.

⁴⁵⁴ *Jornal A Crítica*, Manaus 11 de outubro de 2000.

e nem advinhaste
que foi o prazer que me fez silenciar...⁴⁵⁵

Violeta Branca tornou-se umas das grandes representantes da poesia amazonense e um ícone para a literatura brasileira. Mesmo morando no Rio de Janeiro, a poetisa continuou a colaborar em algumas revistas amazonenses. Em 1936, por exemplo, publicava seus versos e poemas na Revista Cabocla e em 1937, na revista “A Selva”⁴⁵⁶. Neste mesmo ano, tornou-se a primeira mulher a pertencer a Academia Amazonense de Letras (AAL), na qual ocupou a cadeira de número 28. Este fato assinala uma importância inigualável para a literatura e para a História das Mulheres no Amazonas principalmente por que consolidou a abertura de caminhos para outras mulheres.⁴⁵⁷

IMAGEM 25:
POETISA VIOLETA BRANCA DE VASCONCELOS EM DOIS TEMPOS



Fonte: *Rionegrino*, n 13. Manaus 1929 e aos 85 anos (www.revistaidentidade.webnode.com.br)

⁴⁵⁵ *Volúpia*. In: *Ritmos de Inquieta Alegria*. Livraria Valer. 2º edição. Manaus, 1998.

⁴⁵⁶ *A Selva* foi uma importante revista de variedades que circulou em Manaus a partir de 1937. Era dirigida pelo intelectual Clovis Barbosa.

⁴⁵⁷ Violeta Branca só produziu seu segundo livro no ano de 1982. Trata-se de *Reencontros - Poemas de Ontem e de Hoje*. Morreu em outubro de 2000 na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Identidade*. Disponível em www.revistaidentidade.webnode.com.br. Acesso em 18/07/2010.

A revista de variedades “*A Nota*”, de 1917, produzida por *intrépidos e brilhantes jornalistas*⁴⁵⁸, embora fazendo troça e zombando do avanço e da ampliação dos espaços de atuação feminina⁴⁵⁹ teve em seu quadro, em todos os seus doze números publicados, a participação de uma mulher. Maria Sylvia assinava a sessão “*Molduras*” com poesias e sonetos que falavam de temas próprios do universo feminino exaltando-o. Explorou os perfis femininos, exaltando o valor de mulheres comuns, porem singulares.⁴⁶⁰

Oradora da festa da Bandeira,
Fulgindo á forte luz da larga praça,
Deslumbra pelo riso e pela graça,
Pelas tranças da negra cabelleira...

A elegância em seus traços esvoaça,
Desde a cabeça á linha derradeira..
E por isso, talvez, a rua inteira
Estremece a sorrir, se acaso passa...

Tem redolencias no crystal da fala...
E externa, no perfil bello e modesto,
A ideal certeza de quem tudo vence...

Um dos melhores gosos é escultal-a
Dizer, em meio ao povo e em brado gesto:
Soldados! A mulher amazonense...⁴⁶¹

Embora seja nítida na maioria dos escritos femininos analisados a preponderância de assuntos amenos, ligados diretamente ao contexto do “permitted para as mulheres”, expresso, por exemplo, nas poesias e contos. Mesmo assim, conforme Maria Luiza Pinheiro, não se deve concluir que a ação das mulheres na imprensa amazonenses demonstrasse sempre uma postura apática ou alienante e invariavelmente submissa⁴⁶². Algumas escritoras “transgrediram a norma social vigente” publicaram

⁴⁵⁸ *A Nota* circulou em Manaus entre agosto e novembro de 1917, editando doze números. Se auto-definia como “semanário ilustrado. Humorístico, epigramático, mephistophelico, prosapioso, etc.”. A autoria de *A Nota* foi revelada no livro de poemas “*Perfis Amazônicos*” de Heitor Veridiano, publicado no ano de 1947. A obra que descrevia personagens ilustres da vida política e literária regional revelou as identidades daqueles que se escondiam através de seis pseudônimos: “*Eu [Heitor Veridiano], Álvaro Maia e Ariolino redigimos A Nota, uma revista, que na época brilhou e fez conquista, sendo do nosso set órgão granfino (...)*”. VERIDIANO, Heitor. *Perfis Amazônicos*. Manaus, Imprensa Oficial, 1947, p 61. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op.cit. p 201-2.

⁴⁵⁹ Trataremos dessas questões no tópico 3.2.

⁴⁶⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op.cit. p 248.

⁴⁶¹ *A Nota*. n° 03. Manaus, 09 de setembro de 1917.

⁴⁶² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 248.

seus pensamentos idealizando mudanças na condição social, educacional e profissional feminina.

Um exemplo dessa assertiva está num escrito da poetisa carioca Maria Sabina⁴⁶³ denominado de “*Victorias do Feminismo*” publicado na *Revista Cabocla* no ano de 1936⁴⁶⁴. Neste artigo, ela defende vigorosamente o feminismo e conclama saudosamente as mulheres amazonenses a conhecê-lo.

Minhas amigas e companheiras de ideal.

É a vós especialmente que me dirijo neste momento em que, procurando esquecer a minha personalidade de escritora e artista creadora de emoções, quero ser simplesmente a colaboradora ardente e convicta, orientadora da opinião em tudo o que se relaciona com a causa feminina. Como vice-presidente da “Federação Brasileira Para o Progresso Feminino”, a maior organização feminina brasileira (..), creio ter alguma autoridade como orientadora da opinião. O Grito angustioso da mulher que desde o século passado vem repercutindo até nós encontrou um eco de simpatia em nosso país até os seus recantos longínquos como o prova neste momento a nossa ramificação amazonense em cujo seio acolhedor e amigo me encontro neste momento encantada e desvanecida. A Federação Amazonense Pelo Progresso Feminino “é uma destas árvores novas douradas pelo sol dos trópicos”(..).

Na opulência da sua grandeza a Amazônia é uma virgem. E muitas almas aqui serão como o solo generoso que ainda não foi desbravado e semeado de idéias novas em respeito de verdades básicas do feminismo. Nelas, a semente da justiça e de Beleza da causa da mulher, germinará na exuberância primitiva de um deslumbrante florescimento tropical. Mas, se não necessitamos da ardência devoradora das queimadas, faz-se, contudo, mister a derrubada dos preconceitos. O feminismo ainda representa para muitos uma anormalidade, uma doutrina que prega o antagonismo dos sexos, e um nivelamento, uma espécie de masculinização que representa a perda de toda a graça e feminilidade da mulher.

Nada mais falso. Pelo menos concordareis, inicialmente que, apesar de ter atingido os mais altos postos no Feminismo Nacional, que não me parece com este retrato pessimista e não renunciei aos mesmos requisitos femininos. Quanto ao mais, a boa e sã doutrina feminista não pode nem quer considerar o homem como inimigo e adversário e sim como colaborador. Em alguns casos é o homem que se recusa á ‘intente cordiale’ que terá que finalmente prevalecer. O feminismo não é uma anomalia, uma extravagância contemporânea, um fruto adventício da época todado a desaparecer. É antes uma consequência moral da macha das civilizações.⁴⁶⁵

Para Maria Sabina, o feminismo coloca a questão da defesa do trabalho feminino como primordial. As mulheres deveriam lutar por este direito e caberia aos homens

⁴⁶³ Maria Sabina desde o início da década de 1930 colaborava em revistas e jornais amazonenses. No ano de 1931, por exemplo, teve algumas de suas poesias publicadas na *Revista Redempção*.

⁴⁶⁴ A revista *Cabocla*. Manaus, 1936.

⁴⁶⁵ Revista *Cabocla*. Manaus, 1936.

refletir sobre os impedimentos impostos por ele. Para a escritora, não havia motivo para tanto “alarde” masculino. No artigo, a escritora observa que o trabalho sempre foi algo intrínseco à natureza feminina, pois a mulher sempre colaborou com a manutenção do lar e da família desde os mais remotos tempos primitivos, tendo diversas atividades dentro e fora do lar sob sua responsabilidade.

No entanto, dois marcos históricos assinalaram uma nova condição profissional feminina na medida em que ampliou consideravelmente a inserção da mulher no mercado de trabalho: a industrialização a partir de meados do século XVIII e a Primeira Guerra Mundial em 1914. Esta última, segundo Sabina, “agravou de tal forma a situação econômica do mundo que houve necessidade de uma readaptação geral começando pela criação de uma nova mentalidade”, talvez por isso mesmo, “nos grandes centros civilizados a idéia do trabalho feminino já era um fato aceito que não promovia mais comentários”. Era imprescindível para ela salientar que

A mulher não foi para a fábrica tirar o lugar de trabalho do homem, como se ouve muitas vezes de lábios masculinos e sim seguio do lar para a fábrica o trabalho que era seu, que lhe fora atribuído [?] das condições sociais de outrora e que lhe foi arrebatado (...)

A época das mulheres parasitas vivendo 7 ou 8 miseravelmente do trabalho de um único homem já passou. Estamos a caminho rápido da emancipação econômica feminina. Na guerra de 1914 a mulher provou durante 4 anos que tudo podia fazer e tudo fará d’oravante.

No Brasil o trabalho feminino tem grandes adeptos que compreendem o seu alcance social e grandes detratores que, fato interessante, não concordando com o trabalho remunerado da mulher, só admitem que ela trabalhe, muitas vezes, como uma mera serviçal, contanto que seja entre quatro paredes de um lar onde o mundo não a possa ver. Grandes egoístas e hipócritas!⁴⁶⁶

E aos que acreditavam que o feminismo não tinha outra função senão subverter os papéis sociais femininos, imprescindível para a emancipação, a escritora pondera afirmando que

o feminismo que aprova a emancipação econômica da mulher pelo trabalho, não quer por isto arrancá-la de um lar onde sua presença é necessária. O primeiro dever da mulher é o seu dever de mãe e só é cabível que ela o deserte algumas horas quando a sua presença é necessária em casa, quando as circunstâncias a isto a obriguem.⁴⁶⁷

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ Idem.

Ou seja, percebe-se nesta fala que em nenhum momento os ideais feministas de emancipação econômica propagados pela *Federação Brasileira* (e também *Federação Amazonense*) *para o Progresso Feminino*, da qual Maria Sabina é legítima representante, visavam a abnegação dos deveres femininos de mãe e esposa cobrados e fiscalizados pela sociedade. Muito pelo contrário, queriam mostrar que era possível haver conciliação entre os papéis. Até por que a maioria daquelas que militavam no movimento feminista eram também esposas, mães e donas de casa.

Esse tipo de escrita mais politizada da década de 1930 fazia parte de um novo momento sociocultural, político e econômico do qual as mulheres estavam vivendo no Brasil. O Brasil, que sofreu uma crescente urbanização e uma intensa industrialização viu neste período o movimento feminista ganhar força na luta pelos direitos femininos principalmente em relação ao voto. Sobre este novo cenário, que ampliou a visão feminina para além das fronteiras domésticas, Jane Almeida escreve o seguinte:

Do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, mudanças socioeconômicas ocasionadas pela implantação do regime republicano no país, pelo processo de urbanização e industrialização, pelas duas guerras mundiais e seus efeitos na mentalidade da sociedade da época, pelas conquistas tecnológicas representadas pela difusão dos meios de comunicação, coincidiram com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países onde chegou, atingiu várias gerações de mulheres, ao alertar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas. Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitava maior atuação política e social, a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização.⁴⁶⁸

Portanto, as mudanças que marcaram o comportamento feminino, ocorrido ao longo das três primeiras décadas do século passado sinalizaram o estabelecimento de uma nova ordem na história das relações entre homens e mulheres contemporâneos, o que com toda certeza incomodou profundamente os setores mais conservadores da sociedade, causando reações de represália e coerção aqueles que insistam em forçar uma mudança na estrutura do patriarcado.⁴⁶⁹

Diante de tais mudanças, parte da imprensa da época serviu de ferramenta de denúncia, luta e propagação dos ideais feministas, outra parte, conservadora, lutava para não ver, segundo os seus olhos, esses ideais se tornarem realidade.

⁴⁶⁸ ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. Op. cit., p. 27.

⁴⁶⁹ SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. *Os manuais de Conduta e a escrita feminina no início do século XX: o que desvelam as narrativas?* Disponível em: www.anped.com.br.

Gostaria ainda de salientar que aliada a essas experiências mapeadas pela nossa pesquisa é importante acrescentar que é muito provável que outras mulheres também tenham contribuído nos jornais e revistas de Manaus no período estudado, mas localizá-las plenamente é um desafio ainda a ser superado. O receio de se expor nas páginas da imprensa associado ao preconceito da qual eram vítimas faziam com que muitas mulheres assumissem o anonimato, usassem codinomes ou o pior limitassem as suas produções. Mesmo assim, foi de fundamental importância para as conquistas femininas a participação destas mulheres na imprensa do período e no mundo das letras de modo geral, pois, como lembrou Pinheiro, “os avanços atuais foram construídos lentamente nos rastros das centelhas lançadas por essas pioneiras”.⁴⁷⁰

4.2. POSTURAS DA IMPRENSA: UM OLHAR SOBRE A EMANCIPAÇÃO FEMININA EM MANAUS

As questões acerca da emancipação feminina em voga na sociedade a partir do final dos oitocentos estiveram presentes entre os temas que mais suscitaram discussões na imprensa de todo o país. Meio mais rápido na difusão de idéias e conceitos, os jornais e revistas do período mostraram-se preocupados, insatisfeitos e contrários, oferecendo forte reação à “nova mulher” que surgia e provocava transformações sociais.

As mudanças no comportamento feminino desencadeado pela sua inserção no espaço público⁴⁷¹ bem como a luta feminina/feminista em prol de seus direitos por educação, trabalho remunerado, voto e etc, incomodou a sociedade porque implicava, segundo os preceitos conservadores, numa “grave ameaça à ordem estabelecida”⁴⁷². “Permitir”, então, tais avanços femininos resumia-se em aceitar mudanças na estrutura patriarcal há séculos estabelecida.

As mulheres imbricadas na luta emancipacionista enfrentaram o forte conservadorismo da sociedade, não só por parte dos homens, mas também de algumas mulheres, que defendiam a continuidade da supremacia do papel tradicional da mulher e viam como transgressoras da ordem e da família àquelas que contestavam a sua

⁴⁷⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 249.

⁴⁷¹ Como já sustentamos, o início do século XX foi marcado pelo crescimento da urbanização e da industrialização nos grandes centros o que favorece a inserção feminina no espaço público “*das ruas, dos acontecimentos sociais nos teatros, nos cafés e no mundo do trabalho*”. RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. Op. cit.

⁴⁷² SOIHET, Rachel. Abaixo as mulheres. In: *Revista Nossa História*, nº 03 janeiro de 2004.

condição social de “Rainha do Lar”. Através da imprensa estas pessoas manifestaram seus posicionamentos, deram opiniões e conseqüentemente criaram representações femininas ideais, de acordo com as normas de condutas vigentes na sociedade.

Diversos segmentos da imprensa amazonense da época não fugiram à regra e externaram por vezes, uma postura preocupante, conflituosas e contraditórias à emancipação feminina e à nova mulher. Tais discursos, contudo, são contemporâneos do grande desenvolvimento econômico oriundos da extração da borracha vivenciado pela região a partir das últimas décadas dos oitocentos, o que mostra a contradição de uma sociedade que rogava pela chegada do progresso e da civilidade, mas que não admitia mudanças comportamentais, principalmente as mudanças que se originavam dos segmentos femininos. Dessa forma, como sustentou Pinheiro, “a imprensa amazonense refletiu o desconforto com que uma sociedade que se queria moderna e atualizada com o mundo europeizado burguês lida com os limites de sua capacidade em assimilar certas facetas dessa modernidade alardeada”.⁴⁷³

Os jornais do segmento humorístico, por exemplo, eram os mais implacáveis diante daquelas que ousavam “fugir” das suas vocações ditas como normais pela sociedade. Nesses, a figura feminina é geralmente representada de maneira pejorativa e torpe.

O demônio, revoltado contra Job, tirou-lhe os filhos, os bens e a saúde, mas, para mais o torturar, sabes o que elle fez?

-deixou-lhe a mulher!⁴⁷⁴

Jornais como *A Marreta* (1917), *O K.C.T* (1917) e *O Chicote* (1913) que se pautavam como *defensores da moral e dos bons costumes* “adotaram uma linha de ação punitiva, de castigar, e corrigir por meio da denúncia explícita”⁴⁷⁵, todos aqueles que não se “enquadravam” nas boas regras sociais, “cuja presença no espaço citadino parecia contrariar os desejos de construção de uma sociedade pautada pelos idéias de civilização, progresso, refinamento e sofisticação”⁴⁷⁶. De forma implacável esses jornais reforçaram as perseguições sofridas aos grupos marginalizados da sociedade entre eles o das prostitutas. Antítese da mulher esposa-mãe moldadas pelo pensamento positivista

⁴⁷³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 219.

⁴⁷⁴ *A Farpa*. Manaus, 17 de outubro de 1909

⁴⁷⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 184.

⁴⁷⁶ Idem. *Ibidem*.

eugênico, as prostitutas desafiavam as regras sociais para exercerem a sua profissão. E era justamente pelo exercício da sua profissão que elas viravam “notícias” ou enchiam os editais dos jornais, recebendo as mais variadas denominações como: ratuina, esbrogue, filha de Eva, biraia, catraia, marafona, rameira, escrotifeira, decaída, entre outros. No intuito de “livrar a sociedade deste mal da modernidade” tais jornais as estigmatizavam⁴⁷⁷ e sugeriam a sua exclusão do espaço citadino.

Ratuinas em leilão

Devido a grande crise que actualmente atravessa esta capital e mesmo devido terem sido em inspeção de saúde a que foram submetidas no hospital da Santa Casa de Misericórdia, julgadas imprestáveis para o consumo público, determino que as mesmas sejam vendidas em hasta pública para o bem da humanidade sofredora (...) Ficando aquellas que não forem arrematadas sujeitas a serem incineradas no forno de lixo desta capital.⁴⁷⁸

Podemos perceber que o recurso da ironia e da comédia expressas em charges, crônicas e piadas, foi um poderoso instrumento utilizado pela imprensa da época para desmoralizar a luta pela emancipação feminina ou ainda para reforçar o mito da inferioridade e passividade da mulher. Numa piada publicada no jornal *Folha do Amazonas* em 1910 vemos a denuncia da suposta pretensão feminina/feminista em assumir papéis até então exclusivamente masculinos, como a propriedade de bens:

Um sujeito entra em um hotel para almoçar e vê o hoteleiro aos sapatos com a mulher. Senta-se, mas a briga não acaba e elle então, impacientando-se dá um murro na mesa:

- Então não me servem? Quem é o dono desta casa?

O hoteleiro muito atrapalhado:

- É isso mesmo que estamos aqui a decidir!

A importante revista *A Nota* (1917), foi uma das que utilizaram estes recursos. Muitas de suas charges, assinadas por Raul, pseudônimo de Marcial Tosca⁴⁷⁹, tinham o objetivo de retratar preconceitos os avanços femininos e “alertar” para a

⁴⁷⁷ Devemos ressaltar, contudo, que apenas a “prostituição de rua”, a “prostituição barata” é que eram alvos dos ataques da imprensa, ficando a “prostituição oficial”, a dos luxuosos cabarés salvaguardada pela imprensa e pelo poder público.

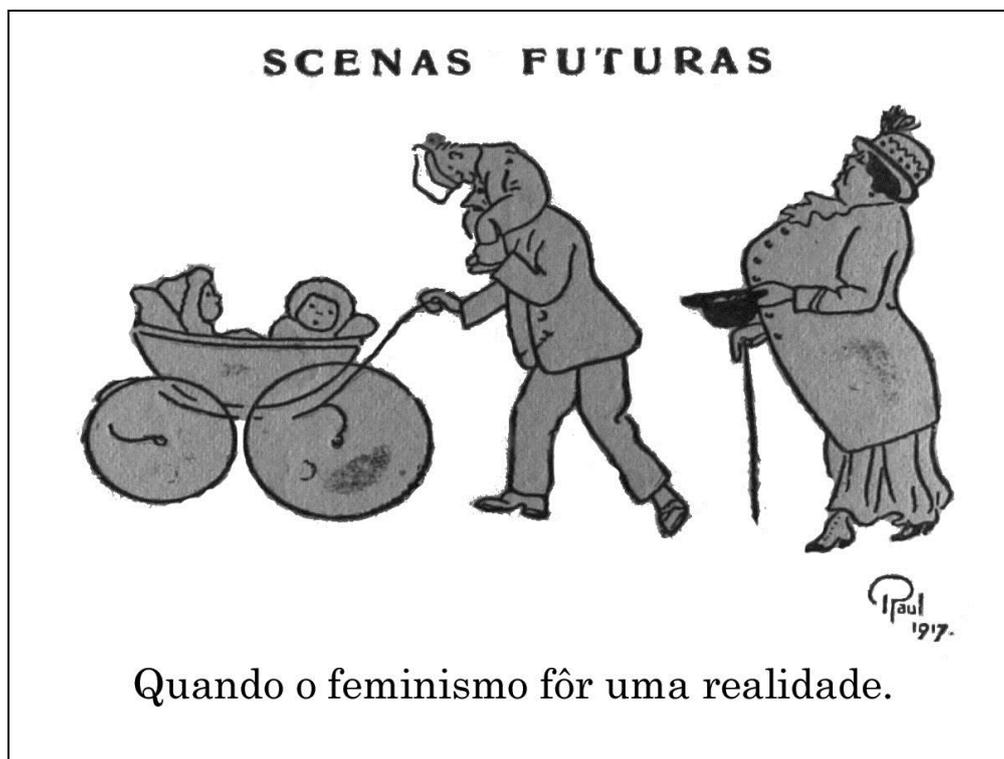
⁴⁷⁸ *O Chicote*. Manaus, 25 de Janeiro de 1914.

⁴⁷⁹ Marcial Tosca começou a sua colaboração em *A Nota* a partir do número 6. Usava o pseudônimo Raul, supostamente uma homenagem ao famoso chargista Raul Pederneiras que atuou em importantes revistas do sudeste do país entre elas, a revista *D. Quixote*. Assim como Raul, Tosca foi um crítico implacável das mulheres que pretendiam ampliar seus espaços de atuação na sociedade. Cf: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 206-210; SOIHET, Rachel. *Abaixo as Mulheres*. *Revista nossa História*. Op. cit.

subversão dos papéis naturais de cada sexo, conseqüências do “feminismo”. Paradoxalmente, enalteciam a modernidade e o progresso, destacando os seus benefícios. Certamente, para *A Nota*, os avanços femininos não eram considerados benéficos, mas sim um “mal social”. Segundo Pinheiro, “as ações de *A Nota* neste campo refletem o receio e o temor frente a um conjunto de mudanças que de tão intensas e tão rápidas passavam a impressão de subverter tudo aquilo que tocava, de fugir ao controle”.⁴⁸⁰

Em “*Scenas Futuras*”, enquanto ao pai subserviente cai a responsabilidade do cuidado com os filhos, a mãe com ar de superioridade e olhar vigilante caminha tranquilamente isenta de qualquer trabalho.

IMAGEM 26:
CHARGE “SCENAS FUTURAS” – 1917

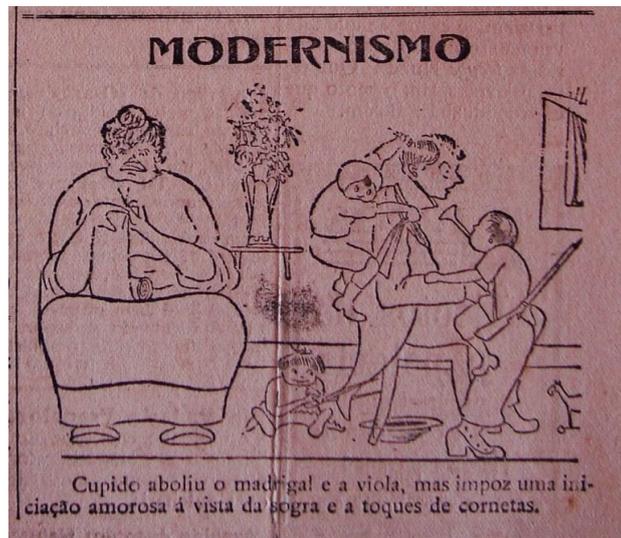


Fonte: *A Nota*, n° 06. Manaus, 07/10/1917.

A mesma idéia de inversão de papéis também está presente em uma outra charge onde temos a figura de um homem cercado por três crianças entregues às mais diversas travessuras enquanto uma mulher ao lado, mostra-se totalmente indiferente à confusão.

⁴⁸⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 245.

IMAGEM 27:
CHARGE “MODERNISMO” – 1917



Fonte: A Nota, nº 03. Manaus, 09/09/1917.

Em outra charge, “*Suplicio de Tântalo*”, a figura masculina é colocada como derrotada e submissa diante dos caprichos femininos. Parece ser este o ‘futuro’ previsto para os homens, motivo pelo qual o feminismo tanto os preocupava.

IMAGEM 28:
CHARGE “SUPPLÍCIO DE TÂNTALO” – 1917



Fonte: A Nota, nº 03. Manaus, 11/11/1917

A oposição aos avanços femininos também encontrou espaço na imprensa operária manauara, tradicionalmente caracterizada por seus ideais de liberdade e de justiça social. Na contramão de seus princípios, além de não contar com a participação

feminina na produção dessas folhas, ainda criticava a sua emergência no espaço público e condenava veementemente a sua luta por direitos iguais⁴⁸¹. Como é sabido, embora a classe operária do começo do século fosse constituída principalmente por mulheres e crianças estas estavam excluídas do movimento operário, que, por sua vez, era liderado por homens. Em seu ideário, o movimento operário compactuava com a exigência burguesa de regresso feminino para a esfera privada, para corresponder ao novo ideal feminino da mãe sempre “vigilante do lar” além da dona de casa e esposa exemplares. Atuando neste sentido, o movimento operário obstaculizou a participação feminina nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção.⁴⁸² Nesse sentido,

Ao exigir o confinamento da mulher na vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não. Com muita frequência, as informações veiculadas pela imprensa operária testemunham a indignação e o sentimento de humilhação dos homens, quando substituído pelas mulheres no processo de produção⁴⁸³.

Como exemplo dessa assertiva temos o artigo “A Proletária e o Feminismo”, publicado no jornal *Construtor Civil* (1920). Nele, as mulheres trabalhadoras são aconselhadas a ficar longe da “aberração do século” chamada de *feminismo* e a se manterem fiéis à sua natureza.

a moderna aspiração da mulher que quer adquirir o chamado direito de voto, em modificar o processo do casamento, aplaudindo o problema do divorcio e bem assim concorrer às funções publicas para cargos puramente masculinos, agora outras pretenções de somenos é o que constitue o feminismo. O eterno e incontestado prestígio da mulher sobre o homem fez que ele também se vá, sem reflexão, imbuindo-se dessas ideas collaborando-lhe nos desejos e concorrendo assim, para a expansão, até certo ponto prejudicial dessa aberração do século.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ Manaus não teve participação feminina na escrita operária, diferentemente do que ocorreu em outros lugares do país. Margareth Rago ao analisar a participação feminina na imprensa anarquista, nas primeiras décadas do século XX, observa o importante papel empreendido por essas mulheres no processo emancipacionista disseminando o seu discurso fortemente ideológico. Em seus discursos defendiam a libertação da mulher do modelo burguês em todos os planos da vida social. Segundo a autora, a grande expoente feminina da imprensa anarquista é Maria Lacerda de Moura. In: RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. Op.cit. p 96-116.

⁴⁸² RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. Op.cit. p 64.

⁴⁸³ Idem. *Ibidem*.

⁴⁸⁴ *O Construtor Civil*, nº 1. Manaus, 5 de janeiro de 1920. Apud: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: EDUA/Cnpq, 2004, p. 119.

No tocante à luta pelo direito ao voto desempenhada pelas mulheres, esta é percebida pelo mesmo artigo como sendo uma nova “aberração” que não deveria ser levada em consideração, sendo tratada com pouca importância. Por esta concepção as mulheres, na verdade, pouco tempo teriam para se importar com política dado aos seus muitos afazeres, e se o fizesse seria apenas por influência de “trêfegos revolucionários” que a sociedade moderna ainda não havia conseguido se desvencilhar.

Deixai legislarem sobre liberdade de votos para a mulher. Essa nova aberração não lhe terá sequer a complacência tão múltiplos e nobres são seus afazeres para preocupar-se com aquella velharia legada pelo militarismo do qual a sociedade moderna governada por trêfegos revolucionários, ainda não lhe pode desvencilhar. E assim irá ella marchando, recatada seu triumpho social, retraída na victoria diuturna da melhoria moral da espécie. Resistindo aos embates de todas as resoluções, ella affirma-se, cada vez mais no seu natural determinismo de filha, esposa e mãe.⁴⁸⁵

De fato, a luta por direitos políticos foi longa e difícil no Brasil. Desde as últimas décadas do século XIX um seleto grupo de mulheres intelectualizadas já se manifestava em prol deste direito. No entanto, é a partir do início da segunda década do XX que o movimento ganha mais força. Através das ações de Bertha Lutz e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)⁴⁸⁶, as sufragistas foram formando alianças, conquistando apoio social e político, inclusive de homens, até a conquista de seu objetivo em 1932.⁴⁸⁷

O movimento sufragista sempre foi objeto de chacotas por parte da imprensa e da sociedade de modo geral porque, o “voto não se compatibilizava com o mundo dos

⁴⁸⁵ Idem.

⁴⁸⁶ A Federação Brasileira para o Progresso Feminino foi fundada por Bertha Lutz no ano de 1922 com o objetivo de auxiliar nas lutas pelos direitos femininos entre eles, o direito ao voto, o direito pela escolha do domicílio e pelo direito ao trabalho sem precisar da permissão do marido. Berta Lutz organizou o I Congresso Feminista do Brasil. Na Organização Internacional do Trabalho, discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho feminino. Em 1929, participou da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim. Ao regressar, fundou a União Universitária Feminina. Em 1932, criou a Liga Eleitoral Independente e, no ano seguinte, a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas. Cientista, líder feminista e política paulista. Foi a segunda mulher a ocupar um cargo público no Brasil (Bióloga do Museu nacional em 1919) e umas das pioneiras da luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no país. In: www.portalsaofrancisco.com.br

⁴⁸⁷ Esse direito foi ratificado pela Constituição de 1934. As mulheres votaram pela primeira vez nas eleições de 1933. No entanto, de maneira isolada ainda na década de 1920 o Estado do Rio Grande do Norte permitiu o alistamento eleitoral das mulheres no Estado. Cabia à justiça conceder ou não o direito. A primeira a ter esse direito foi Celina Guimarães Viana professora de Mossoró, ela se tornou a primeira eleitora do Brasil em 1927. In: Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. Op. cit., p. 25. A primeira mulher eleita no país foi Carlota Pereira de Queiroz de São Paulo para o cargo de deputada. In: HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e as Suas Lutas Sociais e Políticas*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 121. No Amazonas a primeira a ser eleita foi Maria de Miranda Leão em 1935 para o cargo de Deputada estadual, conforme vimos no capítulo anterior.

sentimentos e do lar e marcava uma fissura definitiva na esfera masculina”⁴⁸⁸. Ou ainda, entendiam que a “mulher não tinha liberdade em relação ao marido para formar a sua própria opinião”⁴⁸⁹. O assunto era tratado muitas vezes de forma leviana e preconceituosa, e tinha o propósito de ridicularizá-las, mesmo em veículos com posturas políticas mais sérias e respeitadas, como era o caso do *Jornal do Comércio*. Vejamos o exemplo a seguir transcrito no diálogo abaixo:

IMAGEM 29:
CHARGE “UMA POR DIA” – 1927



Fonte: *Jornal do Commercio*. Manaus, 1927.

Ao projeto que concede o voto feminino o Sr Tomaz Rodrigues apresentou uma emenda mandando que sejam também ás mulheres dada a obrigação de fazer o serviço militar.

– sou pelo direito ao voto ás mulheres. Temos também o nosso direito de pensar.

– Neste caso, devem ter o direito de fazer o serviço militar.

- Ah, isso é que não!

- por que?

-em primeiro lugar porque, como soldado, não poderemos mostrar os braços, as pernas, nada... nada...

- E em segundo?

⁴⁸⁸ HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino*. Op. cit., p. 156.

⁴⁸⁹ Discurso de Assis Brasil, reformador da República. In: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. Op. cit., p. 29.

-Em segundo: será um desaforo obrigar-nos a pegar no pau furado.⁴⁹⁰

Embora esse tipo de discurso fosse o mais comum na imprensa da época mesmo assim, algumas vozes se levantaram em prol da defesa da mulher e de suas lutas. O jornal *A Reacção*, “órgão dos moços católicos de Manaus”, (1933), pleiteava que às elas fossem dado direitos políticos porque “*se democracia é o governo do povo para o povo tão povo são as mulheres como os homens*”⁴⁹¹. Representando os posicionamentos católicos, *A Reacção* mostrou um discurso religioso progressista em relação às reivindicações femininas. Defendiam que

a mulher tem pleno direito não só a participação indireta no governo dos povos mediante o voto ativo de eleger seus candidatos às Altas Câmaras da Nação, sinão também a participação direta, mediante o voto passivo de poder ser eleita para ocupar uma cadeira em diversos cargos.⁴⁹²

O fato é um tanto interessante uma vez que a Igreja Católica sempre foi reacionária, conservadora e contrária em relação aos avanços femininos.

Além de defenderem o direito feminino de votar e de poder ser votada, *A Reacção* também não considerava o feminismo como um mal social, uma “aberração” como muitos o faziam, antes, procuravam entendê-lo como sendo resultado direto do progresso:

Para muitos catholicos – e não católicos – o feminismo é pedra de escândalo. “A missão da mulher é a casa e a família”, dizem.

Porém essa objeção perdeu todo o seu valor, desde que o industrialismo moderno lançou fora de casa ao quarenta ou cincoenta por cento das mulheres na idade de exercerem o sufrágio. Não se considera que, para ter sua casa, a mulher tem que sair a trabalhar fóra dela, nem se atende a que, mediante o voto, poderá melhorar as condições em que a colocou o industrialismo moderno.⁴⁹³

Voltemos a falar do *Jornal do Comércio*. Tido como o mais importante jornal diário em circulação em Manaus na época⁴⁹⁴, o JC parecia querer manter certa neutralidade diante dos novos acontecimentos, apenas informando o que era notícia.

⁴⁹⁰ *Jornal do Commercio*, 19 de novembro de 1927. Em várias edições da coluna “Uma Por Dia”, publicadas no *Jornal do Commercio* em meados da década de 1920, o alvo de críticas foram as reivindicações femininas bem como as suas mudanças comportamentais.

⁴⁹¹ *A Reacção*. Manaus, 2 de abril de 1933.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ Idem.

⁴⁹⁴ O *Jornal do Comércio* começou a sua publicação no ano de 1904 e continua atuando na imprensa amazonense até os dias de hoje.

Mas de fato, em alguns momentos caracterizou-se por um discurso antagônico, ora divulgando os “feitos femininos mundo a fora”⁴⁹⁵, ora inclinando-se para uma postura contrária à esses avanços. Por vezes em seu caderno de notícias, informava sobre as *sufraettes* inglesas e os desdobramentos de seu movimento, como prisões, atentados, brigas com opositores do feminismo e etc.⁴⁹⁶

No ano de 1910 assinava a coluna “Traços a Margem” do JC, Octávio Durval um ferrenho perseguidor da causa feminista. Extremamente conservador, insistentemente em seus artigos defendia a permanência (e a volta!) das mulheres à reclusão do lar, condenando é claro, a profissionalização feminina e os outros direitos defendidos por elas.

Reiterando e enaltecendo todas as qualidades e virtudes do “belo sexo”, ele esperava convencer as mulheres do seu verdadeiro papel na sociedade, como podemos perceber no artigo abaixo:

Não creia, minha senhora. A mulher não veio ao mundo para usurpar os direitos e as legítimas regalias do nosso sexo. A lucta, acirrada embora há de ser contraproducente. V. Ex^a. bem sabe, que se não existisse a mulher com o encanto da sua fascinação, o mundo desprovido desse elemento vital, tendia a desaparecer. Nella reside a essência do bem humano, a suprema Castalia de onde jorram em veios de ouro fino essa doçura celestial do affecto que é a eterna bemaventurança da vida (...)

A mulher é synthese do amor. Querer desvirtuar a sua missão na vida é arrancar-lhe, com a impiedade de um musulmano, da lenda, a blandiciosa de seu carinho que é o remédio para todas as dores, o consolo para todas as afflicções. Sem a carícia da mulher, nós não teríamos essas horas de meditação e recolhimento, que redimem nossos erros (...)

As palavras de V. Ex^a, defendendo com ardor a causa do feminismo, são filhas de uma impensada premeditação, resultando de seu espírito *primesautier*. Certo, a patricia esvelta, mesmo a contragosto, concordará comigo.

A mulher nasceu para a felicidade do lar. Querer envolvel-a na política, emprestando-lhe aptidões que contrastam com o seu temperamento e com a sua

⁴⁹⁵ Como o fez no artigo “*a mulher vae vencendo*” (edição de 23/02/1913) que divulgou os distintos e múltiplos avanços profissionais femininos na Dinamarca: “*A mulher se encontra não só como empregada na officinas públicas e commerciaes, como professoras, médica, advogada, artista, etc. mas ainda se vê a mulher na gestão de importantes negócios commerciaes*”; Ou ainda, no artigo de Jules Chareté “*a mulher deve votar*” (Ed. 19/06/1910), onde a autora defende o voto feminino que cedo *ou tarde chegará*. Para ela, a mulher exercia o voto indiretamente simplesmente por exercer influência sobre aqueles que votavam ou por fazerem campanha pelos candidatos. Essas “não eleitoras” *constituem a avançada do feminismo e seus esforços de hoje a princípios ridicularizados, acabarão pelo voto de seu direito à voto*.

⁴⁹⁶ Essas questões podem ser encontradas em algumas edições. Eis algumas: *Jornal do Commercio*, 02/07/1913; *Jornal do Commercio*, 09/07/1913.

índole affectiva, é loucura que se não adapta ao entendimento dos mais insensatos (...)

A mulher, repito, nasceu para as supremas delicias do amor. Isso de programmas políticos e comícios femininos... lérias, excelentíssima. Lérias e nada mais.⁴⁹⁷

Em outro artigo, de maneira irônica, Durval defende que a única preocupação feminina nos tempos modernos, seja a conservação da beleza. Para ele, a beleza e a formosura da mulher eram os seus verdadeiros atributos, o único passível de conquistas:

A ingente preocupação da mulher, neste século de campanhas feministas e de atrocidades cometidas para o cumprimento stricto dos rigores da moda, deve ser a conservação da belleza.

Na mulher nós admittimos e perdoamos tudo: os excessos de *coquetterie*, as demasias da moda, o uso dos formidáveis chapéos a *Chantecler*, o abuso do sans-desous, a formatura em sciencias jurídicas e sociaes, a tendência literária accentuada, a mania das litteratices mellosas e desconchavadas, a vocação jornalística, a concurrencia accerrima feita aos homens em todas as profissões e misteres.

Deixamos que ella possa invadir clandestinamente as nossas attribuições, que occupe, dissimuladamente, os cargos e as posições que de direito e por justiça nos pertencem.

Exigimos porém uma condição: a belleza. Que a mulher faça tudo quanto bem lhe prouver, mas comquanto que tenha essa qualidade essencial e indispensável – a formosura – a única que empolga, que domina e que vence deixando sem resistência as hostes inimigas.⁴⁹⁸

Além das questões pontuais acerca da profissionalização feminina, Durval também denunciou a silenciosa usurpação de atributos físicos masculinos pelas mulheres: “além da ferrenha concorrência a todas as profissões do homem, elas agora terão bigode!”. A afirmativa do autor está baseada no estudo de um renomado clínico europeu (Hypocrates) que assegurou que de ano para ano aumentava o número de mulheres que passavam a ter bigode⁴⁹⁹. Fenômeno da natureza humana ou não, o fato é que o estudo deu motivo para mais uma discussão contrária às pretensões feministas:

(...) até o nosso inofensivo direito de usar bigode a mulher com seu egoísmo feroz quer nos tirar.

⁴⁹⁷ *Jornal do Commercio*. Manaus, 20 de maio de 1910.

⁴⁹⁸ *Jornal do Commercio*. Manaus, 07 de julho de 1910.

⁴⁹⁹ Segundo o referido estudo à época 6 por cento das francesas e 14 por cento das marroquinas já possuíam bigode. E em alguns séculos todas as mulheres o teriam.

E vae conseguindo, de qualquer fórma, o seu diabólico desejo. Porque o facto é que, enquanto as mulheres criam barba, os homens raspam o bigode.⁵⁰⁰

É também do JC uma sugestiva notícia da criação, em Nova York, de uma organização masculina denominada de *suffragçons* que objetivava lutar contra a tirania feminina supostamente em voga à época. Segundo os princípios da organização, os maridos requeriam:

- 1º. Manter e restabelecer a instituição do lar como instituição masculina;
- 2º. Proteger os maridos contra o serviço de tarefas caseiras (limpesa, varrição, compras no mercado, etc.)
- 3º. Impedir toda a compra a dinheiro ou a crédito effectuada pela mulher sem o consentimento do marido;
- 4º. Conceder ao marido que possa limitar o corte dos cabellos e o cumprimento das saias da mulher.

Outros artigos concernem ás restrições aos direitos das sogras e de todos os membros da família da mulher de penetrar no lar conjugal salvo autorização escripta do marido;⁵⁰¹

Exageros ou inverdades à parte, o fato é que, a veiculação da notícia representou uma tentativa masculina em apoiar e sugerir freio os “impulsos” femininos.

Muito se falava das “tantas ameaças” que o movimento sufragista oferecia à sociedade, inclusive para as próprias mulheres, como acreditavam, mas, a maior delas, segundo os jornais, era o da busca pela independência econômica feminina. A tônica da discussão empregada pelos jornais ganhava mais intensidade quando relacionava-se a independência econômica feminina com a sua entrada em novas profissões, fora daquelas consideradas ideais ou permitidas, como enfermagem e magistério, por exemplo. Essa “ousadia feminina” era sempre questionada, perseguida e tida como abominável.

Alguns exemplos dessas críticas podem ser encontrados nas páginas dos jornais e revistas que circularam no período, demonstrando total oposição e descrédito quanto à profissionalização feminina. Analisaremos dois artigos: O primeiro de 1906, publicado na *Revista Amazonense*⁵⁰², e o segundo publicado na *Revista Redenção* de 1925.

⁵⁰⁰ *Jornal do Commercio*. Manaus, 19 de abril de 1910.

⁵⁰¹ *Jornal do Commercio*. Manaus, 31 de janeiro de 1910.

⁵⁰² A *Revista Amazonense* era destinada a difusão de conhecimentos entre o professorado de primeiras letras no Estado. O único exemplar encontrado é o de nº 1 de 1º de janeiro de 1906.

A Revista Amazonense, tomando por base a defesa de um jornal estrangeiro pela equiparação da mulher ao homem mostra em seu artigo extrema preocupação com os novos papéis sociais femininos assumidos no mundo moderno:

Um dos temas sociais mais antigos, e a pesar de antigo, perpetuamente novo e oportuno sempre, é o da educação da mulher. Se o christianismo a emancipou moralmente, se lhe deu uma consideração que as outras religiões lhe negavam, ainda assim o mundo moderno não se considera satisfeito e procura equipará-la perfeitamente ao homem, garantindo a independencia a que ella se joga com direito.⁵⁰³

Os redatores da Revista não se colocam contra o trabalho feminino, muito pelo contrário, o reconhecem como sendo inerente a mulher, pois elas sempre trabalharam muito, mesmo que fosse somente no lar. Reconhecem a sua aptidão em várias funções, porém não concordam é com a sua entrada em funções incompatíveis com a sua “natureza” como elas supostamente estavam buscando.

Achamos esta aspiração justissima, tanto mais que se baseia num principio natural. Ninguém poderá negar a aptidão femenina em todas as manifestações da vida, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Nas civilizações rudimentares, nas tribus africanas ou da Austrália, são ellas que trabalham, verdadeiras escravas do homem, que vive no ócio, mantendo pelo despotismo a sua superioridade. Não é preciso, porém, ir tão longe para encontrar o exemplo. Nas nossas províncias do norte, a mulher é que, em grande numero de casas o elemento activo da família. Ella moureja nos trabalhos domésticos, ella arroteia os campos, ella aparece nos mercados vendendo os produtos de sua industria caseira.

Há certas ocupações que parecem destinadas especialmente às mulheres e em que ellas poderiam e deveriam ter domínio exclusivo. Em compensação há outras superiores as suas forças e sua índole, e nas quaes são admitidas por espírito de ganância. A lei poderia distribuir sensatamente estas diversas aptidões, embora reconheçamos os attritos que poderiam surgir com similhante regulamentação.⁵⁰⁴

Percebe-se, desse modo, que esse reconhecimento e relativo apoio ao trabalho feminino estava associado a idéia de que homens e mulheres tinham seus papéis e ocupações rigidamente definidos. A não observância desta conduta tanto por parte das mulheres quanto dos homens, era entendido como uma tentativa de *subversão dos papéis de gênero* do qual a sociedade e grande parte da imprensa se postavam

⁵⁰³ Revista Amazonense, n° 1. Manaus, 1° de janeiro de 1906.

⁵⁰⁴ Idem. Grifos nossos.

totalmente contrárias⁵⁰⁵, como é o caso de homens dirigindo ateliês de costura, área estritamente feminina:

No nosso entender não há nada menos apropriado que ver o sexo masculino dirigindo os estabelecimentos de moda e outros congêneres. Worth, o célebre costureiro de Paris, será uma individualidade muito notável, um artista muito perfeito, mas parece-nos ridículo, mas do que isso, parece-nos uma verdadeira aberração. A agulha é o sceptro que ninguém deveria arrancar das mãos da mulher.⁵⁰⁶

A revista advoga a favor do controle da educação destinada às mulheres como forma de minimizar o perigo oferecido pelos princípios emancipacionistas do feminismo. Tornava-se imprescindível reforçar nesta educação os seus “verdadeiros objetivos” relacionados com a formação da boa esposa e mãe. Como sustenta Pinheiro, assegurava-se que o “processo educativo bem conduzido adaptaria a mulher aos novos tempos, mas sem romper a sua identidade biológica”⁵⁰⁷.

A mulher precisa educar-se para as lutas da vida, para que seja uma auxiliar e não uma escrava, para que se torne indispensável e não inútil, para que seja uma entidade respeitosa e não um objeto de luxo.

A família há de ser a base eterna da sociedade, e quanto mais bem educada for a mulher, tanto mais estável e mais apreciável será a família.

Preparada a mulher nesse sentido, estamos convencidos de que deixará de ser perigosa e ameaçadora, como alguns temem, a concorrência que ela possa fazer ao homem nas diversas phases da luta pela vida.

Uma educação ampla e Vigorosa, bem compreendida e executada, deve ser um elemento de felicidade para a família. Pôr de parte este factor seria tornar illusoria a resolução do problema⁵⁰⁸.

No artigo, *Eva Funcionária*, publicado na *Revista Redenção* (1925), é ainda mais contundente e enfático na sua postura contrária ao ingresso feminino em algumas profissões tradicionalmente masculinas. Escrito por Berilo Neves, o referido artigo critica a atuação feminina no serviço público que a época já começava a se fazer notório em Manaus e no restante do país. Satírico, o autor tenta ridicularizar, e ao mesmo tempo desencorajar, aquelas que ocupavam (ou pensavam em ocupar) esses espaços. No texto o autor vai descrevendo as inadequações dessa profissão com a natureza da mulher e

⁵⁰⁵ Esta análise também está presente em PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 230.

⁵⁰⁶ *Revista Amazonense*, n° 1. Manaus, 1° de janeiro de 1906.

⁵⁰⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 230.

⁵⁰⁸ *Revista Amazonense*, n° 1. Manaus, 1° de janeiro de 1906.

alerta para as mudanças nas relações pessoais com o “sexo forte” que com toda certeza ocorreriam caso as mulheres insistissem em tais atitudes. O texto é longo, mas muito interessante para avaliarmos o quão combatidas e perseguidas eram aquelas que “ousavam” penetrar no inexorável mundo masculino.

A Guerra, a bem fadada guerra que deu tanto assumpto aos jornalistas sem assumpto, deixou no mundo duas lembranças, igualmente funestas, igualmente fatais: a gripe e a mulher – funcionaria publica.

Ambas, em character epidêmico, ambas, inimigas da vida e da felicidade do sexo forte.

Com effeito, acabada a guerra, estavam as mulheres encarapitadas nos logares dos homens: uma conduzindo bondes, outras policiando as ruas, outras ensaiando nas universidades, pontificando nas assembléias políticas, tomando parte nos congressos e até dirigindo e dominando Estados.

Era a inversão da ordem social, a anarchia no mundo. E até mesmo uma contravenção ao direito divino, porque o Creador, fazendo a mulher depois do homem, estatuiu que Ella viesse em segundo logar.⁵⁰⁹

Para o autor, a pior função que uma mulher poderia ocupar naquele momento era a de burocrata do estado, pois caracterizava-se como totalmente incompatível com a natureza feminina. Para ele, esta profissão

era a inversão da ordem social, a anarchia no mundo. E até mesmo uma contravenção ao direito divino, porque o Creador, fazendo a mulher depois do homem, estatuiu que Ella viesse em segundo logar.

Das novas funções da mulher, a mais desgraciosa, porém, é a do empregado público.

A mulher, que nasceu para escrever cartas de amor, redigindo offícios, empilhando despachos, indeferindo tudo o torto a direito. A mulher, que nasceu para manejar o leque com danairée elegância, manejando agora, burocraticamente, o carinbo! A mulher, que nasceu para dar graciosos despachos de amor obrigada a anotar, seccamente, asperamente: não procedea alegação do peticionário! Não é horrível?

E, depois, elas vão ficando tão viciadas o emprego das formulas officiaes que respondendo; a uma declaração de amor (dessas que abraçam mais do que um vezuvio em erupção), são capazes de despachar: prove com documentos. Ou ainda: certifique-se na forma da lei. Ou peor: junte attestado medico. Ou, simplesmente: indeferido.

Não há paixão que resista á burocracia de um coração de mulher. Ao escrever-nos terminarão invariavelmente assim: saúde e fraternidade. Ao fazermos uma declaração de amor, ao enves de corarem sentimentalmente como as nossas avós (naquelle tempo não havia “rouge”) serão capazes de tocar a campainha e

⁵⁰⁹ *Revista Redempção*. N° 5-6. Manaus, Março/Abril de 1925.

de nos mandarem a presença do chefe de secção... domestica (vulgo “pai de família”).⁵¹⁰

Advertindo às mulheres, o autor observa que, como consequência, o ingresso feminino neste tipo de trabalho altera negativamente as suas características físicas.

A mulher-funcionaria acaba por ficar feia (e este é o maior inconveniente do empregado publico) porque é sabido que uma das razões que contribuem para a beleza da mulher é a ociosidade da sua vida. O trabalho, exigindo esforço mental e muscular, altera a regularidade das linhas, quebra a harmonia do porte, encarquilha e enverga a gente como um cipó reseccado. Um funcionario quando se aposenta não é mais um homem: é um figo secco.

Imaginemos uma mulher com trinta annos de serviço na repartição: é um espantallo. Morrendo, só deixa uma lembrança: o montepio. E um beneficio: a vaga.

E vão direitinho ao inferno, porque todos os que tiveram papeis indeferidos rezam por isso. O seu maosoléo deve ser uma pilha de processos da altura do Corcovado.

O seu necrológio deve ser escripto em estylo official, de acta da sessão. O melhor que se pode dizer dellas é que nunca faltaram ao ponto (não confundir com o ponto... de encontro). Toda a sua gloria residirá, mesmo, em não se terem affastado do ponto... de secção.

Ora, é evidente que a mulher se tornará assim burocraticamente banal. Perderá todo o encanto de sua realza de formozura e de graça.⁵¹¹

Observamos a questão da competição que, supostamente as mulheres faziam aos homens, contempladas no artigo. É claro que a intenção era mostrar que as mulheres não tinham competência para exercer uma série de atividades e que suas “limitações” seriam sempre postas à prova. Definitivamente, para o autor, a relação mulher-trabalho não combinava.

Decididamente, ellas estão erradas. Devem optar entre o amor e a repartição, entre o marido e o emprego. Devotas de Cupido ou servidoras do Estado – eis o dilema!

As consequências são múltiplas e desastrosas. A mulher “chauffeuse”, por exemplo: se vê o namorado, ao dobrar de uma esquina, quem é quem escapa com vida do auto que Ella for guiando? Será uma “derrapage” eterna ... E se ellas, dirigirem aviões, que marido as encontrará, jamais, no... infinito? E quando chegarem a ministras, num paíz como o nosso? Só empregarão moços bonitos... os feios ficarão todos no olho da rua...nem se quer um lugarzinho de amanuense...

E quando passarem a commandar batalhões, dirigir esquadras, e fazer mesmo, de vez em quando, a sua revoltazinha, como gente grande? Qual é o pobre

⁵¹⁰ Idem.

⁵¹¹ Idem.

marido que poderá resistir a um “complô” domestico chefiado pela sogra, a cabeça de todas as sedições de porta a dentro?

Longe vá o agouro! O que é, todo intolerável, é a mulher burocrática. Eva nasceu para ser funcionária... do amor. O cupido é seu ministro eterno. Todas ellas devem ser candidatas... ao noivado. Mesmo porque a sua aposentadoria está no... casamento (com ou sem montepio).

O mais e contra a natureza, o bom senso, a poesia e... a preservação da espécie⁵¹².

Para além da profissionalização feminina e do direito ao voto, outras questões da emancipação feminina também mereceram severas críticas por parte da imprensa. Os avanços no campo da instrução, por exemplo, eram retratados de forma irônica sempre objetivando estabelecer limitações intelectuais femininas e reforçar suas verdadeiras vocações. Um exemplo de A Nota demonstra essa situação:

A senhorita não contava mais de 16 anos e passa pela primeira aluna da Escola Normal.

Com esplendida média, vai caber-lhe um dos melhores prêmios de aproveitamento. Senhorita é assaz talentosa, é quasi geniosa.

Senhorita está sendo submettida a exame de physica e história natural. A banca ultrapassa o ponto, delicada com a intelligência expedita daquela optima professora futura. O senhor V. Telles depois de um “muito bem”, interroga:

- diga-me uma coisa, menina: quem despende maior força muscular, o indivíduo que sobe uma ladeira ou o que a desce?

- A conceituadíssima examinada limpa as mãozinhas com o lencito perfumado, olha com superioridade a assistência, trança a perna direita por sobre a esquerda e responde vagarosamente, syllabando as palavras:

- o que sobe.

- Olha lá. Veja o que está dizendo... não será o que desde?

- É, é o que desce mesmo: é o que desce; sim senhor.

- agora está bem. E por que? Vamos lá, explique. A menina sabe...

- Porque? É simples: porque o que desce tem dois trabalhos: o de subir e o de descer!

- Senhorita foi reprovada em physica: desgostou-se; vae seguir outra carreira, que não a de professora normalista...

- Gosta muito de história natural, noivou-se, matrimoniar-se-á brevemente. Está com uma distincção, na certa!⁵¹³

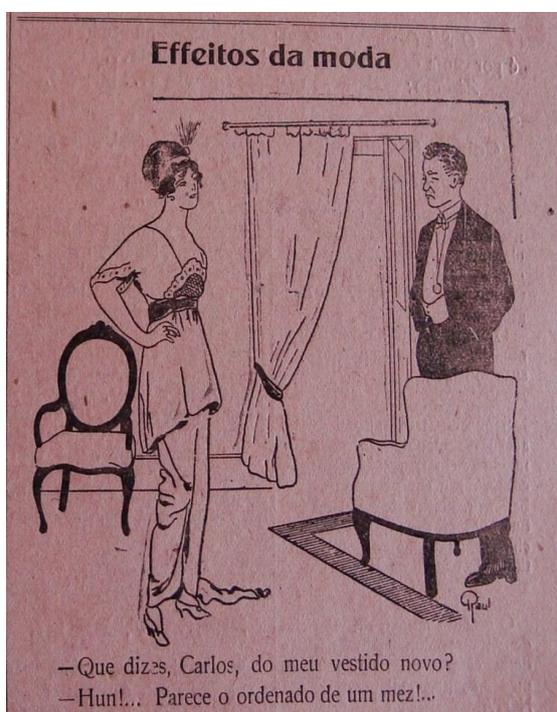
As mudanças comportamentais femininas também foram refletidas na moda. As novas tendências surgidas à época foram resultados do surgimento da nova mulher,

⁵¹² *Revista Redempção*. N° 5-6. Manaus, Março/Abril de 1925.

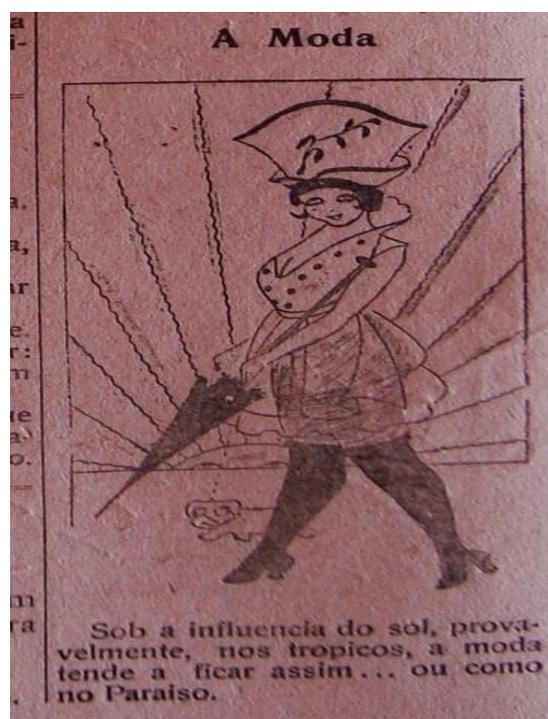
⁵¹³ *A Nota*, n° 09. Manaus, 28 de outubro de 1917.

moderna e reivindicativa. Fato que não passou despercebido pelos conservadores e pela imprensa. Em vários momentos, jornais e revistas de diversos segmentos, lançaram pesadas contestações às novas tendências condenando veementemente as suas adeptas. No que se refere ao vestuário as críticas relacionavam-se com as roupas cada vez menores e decotadas, que deixavam “muita coisa à mostra” ou acusavam-nas de querer, como mais uma de suas reivindicações, se apropriarem do vestuário masculino. Criticavam também os novos cortes de cabelo adotado que, de tão curtos, tornavam-se semelhante aos cortes masculinos.

IMAGEM 30:
AS MULHERES E A MODA NAS PÁGINAS DE A NOTA – 1917



A Nota. n° 07 14/10/1917



A Nota. n° 04 16/09/1917

Ou seja, bem mais do que conquistar direitos, a feminista pretendia uma subversão de papéis, segundo o pensamento dos mais conservadores. Como colocava um periódico da época:

A confusão que o feminismo vai causando no mundo inteiro não se registra só nas repartições publicas: em todas as modalidades da vida a intromissão da mulher é um facto. Advogadas, medicas, deputadas, senadoras, diplomatas, ministras de estado – que sei eu? Em breve, serão os homens que haverão de adoptar os nomes das suas esposas, e passarão a ser conhecidos como “marido

da sra.. ministra da Fazenda”, da “sra. Deputada fulaninha”, da “sra. Governadora de Caixa Prego”, etc.⁵¹⁴

Percebe-se em alguns momentos que nas gravuras, as imagens femininas estavam masculinizadas e imbuídas da imagética da feiúra. Esta era a representação (um tanto irônica e mordaz) feita por caricaturistas e produtores de jornais e revistas amazonenses sobre as mulheres ditas seguidoras do feminismo. Para eles, as feministas eram feias e solteiras, embora soubessem que esta premissa não era verdadeira. Insinuavam acreditar que aquelas que não conseguiam casamento se vingavam questionando sua condição e aderindo ao movimento feminista. Para resolver o “problema” era necessário casar principalmente as mulheres feias, pois, somente o casamento “seria o único, excelente e maravilhoso meio de acabar de uma vez com as sufragistas, as literatas, as neurastênicas, as cochichadeiras e as beatas”.⁵¹⁵

IMAGEM 31:
CHARGE “UMA POR DIA” – 1927



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 10 de agosto de 1927.

Diz o texto da charge:

– Mas, venha cá, você tem coragem, de vesti-se de homem?

⁵¹⁴ *Revista Redenção*. N° 5-6. Manaus, Março/Abril de 1925.

⁵¹⁵ A sugestão deste argumento está presente na análise de Rachel Soihet sobre algumas revistas com posturas contrárias ao movimento emancipacionista, entre elas, as revistas *Fon-Fon* e *Careta*, ambas de 1918 publicadas no Rio de Janeiro. O leilão das moças. *Revista Fon-Fon*, 05/01/1918. In: SOIHET, Rachel. *Abaixo as mulheres! Revista Nossa História*. N° 03. Janeiro de 2004.

- mas por que não? Vergonha é andar em traje de Eva...
- na moda.
- Com uma diferença: em traje de homem não se vê nada.⁵¹⁶

Ao mesmo tempo em que *O Rionegrino* abriu seus espaços para a colaboração feminina em suas folhas como vimos anteriormente, buscou combater as novas tendências emancipadoras. Numa edição de maio de 1929, sob o título de “*O 9º mandamento... feminista*” minimiza as intenções feministas a “meros caprichos” de gente despudorada e fútil. D. Frebonia Fábria, personagem da história, “é uma dessas damas de Balzac, que ao dobrar dos quarenta, muda o pêllo, põe dois diabos nos olhos e ... remoça!”. Seguidora de modismos resolve tornar-se feminista sem saber direito do que se tratava, tornou-se mais uma *senhorinha bóbó*. Em certa reunião, D. Febronia olhava a furto, Américo Rebello... o vigário observando, disse-lhe que ao buscar direitos iguais, as feministas também sofreriam das mesmas punições que os homens. Para envergonhá-la de tal atitude disse-lhe que o 9º. Mandamento feminista deveria ser: “não desejarás o marido da próxima!”. Ela calou-se...

dois minutos depois morria o feminismo, acabava-se a festa... e D. Frebonia, esposa de Panfúcio, logo no outro dia rebelou-se contra a fossa da causa sufragista...e mandou ao jornal pôr este annuncio: “nunca fui feminista!”⁵¹⁷

Diante de tanta perseguição e combate pela imprensa não era de se estranhar que a palavra “feminista/feminismo” quando utilizada, vinha carregada de preconceito e com significação torpe. Identificar uma mulher como “feminista” era dotá-la de certo desvio de caráter, de comportamento, era percebê-la como alguém que, renunciando à sua natureza e a seus papéis, ousava apropriar-se de um mundo que não era seu. Estigmatizada, a simpatizante ou ativista do feminismo não se encaixava no modelo de mulher a ser seguido pelas moças de bem⁵¹⁸. Portanto, concordamos com Soihet, quando ela afirma que

Essa maneira debochada de apresentar as mulheres empenhadas na luta por direitos questionava a seriedade de certas preocupações femininas. Em consequência, não foram poucas as mulheres que rejeitaram o feminismo e adotaram o discurso conservador, sempre presente nos diversos meios de

⁵¹⁶ *Jornal do Comércio*. Manaus, 10 de agosto de 1927.

⁵¹⁷ *Rionegrino*, nº 8. Manaus, maio de 1929.

⁵¹⁸ Como exemplo podemos citar uma nota da *Revista Redempção*. Ao apresentar uma jovem da “alta sociedade amazonense” faz a seguinte descrição sobre ela: *Helmosa Fadoul. A musa de Itacoatiara. Uma das moças mais bem educada da Amazônia. Não é feminista!* (nº 17. Manaus, 25 de abril de 1931). Grifo meu.

comunicação, que acusava o movimento de ser incompatível com o ideal vigente de beleza, meiguice, paciência e resignação, e identificava as mulheres engajadas como viragos, pesadas como elefantes, perigosas e inclinadas a cometer atos criminosos.⁵¹⁹

No entanto, firmes em seus propósitos e convicções as feministas continuaram a sua luta em defesa das causas femininas e na medida do possível conquistaram importantes direitos garantindo, durante todo o século XX, para nós mulheres, a possibilidade de nos tornarmos verdadeiramente cidadãs e merecedoras de respeito. Acima de tudo, estabeleceram novo sentido para a palavra “mulher”.

⁵¹⁹ SOIHET, Rachel. *Abaixo as mulheres*. Op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o feminino bem como as relações que o cercam no período pretendido pela pesquisa (1890-1940) foi tenso e desafiador. Tenso, por que muitas vezes, após longas horas debruçadas numa fonte não encontrar uma nota sequer, uma única referência que não nos deixasse desanimar. Desafiador, porque mesmo com essa “quase invisibilidade feminina” no passado, acreditávamos que era possível e fomos sempre em busca de outras informações, de olhar novos documentos, de tentar encontrar respostas para tantas questões que nos impulsionavam desde o início. De fato, a análise de alguns documentos foram extremamente prazerosos e nos proporcionaram muita satisfação no decorrer da pesquisa. O resultado foi que partilhamos e participamos de uma discussão nova sobre o tema na historiografia local.

A idéia e imagem que prevalecia das mulheres nos antigos estudos eram de meras vítimas de uma mentalidade opressora e conservadora que as relegavam à passividade e à funções estabelecidas e inerentes à sua. Tais imagens não condizem com as personalidades elencadas por esse e outros trabalhos engajados na nova historiografia. As aqui apresentadas mostraram-se diferentes dos estereótipos propagados pela sociedade de então. Eram mulheres que lutavam por seus direitos e que conquistaram muitos avanços em relação a sua condição social.

As abordagens presentes nos estudos de hoje, consequências da difusão da História Social e da redefinição dos próprios objetivos da História das Mulheres permitem visualizar toda a complexidade quanto à atuação das mulheres em todas as esferas da sociedade. Nos estudos atuais, como diz Michelle Perrot, “deseja-se segui-las na cidade, na nação, às voltas com uma cidadania que lhes resiste, mas que vão progressivamente conquistando”.⁵²⁰

Neste trabalho, as mulheres não foram alçadas apenas como objeto de estudo, mas também o foram como sujeitos da história, pois entendemos hoje que, de maneira significativa, elas contribuíram para mudanças na sua condição social, na sociedade de modo geral e na própria História.

⁵²⁰ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

Assim, o presente trabalho se debruçou sobre essas mudanças ocorridas no mundo feminino entre o final do século XIX e início do XX. Mudanças como a aquisição de direitos entre eles, o de educação, voto e profissionalização. De fato, a conquista da educação básica e superior e do trabalho remunerado foram impulsionadores para muitas outras conquistas femininas ao longo de todo o século XX.

Em Manaus, fomos em busca de perceber como as oportunidades geradas a partir da esplendor econômico gerado pela extração do látex foram aproveitadas pelas mulheres que aqui viviam. A ampliação de seus espaços de atuação na esfera pública foram marcadas principalmente pelo trabalho extra doméstico assinalado por uma entrada intensa em diversas profissões – algumas inclusive consideradas essencialmente masculinas. Além de atuarem nas chamadas “ocupações tradicionais” (cozinheiras, arrumadeiras, babás, etc.) e no setor informal (lavadeiras, vendedoras ambulantes, etc.) e ainda como operárias, surgem também as professoras, as escritoras, as vendedoras de lojas, as secretárias, as datilógrafas, as funcionárias públicas, as odontólogas, as farmacêuticas e as advogadas. Estas últimas surgem como consequências da implantação da Universidade Livre de Manaus em 1909, que teve desde as suas primeiras turmas o ingresso de mulheres nos cursos.

Da mesma forma, traduzir o pensamento social percebido sobre essa nova realidade feminina nos instigou a cada instante da pesquisa. Era principalmente na imprensa que as posições, fossem contrárias ou favoráveis, se estabeleciam, haja vista que os jornais e revistas constituíam-se como os principais meios de propagação de ideologias no período. De fato, a questão da emancipação feminina esteve presente em vários momentos das publicações sempre promovendo acaloradas discussões envolvendo grande parte da sociedade.

Esperamos com este estudo ter contribuído para a minimização da lacuna existentes na historiografia regional quando se trata das questões femininas e das relações de gênero. Tendo clareza de que este trabalho não encerra as discussões sobre o tema e que ele é apenas uma contribuição para a historiografia, esperamos que novos estudos debruçados sobre esse mesmo viés possam completar as questões sinalizadas ou elucidar as que por nós não foram alcançadas.

FONTES

Documentos Oficiais:

Museu Amazônico – UFAM

- Registros de matrículas da *Escola Universitária Livre de Manáos* (1910-1940)
- Registros de Diplomas da *Escola Universitária Livre de Manáos* (1910-1940)
- Livro de Registro de Provas e exames da *Escola Universitária Livre de Manáos* (1910-1940)
- Regulamentação Geral da Instrução Pública (1880-1935)
- Archivos da *Escola Universitária Livre de Manáos* (1911-1926)
- Arquivo de J.G. Araújo

Álbuns e Almanques:

- Álbum do Amazonas (1901-1902)
- Almanach do Amazonas (1908)
- Indicador Ilustrado (1910)
- Anuário de Manaus (1913-1914)

Periódicos:

- *O Abolicionista do Amazonas*, 1884
- *A Borboleta*, 1892
- *A Rosa*, 1897
- Comércio do Amazonas, 1890-1904
- *Jornal do Comércio*, 1904-1937
- *Polyanthéa*, 1906
- *Revista Amazonense*, 1906
- *O Grêmio*, 1909
- *A Farpa*, 1909
- *O Amôr*, 1909
- *O Borboleta*, 1909
- *Therpsichore*, 1909
- *Folha do Amazonas*, 1910

- *O Chicote*, 1913
- *A Marreta*, 1917
- *A Nota*, 1917
- *Revista Cá e Lá*, 1917
- *Revista da ACA*, 1920
- *O Rionegrino*, 1922
- *Revista Redenção*, 1924
- *O Acadêmico*, 1926
- *Jornal da Moças*, 1926
- *Revista Sintonia*, 1931
- *Revista de Educação*, 1931
- *A Reacção*, 1933
- *Revista Cabocla*, 1936

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSIZ, Luiz; CARY Elizabeth. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- ALMEIDA, Jane Soares. *Ler as Letras: Por quê educar meninas e mulheres?* Campinas: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e Educação: A paixão pelo possível*. São Paulo: Unesp, 1998.
- ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense, 1937-1945*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2009.
- AMORIM, Marina Alves. “Combates pela História”: A “guerra dos sexos” na historiografia. *Cadernos Pagu*, n. 2, 2003, p. 217-244.
- AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou Casar? A Família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.
- BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. *Representações da Sociedade Manauara a Partir da Revista O Rionegrino (1922-1940)*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. Manaus: LHIA/UFAM, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Manaus. Editora Valer, 1999.
- BENINI, Ligia. *A Coisa Obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BORELLI, Andrea. “A Rainha do Lar”. A esposa e a mãe perante a legislação brasileira. 1830-1950. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.
- BRAGA, Robério. *100 Anos do IEA (1880-1989)*. Manaus: Governo do Amazonas, 1980.
- BRITO, Rosa Mendonça. *100 Anos UFAM*. Manaus: EDUA, 2009
- BUITONI, Dulcília Schoeder. *Mulher de Papel*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo, Ática, 1986.
- BURNS, E Bradford. *Manaus, 1910: um retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.
- CORREIA, Fabiana Libório. *Janelas do Mundo: As revistas de Variedades de Manaus (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado em História. UFAM, 2010.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 1997.
- COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As Mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: Edua, 2005.
- COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito à Educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões. Cinema e sociedade: Manaus (1897-1935)*. Manaus: Edua, 1996.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da Sedução: os romances de M. Delly*.
- DAVIS, Natalie Zemon. As Mulheres por Cima. In: *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família burguesa. In: PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs). *História das Mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. 2º Ed. Manaus, 1990.

- GARZONI, Leric de Castro. *Nas Fronteiras do Não-Trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX*. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GUIZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.
- HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino – a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres/Unisc, 2003.
- HALL, Catherine. Sweet Home. In: Georges Duby (Org.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, v 4.
- HEUFFON, Olwem. “Mulheres, Homens: uma questão subversiva”. In: BOURTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs). *Passados Recompostos: Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios. (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A Condição Feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- LOBO, Elizabeth Souza. *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOBO, Elizabeth Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, n.1, vol.1, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MALUF, Marina e MOTT, Maria Lucia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 3. República: da *belle époque* à era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MANOEL, Ivan A. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do Conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (São Paulo 1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2001.

- MATOS, Maria Izilda Santos de e SOIHET, Raquel. (Orgs.). *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Unesp, 2003.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por Uma História da Mulher*. Bauru-SP: Edusc, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder*. Rio de Janeiro: Sette letras, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Terceiro setor e Gênero: Trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. As mulheres, educação e progresso. *Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura*. São Paulo, ano 3/4, n. 3/4, 2003/2004.
- MELLO, Thiago. *Manaus, Amor e Memória*. Manaus: Valer, 2003.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Revista Mulher e Trabalho: as mulheres no mundo do trabalho (parte II)*. Porto Alegre, vol. 5, 2005.
- MONTEIRO, Ierecê Barbosa. *Chão de Fábrica: ser mulher operária no Pólo Industrial de Manaus*. 1ª ed. Manaus: Valer, 2007.
- MOURA, Esmeralda Blanco. Além da indústria têxtil: O trabalho feminino em atividades masculinas. In: *A Mulher e o Espaço Público*. *Revista Brasileira de História*, nº 18, 1989.
- NASCIMENTO, Cecília Vieira e OLIVEIRA, J. Bernardo. *Cadernos Pagu*, nº 29, julho-dezembro de 2007
- PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.). *O Historiador e o seu Tempo*. São Paulo: Unesp: ANPUH, 2008.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.
- PERES, José Jefferson Carpinteiro. *A Evolução de Manaus como eu a Vi ou Sonhei*. Manaus, Imprensa Oficial, 1984.
- PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2010.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: Edua/Cnpq, 2004.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Periodismo e Letramento no Amazonas (1880-1920)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 2001.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos Meandros da Cidade. In: *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós Graduação em História*. Manaus, vol. 1, n° 1, 2007.
- PINTO, Assislene da Mota (Org) *Preâmbulos da História e Memória da Educação na Cidade de Manaus*. Manaus: ESBAM, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus*. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2010.
- PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6° ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. 2. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília/UnB, 1995.
- PRIORE, Mary Del. *Matar Para não Morrer: A morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermano de Assis*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- SAFIOTTI, Heleieth. *Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Quatro Artes, 1969.
- SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Trabalho Feminino e Cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1999.

- SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, Maria Izilda Santos. Cotidiano e Trabalho Feminino (1890-1940). In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Trabalho Feminino e Cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*: São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. Pobreza e Prostituição na Belle Époque Manauara: 1890 – 1917. *Revista de História Regional*, 10 (2):87-108, 2005.
- SANTOS, Fabiane Vinhete. *Mulher que se Admira, Mulher que se Deseja, Mulher que se Ama*: gênero e sexualidade nos jornais de Manaus. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM: 2005.
- SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Unesp, 1992.
- SCOTT, Joan. “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”. *Mulher e Educação. Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.
- SERRANO, Plácido. *Anuario do Gymnasio Amazonense Pedro II. Comemorativo do primeiro centenário natalício do ex imperador*. Manaus: Imprensa Oficial, 1925.
- SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54. São Paulo, dezembro de 2007.
- SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOIHET, Rachel. Enfoques Feministas e a História: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- SOIHET, Raquel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS: Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOIHET, Raquel. Pisando no Sexo Frágil. *Revista Nossa História*. Ano 1, nº 03, janeiro 2004.
- SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. *Os Manuais de Conduta e a Escrita Feminina no Início do Século XX: o que desvelam as narrativas?* Disponível em: www.anped.com.br.
- SOUZA, Marcio. *Silvino Santos: o cineasta do ciclo da borracha*. Rio de Janeiro, Funarte, 1999.

- TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. 1ª ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A Revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- UCHÔA, Benevides. *Flagrantes Educacionais do Amazonas de Ontem*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- VENANCIO, Gisele Martins. Lugar de mulher é na fábrica. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001.
- VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. *O Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher: Um estudo sobre a linha de montagem*. Manaus: Valer, 2002.
- WOLFF, Cristina Scheibe e POSSAS, Lidia M. Vianna. *Escrevendo a História no Feminino*. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 03. Florianópolis, Setembro/Dezembro de 2005.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: Uma história*. Alto Juruá, Acre, 1890-1945. São Paulo: Hucitec, 1999.

ANEXOS

Tabela I

Alunas Matriculadas na *Escola Universitária Livre de Manáos* (1910-1924)

OBS: A ausência de fontes não nos permitiram obter informações sobre as matrículas posteriores a essa data, nem o quantitativo exato de matrículas, em decorrência da fragmentação então reinante na Universidade.

Ano	Curso	Série	Nome	Obs.	Total
1910	Farmácia	1º ano	Clotilde de Araújo Pinheiro	Ouvinte	
			Raymunda Frota Leite		
			Cândida de Carvalho C. Lima		
			Lina Barbosa da Silva		
Odontologia	1º ano	Luiza Tiburcio da Silva	Ouvinte		
		Evangelina Correa	Ouvinte		
		Julia Bittencourt	Ouvinte		
		Vigília Corrêa	Ouvinte		
Direito	1º ano	Autelina Chagas Telles	Ouvinte		
		Annina Chagas Telles	Ouvinte		
Preparatório	1º ano	Bertha Guiomar da Silva	Ouvinte		
		Honorina Amora	Ouvinte		
1911	Farmácia	1º ano	Marina Amora		
			Isaura Sá Antunes		
	Odontologia	1º ano	Hermínia Carneiro dos Santos	Ouvinte	
			Maria Luiza de Sabóia	Ouvinte	
Direito	1º ano	Antonia Carmem Velloso			
		Elvira da Costa Madruga			
Preparatório	1º ano	Iracema da Fonseca	Ouvinte		
		Edna Barreira do Amaral	Ouvinte		
1911	Farmácia	1º ano	Edna Barreira do Amaral		
			Selvita Martins Palhano		
	Odontologia	1º ano	Clotilde Araújo Pinheiro	Ouvinte	
			Luiza Tiburcio da Silva		
Direito	2º ano	Raymunda Frota Leite			
		Edna Barreira do Amaral			
1912	Odontologia	2º ano	Etelvina Moreira Germano		
			Arabella Rego Pereira		
	Direito	2º ano	Honorina Amora		
			Julia Bittencourt		
Preparatório	2º ano	Marina Amora			
		Virgília Corrêa			
1912	Farmácia	2º ano	Maria Luiza de Sabóia		
			Herminia Carneiro dos Santos		
	Odontologia	1º ano	Isabel Rosa Gabina		
			Arabella Rego Pereira		
Obstetrícia	1º ano	Edna Barreira do Amaral			
		Elvira de Paula Gonçalves			
1913	Farmácia	1º ano	Rachel Fonseca de C. e Costa		
			Laura Lucas Ferreira		
	Preparatório	1º ano	Selvita Martins Palhano		
			Antonia Carmem Velloso		
	Direito	1º ano	Isabel Rosa Gabina		
			Julia Moura do Rego Bastos		
Obstetrícia	2º ano	Arabella Rego Pereira			
		Elvira de Paula Gonçalves			
1914			Cândida Francisca de Araújo		08

	Preparatório		Gertrudes Geivasia de Araújo Olivia Achão		
	Obstetrícia	1º ano	Clavelina Pacheco Montenegro		
	Odontologia	1º ano	Federalina Tereza de Saboia	ouvinte	
	Farmácia	1º ano	Raimunda de Souza Chevalier Joanna Silva Maria José Vianna Evangelina Correa de A. e Silva Isabel Rosa Gabina Rachel Fonseca de C. e Costa Dorotheia Maria Pires		
		2º ano	Laura Lucas Ferreira Selvita Martins Palhano		
	Direito	2º ano	Maria Luiza de Sabóia Julia Moura do Rego Bastos		16
1915	Obstetrícia	1º ano	Rosa Del Aquila Clavelina Pacheco Montenegro Antonieta Ibiapina Araripe		
		2º ano	Federalina Teresa de Sabóia		
	Farmácia	2º ano	Rachel Fonseca de C. e Costa Raimunda de Souza Chevalier Joanna Silva Maria José Vianna Dorotheia Maria Pires		
		3º ano	Selvita Martins Palhano		
	Direito	1º ano	Lastênia de Vasconcellos		
		3º ano	Maria Luiza de Sabóia		12
1916	Farmácia	1º ano	Juliana Maria Alves Elisa Versari Clara Versari		
		3º ano	Rachel Fonseca de C. e Costa Raimunda de Souza Chevalier Joanna Silva Maria José Vianna Dorotheia Maria Pires		
	Direito	1º ano	Guiomar Borges de Menezes Maria Valente do Couto		
		2º ano	Lastênia de Vasconcellos		
		4º ano	Maria Luiza de Sabóia		
	Obstetrícia	2º ano	Antonieta Ibiapina Araripe Clavelina Pacheco Montenegro		12
1917	Direito	2º ano	Julia Moura do Rego Bastos		
		3º ano	Lastênia de Vasconcelos		
		5º ano	Maria Luiza de Sabóia		
	Farmácia	1º ano	Gertrudes Geivasia de Araújo Cândida Francisca de Araújo Adelaide Correa M. Braga		
		Odontologia	1º ano	Maria Travassos de Souza	
1918	Direito	3º ano	Julia do Rego Bastos Moura		
		4º ano	Lastênia de Vasconcelos		
	Farmácia	2º ano	Gertrudes Geivasia de Araújo Cândida Francisca de Araújo		04
1919	Farmácia	2º ano	Antonia Rebello Prado Eurídice Rebello Prado		
		3º ano	Gertrudes Geivasia de Araújo Cândida Francisca de Araújo Adelaide Correa M. Braga		
	Direito	4º ano	Julia do Rego Bastos Moura		

		5º ano	Lastênia de Vasconcelos		
	Obstetrícia	1º ano	Georgina Reuders		
	Preparatório		Maria Teixeira Gomes		09
1920	Direito	5º ano	Julia do Rego Bastos Moura		01
1921	Farmácia	1º ano	Evangelina de Barros Aurora Barroso Ramos Glaphira Barbosa Maria Teixeira Gomes	Ouvinte	
	Direito	5º ano	Julia do Rego Bastos Moura		05
1922	Farmácia	1º ano	Leopoldina Oliveira da Motta Mª de Lourdes de Miranda Leão Leonor Oliveira da Motta Maria de Nazaré Nogueira Antonia Araújo	Ouvinte	
		2º ano	Aurora Barroso Ramos Glaphira Barbosa		07
1923	Farmácia	1º ano	Emília de Albuquerque Ferreira Sylvia Coelho Messedei		
		2º ano	Leonor Oliveira da Motta Leopoldina Oliveira da Motta Maria de Nazaré Nogueira Aurora Barroso Ramos		
	Obstetrícia	1º ano	Elvira da Silva Rocha Pacheco Julia Sant Anna Beressa Etelvina Mesquita		09
1924	Farmácia	2º ano	Emília de Albuquerque Ferreira Antonia Araújo		
		3º ano	Leonor Oliveira da Motta Leopoldina Oliveira da Motta Maria de Nazaré Nogueira		
	Obstetrícia	2º ano	Julia Sant Anna Beressa Etelvina Mesquita		07

Tabela II
Alunas Concludentes nos Cursos Superiores da *Escola Universitária Livre de Manaus*
(1911-1940)

Ano	Curso	Nome	Naturalidade	Total
1911	Farmácia	Raymunda Frota Leite	AM	07
		Clotilde de Araújo Pinheiro	AM	
		Luiza Tiburcio da Silva	PA	
	Odontologia	Julia Bittencourt	AM	
Virgília C. Marinho Falcão		AM		
Marina Amora		AM		
Honorina Amora		AM		
1912	Odontologia	Edna Barreira do Amaral	CE	02
	Obstetrícia	Elvira de Paula Gonçalves	MA	
1913	Odontologia	Arabella Rego Pereira	MA	02
	Farmácia	Antonia Carmem Velloso	PA	
1915	Odontologia	Federalina Teresa de Saboia	CE	02
	Farmácia	Silvita Martins Palhano	MA	
1916	Farmácia	Raimunda de Souza Chevalier	AM	07
		Rachel Fonseca de Castro e Costa	AM	
		Dorotéia Maria Pires	PI	
		Joanna Silva	AM	
		Maria José Viana	PI	
Obstetrícia	Clavelina Pacheco Montenegro	AM		
	Antonieta Ibiapina Ararape	CE		
1918	Direito	Maria Luiza de Sabóia	CE	01
1919	Direito	Lasthenia de Vasconcelos	AM	01
1921	Direito	Julia Moura do Rego Barros	PA	01
1933	Direito	Neuza Alves Ferreira	AM	01
1938	Direito	Nair Clotilde Maneschy	PA	01
1939	Direito	Olga do Livramento do Carmo	-	01
1940	Direito	Cleyde de Medeiros Ferreira	AM	01
TOTAL GERAL				27